

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

DOUTORADO EM GEOGRAFIA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO RURAL: TRANSFORMAÇÕES DAS DINÂMICAS
PRODUTIVAS E DA AGRICULTURA NA MICRORREGIÃO DE ERECHIM**

ÉVERTON DE MORAES KOZENIESKI

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS

PORTO ALEGRE

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO RURAL: TRANSFORMAÇÕES DAS DINÂMICAS
PRODUTIVAS E DA AGRICULTURA NA MICRORREGIÃO DE ERECHIM**

ÉVERTON DE MORAES KOZENIESKI

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Christiane Senhorinha Soares Campos (UFS)

Prof. Dr. Glaucio José Marafon (UERJ)

Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura (POSGEA/UFRGS)

Prof. Dr. Roberto Verdum (POSGEA/UFRGS)

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia como requisito
para obtenção do título de Doutor em
Geografia.

PORTO ALEGRE

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Kozenieski, Éverton de Moraes
A Produção do Espaço Rural: Transformações das
Dinâmicas Produtivas e da Agricultura na Microrregião
de Erechim / Éverton de Moraes Kozenieski. -- 2016.
327 f.

Orientadora: Rosa Maria Vieira Medeiros.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Produção do Espaço. 2. Campesinato. 3.
Modernização da Agricultura. 4. Paisagem. 5.
Microrregião de Erechim. I. Medeiros, Rosa Maria
Vieira, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa que aqui toma forma é resultado de uma longa jornada iniciada em 2012. Ao longo desse período, por mais que a tese tenha se efetivado a duas mãos, sua conclusão apenas foi possível através de inúmeras interlocuções e apoios recebidos. A presente tese é resultado, portanto, de uma construção individual e também coletiva. Nesse sentido, registro meus agradecimentos a todos que de diferentes formas, anônimas ou não, tenham contribuído para conclusão dessa pesquisa.

De forma especial gostaria de agradecer:

– À Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS - por conceder o afastamento para capacitação docente, fundamental para a dedicação exclusiva à pesquisa por um ano e seis meses;

– Aos amigos do colegiado do Curso de Geografia da UFFS pelo esforço e apoio no sentido de compatibilizar as atividades profissionais à construção da tese, além de inúmeras contribuições à pesquisa;

– A minha orientadora, Prof^ª Dr^ª Rosa Maria Vieira Medeiros, pelos inúmeros aprendizados, parceria e amizade, que acompanha minha trajetória na Geografia desde 2004;

- Aos colegas e amigos do NEAG – Núcleo de Estudos Agrários – pelas contribuições a tese;

– A todos que contribuíram na construção de intermediações com os entrevistados da pesquisa, abrindo portas para as atividades de campo. Particular agradecimento a Ingrid Giesel, Luciana Zvierzykoski, Paulo Trierveiler, Sandra Zeist, Silvana Matos e técnicos de diferentes escritórios municipais da Emater;

– Aos inúmeros agricultores e representantes de entidades que doaram um pouco de seus tempos para compartilhar comigo suas experiências e conhecimentos;

– Aos companheiros, amigos e parceiros que de diferentes formas contribuíram a realização dessa pesquisa. Apoio demonstrado por meio de inquietantes diálogos, no desacomodar de “certezas”, nas leituras e releituras de diferentes propostas de texto, ou mesmo na audição atenta sobre os dilemas da tese. Obrigado aos “erechinenses”: Anderson Ribeiro, Cassio Brancalone, Daniel de Bem, Dilermando Cattaneo, Douglas Alves, Edison Tsutsumi, Fábio Feltrin, Juçara Spinelli, Kiane Follmann, Luisa Brandão, Luiz Brandão, Murad Vaz, Paulo Muller, Valéria Barros;

- À Fernanda Guazzelli pelo apoio nessa jornada e pelas inúmeras contribuições a

realização da pesquisa;

– Aos meus familiares, em especial aos meus pais Vera e Otávio, pela compreensão e apoio à finalização dessa pesquisa.

Muito obrigado!

RESUMO

A presente tese teve por objetivo compreender as transformações das dinâmicas produtivas e da agricultura do rural da microrregião de Erechim através da produção do espaço, destacando as contradições expressas por experiências alternativas ao modelo produtivo hegemônico. O método de análise desenvolvido intercala momentos qualitativos e quantitativos e constitui-se em quatro etapas, denominadas descrição, história do espaço, aproximação com a realidade concreta e interpretação da produção do espaço. Em relação aos resultados, inicialmente propôs-se a classificação das paisagens rurais na microrregião de Erechim, tipificando a partir das inter-relações entre sociedade-natureza a “terra plana” e a “terra dobrada”. No que se refere à periodização dos modos de apropriação da natureza e das relações de produção identificou-se quatro momentos. No primeiro registram-se as interações das populações indígenas com o espaço, nas quais a agricultura cumpre principalmente o papel de subsistência das comunidades. Outro momento caracteriza-se pela penetração de populações “brancas” na atual microrregião de Erechim e a consequente transformações da agricultura. Estabelecem-se roças e práticas de extrativismo itinerante de erva-mate em meio a relações com o mercado. A demarcação de lotes e a chegada de imigrantes conformam o terceiro momento de organização do espaço. Estabelece-se a propriedade privada da terra, diversificam-se as atividades agrícolas e consolidam-se as redes de circulação de mercadorias entre camponeses e o mercado. O quarto momento inicia com a introdução dos princípios e das relações típicas da modernização da agricultura. Refere-se ao momento de especialização produtiva, de conformação de complexos agroindustriais e a subordinação dos camponeses ao mercado. Além desses resultados, observou-se a diversidade de estratégias de reprodução familiar na microrregião. A adoção dessas estratégias relaciona-se com os cenários de dependência, privação e marginalização enfrentados pelos agricultores. As atividades produtivas, as redes de relação e as paisagens rurais resultam também das significações produzidas pelos agricultores. Em termos dos resultados obtidos corrobora-se a hipótese de que o espaço rural da microrregião de Erechim é organizado e produzido por lógicas empresariais relacionadas a complexos agroindustriais, conformando paisagem e redes em função dessas relações, às quais os camponeses estão subordinados, embora um grupo pouco expressivo desses agricultores desenvolva atividades produtivas alternativas.

Palavras-chave: Produção do espaço. Campesinato. Modernização da Agricultura. Paisagem. Microrregião de Erechim.

ABSTRACT

This thesis was aimed to understand the transformation of the productive dynamics and the rural agricultural of the microregion of Erechim through the production of space, highlighting the contradictions expressed by alternative experiences to the hegemonic production model. The method of analysis developed merges qualitative and quantitative moments and consists of four steps, called description, history of space, approximation to reality and interpretation of the production of space. Regarding the results, it was initially proposed the classification of rural landscapes in the microregion of Erechim, typifying the "flat land" and the "folded land" from the interrelations between society and nature. Four moments were identified regarding the periodization of modes of appropriation of nature and production relations. In the first moment, the interactions of indigenous peoples with the space in which agriculture mainly fulfills the role of subsistence for the communities was recorded. Another moment is characterized by the penetration of the "white" population in the current microregion of Erechim and consequent agricultural transformations. Plantations were established and itinerant extractive practices of the yerba mate were established in the midst of market relations. The demarcation of lots and the arrival of immigrants make up the third moment of space organization. The private ownership of land was established, the agricultural activities were diversified and the circulation networks of goods between farmers and the market were consolidated. The fourth period begins with the introduction of the principles and typical relations of the modernization of agriculture. It refers to the time of the specialization of production, conformation of agro-industrial complexes and the subordination of farmers to the market. In addition to these results, there was the diversity of family reproduction strategies in the microregion. The use of these strategies relate to the dependency scenarios, deprivation and marginalization faced by farmers. The productive activities, networks of relationship and the countryside landscape are also results of the meanings produced by farmers. In terms of results the hypothesis confirms that the rural areas of the microregion of Erechim is organized and produced by the business logic related to the agro-industrial complexes, shaping landscape and networks to these relations, to which the farmers are subordinated, although an inexpressive group of these farmers develop alternative productive activities.

Keywords: Production of Space. Peasantry. Modernization of Agriculture. Landscape. Microregion of Erechim

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Microrregião de Erechim: Mapa de localização.....	21
Mapa 2 – Microrregião de Erechim: Padrões de relevo	77
Mapa 3 – Microrregião de Erechim: Declividade	79
Mapa 4 – Microrregião de Erechim: Percentual da população rural por município	84
Mapa 5 – Microrregião de Erechim: Estabelecimentos rurais com maior valor da produção em lavouras temporárias.....	86
Mapa 6 – Microrregião de Erechim: Estabelecimentos rurais com maior valor da produção na pecuária e criação de outros animais	87
Mapa 7 – Microrregião de Erechim: Uso da terra	99
Mapa 8 – Microrregião de Erechim: Paisagens rurais.....	102
Mapa 9 – Microrregião de Erechim: Localização da vegetação original	125
Mapa 10 – Microrregião de Erechim: Localização das terras indígenas.....	131
Mapa 11 - Microrregião de Erechim: Distribuição dos associados da Cotrel	235
Mapa 12 – Microrregião de Erechim: Local das entrevistas	327

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Esquema da condição camponesa	46
Figura 2 – Esquema do espaço de manobras e diferentes graus de campesinidade	52
Figura 3 – Anúncio de venda de produtos coloniais	287

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1 – Obtenção e análise dos dados.....	62
Fluxograma 2 – Emancipações na Microrregião de Erechim: ano e origem dos territórios municipais.....	144

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Paisagem terra plana: Cruzaltense	105
Fotografia 2 – Paisagem terra plana: Campinas do Sul.....	106
Fotografia 3 – Paisagem terra dobrada: Severiano de Almeida	109
Fotografia 4 – Paisagem terra dobrada: Erval Grande	110
Fotografia 5 – Paisagem terra dobrada: Barão de Cotegipe	111
Fotografia 6 – Transição entre paisagens: Barão de Cotegipe	112
Fotografia 7 – Estrutura comunitária abandonada no município de Carlos Gomes.....	270

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Microrregião de Erechim: população residente	163
Gráfico 2 - Microrregião de Erechim: Série Histórica da Quantidade Produzida nas Lavouras de Soja, Trigo e Milho.....	228
Gráfico 3 - Microrregião de Erechim: Série Histórica da Quantidade Produzida de Leite e do Número Existente de Bovinos, Galinhas e Suínos	238

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Uma matriz dos possíveis significados do espaço como palavra-chave	36
Quadro 2 – Síntese das principais diferenças entre o modo camponês e o modo empresarial de fazer agricultura.....	51
Quadro 3 – Percorso investigativo – etapas da pesquisa	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estrutura Fundiária	82
Tabela 2 – Lavoura temporária: produtos predominantes	88
Tabela 3 – Distribuição de Tratores por Grupo de Área dos Estabelecimentos Rurais	96
Tabela 4 – Microrregião de Erechim: quantidade produzida (toneladas) em lavouras	149
Tabela 5 – Microrregião de Erechim: efetivo de animais e produção de leite	151
Tabela 6 – Microrregião de Erechim: força de trabalho e instrumentos agrícolas.....	155
Tabela 7 – Microrregião de Erechim: área média dos estabelecimentos rurais	161
Tabela 8 – Microrregião de Erechim: perfil fundiário dos estabelecimentos rurais conforme frequência relativa dos grupos de área	162
Tabela 9 - Microrregião de Erechim: Quantidade de tratores	222
Tabela 10 - Dados Municipais sobre a Quantidade de Tratores.....	224
Tabela 11 - Perfil dos Entrevistados.....	257
Tabela 12 - Dimensão das famílias entrevistadas.....	258
Tabela 13 - Modalidades de trabalho acessório e de renda suplementar.....	267
Tabela 14 - Produção de leite: quantidade produzida, preço e destino do leite	282

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA - Agricultor Agroecológico
AC - Agricultor Convencional
ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
CAI – Complexo agroindustrial
CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CEASA – Centrais de abastecimento do Rio Grande do Sul
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas Populares
CFP – Comissão de Financiamento da Produção
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CORLAC – Companhia Riograndense de Laticínios e Correlatos Ltda
COTREL – Cooperativa Triticola Erechim Ltda
COTRIGO – Cooperativa Triticola Getúlio Vargas
COTRIN – Comissão de Organização da Triticultura Nacional
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CTRIN-DTRIG – Centro do Trigo Nacional do Banco do Brasil – Departamento do Trigo Nacional da SUNAB
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
FEE – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
IBC – Instituto Brasileiro do Café
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC – Informante-Chave
ICA – Jewish Colonization Association
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra
OCERGS – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul
PGPM – Política de Garantia de Preço Mínimo

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

QGIS – Quantum GIS

RS – Rio Grande do Sul

SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural

SUNAB – Superintendência Nacional do Abastecimento

SUTRAF-AU – Sindicato Unificado dos trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

UP – Unidade de produção

URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1 Espaço	25
2.2 Campesinato.....	37
2.3 Espaço rural e campo	52
3 PERCURSO INVESTIGATIVO	57
3.1 Momentos da pesquisa	57
3.2 Os procedimentos metodológicos	61
3.3 Síntese do percurso investigativo	67
4 PAISAGENS RURAIS DA MICRORREGIÃO DE ERECHIM.....	69
4.1 O conceito de paisagem	70
4.2 O rural da microrregião de Erechim.....	75
4.3 As paisagens rurais da microrregião de Erechim	99
4.3.1 Terra plana.....	102
4.3.2 Terra dobrada.....	106
4.3.3 Transição entre paisagens	111
4.4 Considerações	113
5 ESPAÇO E TEMPO: A OCUPAÇÃO DO RURAL NA MICRORREGIÃO DE ERECHIM.....	115
5.1 O espaço e o tempo histórico	116
5.2 A ocupação do espaço rural.....	123
5.2.1 Os primeiros habitantes	126
5.2.2 Da Colonização à Crise das Estruturas Coloniais	137
5.3 Considerações	164
6 CONSIDERAÇÕES SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O CAMPESINATO	171
6.1 A Modernização da agricultura	171
6.1.1 Modernização da Agricultura: definições	179
6.1.2 A Modernização da Agricultura no Brasil.....	182
6.1.3 Transformações nas relações de produção e o campesinato.....	199
6.2 Considerações	213

7 ESPAÇO E TEMPO: A CHEGADA DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA	216
7.1 A Modernização e a Microrregião de Erechim.....	216
7.1.1 Mudanças Produtivas.....	227
7.1.2 Paisagens em Transformação	247
7.2 Considerações	250
8 “DE DENTRO DA PORTEIRA”: PERSPECTIVAS A PARTIR DOS AGRICULTORES.....	255
8.1 Perfil dos entrevistados	256
8.2 Práticas espaciais e as diferentes estratégias desenvolvidas pelos agricultores	258
8.2.1 Relações com o Mercado e Atores nos Processos Produtivos.....	272
8.3 Paisagem e significados	292
8.4 Considerações	296
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	301
9.1 Resultados da pesquisa.....	301
9.2 Produção do espaço rural da microrregião de Erechim	307
9.3 “Dar o giro”.....	310
REFERÊNCIAS	312
APÊNDICES	324
Apêndice A – Roteiro utilizado nas entrevistas com agricultores.....	325
Apêndice B – Localização das unidades de produção foco de entrevistas	327

1 INTRODUÇÃO

Não é algo novo reconhecer que os espaços rurais transformam-se ao longo do tempo. No decorrer da história, assim como registra uma variada literatura, as mudanças acompanham novas maneiras de estruturar o material e o social, modos como as sociedades efetivam suas demandas, desenvolvem conhecimento e, ao mesmo tempo, significam suas experiências com o espaço rural. A natureza de tais transformações está intrinsecamente relacionada ao movimento de como as sociedades se produzem.

As práticas agrícolas são um exemplo dessa situação. Desde seu aparecimento, que remonta a mais de 10.000 anos, o desenvolvimento dessas atividades passou, até os dias atuais, por aprimoramentos e mudanças significativas. Os modos como manejar, cultivar, colher, enfim, fazer a agricultura, não são aqueles de outrora. Nessa perspectiva, pode-se identificar mudanças nos papéis atribuídos ao rural como espaço de vida ou mesmo produtor de riquezas, ao longo do tempo, em diferentes sociedades. Ao passo que se alteram os conteúdos sociais, os espaços rurais e a agricultura igualmente ganham novos contornos.

As dinâmicas do rural no contexto brasileiro não são nenhuma exceção a esse quadro referencial. Os movimentos de produção da sociedade impulsionam novos paradigmas, conformam novos sentidos aos espaços rurais e marcam o campo. De fato, não podemos entender tais transformações no contexto nacional sem considerar as dinâmicas globais, contudo, conformam-se maneiras características no cenário nacional de articulação da agricultura e das dinâmicas produtivas.

Desse modo, ao assumir que as relações entre espaço e sociedade são articuladas e mutuamente dependentes, compreende-se que a existência de uma pressupõe a existência da outra. Apreende-se, assim, que o movimento de como a sociedade se produz é, inevitavelmente, um processo de produção do espaço, com um perfil de formas e de relações que lhe é característico. Assim, se no cenário nacional existem maneiras próprias que envolvem relações entre pessoas e grupos, igualmente verificam-se modos característicos de produzir o espaço.

Evidentemente, as dinâmicas nacional e internacional ganham contornos distintos no local e no regional, em função do quadro de relações localmente existentes. Relações da sociedade nacional, por vezes, reproduzem em um subespaço situações peculiares e contradições localizadas. O movimento da sociedade toma contornos singulares nesses recortes espaciais, conformando também particulares modos de produzir o espaço. A presente pesquisa, baseada em tais premissas, orienta-se no sentido da compreensão de como se dá o

processo de produção do espaço rural em um recorte espacial específico: a microrregião de Erechim.

A microrregião de Erechim delimita-se a partir de uma proposta de regionalização¹ elaborada pelo IBGE, composta pelos territórios de 30 municípios situados no norte gaúcho², cuja localização pode ser observada por meio do Mapa 1. Trata-se de municípios que possuem uma origem comum, de forma geral, emancipados direta ou indiretamente do território do município de Erechim do ano de 1918³.

Por meio de observações preliminares, sugere-se a existência de um acontecer solidário e contíguo no espaço rural da microrregião de Erechim, ou seja, a presença de um conjunto de atividades comum e um aparente compartilhamento do cotidiano entre os agricultores que ali habitam. Da mesma forma, identificam-se estratégias de reprodução das famílias camponesas similares, entre as quais a produção de *commodities*, em especial em lavouras temporárias e na criação de animais, as quais são amplamente difundidas. Cabe destacar que se trata de um contexto marcado por pequenos estabelecimentos rurais integrados a complexos agroindustriais, cujo trabalho familiar é uma marca. A aparente contradição entre trabalho familiar e produção de *commodities* é acrescida por discursos de atores locais no sentido da autonomia e da reafirmação de uma identidade regional.

A busca pela compreensão de como se dá o processo de produção do espaço rural da microrregião de Erechim poderia ser alcançada através de vários caminhos, tendo em vista a amplitude de relações sob as quais poderíamos buscar certas lógicas de organização do espaço. Tendo em vista tal potencial temático, optou-se por utilizar como fio condutor da pesquisa os processos produtivos e as transformações da agricultura. Portanto, a análise da produção do espaço terá como foco, nesta investigação, as atividades produtivas agropecuárias.

A partir desse conjunto de considerações, a pesquisa parte da seguinte hipótese de trabalhos: o espaço rural da microrregião de Erechim é organizado e produzido por lógicas empresariais relacionadas a complexos agroindustriais, conformando paisagem e redes em

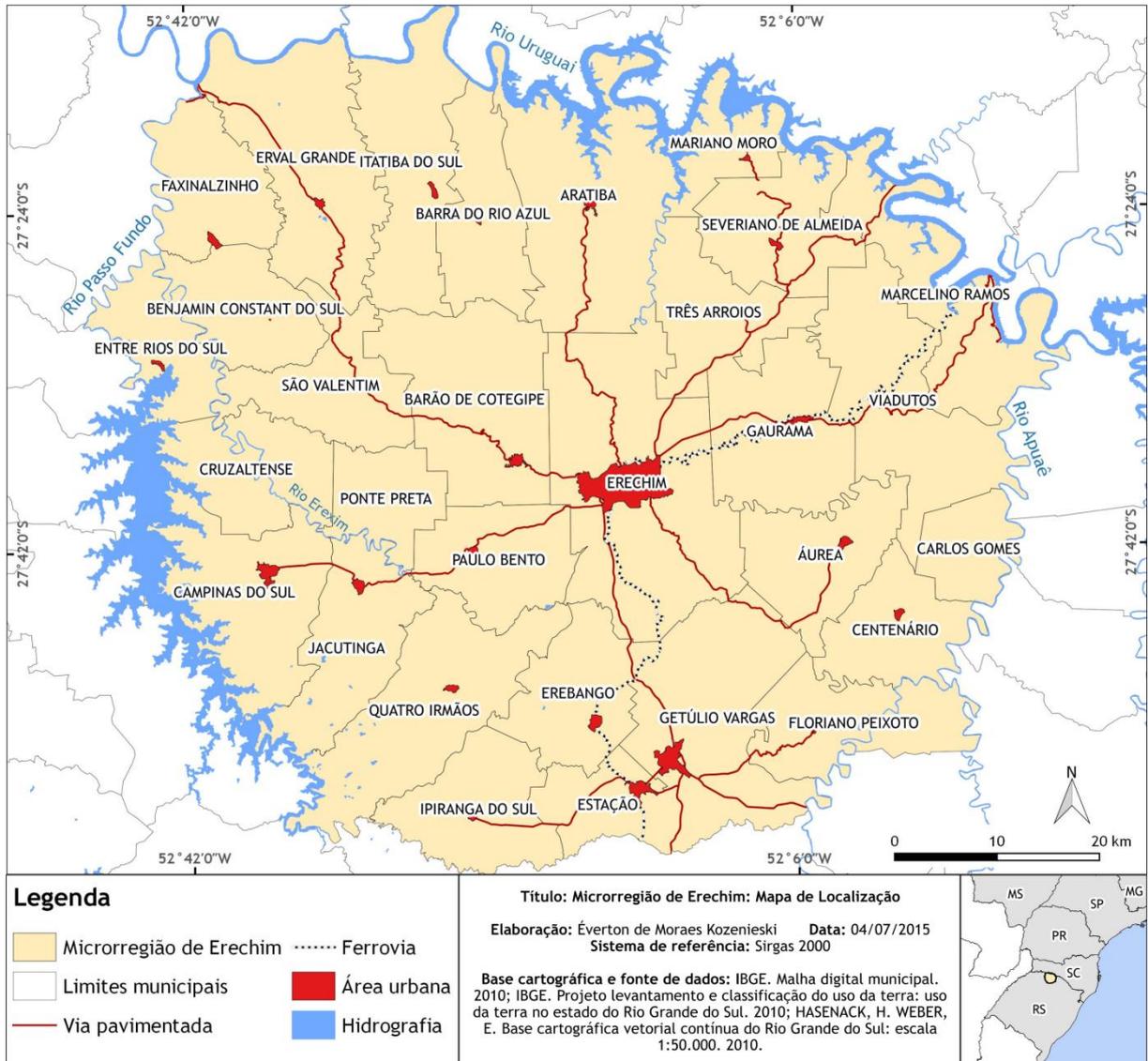
¹ O conceito de região é compreendido ao longo da pesquisa como um artifício, como sugere Haesbaert (2010), instrumento de análise que focaliza uma determinada dimensão espacial. A região, recorte espacial da pesquisa, corresponde, portanto, à proposta da microrregião geográfica.

² São eles: Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebango, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Florianópolis, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, São Valentim, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos.

³ Apresentaremos ao longo do trabalho considerações sobre as emancipações e a repartição do território original do município.

função dessas relações, às quais os camponeses estão subordinados, embora um grupo pouco expressivo desses agricultores desenvolva atividades produtivas alternativas.

Mapa 1 – Microrregião de Erechim: Mapa de localização



Fonte: IBGE (2010), HASENACK; WEBER (2010). Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

A realização da pesquisa, delineada com tais pressupostos e com um recorte espacial singular, tem a contribuir com os estudos sobre o rural e a agricultura, em particular na compreensão das dinâmicas presentes no norte do Rio Grande do Sul. Representa também um aporte aos estudos de Geografia Agrária no que concerne ao emprego da noção produção do espaço como possibilidade de análise às investigações sobre o rural. Além disso, oferece elementos que auxiliam os debates acerca do espaço rural brasileiro a partir das

particularidades da microrregião de Erechim, especialmente na relação entre camponeses e a produção de *commodities*.

Uma vez que estão postos os pontos de partida sob os quais se edificam o estudo, cabe apresentar os objetivos que buscamos alcançar com a investigação. Nesse sentido, a pesquisa desenvolvida como tese de doutorado tem como objetivo geral **compreender as transformações das dinâmicas produtivas e da agricultura⁴ do rural da microrregião de Erechim através da produção do espaço, destacando as contradições expressas por experiências alternativas ao modelo produtivo hegemônico.**

Para alcançá-lo, os seguintes objetivos específicos são necessários:

- a. Caracterizar o espaço rural da microrregião de Erechim através do reconhecimento das paisagens rurais;
- b. Identificar as diferentes estratégias de apropriação da natureza no campo, dentro de um contexto histórico, a partir da ocupação do espaço rural;
- c. Reconhecer as transformações ocorridas na agricultura e nas dinâmicas produtivas a partir do processo de modernização da agricultura;
- d. Analisar as estratégias de reprodução familiar e interpretar os significados atribuídos às relações dos agricultores com as práticas espaciais, as redes de relação e a paisagem;
- e. Identificar as principais contradições envolvidas na produção do espaço rural da microrregião de Erechim.

Os argumentos e os resultados da pesquisa estão dispostos ao longo de sete capítulos que constituem o desenvolvimento da investigação. Cabe ressaltar que as informações apresentadas ao leitor não seguem uma ordem cronológica. Tal fato constitui um formato de exposição dos resultados que segue os caminhos metodológicos utilizados no estudo. Desse modo, as considerações acompanham os movimentos de pesquisa, transitando entre diferentes períodos.

Em linhas gerais, temos no primeiro capítulo, intitulado **referencial teórico**, a apresentação dos conceitos-chaves da pesquisa, ou seja, os referenciais que têm centralidade na construção do modelo de análise da pesquisa. Destacam-se as conotações teóricas assumidas, especialmente no que se refere aos conceitos de espaço, campesinato, espaço rural e campo.

⁴ Compreendida em consonância com a definição de Suzuki (2009, p. 241): “[...] conjunto principal de atividades, relativas aos cultivos e aos sistemas criatórios, presentes no campo, conforme se convencionou nos estudos de Geografia da Agricultura.”

No segundo capítulo, **percurso investigativo**, são retratados os caminhos metodológicos adotados para realização do estudo. Nele são revelados o conjunto de princípios, orientações e ações que, de forma articulada, permitem a aproximação da pesquisa com a realidade a ser observada. Desse modo, busca-se descrever o método de pesquisa, os procedimentos metodológicos, as técnicas de obtenção e de análise de dados.

O terceiro, denominado **paisagens rurais da microrregião de Erechim**, apresenta um conjunto de descrições e de caracterizações do espaço rural. Trata-se do momento de designação do atual perfil das atividades agropecuárias da microrregião e de sua relação com as dinâmicas da natureza. Ao fim do capítulo, com a finalidade de reconhecer as formas e os objetos geográficos presentes no campo, apresenta-se ao leitor uma proposta de classificação das paisagens rurais.

O quarta capítulo da tese intitula-se **Espaço e tempo: a ocupação do rural na microrregião de Erechim**. Nela são expostos argumentos no sentido da conformação de diferentes formas de ocupação e organização do espaço em consonância com diferentes momentos históricos. Enfatizam-se as diferenciadas práticas, atividades agropecuárias e redes relacionadas aos processos produtivos que foram promovidas pelas populações indígenas, primeiras ocupantes da região, pelas entradas “brancas” pré-colonização e pelo processo de colonização iniciado no século XX.

O quinto, **considerações sobre a modernização da agricultura e o campesinato**, aponta para um conjunto de situações que sustentam o surgimento e a consolidação da modernização da agricultura, registrando os diferentes padrões agrários que caracterizam o caso brasileiro. Destacam-se também as estreitas relações entre a modernização da agricultura e as mudanças ocorridas, em particular com o campesinato e com a agricultura camponesa.

No sexto capítulo, denominada **espaço e tempo: a chegada da modernização da agricultura**, são apresentadas as transformações ocorridas nas dinâmicas produtivas, nas redes de relação e nas paisagens rurais a partir da introdução da modernização da agricultura na microrregião de Erechim. A argumentação demonstra um conjunto de novas situações que se impõem ao recorte espacial da pesquisa, conformando um novo perfil de produção do espaço.

O sétimo capítulo, **“de dentro da porteira”: perspectivas a partir dos agricultores**, expressa a experiência de pesquisa realizada a partir da transferência do foco da análise, passando a leitura da produção do espaço da microrregião sob a perspectiva “de dentro da porteira” das unidades de produção. Apresentaremos as estratégias desenvolvidas pelos agricultores em meio às possibilidades, aos contextos de restrições e de dependências.

Retratam-se, ainda, os significados elaborados pelos agricultores com relação à produção agrícola, às redes e à paisagem rural.

As **considerações finais** encerram as análises realizadas na pesquisa. Referem-se ao momento de avaliação do desenvolvimento na investigação, especialmente de apreciação dos objetivos propostos e dos resultados apresentados. Trata-se do momento de exposição das principais constatações do estudo, assim como de síntese das contradições que compõem o processo de produção do espaço na microrregião de Erechim. Sugerem-se, ainda, ao final, alguns desdobramentos para a realização de novas pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As diversas ciências sociais possuem um conjunto de conceitos e formulações teóricas que, além de lhe conferirem identidade e autonomia, expressam suas maneiras de interpretar os fenômenos e seus objetos de estudos. Esta pesquisa, que também trilha este caminho, está alicerçada, portanto, em referências teóricas, conceitos e definições, que se constituem importantes suportes para a análise para a qual nos propomos e que são apresentadas ao leitor em duas situações distintas. Algumas referências consideradas como fundamentais na construção do modelo de análise da pesquisa são apresentadas no transcorrer deste capítulo. Desse modo, seguem considerações sobre os conceitos-chaves de espaço, campesinato, espaço rural e campo. Outro conjunto de contribuições teóricas, igualmente importante, está disposto ao longo dos demais capítulos, sendo apresentados ao leitor conforme a utilização se demonstra necessária. Trata-se de formulações e conceitos que apresentam inserções mais pontuais e contribuições no sentido do aprofundamento dos instrumentos e marcos teóricos. Após essas considerações preliminares partimos para apresentação dos conceitos utilizados na pesquisa.

2.1 Espaço

Inicia-se a tarefa de caracterização dos conceitos-chaves da pesquisa pelo conceito de Espaço. Como ponto de partida, cabe tecer algumas considerações a respeito da diversidade de acepções atribuídas a esse. Nesse sentido, compactua-se com a perspectiva de Corrêa (2012, p. 15), por considerar que a expressão espaço geográfico ou simplesmente espaço “[...] aparece como vaga, ora estando associado a uma porção específica da superfície da Terra identificada seja pela natureza, seja por um modo particular como o Homem ali imprimiu as suas marcas, seja como referência à simples localização.” Como salienta o autor, o caráter vago e polivalente empregado à expressão são marcantes e, sem dúvida, provocam complicações em sua utilização.

Tendo em vista a diversidade de designações e definições, parte-se das proposições de Milton Santos na tarefa de precisar este conceito, uma vez que ele considera o espaço geográfico como objeto privilegiado de estudos da geografia. “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 2004, p. 63). Tal abordagem reforça o caráter interativo do espaço devido às inter-

relações entre sistemas de objetos e sistemas de ações, entre a natureza e a sociedade. Esses processos interacionais, que conformam o espaço, são relações historicamente constituídas e apresentam as marcas das sociedades e de seus tempos, em especial pelo desenvolvimento da técnica.

No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar com uma máquina. Através da presença destes objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rolagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. (SANTOS, 2004, p. 63).

Além das expressões relacionais, Santos (2008) considera que o espaço é, ao mesmo tempo, um fato social, um fator social e uma instância. Tais afirmações merecem ser apresentadas, segundo as acepções do autor. Enquanto fato social, o espaço é entendido como uma “coisa”, algo que é dotado de uma realidade objetiva que é comum a todos os indivíduos.

[...] ele [o espaço] existe fora do indivíduo e se impõe tanto ao indivíduo como à sociedade considerada como um todo. Assim, o espaço é um fato social, uma realidade objetiva. Como um resultado histórico, ele se impõe aos indivíduos. Estes podem ter dele diferentes percepções e isso é próprio das relações entre sujeito e objeto. Mas, uma coisa é a percepção individual do espaço, outra é sua objetividade. (SANTOS, 2008, p. 161).

Assim, o campo, por exemplo, é dotado de uma realidade objetiva que é comum a todos que com ele estabelecem relações. Contudo, diferentes indivíduos podem ter distintas percepções sobre o campo, mas tal fato tem sua constituição em ângulos particulares de uma realidade objetiva.

Além disso, o espaço é considerado como um fator, ou seja, ele constitui barreiras e/ou favorece o desenvolvimento de determinadas ações do Homem. O espaço, neste contexto, é dotado de características vinculadas à natureza e à sociedade, que produzem influências da difusão de ações. Desse modo, ele influencia na reprodução dos padrões espaciais, na mobilidade do capital, na difusão de informações, nas formas de apropriação da natureza, entre outros exemplos.

Por fim, cabe ponderar sobre o espaço enquanto instância da sociedade. Aceitar tal proposição coloca o espaço como uma estrutura social, junto às demais instâncias da sociedade, quem conjuntamente compõe uma totalidade. Assim, assume-se que o espaço possui certo número de características particulares que fazem dele algo diferente no conjunto

das instâncias sociais. Além disso, afirma-se que ele interage com as demais (econômicas, políticas, culturais, entre outras) e constitui interfaces.

Santos (2012), em outra obra, defende que o espaço pode ser compreendido e investigado mediante a interpretação dos processos dialéticos, ao longo do tempo, entre formas, funções, estruturas e processos. As formas referem-se aos aspectos visíveis do objeto ou de um arranjo de objetos. O campo, a cidade, uma casa, são consideradas objetos que possuem uma forma espacial. A função, por sua vez, é uma atividade ou tarefa esperada para uma determinada forma. Nesse sentido, pode-se esperar de uma casa (forma) o papel de habitar e de lazer, por exemplo. A estrutura, por sua vez, faz menção a inter-relações das partes de um todo. Configura-se como a matriz social de justificação das formas e dos objetos, em um determinado momento, tendo relação com seu modo de organização e de constituição. O processo, por fim, implica transformações ao longo do tempo. Remete à compreensão das ações em direção a um resultado. Pode ser entendido, em outras palavras, como uma estrutura em movimento de transformação. (SANTOS, 2012; CORRÊA, 2012).

Harvey (2012b), da mesma forma que Santos, apresenta considerações acerca do conceito de espaço, enfatizando, especialmente, as compreensões atribuídas nos estudos geográficos. A abordagem produzida está baseada na divisão tripartite entre espaço absoluto, espaço relativo e espaço relacional. Cabe detalhar os significados e sentidos atribuídos a essa tríade.

O espaço absoluto está relacionado a uma concepção que o define como uma grade preexistente, palco fixo e imóvel de acontecimentos e fenômenos. Trata-se de um invólucro, moldura sob a qual eventos e indivíduos estão inevitavelmente contidos. Representa a concepção de espaço que referencia todas as ações de mapeamento cadastral e práticas de engenharia, além de ser, socialmente, a concepção que designa a propriedade privada e outras entidades territoriais delimitadas (Estados, unidades administrativas, planos urbanos, entre outras). Tem inspiração nas concepções da física de Newton, na *res extensa* de Descartes e na geometria euclidiana.

O espaço relativo parte da premissa “[...] de que há múltiplas geometrias que podemos escolher e de que o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem.” (HARVEY, 2012b, p. 11). Nesse sentido, trata-se de uma compreensão que valoriza as relações, as redes e os fluxos em detrimento da contiguidade espacial. “Sabemos, dadas as fricções diferenciais da distância encontradas na superfície terrestre, que a distância mais curta (medida em termos de tempo, custo, energia gastos) entre dois pontos não é necessariamente dada pela linha reta frequentemente imaginada.”

(HARVEY, 2012b, p. 11). Desse modo, relativiza-se o caráter único da localização e da individualização, elementos presentes na concepção anterior, aspecto que exigem particularizações na análise de processos e fenômenos. Além do mais, a perspectiva do observador tem importante papel nessa concepção, uma vez que medidas dependem do modelo de referência daquele que observa. Cabe destacar ainda que as relações espaço-tempo são valorizadas nessa perspectiva e há possibilidade de expressar ritmos diferenciados da natureza, da sociedade e dos fenômenos. “Entender os ritmos espaço-temporais da acumulação de capital requer um quadro bastante diferente daquele necessário para entender as mudanças climáticas globais.” (HARVEY, 2012b, p. 12). Portanto, essa abordagem tem influência na física de Einstein e nas geometrias não-euclidianas.

O espaço relacional, segundo Harvey (2012b, p. 12), sustenta que os “processos não ocorrem *no* espaço mas definem seu próprio quadro espacial. O conceito de espaço está embutido ou é interno ao processo. Esta formulação implica que, como no caso do espaço relativo, é impossível separar espaço e tempo.” Tal concepção pressupõe que o espaço e o tempo existem a partir dos processos que os definem, perspectiva que valoriza as relações internas sem, no entanto, reduzir as influências externas. O trecho a seguir exemplifica a proposição do autor:

Um evento ou uma coisa situada em um ponto no espaço não pode ser compreendido em referência apenas ao que existe somente naquele ponto. Ele depende de tudo o que acontece ao redor dele (do mesmo modo que todos aqueles que entram em uma sala para discutir trazem com eles um vasto espectro de dados da experiência acumulados na sua relação com o mundo. Uma grande variedade de influências diferentes que turbilham sobre o espaço no passado, no presente e no futuro concentram e congelam em um certo ponto (por exemplo, em uma sala de conferência) para definir a natureza daquele ponto. (HARVEY, 2012b, p. 12-13)

O espaço relacional configura um quadro conceitual que complexifica a análise do espaço e impõe substanciais diálogos com outras áreas do conhecimento, para além da Geografia. A citação que segue possibilita mais alguns elementos de diferenciação entre as concepções.

Se considerarmos o espaço como absoluto ele se torna uma “coisa em si mesma”, com uma existência independente da matéria. Ele possui então uma estrutura que podemos usar para classificar ou distinguir fenômenos. A concepção de espaço relativo propõe que ele seja compreendido como uma relação entre objetos que existe pelo próprio fato dos objetos existirem e se relacionarem. Existe outro sentido em que o espaço pode ser concebido como relativo e eu proponho chamá-lo espaço relacional – espaço considerado, à maneira de Leibniz, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto pode ser considerado como existindo somente na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos.

(HARVEY, 2012b, p. 10)⁵

Apesar de tratarmos de forma diferenciada as três concepções que enunciámos, cabe ponderar que Harvey (2012b, p. 14-15) considera o espaço como sendo os três, ou seja,

O espaço não é nem absoluto, nem relativo, nem relacional em si mesmo, mas ele pode tornar-se um ou outro separadamente ou simultaneamente em função das circunstâncias. O problema da concepção correta do espaço é resolvido pela prática humana em relação a ele. Em outros termos, não há respostas filosóficas a questões filosóficas que concernem à natureza do espaço – as respostas se situam na prática humana. A questão “o que é o espaço?” é por consequência substituída pela questão “como é que diferentes práticas humanas criam e usam diferentes concepções de espaço?”. A relação de propriedade, por exemplo, cria espaços absolutos nos quais o controle monopolista pode operar. O movimento de pessoas, de bens, serviços e informação realiza-se no espaço relativo porque o dinheiro, tempo, energia, etc, são necessários para superar a fricção da distância. Parcelas de terra também incorporam benefícios porque contêm relações com outras parcelas... sob a forma do arrendamento, o espaço relacional se torna um aspecto importante da prática social humana.⁶

As proposições de Milton Santos, anteriormente apresentadas, e as de Harvey têm grande influência e repercussão na Geografia. Possibilitam uma série de reflexões e estratégias de análise sobre o espaço. Os dois autores⁷, em nossa leitura, desenvolvem suas proposições teóricas em diálogo teórico com a concepção de espaço social de Henri Lefebvre. Em nossa pesquisa, as concepções deste autor tem importante papel, aspecto que torna imprescindível apresentar aspectos de sua teoria.

O primeiro aspecto a ressaltar está relacionado ao entendimento de que o espaço é, fundamentalmente, entrelaçado pelas práticas sociais, ao vivido, não existindo, assim, *a priori* como receptáculo. Nessa abordagem, o espaço é um componente ativo das relações e das práticas sociais, não sendo apenas absoluto ou sinônimo de localização de “coisas” e de objetos. O espaço, portanto, caracteriza-se por ser social. Tais considerações constituem-se como uma crítica à concepção de espaço abstrato, espaço instrumental, que, na nossa leitura, possui conotação próxima à compreensão sobre espaço absoluto de Harvey (2012b), o qual é dominante no capitalismo. Desse modo, a crítica a tal concepção busca romper o discurso hegemônico, marca da sociedade contemporânea, que reafirma o espaço como sendo um produto acabado e isolado, uníssono, que o torna quantificável, planejável, mensurável,

⁵ Passagem originalmente publicada em “HARVEY, David. **Social Justice and the City**. Londres: Edward Arnold e Baltimore: John Hopkins University Press, 1973. p. 13”.

⁶ Passagem originalmente publicada em “HARVEY, David. **Social Justice and the City**. Londres: Edward Arnold e Baltimore: John Hopkins University Press, 1973”.

⁷ Corrêa (2012) afirma que “A vasta obra de Milton Santos está, ainda que não de modo exclusivo, fortemente inspirada em Lefebvre e em sua concepção de espaço social.” (p. 26)

vendável. (LEFEBVRE, 2000; LOREA, 2013).

Nesse sentido, o tensionamento produzido por sua teoria pressupõe que o espaço social não consiste “[...] numa coleção de coisas, numa soma de fatos (sensíveis), nem tão-somente num vazio preenchido, como uma embalagem, de matérias diversas, que ele não se reduz a uma ‘forma’ imposta aos fenômenos, às coisas, à materialidade física.” (Tradução de LEFEBVRE, 2006, p. 31-32)⁸. Como destaca Lorea (2013), “Ele mesmo é o resultado da ação social, das práticas, das relações, das experiências sociais, no entanto, por sua vez é parte delas. É suporte, mas também é campo de ação. Não há relações sociais sem espaço, de igual modo não há espaço sem relações sociais.” (Livre tradução)⁹.

Assim, o espaço é produto das relações sociais, parte delas, assim como é condição para sua existência. Como reafirma Gutiérrez (2013, p. 47),

[...] não se pode conceber como estático, passivo ou vazio, como se fosse somente um objeto intercambiável (por muito que este seja na economia capitalista). Na qualidade de produto, o espaço toma parte da produção, e é produtor e suporte das relações econômicas e sociais, das forças produtivas, da divisão do trabalho (abordagem que deixa para trás a interpretação marxista tradicional do espaço social como superestrutura. (Livre tradução)¹⁰

Enquanto produto social, como bem demonstra a passagem anterior, ele apresenta diferentes atributos do que outras “coisas”. Requer, portanto, uma acepção mais ampla que aquela restrita à fabricação de objetos. Nas palavras do próprio autor:

O espaço (social) não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; envolve as coisas produzidas e compreende suas relações em sua coexistência e simultaneidade: ordem (relativa) ou desordem (relativa). Ele é o resultado de uma série, de um conjunto de operações, e não pode ser reduzido a um simples objeto. Assim, nada tem de ficção, de irrealidade ou de “idealidade” comparável a um signo, de uma representação, de uma idéia, de um sonho. Efeito de ações passadas, ele permite ações, as sugere ou as proíbe. (SANTOS, 2008, p. 190)¹¹.

⁸ “[...] en une collection de choses, en une somme de faits (sensibles), pas plus qu’en un vide rempli, comme un emballage, de matières diverses, - qu’il ne se réduise pas à une «forme» imposée aux phénomènes, aux choses, à la matérialité physique, il va falloir le montrer.” (LEFEBVRE, 2000, p. 36)

⁹ “El mismo es el *resultado* de la acción social, de las prácticas, las relaciones, las experiencias sociales, pero a su vez es *parte de ellas*. Es soporte, pero también es campo de acción. No hay relaciones sociales sin espacio, de igual modo no hay espacio sin relaciones sociales.” (LOREA, 2013, p. 14)

¹⁰ “[...] no se puede concebir como estático, pasivo o vacío, como si fuera sólo un objeto intercambiable o consumido (por mucho que lo sea en la economía capitalista). En calidad de producto, el espacio forma parte de la producción, y es productor y soporte de las relaciones económicas y sociales, de las fuerzas productivas, de la división del trabajo (planteamiento que deja atrás la interpretación marxista tradicional del espacio social como superestructura).” (GUTIÉRREZ, 2013, p. 47)

¹¹ “Or, l’espace (social) n’est pas une chose parmi les choses, un produit quelconque parmi les produits; il enveloppe les choses produites, il comprend leurs relations dans leur coexistence et leur simultanéité: ordre (relatif) et/ou désordre (relatif). Il résulte d’une suite et d’une ensemble d’opérations, et ne peut se réduire à un simple objet. Pourtant, il n’a rien d’une fiction, d’une irréalité ou «idéalité» comparable à celle d’un signe,

Nessa perspectiva, produzir o espaço vai além da construção de objetos e formas espaciais agrupadas em uma determinada localidade. A produção do espaço não se restringe à produção da materialidade ou a uma abordagem em que o econômico é a única perspectiva a ser analisada, como destaca Souza (2013, p. 41):

[...] já por aí se descortina a possibilidade de ver a ‘produção’ como sendo não apenas a produção de bens materiais (móveis e imóveis), mas também a produção simbólica e de relações de poder. O termo ‘produção’ é suficientemente amplo e plástico para comportar essa multiplicidade de dimensões.

Assim, mais do que considerar o que está no espaço, algo amplamente concretizado por diversas ciências, considera-se sua produção. Isso impõe considerar que “O espaço é para ser entendido em um sentido ativo como uma intrincada rede de relações que é produzida e reproduzida continuamente. O objeto da análise é, conseqüentemente, o processo ativo de produção que acontece no tempo.” (SCHMID, 2012, p. 18). A intenção tem foco privilegiado nas relações sociais e envolve interações entre a sociedade e a natureza, o que abarca a multidimensionalidade das relações sociais, seja na constituição de símbolos ou pelo processo de acúmulo capitalista. A concepção de produção do espaço “Não se coloca, pois, com um mero feito da natureza modificada nem como resultado da cultura, mas sim do produto de uma segunda natureza (a sociedade urbana) que já é a nossa – e como produto não faz referência a um simples objeto ou coisa, senão a um conjunto de relações.” (Livre tradução)¹²

A tese defendida por Lefebvre, de que o espaço é um produto social, é base para a construção de sua busca por uma teoria unitária do espaço, envolvendo o físico, o mental e o social. Frente a tais colocações e proposição, cabe ponderar sobre os possíveis caminhos investigativos que a teoria sobre a produção espaço nos oferece. Nesse sentido, concordamos com a ponderação de Schmid (2012, p. 91):

A chave para a teoria de Lefebvre é a compreensão de que a produção do espaço pode ser dividida em três dimensões ou processos dialeticamente interconectados. [...] Eles são duplamente determinados e da mesma forma duplamente designados. Por um lado, eles se referem à tríade da ‘prática espacial’, ‘representações do espaço’ e ‘espaços de representação’. Por outro lado, eles se referem ao espaço ‘percebido’, ‘concebido’ e ‘vivido’.

Cabe apresentar as acepções a respeito das tríades que representam os processos da

d’une représentation, d’une idée, d’un rêve. Effet d’actions passés, il permet des actions, en suggère ou en interdit.” (LEFEBVRE, 2000, p. 88-89)

¹² “No se plantea pues como un mero hecho de la naturaleza modificada ni como resultado de una cultura, sino del producto de una segunda naturaleza (la sociedad urbana) que es ya la nuestra —y como producto no hace referencia a un simple objeto o cosa, sino a un conjunto de relaciones.” (GUTIÉRREZ, 2013, p. 47).

produção do espaço. Inicia-se pela abordagem na qual se destaca o espaço percebido, concebido e vivido. Antes de tudo, cabe ponderar que esse enfoque é influenciado por uma perspectiva fenomenológica do espaço que tem foco no processo de produção social do pensamento, da ação e das experiências. Trata-se de um enfoque que parte do sujeito, contudo o integra ao movimento da sociedade. Assim, torna-se individual e social. (SCHMID, 2012).

Inicialmente, destaca-se o espaço percebido, o qual se relaciona aos aspectos perceptíveis que podem ser apreendidos pelos sentidos no espaço. Relaciona-se com as formas sensoriais de apreensão da materialidade, dos “elementos” do espaço. Trata-se da interação entre o sujeito e a materialidade. Tal situação o torna um componente essencial de toda prática social. O segundo, o espaço concebido, está ligado à produção de conhecimento. Trata-se da atividade mental na qual os sujeitos concebem o espaço pelo pensamento. Forma na qual os sujeitos produzem (concebem) sentidos aos elementos e arranjos do espaço. Por fim, o espaço vivido, o qual congrega o mundo como ele é experimentado na vida cotidiana. Trata-se das formas nas quais os sujeitos experimentam as práticas e vivências espaciais. Compreende as experiências espaciais vividas. (SCHMID, 2012). Ao desvendar a produção do espaço por meio das designações do percebido, do concebido e do vivido, apresentam-se formas nas quais os sujeitos, em meio a sua reprodução cotidiana (trabalhos, lazer, necessidades biológicas e sociais, entre outras), se encontram na efetivação de práticas espaciais.

Ademais, cabe apresentar o segundo conjunto de designações que compõem os momentos de produção do espaço, constituídas através das designações: “prática espacial”, “representação do espaço” e “espaço de representação”. As práticas espaciais estão intimamente relacionadas à dimensão material das atividades e das interações sociais, como destaca Lefebvre:

[...] A prática espacial, que engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão. Essa coesão implica, no que concerne ao espaço social e à relação de cada membro de determinada sociedade ao seu espaço, ao mesmo tempo uma competência certa e uma certa performance. (Tradução de LEFEBVRE, 2006, p. 36)¹³

Harvey (2012b, p. 19) elabora algumas considerações ao tratar desse elemento: “O

¹³ [...] *La pratique spatiale*, qui englobe production et reproduction, lieux spécifiés et ensembles spatiaux propres à chaque formation sociale, qui assure la continuité dans une relative cohésion. Cette cohésion implique pour ce qui concerne l'espace social et le rapport à son espace de chaque member de telle société, à la fois une *compétence* certaine et une certaine *performance*." (LEFEBVRE, 2000, p. 42)

espaço material corresponde simplesmente para nós, humanos, ao mundo da interação tátil e sensorial com a matéria, é o espaço da experiência. Os elementos, momentos e eventos deste mundo são constituídos da materialidade de algumas qualidades.” Nesse primeiro elemento da tríade, as dinâmicas da sociedade constituem inter-relações que, concretamente, “[...] poder-se-ia pensar como as redes de interação e comunicação se erguem na vida cotidiana (ex. a conexão diária entre casa e o local de trabalho) ou no processo de produção (relações de produção e troca).” (SCHMID, 2012, p. 99). As práticas espaciais estão relacionadas às interações que constituem as relações sociais, as quais ocorrem em diferentes escalas e estão associadas à materialidade, às formas e aos objetos, sejam eles naturais ou produzidos pela própria sociedade.

A representação do espaço emerge ao nível do discurso e da fala, encerra formas como as descrições, as definições e as teorias relacionadas ao conhecimento científico e às disciplinas especializadas. Trata-se de uma imagem do espaço que também o define, permeada de conhecimentos e ideologias. Imagem elaborada por meio do conhecimento científico dos

[...] planificadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da cientificidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido (o que perpetua as sábias especulações sobre os Números: o número de ouro, os módulos e “canhões”). É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderiam (com algumas reservas sobre as quais será preciso retornar) para um sistema de signos verbais, portanto, elaborados intelectualmente. (Tradução de LEFEBVRE, 2006, p. 40)¹⁴

O segundo elemento da tríade é assim caracterizado por Harvey (2012b, p. 19):

A maneira pela qual representamos este mundo é outra coisa, mas ainda aqui nós não concebemos ou representamos o espaço de maneira arbitrária; nós procuramos as descrições apropriadas, se não exatas, das realidades materiais que nos circundam por meio de representações abstratas (palavras, gráficos, cartas, diagramas, imagens, etc.).

Enquadram-se nessa perspectiva as narrativas, as teorias, as representações cartográficas e as definições, elaboradas intelectualmente com a intenção de apresentar e analisar o espaço. Trata-se do esforço de produzir compreensões, sempre num processo de

¹⁴ “[...] planificateurs, des urbanistes, des technocrates «découpeurs» et «agenceurs», de certains artistes proches de la scientificité, identifiant le vécu et le perçu au conçu (ce que perpétuent les savantes spéculations sur le Nombres: le nombre d’or, les modules et «canons»). C’est l’espace dominant dans une société (un mode de production). Les conceptions de l’espace tendraient (avec quelques réserves sur lesquelles il faudra revenir) vers un système de signes verbaux donc élaborés intellectuellement.” (LEFEBVRE, 2000, p. 48-49)

“tradução” da “realidade” espacial, com capacidade de intervenção nas práticas espaciais e nas suas significações.

O espaço da representação, por sua vez, constitui-se como o aspecto simbólico do espaço, ou seja, trata-se de processos de significação que se estão atrelados à materialidade, podem estar relacionados à “[...] natureza como as árvores ou formações topográficas proeminentes, ou eles poderiam ser artefatos, prédios e monumentos; eles poderiam também se desenvolver a partir da combinação de ambos, como, por exemplo, as ‘paisagens’.” (SCHMID, 2012, p. 99). Trata-se da “ordem” material que aflora na superfície e pode tornar-se um veículo de transmissão de significados, como salienta Lefebvre :

[...] Os espaços de representação, apresentam (com ou sem código) simbolismos complexos, ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também à arte, que eventualmente poder-se-ia definir não como código do espaço, mas como código dos espaços de representação. (Tradução de LEFEBVRE, 2006, p. 36)¹⁵

O espaço da representação provoca uma dimensão na qual a materialidade do espaço constitui-se como veículo que comunica símbolos, que remontam e invocam normas, valores e experiências sociais. Como destaca Harvey (2012b), o viver engloba outros elementos além das relações com a materialidade e, desse modo, as imaginações, os medos, as emoções, desejos, entre outros elementos, fazem parte, também da produção do espaço. Assim,

Estes espaços de representação são uma parte integrante de nosso modo de viver no mundo. Podemos igualmente procurar representar a maneira com que este espaço é emocionalmente, afetivamente, mas também materialmente vivido através de imagens poéticas, composições fotográficas, reconstruções artísticas. A estranha espaço-temporalidade de um sonho, de um desenho, de uma aspiração oculta, de uma lembrança perdida ou mesmo de uma sensação ou tremer de medo quando andamos em uma rua, pode ser representada através de obras de arte que, em última instância, têm sempre uma presença mundana no espaço e tempo absolutos. (HARVEY, 2012b, p. 19).

As proposições de Lefebvre apontam caminhos nos quais se torna possível compreender a produção do espaço. Tais caminhos, constituídos e designados duplamente, apresentam processos tríplexes, que estão interconectados e se relacionam dialeticamente. Alerta-se, contudo, que:

A triplicidade: percebido-concebido-vivido (espacialmente: prática do espaço - representação do espaço – espaços de representação) perde seu alcance caso se lhe

¹⁵ “[...] *Les espaces de représentation*, présentant (avec ou sans codage) des symbolismes complexes, liés au côté clandestin et souterrain de la vie sociale, mais aussi à l’art, qui pourrait éventuellement se définir non pas comme code de l’espace mais comme code des espaces de représentation.” (LEFEBVRE, 2000, p. 43).

atribua o estatuto de um “modelo” abstrato. Ou ela apreende o concreto (e não o “imediato”), ou ela tem uma importância apenas reduzida, a de uma mediação ideológica entre muitas outras. (Tradução de LEFEBVRE, 2006, p. 41)¹⁶

Além das considerações apresentadas acerca das proposições que envolvem a compreensão do espaço – físico, mental e social –, gostaríamos de apresentar, a título de exemplificação, o Quadro 1, através do qual Harvey (2012b) busca articular a tríade de sua autoria com a tríade Lefebvriana (prática espacial, representação do espaço e espaço de representação). Trata-se de uma matriz sugestiva que situa e interliga as duas proposições que discutimos nesses capítulos a situações concretas e teóricas frequentemente abordadas nos estudos geográficos.

A produção do espaço configura-se como de forma ativa, dinâmica, no qual há processos de produção material, produção de conhecimentos e produção de significados. Nesse contexto, o cotidiano, a temporalidade e o espaço são resultados de apreensões, projetos, significações e ações do homem. O devir, ou mesmo as contradições de uma sociedade, expressam-se nas mais diversas interconexões que são possibilitadas pelos momentos da produção do espaço.

Cabe ponderar que a construção teórica de Milton Santos, assim como em boa parte da bibliografia que trata desse tema na Geografia, tem como abordagem o debate em torno do espaço geográfico, enquanto que a proposição de Henri Lefebvre enfatiza o espaço social. De fato são designações e conceitos distintos, contudo com significados muito próximos nessa análise. Dessa forma, compartilhamos da compreensão de Souza (2013, p. 31-32):

[...] é possível valorizar o conceito de espaço social sem, por outro lado, abrir mão do de espaço geográfico. Da perspectiva da pesquisa sócio-espacial, é como se tivéssemos duas “camadas” ou dois níveis de conceitos primordiais, sendo o conceito de espaço geográfico um pouco mais amplo, e o de espaço social (que equivale a uma qualificação do de espaço geográfico) podendo ser compreendido como mais específico e, a rigor, mais central. Das interfaces do espaço social com as diferentes dimensões das relações sociais emergem os conceitos de *território*, *lugar* e muitos outros, que podem ser vistos como *conceitos derivados*.

Do mesmo modo compartilhamos os apontamentos de Fernandes (2013, p. 282):

O Espaço geográfico contém todos os tipos espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares.

¹⁶ La triplicité: perçu – conçu – vécu (spatialement: pratique de l’espace – représentation de l’espace – espaces de représentation) perd sa portée si on lui attribue le statut d’un «modèle» abstrait. Ou bien elle saisit du concret (et non de l’«immediat») ou bien elle n’a qu’une importance restreinte, celle d’une médiation idéologique parmi beaucoup d’autres.” (LEFEBVRE, 2000, p. 50)

Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento. O espaço social é uma dimensão do espaço geográfico e contém a qualidade da completividade. Por causa dessa qualidade, o espaço social complementa o espaço geográfico. O mesmo acontece com todos os outros tipos de espaços. Esse é o caráter da composicionalidade, em que as dimensões são igualmente espaços completos e completivos.

Quadro 1 – Uma matriz dos possíveis significados do espaço como palavra-chave

	Espaço material (espaço experimentado)	Representações do espaço (conceitualizado)	Espaços de representação (espaço vivido)
Espaço absoluto	Muros, pontes, portas, solo, teto, ruas, edifícios, cidades, montanhas, continentes, extensões de água, marcadores territoriais, fronteiras e barreiras físicas, condomínios fechados	Mapas cadastrais e administrativos; geometria euclidiana; descrição de paisagem; metáforas do confinamento, espaço aberto, localização, arranjo e posição (comando e controle relativamente fáceis) – Newton e Descartes	Sentimentos de satisfação em torno do círculo familiar; sentimento de segurança ou encerramento devido a confinamento; sentimento de poder conferido pela propriedade, comando e dominação sobre o espaço; medo de outros que “não são Dali”.
Espaço (tempo) relativo	Circulação e fluxo de energia, água, ar, mercadorias, povos, informação, dinheiro, capital; acelerações e diminuições na fricção da distância.	Cartas temáticas e topológicas (ex: o sistema de metrô de Londres); geometrias e topologias não euclidianas; desenhos de perspectiva; metáforas de saberes localizados, de movimento, mobilidade, deslocamento, aceleração, distanciamento e compressão do espaço-tempo (comando e controle difíceis requerendo técnicas sofisticadas). Einstein e Riemann	Ansiedade por não chegar na aula no horário; atração pela experiência do desconhecido; frustração num engarrafamento; tensões ou divertimentos resultantes da compressão espaço-tempo, da velocidade, do movimento.
Espaço (tempo) relacional	Fluxos e campos de Energia Eletromagnética; relações sociais; superfícies econômicas e de renda potenciais; concentrações de poluição; potenciais de energia; sons, odores e sensações trazidas pelo vento.	Surrealismo; Existencialismo; Psicogeografias; Ciberespaço; metáforas de incorporação de forças e de poderes (comando e controle muito difíceis – teoria do caos, dialética, relações internas, matemáticas quânticas) – Leibniz, Whitehead, Deleuze, Benjamin.	Visões, fantasmas, desejos, frustrações, lembranças, sonhos, fantasmas, estados psíquicos (ex: agorafobia, vertigem, claustrofobia)

Fonte: HARVEY (2012b, p. 22-23). Editado por Éverton de Moraes Kozenieski.

Portanto, com base nesses argumentos, torna-se possível considerar, embora haja diferenças, a integração entre as leituras produzidas sobre o espaço (geográfico) e o espaço social. Da mesma forma, eles podem estar articulados com outros conceitos geográficos que deles emergem, como paisagem, território, lugar, etc.

2.2 Campesinato

Além da perspectiva teórica sobre o espaço, cabe tecer algumas considerações sobre os sujeitos do campo e a leitura produzida sobre eles na pesquisa, especialmente devido às características da microrregião de Erechim. Nesse caminho, temos como referência para a discussão os marcos teóricos sobre o campesinato. Essa linha de produção teórica é permeada por apontamentos que indicam definições, caracterizações e leituras distintas, aspectos que produzem controvérsias que perpassam desde a existência ou não do campesinato na História brasileira, passando pelas transformações sociais constituídas pela modernização da agricultura e a precisão ou não do uso dessa denominação. Entre um amplo espectro de polêmicas nos limitamos a transitar por aquelas que dialogam diferentemente com a pesquisa.

Nesse caminho, temos como marco de partida os estudos de Martins, para o qual a palavra camponês tem uso recente no Brasil. Sua utilização remonta a década de 1950, estando associada às reivindicações da esquerda latino-americana. O termo, portanto, corresponde a uma categoria política que remete à existência de uma classe camponesa formada por agricultores excluídos do pacto político e dos mecanismos econômicos e sociais. Assim, seu emprego contribui ao dar unidade e sentido às lutas no campo daqueles anteriormente denominados caipiras, caiçaras, tabaréus, caboclos, colonos, entre outros. (MARTINS, 1995; SABOURIN, 2009). Desse modo, a palavra camponês, assim como o termo latifundiário, carregam uma densidade de significações.

[...] são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas camponesas. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção de História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico. (MARTINS, 1995, p. 22-23).

O cunho político atribuído ao termo foi importante para diversas lutas no campo desde situações do passado como embates contemporâneos. Assim, o termo é fundamento da atuação política de movimentos sociais, desde a conformação das Ligas Camponesas iniciadas em 1955, até o emprego do termo pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e um conjunto de movimentos articulados à Via Campesina, sendo sua utilização significativa atualmente. Cabe destacar que essa qualidade política atribuída ao termo campesinato foi perseguido em alguns momentos históricos, como argumenta Wanderley (2014, p. 30):

[...] a palavra “camponês” carrega um forte conteúdo político, pois ela é frequentemente associada ao movimento camponês, que foi duramente perseguido, como “subversivo” pelos governos militares, que dirigiram o Brasil de 1964 a 1985. A busca de uma expressão politicamente mais “neutra” levou, nesse período, a que fossem adotadas, oficialmente, denominações como “pequenos produtores”, “agricultores de subsistência”, “produtores de baixa renda” que, além de imprecisas, carregavam um forte conteúdo depreciativo.

Nesse contexto, os camponeses se metamorfoseiam, pelo menos no que concerne à intenção do Estado, em pequenos produtores, agricultores de subsistência, produtores de baixa renda. Como destacamos, apesar de tal perseguição, o termo apresenta uso e importâncias entre alguns movimentos sociais.

Além do cunho político atribuído ao termo, podemos destacar que o camponês é foco teórico para as análises do campo, sendo, portanto, uma categoria de análise científica. A tradição de estudo que segue esse caminho tem como primórdios a situação europeia na qual se tem centralidade na análise do camponês típico da realidade medieval em meio às transformações pela ascensão do capitalismo e suas conseqüentes mudanças estruturais (SABOURIN, 2009; MARQUES, 2008; SHANIN, 2005). Esses marcos pressupõem a construção de um modelo geral de camponês, transposição que, quando aplicada à realidade brasileira, pode gerar descompassos. Como destaca Shanin (2005, p. 1), “Para começar, ‘um camponês’ não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo.” Além disso, o autor reitera que:

Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas. Os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não-camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. (SHANIN, 2005, p. 18).

Nessa leitura, parte-se da perspectiva de que os camponeses estão associados a uma pluralidade de forma de existência, ou seja, diversidade de formas e modos de vida expressa no tempo e no espaço. Nesse caminho, a diversidade de situações possíveis apresenta limites à construção de um modelo universal válido para todas as experiências existentes.

Além de apontar tais preocupações sobre a diversidade, Shanin (2005) pondera que através dos estudos sobre o tema pode-se observar seis categorias de características amplamente difundidas para distinção dos camponeses dos não camponeses. Assim temos como traços genéricos: *economia camponesa*, que “[...] se caracteriza por formas extensivas

de ocupação autônoma (ou seja, trabalho familiar), pelo controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional multidimensional.” (p. 3); *padrões e tendências de organização política*, que se expressam por sistemas de intermediação e apadrinhamento, entre outras formas, que se manifestam semelhantemente em diferentes contextos espaciais; *normas e cognições típicas e muito semelhantes*, que se relacionam à racionalização tradicional e conformista, ao papel da tradição oral, aos “mapas cognitivos”, aos padrões de sociabilidade, aos padrões de cooperação e, entre outros aspectos, às tendências ideológicas; *unidades básicas de organização social*, que se referem às características semelhantes e ao funcionamento, especialmente, do grupo doméstico, mas também das comunidades e de um circuito mais amplo de relações; *dinâmica social específica da sociedade camponesa*, ou seja, pode-se identificar modos padrões específicos e genéricos dos camponeses no que concerne à produção das necessidades materiais, à reprodução dos atores humanos e do sistema de relações sociais mostram, que pode ser exemplificado pelo ritmo de vida associado aos principais ciclos “naturais”; *generalização das causas e padrões fundamentais de mudança estrutural dos camponeses*, ou seja, a produção de leituras acadêmicas que tendem a apontar, mesmo em meio à diversidade de experiências, para trajetórias e tendência comuns. (SHANIN, 2005).

Os estudos acadêmicos sobre os camponeses apresentam riqueza e amplitude, contudo, segundo Ploeg (2008), a tradição em torno dessas pesquisas apresentam limites e contradições com a atual realidade. Desse modo, o autor aponta para quatro lacunas. Primeiramente destaca a produção de uma dicotomização do mundo, especialmente através da leitura do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Os estudos atribuem teorias e conceitos distintos para ambas e, em amplo sentido, associam os camponeses ao cenário do subdesenvolvimento no qual são interpretados com significados do atraso, de marginal, aquilo que é anterior à modernização. O segundo ponto está relacionado ao papel distintivo da agricultura como elemento definidor do campesinato, ou seja, “[...] o *modo camponês de fazer agricultura* tem sido, amplamente, negligenciado.” (p. 37). O autor considera que o envolvimento com a agricultura, especialmente o ordenamento específico produzido pelas relações camponesas, pouco é apresentado nos estudos. Outro aspecto relaciona-se ao restrito espaço nas pesquisas sobre o papel de agência dos camponeses, já que eles são considerados como subordinados e, por vezes, vítimas passivas de processos da sociedade. O autor chama atenção para a produção de leituras da realidade, formas de atuação e saberes dos camponeses, destacando a multidimensionalidade de formas de resistências. E, por fim, diz respeito aos novos padrões de diferenciação político-econômica no campo, resultado da

“onda” modernizadora no campo. Para o autor não é possível pensar a demarcação do campesinato apenas através do dualismo clássico camponês em contraposição ao agricultor capitalista. Ou seja, no cenário analítico deve-se considerar ainda a racionalidade e agência dos empresários agrícolas, que, na leitura do autor, configuram-se como outra categoria social, resultado da modernização. (PLOEG, 2008).

Aproximando a análise para a condição do campesinato no Brasil e a produção acadêmica nacional, destacamos os argumentos apresentados por Martins (2010). Em sua pesquisa sobre as fazendas de café em meio ao regime de colonato em São Paulo no século XIX e XX, o autor considera que o complexo sistema de produção propiciou relações entre colonos, fazendeiros e setor comercial. Através das condições para consolidações de relações de acúmulo de capital, o sistema de produção promoveu relações de trabalho no qual o capital não se apropriava diretamente do processo de produção. O trabalho dos colonos combinava a produção do café, assim como a produção dos seus meios de vida. Desse modo, ao mesmo tempo em que trabalhavam para si, trabalhavam para os fazendeiros, sujeitos ao controle dos seus tempos de trabalho pelos fazendeiros.

Entre outras situações que poderíamos reter da análise de Martins (2010), sublinhamos a constatação da contraditória produção capitalista de relações não capitalistas no campo.

A produção capitalista de relações não capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo – o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas ao capital, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria a um só tempo as condições de sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado. (MARTINS, 2010, p. 37).

Essa citação reconhece a contradição das relações de produção no campo. Nesse sentido, no contexto brasileiro há condições de existência de formas e relações tipicamente não capitalistas, ou seja, o campesinato enquanto classe social possui mecanismos para sua reprodução em meio às articulações com a sociedade.

Santos (1978) promove outra pesquisa que apresenta importantes considerações sobre o campesinato. O autor desenvolve estudos sobre os colonos da encosta superior do Planalto Gaúcho¹⁷ e indica que eles possuem processos de trabalho típicos do campesinato.

¹⁷ A referência para o estudo é o município de Bento Gonçalves-RS.

Trata-se de um contexto regional no qual a população “[...] é constituída de camponeses, proprietários da terra e dos outros meios de produção, que utilizam força de trabalho familiar. Combinam a produção para subsistência com a mercantil, especializada na viticultura.” (SANTOS, 1978, p. 25). Os camponeses típicos do norte do Rio Grande do Sul caracterizam-se como uma classe social que possui relações de trabalho em preceitos não capitalista. Assim, portanto, compreende o autor:

[...] parece-me legítimo afirmar que o processo de trabalho camponês é um processo de trabalho não especificamente capitalista reproduzido historicamente pelo modo de produção capitalista: o camponês do Brasil meridional é um personagem não especificamente capitalista que se constitui na história pelo modo de produção capitalista, determinado como produtor de mercadorias e criador de trabalho excedente. (SANTOS, 1978, p. 23).

As considerações apresentadas ratificam a ideia de existência de uma classe social camponesa que reproduz processos não capitalistas, contraditoriamente, em meio a relações da sociedade capitalista. Acreditamos serem significativos os quatro argumentos que sustentam tais conclusões.

Em primeiro lugar, o camponês inserido no modo de produção capitalista não se relaciona com a terra “como uma condição natural de produção”, mas sua relação é determinada pelo fato de a terra ser equivalente de mercadoria cuja apropriação se faz mediada pelo valor de troca. Em consequência, também não se defronta como uma “entidade comunal” enquanto formação real, mas apenas enquanto representação utópica. Em segundo lugar, o camponês detém a propriedade sobre os meios de produção, não ocorrendo a “dissolução das relações em que o homem mostra-se como o proprietário do instrumento”. Assim, podem-se reconhecer na produção camponesa os elementos de uma “forma de trabalho artesanal”. Em terceiro lugar, o camponês possui os meios de vida “necessários a sua manutenção como produtor”. Na unidade camponesa, combinam-se a produção de meios de vida, “o fundo de consumo”, e a produção de mercadorias. Em quarto lugar, o camponês não inclui como “parte direta das condições objetivas de produção” mas se antepõe a elas, enquanto proprietário as condições de seu trabalhos. (SANTOS, 1978, p. 22).

Outro ponto de destaque da pesquisa mencionada está relacionado aos elementos da produção camponesa, característicos do campesinato em foco. Portanto, Santos (1978) apresenta oito elementos que se constituem de critérios e variáveis-chave para compreensão dessa sociedade:

1) Força de trabalho familiar

O trabalho nas unidades camponesas é eminentemente familiar, ou seja, cada integrante da família desempenha um trabalho útil e concreto, resultado de articulações e cooperações intrafamiliares. “A família camponesa se converte em um trabalhador coletivo” (p. 34) com foco no valor de uso do trabalho.

2) *Práticas de ajuda mútua*

O processo de articulação das famílias camponesas no sentido da prestação de auxílios mútuos. São eventos caracterizados pela troca de dias de trabalho ou mutirões entre vizinhos, quando necessário, que tem como finalidade o apoio a determinada família camponesa. Trata-se de uma atividade de solidariedade e de afirmação de laços comunitários.

3) *Trabalho acessório do camponês*

A transformação periódica dos camponeses, daquelas famílias que possuem flexibilidade de seus membros em trabalhador assalariado para outro camponês, cuja família não basta para a atividade. Trata-se de uma forma de otimização do trabalho familiar, em parte ociosa, e de constituição de uma forte renda suplementar.

4) *Força de trabalho assalariada*

A contratação de trabalhadores assalariados, que, diferentemente da lógica capitalista, atendem o ciclo de reprodução familiar. Trata-se de contratações temporárias, anuais ou mensais, por insuficiência de mão de obra disponível para o trabalho. Cabe destacar que algumas atividades de colheita, por exemplo, devem ser realizadas em prazos exíguos. Em boa medida a contratação se dá na situação de trabalho acessório.

5) *Socialização do camponês*

A socialização do camponês relaciona-se aos processos de “procriação” e socialização das crianças. Trata-se do contexto característico em que os jovens se tornam membros da sociedade e adquirem conhecimentos sobre os papéis determinados pela divisão social do trabalho. Como lembra o autor, a unidade produtiva contém o núcleo familiar e o núcleo produtivo, integrando relações de trabalho e de vida familiar.

6) *Propriedade da terra*

Trata-se da situação legal da posse da terra, base para as atividades agropecuárias e fonte para geração de renda da terra. No estudo do autor, todos apresentavam a propriedade privada da terra através de heranças ou compras.

7) *Propriedade dos meios de produção*

Trata-se da propriedade sobre outros meios de produção, além da terra, tais como matérias-primas intermediárias (fertilizantes, defensivos) e meios de trabalho (máquinas, arames, estacas, motobombas).

8) *Jornada de trabalho*

A jornada de trabalho com duração variável conforme a época do ano e ciclo agrícola. Trata-se de períodos com mais ou menos horas de trabalho diário e a destinação da jornada de trabalho, em momentos distintos, às culturas comerciais, às culturas com fins de subsistência ou mesmo dedicado ao trabalho acessório. (SANTOS, 1978).

As leituras de Martins (2010) e Santos (1978) enfatizam elementos que caracterizam o campesinato, entre as quais se destacam sua definição enquanto uma classe social, as relações de trabalho e de reprodução social desses sujeitos. O quadro referencial apresentado pelos autores apresenta circunstâncias e detalhes significativos.

Apesar da riqueza de detalhes, torna-se necessário apresentar definição sobre campesinato, mesmo que em uma primeira aproximação. Nesse caminho, apresentamos inicialmente as ponderações de Costa e Carvalho (2012, p. 113):

Campepinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território. As famílias camponesas existem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas ecossistemas) e culturais (capacidade difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado.

Além disso, os autores reiteram:

Camponesas são aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos – suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família – mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação de trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação.¹⁸ (COSTA; CARVALHO, 2012, p. 113).

As duas passagens diferenciam os termos campesinato e camponeses. Além disso, associam as famílias nessa condição a relações sociais que ganham contornos conforme as circunstâncias características de um determinado espaço geográfico, ou seja, apontam para a diversidade de formas de interação com o espaço e para a diversidade de existências. Cabe destacar ainda os traços relacionados aos processos produtivos, para os quais a unidade familiar tem importante papel.

Outra definição que consideramos importante é a proposta por Marques (2008, p.

¹⁸ Tal passagem tem indicação como uma citação indireta do livro: COSTA, F. A.. **Formação agropecuária da Amazônia**: Os desafios d desenvolvimento sustentável. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, 2000. p. 116-130).

60):

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais.

Em outra publicação, a autora detalha seu entendimento com relação ao modo de vida camponês:

Entende-se, modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a familiar, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade. (MARQUES, 2004, p. 145).

Nessa concepção, há também diversidade de formas sociais que são definidas como camponesas. A definição está centrada na estreita relação desses sujeitos com a terra e com o papel da família, elementos constituintes de modos de vida e de relações de trabalho com diversidade de formas sociais. Cabe destacar que para a autora independe o estatuto jurídico da terra no qual a família camponesa está relacionada.

O conjunto de caracterizações e definições que até aqui apresentamos são importantes para compreensão das divergências teóricas sobre o conceito ocorridas nas últimas décadas do século XX, a leitura sobre os impactos das mudanças da sociedade sobre o campesinato e o seu destino possível. Nesse sentido, as leituras teóricas sobre o campesinato no Brasil, especialmente com a expansão do capitalismo no campo movido através da introdução da modernização da agricultura, apresentam divergência sobre a pertinência do uso do conceito para explicar as transformações da base social no campo.

Assim, em meio ao debate sobre o desenvolvimento capitalista na agricultura desenvolvem-se leituras e resgates teóricos que apontam para o inevitável fim do campesinato, com a emergência de um “novo camponês” agora definitivamente integrado ao agronegócio, ou então teses sobre a manutenção de relações camponesas no campo, que indicam mudanças na forma do campesinato interagir com a sociedade que o abrange. Em meio aos debates, portanto, há formulações conceituais que decretam a morte ideológica do camponês como categoria de análise em prol da agricultura familiar, conceito considerado por alguns como perspectiva teórica mais adequada às novas relações do campo.

Desse modo, no meio acadêmico estabelecem-se visões dicotômicas entre ambas as perspectivas teóricas, leituras que podem ser expressas através das formulações do paradigma da questão agrária e do paradigma do capitalismo agrário. No primeiro paradigma os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, tendo “[...] como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses.” (FERNANDES, 2013, p. 69). Identificam-se, nessa perspectiva, duas tendências: “[...] a proletarista que tem como ênfase as relações capital trabalho e a camponista que tem como ênfase as relações sociais camponesas e seu enfrentamento com o capital.” (FERNANDES, 2013, p. 69). O segundo paradigma sustenta que “[...] as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a ‘integração’ do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista”. Esta também desponta sob duas vertentes “[...] a tendência da agricultura familiar que acredita na integração ao capital e a vertente do agronegócio que vê a agricultura familiar como residual.” (FERNANDES, 2013, p. 69).

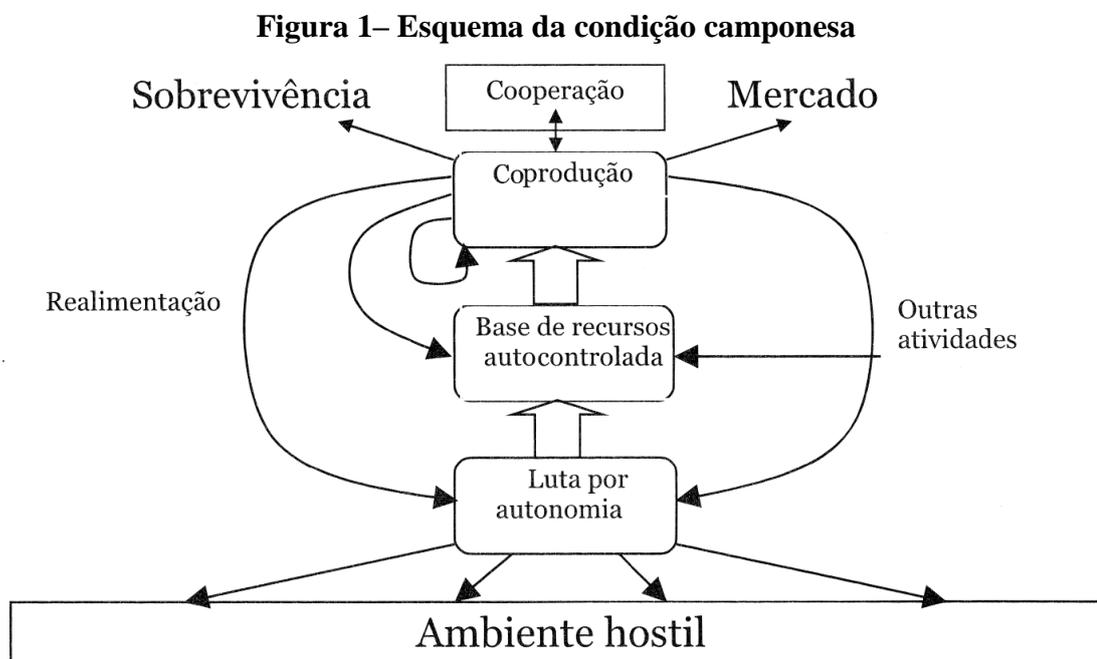
Em meio às divergências conceituais, compartilhamos da visão de Fernandes (2013), ou seja, entendemos que “Campesinato e agricultura familiar são um mesmo sujeito compreendido por diferentes conceitos, tendências e paradigmas, representados pelas leituras que se fazem da agricultura não capitalista e suas relações com a agricultura capitalista.” (p. 42). Desse modo, adotamos como marco referencial para a pesquisa o conceito de camponês (campesinato), entendendo-o como conceito válido para construção de leituras sobre a realidade. Apesar desse posicionamento, ao longo do texto nos valem da terminologia “agricultura familiar” em algumas circunstâncias, mantendo fidedignidade às fontes estatísticas e bibliográficas com as quais nos socorremos. Como destaca a passagem que selecionamos, apesar de nomenclaturas distintas, ambos os termos apontam para os mesmos sujeitos.

Além das referências apresentadas, trazemos à tona a leitura de Ploeg (2008) sobre a condição camponesa, formulação proposta pelo autor para teorização sobre o campesinato. Em tal perspectiva, pode-se destacar como características fundamentais da condição camponesa:

[...] (1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de coprodução entre homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro (7) se realimentam na base de

recursos e a fortalecem, melhorando o processo de coprodução e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações. (PLOEG, 2008, p. 40).

As relações explicitadas na citação anterior podem ser exemplificadas, de forma visual, na Figura 1. Nela há a articulação entre os elementos que compõem a condição camponesa, especialmente as relações no sentido da coprodução e a luta por autonomia. Em meio a tal esquematização, cabe tecer algumas considerações sobre os elementos da condição camponesa.



Fonte: PLOEG (2008, p. 22).

Iniciamos pela luta por autonomia. Esse aspecto, elemento definidor fortemente relacionado aos demais, é constituído pela luta constante na busca por liberdade, o que implica dois tipos de relações: “[...] um tipo que assegura (pelo menos relativamente) que o camponês esteja livre *de* relações agressivas de exploração e submissão [...]” (PLOEG, 2008, p. 48) e, além deste, “[...] outro (evidentemente ligado ao primeiro e condicionado por ele), que consiste na liberdade *para* agir de tal forma que a agricultura corresponda aos interesses e aspirações dos produtores envolvidos.” (PLOEG, 2008, p. 48-49). Tal luta se manifesta através de disputas políticas, mas também está presente através de decisões e escolhas cotidianas, tais como definições sobre insumos, alocação da força de trabalho, seleção de

semestres, condicionantes dos processos de produção. Ela toma forma por meio da condição de agência do camponês e do desempenho de responsabilidades, no sentido da produção de “espaço de manobra”. Cabe ressaltar que a autonomia completa, ou seja, total não condicionamento a outros, é uma formulação um tanto quanto abstrata e, nesse sentido, a ideia de autonomia relativa e processual torna-se significativa. (PLOEG, 2008).

A autonomia relaciona-se, portanto, diretamente de forma oposta às relações de dependência, marginalização e privações. Tais relações tomam forma por meio de amplos processos de acúmulo de capital, que são expressos ao camponês através de situações de queda de preços, deterioração das condições de venda, elevação dos custos de produção, ampliação do custo de vida, alterações de esquemas regulatórios e restrições legais, tributações, entre outras circunstâncias. O embate cíclico (continuado e renovado) no sentido da redução das dependências torna-se marco de significativos para os camponeses, situação que amplia a importância do controle da base de recursos e a adoção de estratégias de sobrevivência. (PLOEG, 2008).

Outro elemento que compõe a condição camponesa é a base de recursos, que é entendida como o conjunto de elementos criados, desenvolvidos e disponíveis que são indispensáveis aos processos produtivos. Materializa-se, entre outros aspectos, em ações de melhoramento da terra, disponibilidade de variedade de plantas e animais, instrumentos, instalações, insumos. Segundo Ploeg (2008), em meio às circunstâncias que visam à redução de dependência, o fortalecimento das bases sob a perspectiva autocontrolada torna-se estratégico. Tal perspectiva constitui-se um importante princípio em contínuo tensionamento, implicando, por exemplo, “[...] frequentemente, o uso de redes sociais extensas através das quais circula material genético promissor, ou a ação coletiva dos proprietários pelo controle da água ou as disputas com os *intermediários* para obter melhores preços.” (PLOEG, 2008, p. 47). Além dessas situações, há um amplo conjunto de ações direcionadas para obtenção de base de recursos autocontrolada. Entre outras circunstâncias, a pluriatividade cumpre esse papel ao possibilitar acesso a recursos extraordinários que podem ser empregados nos processos produtivos. Nesse sentido, o autor destaca:

Na maioria das vezes, a pluriatividade é uma forma de suplemento da renda, mas muitas vezes ela serve também para obter fundos que permitem aos camponeses investir na compra de combustíveis, bombas de irrigação, sementes, fertilizantes, bois, tratores e/ou na alimentação da família. Através da pluriatividade, a dependência de circuitos bancários e de prestamistas pode ser evitada. (PLOEG, 2008, p. 49).

A pluriatividade pode, então, representar ao camponês a possibilidade de utilização dos recursos com maior liberdade para os fins de constituição da base de recursos autocontrolada.

Essa base, em meio ao esquema conceitual proposto pelo autor, está diretamente relacionada com a coprodução, que “[...] diz respeito à interação e transformação mútuas constantes entre o homem e a natureza viva.” (PLOEG, 2008, p. 40), ou seja, constitui-se por um conjunto de atividades realizadas pelo camponês, tais como agricultura, criação de animais, pescas, entre outras, que produzem bens e serviços para o consumo humano por meio de uma interação em constante evolução entre homem e natureza. Inclui também a transformação de tais produtos por meio de atividades mais elaboradas, tais como a transformação de leite em queijo, além de compreender fenômenos como o turismo rural. Desse modo, a coprodução representa a inter-relação dinâmica entre natureza e sociedade, sendo a transformação de recursos em bens, serviços e, até mesmo, em outros recursos com potencial uso futuro. Nesse sentido, a coprodução representa, ao mesmo tempo e de forma interligada, processos de produção e de reprodução da própria condição camponesa. (PLOEG, 2008).

Nesse contexto, os processos de trabalho, seguindo os argumentos de Ploeg (2008), para além de uma visão rotineira e cíclica, tornam-se diferenciados e autopulsionam práticas originais. Como destaca o autor, “[...] uma base de recursos autocontrolada e uma coprodução administrada por camponeses constituem processos de trabalho específico que, para os envolvidos, está longe de ser uma repetição infinita (e extremamente cansativa) de tarefas e subtarefas mais ou menos simples.” (PLOEG, 2008, p. 42). Tal especificidade se funda sob alguns argumentos. Primeiramente pela consideração de que é no processo de trabalho que há o encontro, a integração entre o homem e a natureza viva, sendo conformado nessas circunstâncias um todo coerente. Além disso, ao trabalho está associado o aprendizado, ou seja,

Uma vez que a natureza viva não pode ser completamente planejada nem controlada, existirão sempre surpresas – boas ou más. A arte de dominar essas surpresas e de transformá-las em práticas originais é frequentemente um elemento-chave do processo de trabalho. [...] nele são desenvolvidas aprendizagens e criadas novas formas de fazer as coisas. (PLOEG, 2008, p. 42).

Além disso, nos processos de trabalho são criados os produtos finais, contudo, nele “[...] os atores envolvidos também constroem, reconstroem e desenvolvem uma combinação de recursos específicos, equilibrada e harmonizada. Ou seja, eles constroem um *estilo de*

agricultura e estabelecem uma ligação específica entre este estilo de agricultura e o mundo exterior.” (PLOEG, 2008, p. 43). Portanto, “A agricultura implica, acima de tudo, criar ativamente coisas, recursos, relações e símbolos.” (p. 43). E, por fim, sustenta-se também na perspectiva de que os processos de trabalho, especialmente a capacidade que os camponeses têm de concebê-lo, controlá-lo e (re)construí-lo, torna-se uma importante arena de luta social do campesinato, sendo elementos-chave para produção de bem-estar, melhorias das condições de vida e do desenvolvimento. (PLOEG, 2008).

Tais considerações dão conta de que os processos de trabalho pressupõem relações muito diferentes da lógica meramente econômica. Além do que já foi exposto, eles pressupõem três movimentos distintos e mutuamente adaptados: “[...] (1) *mobilização* recursos, (2) a *conversão* de recursos em produtos (finais) e (3) a *comercialização* e *reutilização* dos produtos finais.” (PLOEG, 2008, p. 45). Nessas relações, especialmente em (1) e (3), pressupõem-se relações da unidade camponesa com o exterior. Assim a condição camponesa não significa a desconexão com o mercado, já que por vezes se torna necessária a aquisição de recursos materiais e sociais (rações, fertilizantes, gado, conhecimentos, mão de obra, tratores, etc.) para dar conta dos processos de trabalho. Contudo, alguns diferenciais se estabelecem nessa relação, já que o processo produtivo foca a construção de fluxos relativamente autônomos de produção e de reprodução. Isso significa afirmar que mesmo direcionando a produção para o mercado, parte da produção atende as necessidades dos ciclos futuros de produção, assim como a renda obtida pelas mercadorias assume esse mesmo papel, ao mobilizar recursos monetários para incorporar outros recursos externos, não produzidos na unidade. Mesmo consumindo e produzindo mercadorias e mobilizando capital, a lógica de organização dos processos produtivos atende à reprodução dos ciclos produtivos e, por que não, atendendo aos desejos, à satisfação, ao orgulho daqueles que no campo habitam. (PLOEG, 2008).

Sobrevivência e perspectivas de futuro também compõem o quadro das condições camponesas. Em boa medida, essa situação está relacionada à reprodução e ao melhoramento das condições de sobrevivência, o que significa, no contexto do campesinato, condições de manutenção da unidade de produção e, conjuntamente, da unidade de consumo. Esse elemento da condição camponesa está fortemente delimitado no tempo e no espaço: “A natureza e o nível de sobrevivência dependem evidentemente da localização temporal e espacial, ou seja, dependem das relações com o Estado, os grupos de capital, com outros grupos sociais, classes e instituições, bem como das relações internas dentro do próprio campesinato.” (PLOEG, 2008, p. 46). Assim, a sobrevivência poderá estar relacionada

principalmente à satisfação das necessidades da família, como nas situações da produção para o autoconsumo, ou mesmo para obtenção e ampliação do nível de renda, especialmente para aquisição de recursos e cumprimento de imposições externas (empréstimos bancários, por exemplo).

Por fim, o último elemento que trazemos à tona é a cooperação, entendida como formas de articulação entre camponeses no sentido de contornar situações hostis, seja devido ao ambiente, a determinado contexto político-econômico ou ainda por demandas relacionadas à dinâmica interna das unidades. Por vezes, a cooperação repercute na constituição de formas coletivas de organização, como no caso das cooperativas de produção ou mesmo da conformação de comunidades camponesas, assim como através de processos de interação socialmente reguladas, como no caso da troca de sementes entre camponeses (reciprocidade). A cooperação constitui-se como extensão da luta pela reprodução das unidades camponesas, circunstâncias na qual a luta por autonomia alcança outro patamar. (PLOEG, 2008).

Os elementos que compõem a condição camponesa permitem a diferenciação entre camponeses, no tempo e no espaço, permitindo evidenciar diferentes graus de campesinidade. Da mesma forma, possibilita distinguir a condição camponesa dos outros, não camponeses, representados na abordagem de Ploeg (2008), como agricultura capitalista e agricultura empresarial. Cabe destacar que as três categorias sociais apresentam estreita relação um modo característico de fazer a agricultura.

Tal abordagem considera que a distinção entre as três categorias possui “áreas cinzentas”, ou seja, nos limites entre ambas as categorias registram-se situações nas quais não há linhas de demarcação definitivas. Para o autor (2008, p. 18), a essência da separação entre categorias está “[...] nas *diferentes formas de estruturar o social e o material.*” Outros aspectos que contribuem nesse sentido são as escalas de produção, forma de organização social do tempo, processos de produção, relações com o exterior, modos de estruturação das unidades de produção – aspecto que afeta diretamente o valor agregado, redistribuição de valores, qualidade, natureza e sustentabilidade dos processos envolvidos nas práticas agropecuárias. (PLOEG, 2008). Em síntese, a agricultura camponesa

[...] se baseia fundamentalmente o uso sustentado do capital ecológico, sendo orientada para defesa e melhoramento das condições de vida dos camponeses. Uma das principais características desse tipo de agricultura é, muitas vezes, a multifuncionalidade, sendo a mão de obra fundamentalmente familiar (ou mobilizada dentro da comunidade rural através de relações de reciprocidade) e pertencendo as terras e outros meios de produção essenciais também à família. A produção é orientada para o mercado, mas também para a reprodução da unidade agrícola e da família. (PLOEG, 2008, p. 17).

A agricultura capitalista ou corporativa de grande escala possui forte relação com o modelo agroexportador que toma forma em diferentes partes do mundo. Ela “[...] engloba uma rede bastante extensa de empresas agrícolas de grande mobilidade, que utiliza mão de obra essencialmente, ou quase exclusivamente, baseada em trabalho assalariados. A produção é voltada para a maximização do lucro e vista como uma função desta.” (PLOEG, 2008, p. 18).

A agricultura do tipo empresarial, por sua vez, está fortemente associada a formas de agricultura que surgem, em muitas situações, após processos governamentais de modernização da agricultura, sendo ativamente dependentes dos mercados. Conforme as considerações do autor, esse tipo de agricultura é,

[...] essencialmente (embora não exclusivamente), baseada em capital financeiro e industrial (sob a forma de crédito, insumos industriais e tecnologias), sendo sua expansão atual, realizada, basicamente, através do aumento em escala. Uma de suas características mais cruciais e necessárias. A produção é altamente especializada e completamente orientada para o mercado. (PLOEG, 2008, p. 17).

No sentido de tornar mais clara as diferenças entre o modo camponês e o modo empresarial de fazer agricultura apresentamos o Quadro 2, o qual sintetiza os principais elementos que compõem essas duas categorias sociais.

Quadro 2 – Síntese das principais diferenças entre o modo camponês e o modo empresarial de fazer agricultura

Modo camponês	Modo empresarial
Baseado na internalização da natureza; a coprodução e a coevolução são centrais.	Desconectado da natureza; “artificialização” da agricultura.
Distanciamento de mercados de insumos; diferenciação nos produtos (grau de mercantilização reduzido).	Elevada dependência de mercados; grau de mercantilização elevado.
Centralidade da perícia artesanal e tecnologias baseadas em habilidades.	Centralidade do empreendedorismo e das tecnologias mecânicas.
Intensificação continuada baseada na quantidade e na qualidade do trabalho.	Aumento em escala é a trajetória de desenvolvimento dominante; intensidade é adquirida e é uma função da tecnologia.
Multifuncional.	Especializada.
Continuidade entre passado, presente e futuro. Aumento da riqueza social.	Criação de rupturas entre passado, presente e futuro. Contenção e redistribuição da riqueza social.

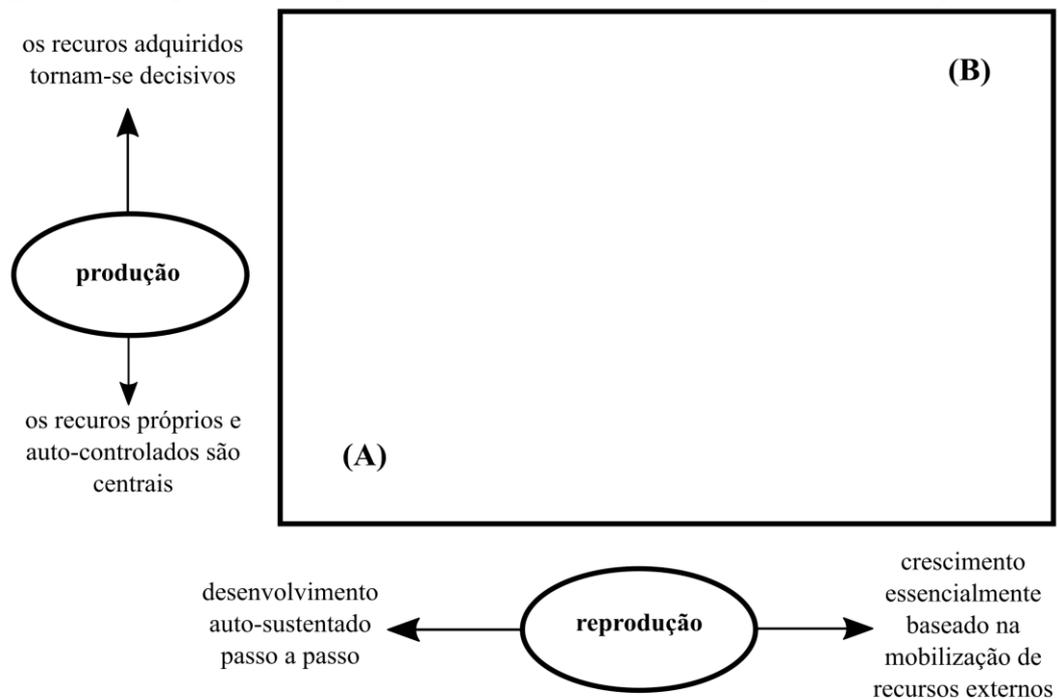
Fonte: PLOEG (2008).

Além disso, na proposição teórica em análise há de considerar-se diferentes graus de campesinidade, ou seja, no tempo e no espaço podemos identificar sujeitos com mais ou

menos aproximação com a condição camponesa. Nesse caminho, apresentamos, através da Figura 2, o esquema que retrata uma matriz que considera características da produção e da reprodução.

De um lado, na indicação (A), temos o posicionamento do campesinato, em conformidade a esses dois parâmetros, e (B), que se refere à agricultura empresarial. Como sugere a matriz, em determinadas circunstâncias, no tempo e no espaço, poderemos encontrar camponeses que se posicionam tanto para direita como para cima, ou representantes da agricultura empresarial que se localizam mais abaixo ou à esquerda. Esse esquema representa, portanto, variações possíveis entre os componentes que constituem a condição camponesa.

Figura 2 – Esquema do espaço de manobras e diferentes graus de campesinidade



Fonte: PLOEG (2008). Adaptado por Éverton de Moraes Kozenieski.

2.3 Espaço rural e campo

Ao longo dos dois subcapítulos anteriores apresentamos apontamentos que expõem compreensões sobre os conceitos de espaço e de campesinato e o respectivo entendimento na pesquisa. O espaço, substancialmente, está entrelaçado por práticas sociais; portanto, é, ao mesmo tempo, produto dessas relações e parte delas, assim como é condição para sua existência. Seu caráter eminentemente social o coloca diretamente em interação com as ações do homem. O campesinato, por sua vez, representa uma interpretação sobre um conjunto de

sujeitos que integram a sociedade, característicos, entre outros quesitos, por sua forte inscrição local, por possuírem um modo particular de interação com a natureza e a sociedade a sua volta, por desenvolverem práticas que englobam a produção de bens e serviços da mesma forma que criam condições para a produção de meios de vida. Os camponeses, em meio as suas relações de produção e reprodução, constituem interações específicas e ordenamentos característicos, que produzem o espaço de um modo diferenciado, aspectos que consideramos associados às definições de espaço rural e campo.

A literatura sobre o tema da diferenciação entre espaço rural e espaço urbano ou entre campo e cidade é vasta. Tomamos como referência Lefebvre e suas indicações no sentido de distinguir cidade/urbano e campo/rural. No entendimento de Sobarzo (2006, p. 59), a cidade, para Lefebvre, “[...] pode ser lida como uma morfologia material, uma realidade presente, imediata, um dado prático-sensível, arquitetônico.” O urbano, por sua vez, é concebido como “[...] à morfologia social, realidade social composta de relações presentes e relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento.” (SOBARZO, 2006, p. 59). Essa distinção entre a cidade e o urbano pode ser transposta para definirmos o campo e o rural, ou seja, associá-los à morfologia material e morfologia social, mesmo que essa analogia na atualidade apresente problemas.

Essa última advertência se funda no fato de que essa concepção teórica não limita o urbano à cidade, inclusive o considera com um devir totalizante. Nesse modo, Lefebvre reconhece a crise em torno da agricultura e do modo de vida da camponesa tradicional, especialmente pelo aprofundamento das relações capitalistas e a industrialização, aspecto que intensifica a penetração da urbanização, de seus sistemas de valores, e contribui para a desintegração das comunidades camponesas.

Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistema de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que deixaram de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário “moderno”, o que comporta novas exigências no que diz respeito aos “serviços”. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres urbanos (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade. (LEFEBVRE, 2008a, p. 19).

Cabe destacar que as definições historicamente elaboradas em torno desse conceito o colocam como espaço de forte inscrição local, no qual há um personagem, em especial, considerado o elemento central para sua definição. Este personagem “[...] deste mundo rural é

o camponês, cuja atividade e modo de vida constituem o núcleo central da sociedade assim constituída.” (WANDERLEY, 2009, p. 207). As atividades econômicas e as práticas sociais desenvolvidas no rural têm forte relação com a atividade, que, por excelência, é realizada pelos camponeses: a agricultura.

Assim, tradicionalmente, a agricultura constituía o elemento configurador central do espaço rural e os agricultores, mesmo habituados a conviver com outros indivíduos e categorias sociais, sempre foram percebidos como o esteio econômico, social e cultural do meio rural. (WANDERLEY, 2009, p. 207).

A passagem registra, acima de tudo, o papel do campesinato ao moldar o espaço, produzindo-o de forma característica. Cabe destacar, contudo, que ao longo do tempo a forte relação entre o camponês, a agricultura e as relações mais abrangentes com a sociedade se modificam, apresentando, assim, novos conteúdos e novas dinâmicas. Desse modo, o espaço rural se conforma atendendo a intrínsecas relações entre os homens e mediante a inter-relação com o tempo histórico.

No que se refere às transformações mais recentes, Wanderley (2009, p. 212) compreende que:

As transformações mais recentes do meio rural são o resultado de fatores externos e internos. No primeiro caso, trata-se dos efeitos das novas relações econômicas e políticas, dominantes em um mundo cada vez mais internacionalizado, sobre as formas de funcionamento e de regulação da produção agrícola e de valorização do meio rural. [...] Internamente, o meio rural sofrerá um profundo processo de diversificação social e suas relações com o meio urbano perderão definitivamente o caráter de antagonismo, em benefício das relações de complementaridade.

A autora ainda chama a atenção para a (i)materialidade do rural, que passa a ser disputado por novos grupos sociais contemporaneamente e, assim, passa a ser referência para disputas pelo uso da terra, pelo controle de instâncias decisórias, dos discursos produzidos, etc. Entre outras questões, se opõem leituras sobre: “[...] agricultura x outras atividades; eficiência econômica x preservação ambiental; espaço produtivo x espaço de lazer; produção x consumo etc.” (WANDERLEY, 2009, p. 215).

Em um sentido amplo, portanto, o espaço rural torna-se mais complexo no que se refere à ocorrência de processos e de sujeitos, não sendo exclusivamente caracterizado pelas relações do campesinato. Contudo, embora haja tais transformações, em muitas circunstâncias os traços do modo de vida camponês são fundamentais para a conformação das singularidades dos espaços rurais.

Nesse caminho nos parece significativa a definição de espaço rural proposta por

Marques (2002, p. 109):

[...] um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o “espaço natural” aparece como um fator primordial, o que tem resultado muitas vezes na criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa.

As considerações de Kayser são igualmente significativas e, em boa medida, reforçam a definição anterior, ao considerar o espaço rural

como uma entidade territorial cujas decisões lhe escapam e na qual há um modo particular de utilização do espaço e da vida social, caracterizado, em primeiro lugar, por uma densidade relativamente fraca de habitantes e de construções, o que determina um predomínio de paisagens vegetais; em segundo lugar, por um uso econômico do solo predominantemente agro-silvo-pastoril; em terceiro lugar, por um modo de vida de seus habitantes marcado por seu pertencimento a coletividades de tamanho limitado, nas quais há um estreito conhecimento pessoal e fortes laços sociais, e por sua relação particular com o espaço, que favorece um entendimento direto e empírico do meio ecológico; e, finalmente, por uma identidade e uma representação específica muito relacionada com a cultura camponesa. (KAYSER, 2000, citado por VARGAS, 1998, p. 93, Livre tradução)¹⁹

Desse modo, mesmo partindo da condição que pressupõe que cada vez mais o rural está contido nas dinâmicas planetárias da sociedade urbana, acreditamos ser ainda pertinente e possível partir do conceito de espaço rural nesta pesquisa. Isso se funda principalmente por considerar como intenso o papel da agricultura familiar, segundo definição da legislação, na microrregião de Erechim e, igualmente, intensas as relações sociais de bases camponesas.

No que se refere ao campo, além das considerações que o remetem como a forma (morfologia) material, há de considerar-se que ele também é produto das relações sociais e de sua expressão no tempo histórico. Assim, o campo muda conforme muda a sociedade no seu conjunto, uma vez que diferentes formas de organização da sociedade remetem a formas características de conformação da materialidade. Nesse sentido, Lefebvre (2008a, p. 36) lembra que:

A separação entre a cidade e o campo toma lugar entre as primeiras e fundamentais divisões do trabalho, com a divisão dos trabalhos conforme os sexos e as idades (divisão biológica do trabalho), com a organização do trabalho segundo os

¹⁹ “como un conjunto territorial cuyas decisiones se le escapan y en el que existe un modo particular de utilización del espacio y de vida social, caracterizado, en primer lugar, por una densidad relativamente débil de habitantes y de constricciones, lo que determina un predominio de los paisajes vegetales; en segundo lugar, por un uso económico del suelo de predominio agro-silvo-pastoril; em tercer lugar, por un modo de vida de sus habitantes marcado por su pertenencia a colectividades de tamaño limitado, en las que existe un estrecho conocimiento personal y fuertes lazos sociales, y por su relación particular con el espacio, que favorece un entendimiento directo y vivencial del medio ecológico; y, finalmente, por una identidad y una representación específicas muy relacionadas con la cultura campesina.” (KAYSER, 2000 citando VARGAS, 1998, p. 93,)

instrumentos e as habilidades (divisão técnica). A divisão social do trabalho entre cidade e campo corresponde à separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual, e por conseguinte entre o natural e o espiritual.

Além disso, compactuamos com outra passagem dessa mesma obra em que Lefebvre (2008a, p. 75) afirma:

Se é verdade que a separação e a contradição cidade-campo (que envolve a oposição entre dois termos, sem se reduzir a ela) fazem parte da divisão do trabalho social, é preciso admitir que essa divisão não está nem superada entre a natureza e a sociedade, entre o material e o intelectual (espiritual).

O campo, portanto, enquanto morfologia material, expressa a divisão social do trabalho e a relação entre sociedade e natureza. Mesmo diante de diferentes transformações sociais ao longo de séculos o campo permanece como um fato e assim persistem apenas de novas formas a sua diferenciação da cidade.

As sucintas considerações sobre espaço rural e campo demonstram a leitura produzida sobre esses conceitos e o emprego de tais termo na pesquisa. A partir desses apontamentos, acreditamos ser possível considerar que o espaço possui particularidades e traços característicos frutos das relações sociais que neles/deles emergem. Assim, tomamos como recorte analítico na pesquisa o espaço rural da microrregião de Erechim, entendendo ao mesmo tempo como singular, do ponto de vista das situações típicas do campesinato que dele emergem (morfologia social), assim como integrado e relacional, no que se refere às relações mais amplas nas quais estão interligados. O campo e o espaço rural, ponto de partida para esta pesquisa, estão nesta proposição fortemente inter-relacionados.

3 PERCURSO INVESTIGATIVO

Uma vez que foram apresentados os elementos que orientam o modelo de análise da pesquisa, torna-se necessário demonstrar os caminhos escolhidos para o seu desenvolvimento. Desse modo, buscamos revelar ao longo deste capítulo o conjunto de princípios, orientações e ações que, de forma articulada, permitiram a aproximação da pesquisa com a realidade a ser observada.

Cabe considerar, contudo, que a elaboração de caminhos investigativos configura-se como ato permeado por imprevistos e desafios, nos quais os pesquisadores estão imersos em situações que os colocam em um constante repensar de suas práticas. Em estudos como este que apresentamos, no qual o foco é a sociedade, encontramos peculiaridades que complexificam a escolha por estratégias a serem seguidas. Tanto por ter o Homem como objeto de estudo, como também pela relação diferenciada que é produzida entre este e o pesquisador. Nesse sentido, a aplicação de metodologias padronizadas aos mais diversos cenários, especialmente em pesquisas sociais, pode representar problemas em sua implementação.

A investigação que aqui apresentamos não foge a esse contexto. Ter como referência a produção do espaço rural em um contexto agrário permeado por singularidades, associado à intenção de dar visibilidade a diferentes contradições, nos colocou a necessidade de confeccionar e montar estratégias ajustadas às peculiaridades do estudo. Assim, o percurso investigativo que aqui apresentamos é um caminho que foi possível para atingir os objetivos propostos, resultado das escolhas produzidas e das contingências encontradas ao longo do ato investigativo.

A fim de expor os caminhos escolhidos e detalhar os arranjos empregados, organizamos este capítulo em três partes. Na primeira parte apresentamos as influências metodológicas e as escolhas no que se refere ao método de pesquisa. Na segunda descrevemos os procedimentos metodológicos utilizados, destacando as técnicas de obtenção e de análise de dados, assim como os materiais empregados. E, por fim, apresentamos um quadro-síntese, articulando a estrutura da pesquisa à trajetória de investigação.

3.1 Momentos da pesquisa

Tendo em vista as características peculiares do espaço rural da microrregião de Erechim, optamos por produzimos um percurso investigativo que pudesse explorar algumas

contradições latentes, entendendo que contribuiriam à medida que possibilitariam um confronto de distintas perspectivas. Desse modo, no que se refere às formas de fazer agricultura, elaboramos uma agenda na qual fosse possível apresentar as contradições existentes entre o quadro produtivo hegemônico da microrregião e as estratégias *outsiders*, representadas pelas produções agroecológicas. Do ponto de vista da escala de análise, buscamos elaborar etapas nas quais o fenômeno estudado pudesse ser contraposto, principalmente em escala regional e local. Além disso, no que se refere à produção do espaço, buscamos expor as práticas espaciais ligadas à produção material do espaço, à produção de significados sobre ele, aproximando materialidade ao universo dos significados.

Nesse caminho, a elaboração contou com a influência de diversos autores, dentre os quais se destacam as contribuições dos métodos propostos por Triviños (2008) e Lefebvre (1978 e 2000). Cabe, portanto, inicialmente tecer algumas considerações sobre suas proposições e, num segundo momento, expor o método proposto.

Triviños (2008) elabora uma sugestão de desenvolvimento de pesquisas na linha da dialética, que se organiza em três etapas. A primeira é a “contemplação viva” do fenômeno. É o momento inicial no qual se caracterizam o objeto e o fenômeno a serem estudados. Trata-se do primeiro momento de reunião de materiais e informações com a finalidade de captar as qualidades gerais do objeto de estudo, distinguindo-o dos demais e destacando suas singularidades. O segundo momento é constituído pela análise do fenômeno, ou seja, a penetração na sua dimensão abstrata. Momento em que se estabelecem as relações sócio-históricas do fenômeno e apresenta-se sua situação no espaço-tempo. Trata-se da etapa em que se elaboram juízos e conceitos sobre o objeto de estudo. Nele determinam-se os traços quantitativos do fenômeno. A última etapa é a “realidade concreta do fenômeno”, na qual se estabelecem os aspectos essenciais do fenômeno, suas características, conteúdos, fundamentos. Trata-se do momento de inferência das informações e de ratificação das hipóteses sugeridas. A realidade concreta do objeto tem como marca sua análise precisa, por meio de descrição, classificações e análises.

A proposta de Lefebvre (1978), por sua vez, é desenvolvida com a intenção de compreender os problemas agrários, em especial a questão camponesa, ao que ele chama de complexidade “horizontal” e “vertical” do mundo rural. O método proposto é constituído de três momentos: a) descritivo; b) analítico-regressivo; c) histórico-genético. Nele, inicialmente, busca-se a descrição teoricamente orientada de uma determinada estrutura agrária. Trata-se de um momento inicial descritivo na qual o pesquisador se aproxima da realidade a ser estudada, fazendo interagir teorias gerais com a experiência de observação sobre objeto de estudo. No

segundo momento procura-se compreender a realidade descrita num esforço de análise e datação. Trata-se da iniciativa de identificação da coexistência de formações de épocas diferentes. O último momento é o reencontro com a atualidade, no qual a descrição anteriormente construída é compreendida, explicada. Trata-se da tentativa de análise das estruturas em seu movimento de transformações e permanências, enfatizando a diversidade histórica junto ao quadro de movimento do todo.

A segunda proposição, a de Lefebvre (2000), está amparada na análise tridimensional da produção do espaço, por meio da tríade práticas espaciais, representação do espaço e espaço de representação. Trata-se de uma proposição na qual o espaço é compreendido como um produto social, em que não se dissocia a produção material da produção de conhecimentos e de significados. Destaca-se que a análise tridimensional da produção do espaço não busca supervalorizar uma dimensão em detrimento de outro. Ambas devem ser compreendidas e analisadas de forma dialética.

Com relação às práticas espaciais, “[...] o espaço social aparece [...] como uma cadeia ou rede de atividades ou interações interligadas, as quais por sua parte residem sobre uma base material determinada (morfologia, ambiente construído)” (SCHMID, 2012, p. 101). Nesse elemento vincula-se, portanto, a realidade cotidiana de produção e de reprodução social, relacionada às redes e aos fluxos, com a produção material, organizada pelo espaço e, ao mesmo tempo, marcada por ele. A representação do espaço, por sua vez, está associada ao espaço dos cientistas e dos especialistas. Trata-se da produção de conhecimentos por meio da construção de códigos, signos e representações, na qual o espaço é concebido por meio de categorias mentais e abstrações intelectuais que, em alguma medida, representam os discursos técnico-científicos sobre o espaço. O último elemento da tríade refere-se ao espaço do simbolismo e da imaginação, sob o qual há produção de significados pelos sujeitos e usuários do espaço. O espaço pode ser considerado um veículo de transmissão de significados, ao passo que é vivido, dotado de sentido e valores.

Os métodos propostos por esses autores nos deram bases para que pudéssemos produzir a estratégia adaptada ao contorno do estudo. Nesse sentido, tecemos uma proposta amparada em quatro momentos:

- a) **Descrição** – Momento inicial de aproximação com o espaço no qual houve a caracterização do objeto de estudo, apresentando suas qualidades gerais e suas singularidades. Este foi o momento no qual buscamos a descrição da microrregião de Erechim, valorizando as paisagens rurais, os arranjos produtivos e as relações sociais de produção (processos produtivos, redes de circulação e distribuição). Trata-se de

uma etapa na qual se enfatizaram as práticas espaciais e suas respectivas manifestações na escala da microrregião.

- b) **História do espaço** – Etapa na qual se busca compreender a realidade descrita através de uma perspectiva histórica, ou seja, intenciona-se registrar os componentes e as influências do passado na conformação das atuais características do objeto de estudo, destacando as coexistências de formações e de tempos históricos na microrregião. Trata-se de um momento de valorização das representações do espaço, produzidas por diferentes intérpretes, no qual foram registradas descrições, conflitos e contradições na produção do espaço.
- c) **Aproximações com realidade concreta** – Momento de aproximação com as diferentes estratégias e práticas espaciais desenvolvidas pelos agricultores, responsáveis pelos processos de trabalho e de transformação da natureza, sejam eles adeptos do formato majoritário de produção ou mesmo *outsider*. Parte-se do pressuposto de que suas práticas e representações espaciais manifestam contradições e alternativas às estruturas produtivas hegemônicas. Esse momento da pesquisa também enfatizou o espaço como representação pelos agricultores, ou seja, a produção de significados sobre este e para com as práticas espaciais, sobre a paisagem e os circuitos produtivos. O foco escalar da etapa centrou-se no local, nos agricultores e nas suas unidades de produção.
- d) **Interpretação da produção do espaço** – Retomada das análises desenvolvidas em um esforço de síntese, contrapondo-as e reencontrando os tempos (passado e o presente), as escalas (regional e o local) e as dimensões da produção do espaço (práticas no espaço, representações do espaço e espaços de representação).

As características metodológicas da pesquisa exigem um variado espectro de estratégias de obtenção de dados. De forma geral, na primeira etapa as técnicas de pesquisa utilizadas constituem-se de: observação; dados estatísticos e cartográficos; entrevistas com informantes-chave atuantes no recorte espacial da pesquisa; pesquisa bibliográfica. A etapa de história do espaço conta com as técnicas: pesquisa bibliográfica; dados estatísticos e cartográficos; entrevistas com informantes-chave atuantes no local da pesquisa. O terceiro momento será subsidiado por entrevistas com agricultores e observação, além de contar com os dados estatísticos e as entrevistas como técnicas de apoio. Por fim, o último momento da pesquisa constitui-se dos resultados e subsídios produzidos nas etapas anteriores.

Esses momentos propostos exigem que a pesquisa tenha combinação e articulação de momentos qualitativos e quantitativos. Para o estudo que propomos, embora haja

circunstâncias no qual uma estratégia tornou-se preponderante em certos momentos, não houve rebaixamento ou hierarquização entre ambas, já que representam faces de um mesmo movimento da realidade. Cabe destacar, ainda, que, quando houve possibilidades, realizou-se a triangulação de informações de diferentes características visando à validação das informações e dos dados adquiridos.

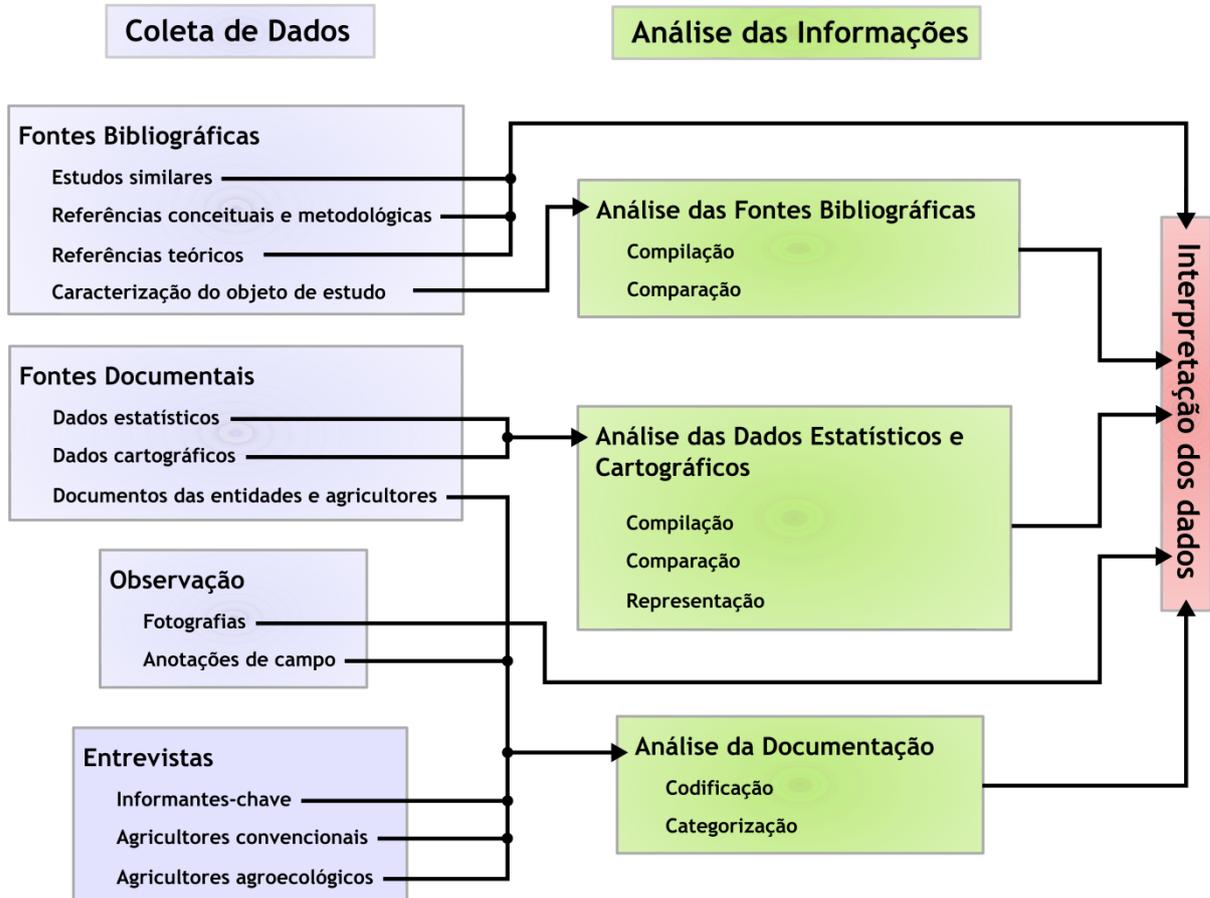
3.2 Os procedimentos metodológicos

Os diferentes momentos da pesquisa tornaram-se efetivos por meio do uso de técnicas de coleta de informações e análise dos dados. A articulação entre diferentes instrumentos, além das escolhas realizadas para o estudo, pode ser observada por meio do Fluxograma 1. Embora nele as etapas estejam dispostas de forma sequencial, o desenrolar da pesquisa promoveu, em várias circunstâncias, a concomitância entre a aquisição, análise e interpretação.

Detalha-se na sequência o conjunto de estratégias e procedimentos metodológicos escolhidos para a pesquisa, descritos no fluxograma. Iniciamos pelos artifícios utilizados para aquisição de informações e dados, que são:

- a) **Fontes bibliográficas** – Busca por referências para a elaboração e fundamentação do estudo, em que se enfatizou a procura por: estudos que apresentassem temas e problemáticas de pesquisa similares, no sentido de identificar possíveis caminhos metodológicos e auxiliar nas escolhas de estruturação da pesquisa; obras que pudessem contribuir para a escolha e fundamentação do modelo de análise do estudo (hipótese, conceitos, metodologia) e de explicação dos fenômenos evidenciados no percurso investigativo; pesquisas com foco no espaço rural da microrregião de Erechim, evidenciando os conhecimentos produzidos, as compreensões sobre as dinâmicas regionais e os discursos elaborados sobre o espaço. Tais informações foram consultadas em livros, periódicos, dissertações e teses.
- b) **Fontes documentais** – Aquisição de documentações que fazem alusão ao recorte espacial e aos temas elencados no estudo, por meio de: aquisição de dados estatísticos e cartográficos elaborados por institutos de pesquisa (IBGE, FEE, etc.) e outras instituições com produções a respeito da microrregião (sindicatos, cooperativas, Emater-RS, entre outras); coleta de registros impressos, publicações, materiais de divulgação, elaborados por entidades e/ou agricultores, no transcorrer dos trabalhos de campo.

Fluxograma 1 – Obtenção e análise dos dados



Fonte: Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

- c) **Observação** – “A observação nada mais é do que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano.” (GIL, 2008, p. 100). Trata-se da realização de uma série de incursões na microrregião de Erechim, no sentido de aproximar as sensações e percepções do pesquisador da realidade a ser estudada. Desse modo, a observação constitui-se por meio de trabalhos de campo, a partir dos quais é possível caracterizar e descrever aspectos da realidade. Tais atividades, nesta pesquisa, tiveram dois distintos focos, não excludentes entre si, que foram registrados em diários de campo e em registros fotográficos.

O primeiro foco constituiu-se por procedimentos no qual o pesquisador foi, em boa medida, um expectador, observando a realidade de forma orientada com base nas premissas estabelecidas na pesquisa. Assim, buscou-se presenciar as diferentes estratégias de apropriação da natureza, a materialidade expressa nas paisagens rurais, as relações de produção, as formas de vida e de organização social das comunidades rurais. Em meio aos

trabalhos de campo, eventualmente, eram realizados diálogos informais com habitantes do meio rural, explorando os temas elencados pela pesquisa. Os roteiros de campo foram orientados no sentido de alcançar setores distintos da microrregião, promovendo a visita a dois terços dos municípios que a compõem. Essa técnica favoreceu a obtenção de informações sem produzir conflitos junto aos grupos pesquisados, possibilitando aproximação com as condições de vida no campo.

O segundo foco teve como intenção registrar as reações e as expressões corporais dos entrevistados em meio às interações promovidas pelas entrevistas, buscando registrar elementos não ditos na fala e eventuais constrangimentos ou incertezas nas informações transmitidas. Realizou-se, portanto, de forma concomitante as entrevistas com os agricultores, sendo instrumento acessório à aplicação desta técnica. Nesses eventos, quando as entrevistas eram realizadas nas unidades de produção dos agricultores, buscava-se integrar as observações nos moldes do primeiro foco e, quando havia disposição de tempo, buscava-se participar das atividades cotidianas nos estabelecimentos rurais.

- d) **Entrevistas** – As entrevistas, de forma geral, são diálogos orientados com uma determinada finalidade científica, que nesta pesquisa se configuraram como outro formato de trabalho de campo. As entrevistas, segundo Minayo (2013), são compreendidas em um sentido amplo como comunicação verbal e, no sentido restrito, como coleta de informações úteis aos trabalhos científicos. A entrevista é, sobretudo, “[...] uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo.” (p. 64)

Entre as diferentes classificações, optamos pela utilização de entrevistas semi-diretivas, conduzidas com o apoio de questões-guia. Esse tipo de estruturação permite, por seu caráter intermediário entre formatos com maior abertura e outros estruturados, ao mesmo tempo, flexibilidade e diretividade nas entrevistas. No que se refere à condução, Quivy e Campnhoudt (2013) sugerem:

Tanto quando possível, ‘deixará andar’ o entrevistado para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier. O investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objectivos cada vez que o entrevistado deles se afastar e por colocar as perguntas às quais o entrevistado não chega por si próprio nos momentos mais apropriado e de forma tão natural quanto possível. (p. 192-193).

As entrevistas tiveram como foco dois grupos sociais distintos, para os quais se produziram três padrões de questões-guia. O primeiro foco visou entrevistar lideranças e responsáveis técnicos de movimentos sociais, sindicatos, cooperativas e empresas atuantes na escala da microrregião de Erechim, denominados na pesquisa como informantes-chave. Desse modo, foram convidados para as entrevistas sujeitos que possuem vivência e atuação na microrregião, além de integrarem entidades que possuem representatividade e expressividade junto aos agricultores. Essas entrevistas objetivaram obter informações relacionadas a(s): trajetória pessoal dos entrevistados; atuação das entidades nas quais fazem parte; caracterização da produção agropecuária, das relações de produção e da população rural; as transformações no rural da microrregião de Erechim. Optamos por utilizar uma amostragem não representativa e não definida *a priori*, na qual o critério de aceite ao convite de participar do estudo limitou o número da amostra. Sujeitos que integram as seguintes entidades participaram dessa etapa: Emater-RS, Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Alto Uruguai do Estado do Rio Grande do Sul, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, Centro de Tecnologias Alternativas Populares, Cooperativa Tríticola Erechim, Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim e Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Erechim.

O segundo foco de entrevistas²⁰ teve como alvo os agricultores da microrregião. Para esse conjunto de entrevistas, buscamos obter informações sobre: trajetória pessoal; relações de trabalho e condição de posse da terra; perfil produtivo, estratégias de uso do solo, circuitos de comercialização e de aquisição de insumos; significados em torno da participação nas cadeias produtivas; percepções com relação às paisagens rurais, as transformações vivenciadas no rural e as atuais lógicas de organização do espaço na microrregião. Optamos por utilizar uma amostragem não representativa de 30 informantes escolhida considerando-se os seguintes critérios: dispersão espacial das unidades de produção, sendo o limite máximo de entrevistas alcançado quando se atingiu no mínimo uma entrevista por município da microrregião; diversidade de produção agropecuária e de integração nas cadeias produtivas, no sentido da construção de aproximações com os principais produtos produzidos e comercializados na microrregião; diversidade de dimensões dos imóveis rurais. Os entrevistados foram indicados por informantes-chave e por outros colaboradores da pesquisa, com inserções no meio rural. A amostragem foi constituída por agricultores que possuem práticas produtivas convencionais e agroecológicas, sendo composto, respectivamente, por 26

²⁰ Os padrões de questões-guia utilizados nas entrevistas com agricultores está disponível no “Apêndice A – Roteiro utilizado nas entrevistas com agricultores”.

e 4 informantes. Foram elaborados dois tipos de questões-guia adaptadas a estes princípios de como fazer agricultura; assim, além das informações desejadas que anteriormente citamos, foram inseridos tópicos pertinentes a estes diferentes princípios de produção.

A realização das entrevistas era precedida de uma explanação ao entrevistado, para o qual eram apresentados: as credenciais do pesquisador; as intenções e os objetivos da pesquisa; as justificativas para escolha do entrevistado e a forma de sua indicação; as garantias de sigilo com relação à identidade do entrevistado. Além disso, as entrevistas foram registradas por meio de gravações de áudio, mediante autorização dos informantes, sendo que lhes foi informado o momento de início e término dos registros. As entrevistas foram realizadas entre os meses de junho de 2015 e março de 2016²¹, quando se obteve, aproximadamente, 11h 06min de registros com informantes-chave e 41h 54min com agricultores. Foram consideradas válidas aquelas entrevistas em que as informações disponibilizadas apresentaram clareza, profundidade e relevância, além de incluir como critério para validação, quando possível, a comparação de informações disponibilizadas pelos entrevistados com outras fontes externas. Ademais, a fim de preservar o anonimato dos entrevistados, suas falas foram incluídas no texto da tese identificadas com siglas que indicam a modalidade da entrevista. Assim, as entrevistas com informantes-chave, agricultores convencionais e agricultores agroecológicos recebem, respectivamente, as siglas “IC”, “AC” e “AA”. Após as siglas, incluímos um número que representa a ordem na qual foram realizadas as entrevistas (AC20, por exemplo).

Após demonstrar os artifícios utilizados para produção de registros pertinentes à pesquisa, cabe apresentar as ações empregadas para análise das informações. Nesse sentido, as medidas utilizadas para tais fins foram:

- a) **Análise das fontes bibliográficas** – Os registros direcionados para essa análise foram inicialmente organizados, sendo classificados conforme a possível utilização na pesquisa. Cabe registrar que parte das fontes foi empregada nas definições iniciais da pesquisa, para elaboração do modelo de análise e planejamento das atividades. Outras referências foram utilizadas como informações que compõem o corpo argumentativo da tese, ou seja, são resultados de pesquisa que atendem a determinados objetivos. Algumas, por fim, contribuíram para interpretação dos resultados obtidos. Após a organização, as informações foram compiladas, possibilitando a identificação dos sentidos atribuídos e a posterior comparação entre os registros, configurando-se como

²¹ Das entrevistas com agricultores, apenas um realizou-se em 2015.

um banco de informações disponíveis.

- b) **Análise das fontes estatísticas e cartográficas** – As informações obtidas, para fins de análise, foram compiladas, comparadas e representadas, contando com o apoio de princípios de estatística básica. Os resultados obtidos foram apresentados de forma textual (literal) ou através de estratégias de representação, como gráficos, tabelas, mapas. Cabe observar que os mapas temáticos produzidos integram dados estatísticos da malha digital municipal (2010) produzida pelo IBGE, que é base de referência para a pesquisa. Ressalta-se, ainda que, conforme houve demanda, outras bases cartográficas foram utilizadas nas representações, sendo mantidos, para fins de integração, o sistema geodésico Sirgas 2000 e a projeção cartográfica UTM, fuso 22S. Os mapas temáticos que representam a microrregião foram elaborados na escala 1:750.000, com auxílio do software livre QGis.
- c) **Análise das documentações** – A análise das documentações desdobrou-se sobre as informações obtidas através das entrevistas, das anotações de campo, dos documentos, dos materiais de divulgação e de outras produções adquiridas junto às entrevistas. Parte das informações disponibilizadas constituiu-se como fonte para consulta no sentido de dirimir o processo de redação. Parte dos documentos foi organizada, compilada e representada de forma esquemática. No que se refere aos áudios das entrevistas, aplicamos a análise conforme as sugestões de Creswell (2007), para o qual se devem seguir os momentos de: 1) Organização e preparação dos dados – transcrição das entrevistas e organização dos materiais coletados. 2) Leitura geral dos dados – intenciona obter e caracterizar o sentido geral das informações obtidas. 3) Análise detalhada por processos de codificação – processo de organização dos materiais em grupos antes de dar sentido ao grupo de informações. 4) Utilização do processo de codificação – usar o processo de codificação para gerar uma descrição de cenário, além de constituir categorias e temas da análise. Envolve o fornecimento de informações detalhadas sobre pessoas, locais, fatos, em um cenário. Agrupamento das codificações para gerar pequeno número de temas e categorias. 5) Previsão da descrição e da narrativa – prever como a descrição e os temas serão representados na narrativa. No que se refere ao item 1, destacamos que as questões-guias das entrevistas apresentam partes compostas por caracterizações das unidades de produção, dos agricultores e das atividades produtivas. Devido a tais peculiaridades, não houve a transcrição integral dos arquivos de áudio, sendo, portanto, selecionados trechos para análise nesta perspectiva.

Ao findar a coleta e a análise dos dados, tornam-se possíveis as interpretações dos registros. Trata-se dos momentos nos quais foram realizadas as comparações entre análises, a exposição dos resultados e a atribuição de significados a eles.

3.3 Síntese do percurso investigativo

Ao longo deste capítulo foram apresentados diversos aspectos do percurso investigativo elaborado para a pesquisa. A fim de produzir uma síntese do que foi descrito, apresentamos o Quadro 3. Nele temos as combinações entre os objetivos específicos, os momentos da pesquisa, as técnicas de coleta de informações, o foco entre os grupos sociais para obtenção de dados e a escala prioritária de análise dos fenômenos.

Quadro 3 – Percurso investigativo – etapas da pesquisa

Objetivos Específicos	Momentos	Técnicas de coleta de informações	Foco	Escala
Caracterizar o espaço rural da microrregião de Erechim através do reconhecimento das paisagens rurais	Descrição	Observação	-	Microrregião
		Fontes de documentação	-	
		Entrevistas	Informantes-chave	
		Fontes bibliográficas	-	
Identificar as diferentes estratégias de apropriação da natureza no campo, dentro de um contexto histórico, a partir da ocupação do espaço rural	História do espaço	Fontes bibliográficas	-	Microrregião
		Fontes de documentação	-	
		Entrevistas	Informantes-chave	
Reconhecer as transformações ocorridas na agricultura e nas dinâmicas produtivas a partir do processo de modernização da agricultura	Descrição	Observação	-	Microrregião
		Fontes de documentação	-	
		Entrevistas	Informantes-chave	
		Fontes bibliográficas	-	
Analisar as estratégias de reprodução familiar e interpretar os significados atribuídos às relações dos agricultores com as práticas espaciais, as redes de relação e a paisagem	Aproximações com realidade concreta	Entrevistas	Agricultores convencionais e agroecológicos	Local
		Observação	-	
		Fontes de documentação	-	
Identificar as principais contradições envolvidas na produção do espaço rural da microrregião de Erechim	Interpretação da produção do espaço	-	-	Microrregião

Fonte: Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

4 PAISAGENS RURAIS DA MICRORREGIÃO DE ERECHIM

A Geografia Agrária é, em última análise, a interpretação de vestígios que o homem do campo deixa na paisagem, na sua luta pela vida, quotidiana e silenciosa. (VALVERDE, 1964, p. 37)

A definição de Geografia Agrária de Valverde representa, para os geógrafos, a importância da relação que os sujeitos do campo têm com a paisagem, identificando esse conceito como o que registra as ações do homem, apresentando seus vestígios no rural. Não pretendemos com ele advogar sobre qual é a definição mais adequada de Geografia Agrária, mas apenas chamamos a atenção para o papel que as interações entre a sociedade e a natureza têm para os estudos geográficos, especificadamente para o rural.

Cabe destacar que toda e qualquer sociedade não pode se desfazer da condição de dependência com relação à natureza, mesmo aquelas com alto grau tecnológico e poder de artificialização do meio. O simples ato de sobrevivência dos homens, em meio às suas formas de organização coletiva, não se dá em um plano abstrato, deslocado de uma base material referenciada, em maior ou menor grau, no natural.

O homem do campo, nesse sentido, está constantemente promovendo essa interação no seu cotidiano. Ele, a fim de atender suas necessidades, utiliza os recursos disponíveis e se apropria da natureza por meio de suas atividades agropecuárias. Ao mesmo passo, têm nas bases naturais os limites para suas ações e formas de organização, apesar dos constantes aprimoramentos dos instrumentos técnicos que visam “libertá-lo” de tais condições. Os aprimoramentos, ao “libertar” as atividades produtivas de muitos dos limites da natureza, promovem o aprofundamento da subordinação de tais atividades à técnica, intensificando relações sociais.

Nesse contexto, assumimos que o homem do campo em sua relação com a natureza cotidianamente constitui um conjunto de atividades, de interações, que se configuram como práticas espaciais, social e geograficamente posicionadas. Essas práticas, por sua vez, residentes sobre uma base material determinada, são inerentes a certas formas espaciais. Assim, formas presentes no espaço rural, tais como lavouras, são mais do que meros objetos geográficos, de origem social e/ou natural; elas revelam práticas espaciais de uma determinada sociedade, registrando interações dos homens entre si e com a natureza.

Considerando os argumentos expostos e o foco da pesquisa que está centrada na produção do espaço, optamos por utilizar o conceito de paisagem como instrumento para

caracterizar as formas e os objetos geográficos presentes no rural da microrregião de Erechim. Tal iniciativa representa uma primeira aproximação com a produção do espaço, em um movimento de análise sob o plano da contiguidade espacial. Nesse sentido, ao longo do capítulo, responderemos às seguintes questões: quais são as formas de organização da agricultura? Há contiguidade de formas e funcionalidades no espaço rural que se expressam em paisagens? Quais são as paisagens rurais da microrregião de Erechim? Evidentemente, antes de respondê-las cabe apresentar algumas considerações sobre o conceito de paisagem.

4.1 O conceito de paisagem

Os significados do termo paisagem tiveram mudanças ao longo do tempo e possuem ampla variedade de acepções, sendo utilizado tanto na linguagem do cotidiano como também como um conceito de cunho científico. O emprego do termo paisagem tem origem na Europa, em meados do XVII, embora o sentido atribuído a essa expressão existisse desde a Antiguidade. Contemporaneamente, tem como significados, especialmente, sentidos que remete ao pictórico, ao território na sua dimensão física e à identidade dos homens com um espaço. (BOLÓS, 1992; DONADIEU; PÉRIGORD, 2005; VERDUM; FONTOURA, 2009).

A utilização da paisagem em estudos acadêmicos, como um conceito científico, se deu posteriormente, sendo uma criação da modernidade. Introduzida nos estudos geográficos no século XIX por Hommeyerem, teve importante papel na estruturação dessa ciência, sendo amplamente utilizado por Humboldt, entre outros autores geógrafos deste século. Tornou-se um importante instrumento de análise das relações dos homens com o espaço, chegando, inclusive, a ser entendida como objeto de estudo desta ciência por escolas teórico-metodológicas da Geografia. (BOLÓS, 1992; VERDUM, 2012). Ao longo da trajetória dessa disciplina acadêmica foram produzidas críticas e reformulações do conceito, ampliando o espectro de significados e aplicações.

Nesse sentido, nos limitamos, nesse momento, a apresentar definições conceituais que possuem vínculo direto com o estudo. Assim, iniciamos pela definição produzida por Troll (1997):

O termo paisagem geográfica diz respeito a um setor da superfície terrestre definido por uma configuração espacial determinada, resultante de um aspecto exterior, do conjunto de seus elementos e de suas relações externas e internas, que estão enquadrados pelos limites naturais das outras paisagens de caráter distinto. (p. 4)

Tal concepção credita a cada paisagem um arranjo espacial singular, aspecto que diferencia as paisagens entre si. Verdum e Fontoura (2009), em mesmo sentido, compreendem que a paisagem pode ser concebida “[...] como o conjunto das formas que caracterizam um determinado setor da superfície terrestre. Os geógrafos analisam os elementos que compõem a paisagem, em função de sua forma e magnitude, e propõem uma classificação das paisagens.” (p. 10). Por sua vez, Santos (2004) a define “[...] como um conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza.” (p. 103).

Está presente nas duas últimas acepções o papel das formas como elementos constituintes da paisagem. Verdum e Fontoura (2009) chamam a atenção, ainda, para ações dos geógrafos no processo de análise da paisagem. Santos (2004), por sua vez, contribuiu ao introduzir a relação homem-natureza junto às formas, entendendo que elas são formadas por elementos naturais e artificiais. Além disso, reitera o papel das mudanças junto ao conceito, entendendo-o como formas herdadas em constante transformação, sendo marcas da história do trabalho, das técnicas.

As formas, elemento definidor do conceito, estão presentes, em alguma medida, nos conceitos de paisagem e de espaço geográfico, o que pode, inadvertidamente, produzir divergências na utilização de ambos. Nesse sentido, no intento de dirimir possíveis conflitos, compartilhamos das reflexões de Donadieu e Périgord (2005):

Espaço e paisagem são dois conceitos distintos, a paisagem é uma forma ativa de se aproximar do espaço. Se a paisagem expressa formas, o espaço expressa, por sua vez, a construção de formas pelo homem. O espaço revela escalas diferentes: continental, regional, local (o país e o lugar). A palavra implica a noção de extensão, de distância, distância entre as formas, distância entre o observador e espaço observado que, de certa maneira, pertence a este espaço. Extensão mensurável, ele representa uma totalidade, a totalidades dos lugares, não furtando o que está escondido. Quanto à paisagem, ela poderia ser a aparência local do espaço da mensuração onde ela expressa as relações tecidas pela sociedade e seu lugar. (p.39, Livre tradução)²²

Desse modo, evidenciam-se os diálogos e as possíveis contribuições que o conceito de paisagem oferece ao entendimento da produção do espaço. Assim, as dinâmicas presentes nas práticas espaciais podem construir e desconstruir objetos geográficos, os quais podem ser

²² “Espace et paysage sont deux concepts distincts, le paysage étant une manière active d'approcher l'espace. Si le paysage exprime des formes, l'espace exprime plutôt la construction des formes par l'homme. l'espace relève d'échelles différentes: continentale, régionale, locale (le pays et le lieu). Le mot implique la notion d'étendue, de distance, distance entre les formes, distance entre l'observateur et l'espace observé qui, d'une certaine manière, appartient à cet espace. Étendue mesurable, il représente une totalité, la totalité des lieux, érudant ce qui est caché. Quant au paysage, il pourrait être l'apparence locale de l'espace dans la mesure où il exprime les relations tissées par les sociétés sur les lieux.” (DONADIEU; PÉRIGORD, 2005, p. 39).

analisados sob o prisma da paisagem. Como destacam Donadieu e Périgord (2005), “as formas que constituem a paisagem revelam a organização do espaço e a análise destas formas permite identificar uma série de signos. A paisagem nos fala do espaço e da maneira como ele é organizado pelas sociedades humanas.” (p. 38, livre tradução)²³.

Santos (2014) também apresenta contribuições a respeito da diferença entre os conceitos. Para ele,

a paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. Seria, numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados como numa fotografia. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem. (p. 29)

O panorama apresentado até aqui a respeito da paisagem apresenta elementos que caracterizam o conceito. Cabe destacar que, em inúmeras situações, o conceito foi empregado como método para compreensão do rural. Nesse sentido, gostaríamos de apresentar, de forma sucinta, alguns apontamentos nessa direção, destacando o uso do conceito por percussores da Geografia Agrária brasileira, tais como Leo Waibel e Orlando Valverde.

Esses autores tinham no conceito de paisagem bases para análise do rural. Leo Waibel, por exemplo, em sua proposição teórico-metodológica, parte do conceito de paisagem cultural associada à formação econômica como caminho para seus estudos. Waibel “[...] entendia a paisagem cultural, dentro da geografia agrária, como resultado do uso predominante do solo, ou seja, do tipo, dos cultivos, das técnicas utilizadas, de estradas e instalações, determinadas pela formação econômica.” (ETGES, 2000, p. 91). Dessa forma, para ele, compreender o agrário consistia em analisar o natural e sua transformação por um grupamento humano. A paisagem é retratada através dos usos e das limitações empreendidas pela natureza.

Orlando Valverde, por sua vez, também utiliza a paisagem como elemento central para análise do rural. Para ele, inspirado em Waibel, a Geografia Agrária comporta “[...] três tratamentos diferentes, que se denominam respectivamente: Geografia Agrária Estatística, Geografia Agrária Ecológica e Geografia Agrária Fisionômica.” (VALVERDE, 1964, p. 22). A primeira delas responde pelas representações cartográficas de dados estatísticos referentes às áreas de produção; a Geografia Agrária Ecológica responde pelas relações entre paisagem agrícola e o meio físico (relevo, clima, solo, vegetação, e os animais); e, por fim, a Geografia

²³ “Les formes qui constituent le paysage révèlent l'organisation de l'espace et l'analyse de ces formes permet d'identifier des séries de signes. Le paysage nous parle de l'espace et de la manière dont il est organisé par les sociétés humaines” (DONADIEU; PÉRIGORD, 2005, p. 38)

Agrária Fisionômica visa entender a paisagem, ou seja, interpretá-la, compreendendo cada uma dos elementos que nela refletem e suas respectivas funcionalidades. (VALVERDE, 1964).

Ambos os autores e suas respectivas proposições denotam a paisagem como ferramenta de importante capacidade explicativa para as análises da Geografia Agrária. Na paisagem, busca-se descrever e compreender as relações existentes entre a sociedade e suas interações com a natureza. Ferreira (2002) indica que esse momento da Geografia Agrária brasileira configura-se como descritivo e dominante do ponto de vista do uso da paisagem. Mesmo sendo hegemônico, novas vertentes teórico-metodológicas, conjugadas a transformações no espaço rural brasileiro, conduziram a Geografia Agrária a outros caminhos analíticos e, conseqüentemente, o conceito de paisagem deixou de ser predominante.

Tais perspectivas de análise elaboradas por Waibel e Valverde deixaram contribuições significativas na forma de interpretação e de análise do rural. Tais recursos, mesmo não sendo amplamente utilizados na atualidade, inspiram possibilidades para observação e para análise a qual nos propusemos.

Nesse sentido, embora tais estratégias tenham apresentado contribuições, optamos por utilizar o método de análise a partir da perspectiva da paisagem perceptiva, sugerida por Verdum (2012), entre outras estratégias contemporâneas de leitura da paisagem. Tal abordagem tem como a concepção de que a paisagem é, ao mesmo tempo, uma marca e uma matriz.

Tal abordagem tem suporte na proposição de Berque (2000), o qual tem o entendimento de que, enquanto marca, a paisagem é um dado perceptível, uma manifestação concreta, possível de ser alvo de descrições e de inventários. Trata-se uma expressão espacial de uma civilização, é uma realidade. Contudo, sua proposta sugere que a análise deva superar o campo do perceptível, considerando a paisagem como matriz, ou seja, entendendo-a como participante dos esquemas de percepção, de concepção e de ação que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza. É, portanto, uma aparência da realidade.

Corroborando essa perspectiva, afirma Puntel (2012, p. 32): “A paisagem é o concreto, o real, a materialização dos objetos em diferentes momentos no espaço geográfico; e também é a representação desses objetos, é a imaginação de cada indivíduo, que vai depender do seu interesse, de sua concepção e da sua experiência.” Nesse mesmo sentido, Verdum (2012, p. 18) defende: “[...] pode-se dizer que a paisagem é o concreto, ou seja, a coisa real, mas, ao mesmo tempo, é a imaginação, a representação destas coisas, as imagens. Cada um de

nós, de acordo com a sua trajetória, nossa consciência, experiência, vê as paisagens de forma diferente e única.” Cabe destacar, conforme as palavras de Puntel (2014), que a visão perceptiva da análise da paisagem contempla diversas perspectivas conceituais sobre a paisagem, inclusive a de Milton Santos.

Do ponto de vista da paisagem enquanto objetivação, Berque (2004) sugere a aplicação de metodologias consagradas pela Geografia. Nesse sentido, são alternativas: a quantificação das formas, análises que visam entender sua articulação ou mesmo a procura pela ligação entre as formas, a função e a estrutura. Verdum (2012), no sentido de apresentar um referencial para diferenciação de unidades de paisagem que, por sua vez, caracterizam um espaço geográfico, sugere os critérios: forma, função, estrutura e dinâmica.

As formas referem-se aos aspectos visíveis dos objetos geográficos ou de um arranjo de objetos. Trata-se, portanto, do aspecto visível da paisagem. O campo, a cidade, uma casa ou uma lavoura possuem uma forma espacial específica e, portanto, podem ser identificados, diferenciados e registrados por meio da observação, por fotografias e pelo uso de produtos de sensoriamento remoto. A função, por sua vez, é uma atividade ou tarefa esperada para uma determinada forma. Trata-se das apropriações e dos usos sociais dados às formas, por meio de atividades desenvolvidas no passado ou no presente, intrinsecamente relacionadas à produção da materialidade das formas. Nesse sentido, pode-se esperar de uma casa (forma) a função de habitar, por exemplo. A estrutura evidencia as inter-relações de todas as partes que compõem um todo. Trata-se da matriz social que dá sentido ao conjunto de formas e funções. Esse critério determina a constituição e a organização das formas e dos objetos geográficos, dando-lhe sentido em uma dada sociedade. Evidencia, assim, as características sociais e econômicas de cada período. A dinâmica²⁴ implica a noção de tempo e de mudança, ou seja, trata-se da ação contínua ao longo do tempo, que resulta em continuidades e transformações na paisagem. Pode ser entendida, em outras palavras, como mecanismo e ações que colocam uma estrutura em movimento de transformação. Remete, assim, à compreensão das ações em direção a um resultado. (CORRÊA, 2012; SANTOS, 2012; VERDUM, 2012).

Além de tal perspectiva, cabe ponderar sobre as estratégias de análise da paisagem através das subjetividades produzidas por indivíduos ou coletivos. Segundo Berque (2002), é necessário compreender que a paisagem é “[...] vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política etc.” (p. 86). Ao mesmo tempo, “[...] ela é

²⁴ Santos (2012) e Corrêa (2012) utilizam o termo “processo” de forma análoga à “dinâmica”.

matriz, ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política etc.” (p. 86). Sob esse ponto de vista, a análise da paisagem tem foco nos sujeitos, os quais se relacionam com a paisagem e estão cointegrados a ela. Ao mesmo passo que produzem significados e representações sobre a paisagem, tem nela o ponto de conformação de suas subjetividades.

4.2 O rural da microrregião de Erechim

Uma vez que estão lançadas as bases teóricas para que possamos realizar a leitura da paisagem, cabe dar atenção ao foco da pesquisa: a microrregião de Erechim. Como se trata de uma primeira aproximação para caracterização da paisagem e, portanto, da produção do espaço, daremos centralidade, nesse primeiro movimento, à descrição da paisagem. Além disso, a análise terá ênfase na escala regional, o que implica determinados limites e possibilidades de percepção dos fenômenos, pois “homogeneidade e concentração são casos limites que são assinalados pela escala. Não há, portanto, generalização possível sobre uma ocorrência geográfica qualquer que possa fazer abstração da escala na qual estes meios e estas distribuições foram observadas”. (RACINE; RAFFESTIN; RUFFY, 1983, p.125).

Desse modo, daremos maior destaque aos aspectos visíveis que caracterizam a paisagem rural sob influência da escala de análise, ou seja, considerando a descrição da paisagem a partir da perspectiva de apresentação de informações estruturantes e dados agregados, ficando mais evidentes fenômenos latentes e tendências à homogeneidade em escala regional.

Iniciamos por meio das entrevistas²⁵ e das leituras produzidas pelos representantes de entidades que atuam na microrregião de Erechim. Trata-se de sujeitos que respondem por organizações sociais com inserção na microrregião e que contribuem para organização econômica, política e social dos agricultores, ou seja, para organização das práticas espaciais. Simultaneamente, são sujeitos que possuem experiência junto ao rural e dispõem de uma consciência sobre a paisagem.

As caracterizações da paisagem apresentadas pelos entrevistados indicam a presença de duas unidades de paisagem na microrregião. Uma primeira representada por um termo cotidiano amplamente difundido – “terra dobrada” – e outras denominações, opostas a essa, com indicação de relevos planos – “plano”, “chatos”. Tais denominações e definições da

²⁵ O detalhamento das entrevistas está descrito no capítulo “Percurso investigativo”.

linguagem cotidiana, como nos lembra Lefebvre (2000), nos apresentam a diferenciação de espaços particulares que estão intimamente relacionados a usos específicos e, portanto, a práticas espaciais. Termos cotidianos enunciam e compõem, em última instância, práticas espaciais.

Sob essa perspectiva, termos usuais, como “terra dobrada”, podem evidenciar práticas espaciais, ou seja, características da paisagem que interferem na apropriação da natureza e no uso do espaço por uma sociedade. Assim, tais terminologias nos dão caminhos para descrição da paisagem, pois relevam uma lógica de identificação dos sujeitos com essa paisagem por meio de práticas e atividades rurais. Cabe evidenciar, então, as características do relevo e das práticas agrícolas para proposição de uma classificação da paisagem.

No que concerne às formas de relevo, segundo estudo sobre a geodiversidade do Rio Grande do Sul promovido pela CPRM²⁶, a microrregião de Erechim está inserida no domínio geomorfológico do planalto, dissecada do rio Uruguai. Trata-se de um domínio localizado no norte e noroeste do estado, sendo predominantemente formado por derrames vulcânicos da Formação Serra Geral. Em relação a sua composição litológica, há predomínio de basaltos e andesitos, além da ocorrência de riolitos e dacitos. Este planalto tem como característica o domínio de superfícies planálticas, com elevações entre 300 e 700 metros, intensamente entalhadas pela rede de drenagem tributária do rio Uruguai, o que dá base para formação de um relevo movimentado de colinas dissecadas e morros. (DANTAS; VIERO; SILVA, 2010).

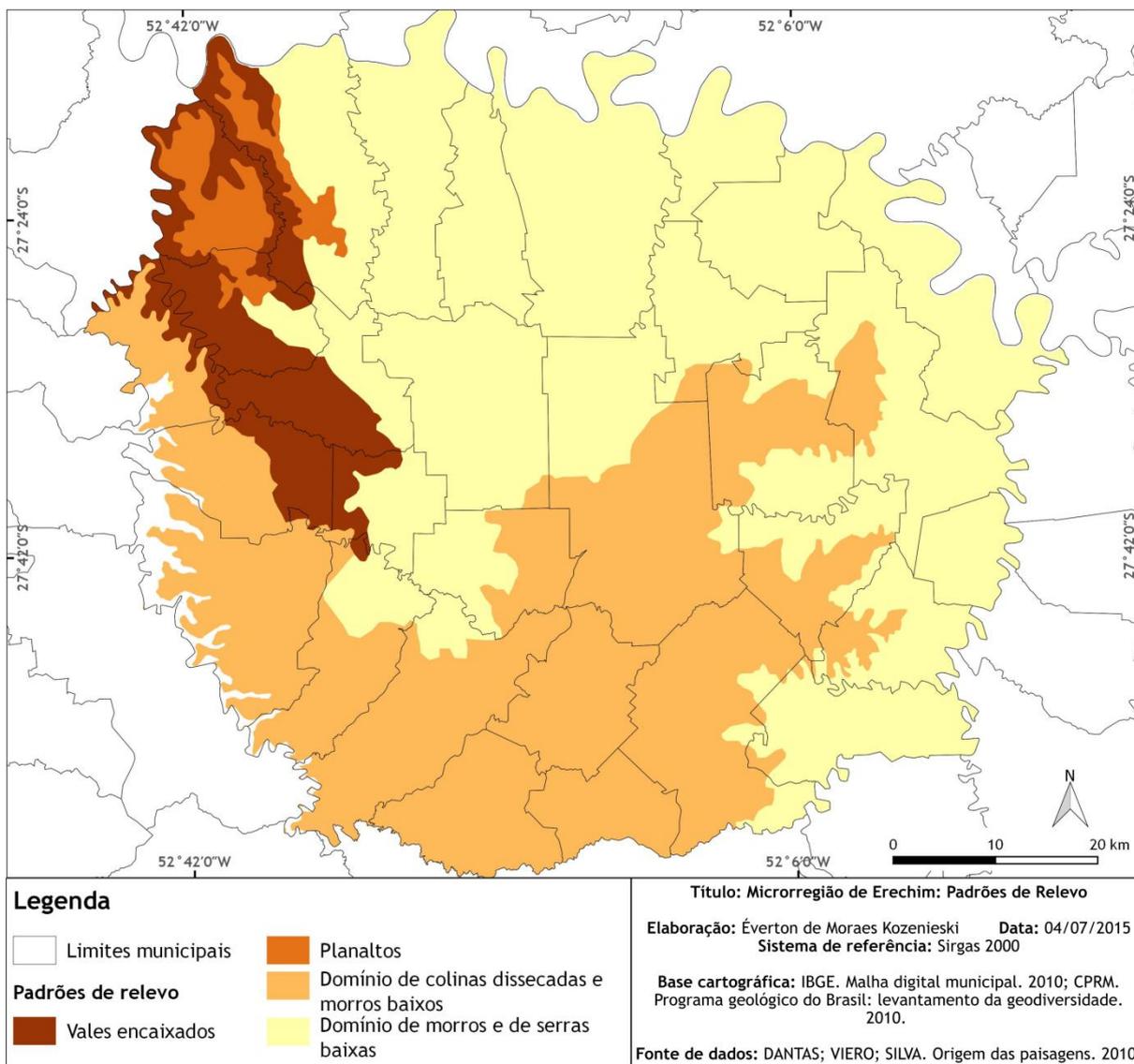
No que se refere à microrregião de Erechim, como pode ser observado no Mapa 2 – Microrregião de Erechim: Padrões de relevo, evidenciam-se quatro padrões de relevo: domínio de colinas dissecadas e morros baixos; domínio de morros e serras baixas; planaltos; e vales encaixados. Esses padrões expressam as manifestações do domínio geomorfológico na escala da microrregião, apresentando detalhamento das feições de relevo.

Um importante elemento que caracteriza essas formas de relevo e que compõem as denominações cotidianas é a declividade do terreno. Por meio do Mapa 3 – Microrregião de Erechim: Declividade podemos observar a declividade na microrregião de Erechim, segundo classes propostas pela EMBRAPA (1979). Evidencia-se, primeiramente, que as classes de declividade com maior expressividade são “ondulado” e “forte-ondulado”, com, respectivamente, 38,27% e 31,42% percentual da área da microrregião. As classes “plano”, “montanhoso” e “escarpado” são pouco expressivas, sendo a última representante de 0,11% da área. Além disso, fica evidente que a distribuição das classes de declividade não é uniforme

²⁶ CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais.

na microrregião, pois apresenta concentrações em determinados setores. Nesse sentido, cabe caracterizar os padrões de relevo em função das características de declividade.

Mapa 2 – Microrregião de Erechim: Padrões de relevo



Fonte: DANTAS; VIEIRO; SILVA (2010). Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

Iniciamos pelo padrão de relevo “domínio de morros e serras baixas”. É o que possui maior extensão, pois detém 52,12% da área total (2.983,38 km²). É composto principalmente por terrenos com declividade “forte-ondulado” e “ondulado”, que possuem, respectivamente, 47,42% e 31,87% da área deste padrão. Esse domínio possui significativas parcelas das classes de declividade “forte-ondulado”, “montanhoso” e “escarpado” de toda microrregião de Erechim. Nela estão presentes, respectivamente, 78,65%, 76,65% e 37,37% das áreas de tais classes. Essas características não significam a inexistência de terrenos com pequenas declividades, pois as classes “plano” e “suave-ondulado” possuem 13,19% da área. Trata-se

de um padrão de relevo que possui as áreas mais baixas da microrregião, mas que se caracteriza por possuir terrenos movimentados, intercalado por áreas planas e acidentadas, onde os perfis altimétricos podem apresentar variação de mais de 400 metros. Tais características estão relacionadas à ação erosiva do rio Uruguai e seus tributários. Esse padrão de relevo contém grande parte dos solos mais jovens de toda microrregião (neossolos²⁷, cambissolos²⁸ e nitossolos²⁹), sendo composto, predominantemente, por solos do tipo cambissolos.

O domínio de colinas dissecadas e morros baixos, representante de 2.047,21 km², que equivale a 35,76% da área total da microrregião, é formado majoritariamente (50,90% da área total) pela classe de declividade “ondulado”. Possui reduzida composição de declividades superiores a esta classe, registrando 8,65% da sua área em declividades superiores a 20%. É responsável por significativa parcela dos terrenos mais planos da microrregião, pois possui 52,95% de todos os terrenos “planos”, 58,75% das áreas “suave-ondulado” e 47,57% da classe “ondulado”. Trata-se, portanto, de um dos setores que possui os terrenos localizados nas áreas mais elevadas e que tem as menores declividades da microrregião de Erechim. Cabe destacar que nesse padrão de relevo se encontram, predominantemente, os solos mais intemperizados, pois há registro de que 81,37% da área de latossolos³⁰ da microrregião estão disponíveis nesse padrão de relevo.

Os vales encaixados são um padrão de relevo com reduzida expressividade por dispor de 7,53% da área total (403,79 km²). Constituem-se, principalmente, por declividades “forte-ondulado” (43,85% da área do padrão) e “ondulado” (28,48%). Apesar das pequenas

²⁷ “[...] são solos pouco desenvolvidos e normalmente rasos, de formação muito recente, encontrados nas mais diversas condições de relevo e drenagem. O uso está restrito ao relevo e a baixa profundidade, exigindo práticas conservacionistas severas. Em geral as áreas de relevo suave ondulado e ondulado podem ser utilizadas para pastagens permanentes e nas regiões de relevo forte ondulado para reflorestamento e fruticultura. As áreas muito íngremes devem ser reservadas para preservação permanente.” (RIO GRANDE DO SUL, 2015). Possui área de 501,2214 km² na microrregião.

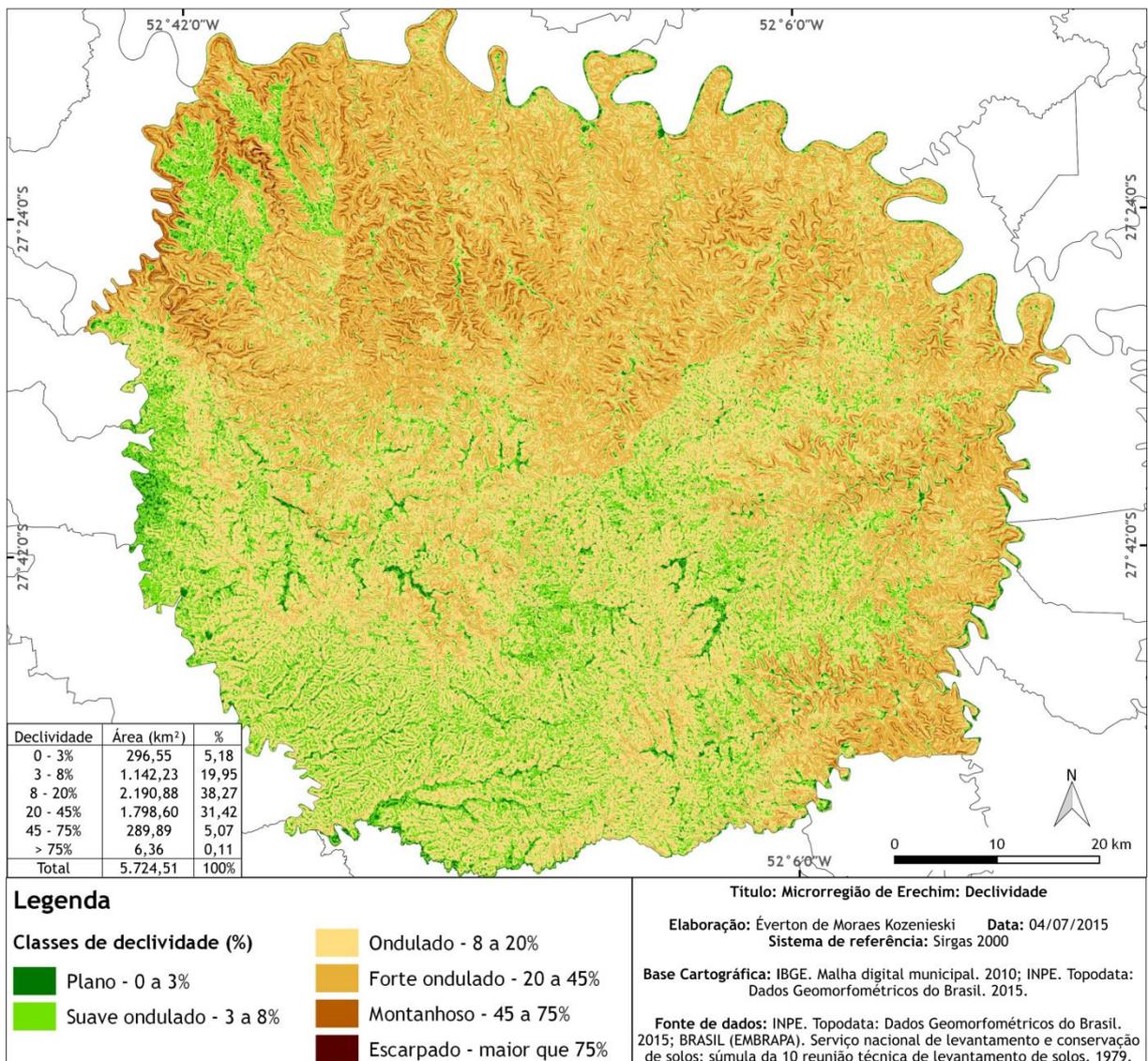
²⁸ “[...] são solos rasos a profundos, em processo de transformação, e em geral ocorrem em áreas de maior altitude com baixas temperaturas. Apresentam opções para o uso com pastagem nativa e silvicultura, como na região dos Campos de Cima da Serra. São de forte acidez e baixa disponibilidade de nutrientes, requerendo práticas conservacionistas intensivas e aplicação de elevados níveis de corretivos e fertilizantes.” (RIO GRANDE DO SUL, 2015). Segunda maior representatividade em área da microrregião (2.468,9322 km²).

²⁹ “[...] são solos profundos com aparência similar aos latossolos, diferindo destes por apresentar um horizonte B com uma estrutura mais desenvolvida com revestimento brilhante (cerosidade). São ácidos com predomínio de caulinita e óxidos de ferro na sua constituição. Em função da profundidade, boa drenagem porosidade, estrutura e condições do relevo, possuem geralmente boa aptidão agrícola. Podem ser utilizados para cultivos de inverno e de verão.” (RIO GRANDE DO SUL, 2015). Tipo de solos com menor representatividade (373,078 km²).

³⁰ “[...] são profundos, bem drenados, ácidos e de baixa fertilidade, podendo apresentar toxidez por alumínio para as plantas. Entretanto, a profundidade do solo associada ao relevo suave os torna de boa aptidão agrícola, desde que corrigida a fertilidade química, podendo ser utilizados com culturas de inverno e de verão. Ocorrem, predominantemente, no norte do Estado na área do Planalto Meridional.” (RIO GRANDE DO SUL, 2015). Tipo de solo com maior presença na microrregião (2.206,6515 km²).

dimensões desse padrão, possuem significativa presença de declividade “montanhoso” e “escarpado”, representando, respectivamente, 19,72% e 60,07% da área da microrregião de Erechim. Trata-se de um setor com variação altimétrica que pode chegar a mais de 200 metros, no qual também se encontram alguns dos terrenos mais baixos da microrregião, próximos às calhas dos rios Passo Fundo e Erechim, ambos pertencentes à bacia hidrográfica do rio Uruguai. As características apresentadas conferem elementos definidores, ou seja, um padrão de relevo que possui terrenos movimentados, intercalando vales com elevada declividade e terrenos com declividades intermediárias. Há predomínio de solos do tipo cambissolo (48,04% da área) e neossolo (34,93%), sendo que este último representa 29,85% da ocorrência na microrregião.

Mapa 3 – Microrregião de Erechim: Declividade



Fonte: INPE (2005), EMBRAPA (1979). Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

O planalto é padrão de relevo com menor dimensão da microrregião de Erechim por dispor de 7,53% da área total (149,93 km²). Sua composição apresenta, predominantemente, áreas com declividade “suave-ondulado” (41,68% da área total) e “forte-ondulado” (29,79%). Trata-se, conjuntamente com o domínio de colinas dissecadas e morros baixos, de um dos setores mais planos da microrregião de Erechim, com ínfima presença de terrenos acidentados. Registra-se 17,30% das áreas desse padrão com declividades superiores a 20% e 1,57% de declividades superiores a 45%. Quanto às características pedológicas, encontram-se, predominantemente, os latossolos.

A partir da caracterização produzida sobre os padrões e sua associação às denominações comumente utilizadas para designar as formas do relevo, poderíamos associar o termo “terras dobradas” aos padrões de relevo “domínio de morros e serras baixas” e “vales encaixados”, sendo este último o que apresenta maior quantidade de terrenos escarpados. Nesse mesmo sentido, poderíamos associar as “terras planas” ao “domínio de colinas dissecadas e morros baixos” e “planalto”.

Mesmo havendo evidências que corroboram tais aproximações, acreditamos não ser possível afirmar que a dicotomia “terras dobradas” e “terras planas” correspondem plenamente às classificações dos padrões de relevo. Os padrões de relevo demonstram o predomínio de determinadas formas, enquanto que a dicotomia “terra dobrada” e “terra plana” expressam, cotidianamente, aspectos associados aos possíveis usos dessas terras. Assim, mesmo havendo significativa correspondência entre a localização das terras planas e o “domínio de morros e serras baixas”, não podemos deixar de registrar que nas “terras dobradas” há, em menores proporções, áreas com declividades que poderiam ser compreendidas como planas. Nesse sentido, tendo em vista que os usos agrícolas têm relação com o perfil topográfico, não é possível afirmar a existência de uma rígida setorização da produção agropecuária em função dos padrões de relevo.

As características naturais apresentadas até aqui contribuem para a caracterização da paisagem, contudo identificar tais aspectos do espaço é também um exercício de análise das relações da sociedade, materializadas por objetos geográficos. Nesse sentido, torna-se premente observar alguns aspectos que vão ao encontro de tal intento, como as estratégias de apropriação da natureza no rural através das práticas agrícolas.

Nosso primeiro olhar está voltado para as relações de propriedade, por meio do censo agropecuário (2006). Nesse quesito, registra-se uma significativa presença da agricultura familiar na microrregião de Erechim, pois há 19.448 estabelecimentos rurais, dos quais

17.659 são classificados como agricultura familiar³¹.

Do ponto de vista da condição legal das terras, em 91,66% dos casos o produtor é o proprietário das terras. Os arrendamentos, por sua vez, estão presentes em 4,42% dos casos da região, apresentando, contudo, diferenciações locais. Ao analisar os municípios de forma isolada constatam-se casos nos quais os percentuais são superiores aos registros regionais, contudo não são mais elevados do que 7%, à exceção dos municípios de Ipiranga do Sul (10,68%), Estação (9,86%), Jacutinga (8,03%) e Erebangó (7,72%). A situação inversa, menos registros de arrendamentos, é encontrada nos municípios de Barra do Rio Azul (1,39%), Mariano Moro (1,04%), Carlos Gomes (1%) e Aratiba (0,94%).

No que se refere ao porte dos estabelecimentos rurais, evidencia-se, conforme demonstra a Tabela 1, a predominância de estabelecimentos de pequeno porte na microrregião de Erechim. Um primeiro aspecto a destacar é a média de 23,93 hectares de áreas por estabelecimento rural, que pode ser considerada reduzida em comparação a outras regiões do estado do Rio Grande do Sul. Além disso, ressalta-se que os estabelecimentos de até 20 hectares (ha) perfazem 60,01% dos casos, enquanto que estabelecimentos até 50 ha representam 91,27% dos estabelecimentos. Os dados por município ratificam essa situação, pois a maior parte dos estabelecimentos rurais possui menos de 100 ha, sendo que nos municípios de Erebangó (85,29%) e Quatro Irmãos (85,31%) há a menor participação de estabelecimentos nessa condição.

Ao analisar os dados desagregados por município, constatam situações em que a estrutura fundiária é mais concentrada, em comparação aos registros da microrregião. Entre os 12 municípios com média superior à registrada na microrregião sobre estabelecimentos rurais com mais de 100 ha (2,22%), 11 possuem parcelas significativas de seu território ou estão situados integralmente nos padrões de relevo “domínio de colinas dissecadas e morros baixos” e “planalto”. Os municípios com registros mais destoantes são Quatro Irmão (14,69%), Erebangó (13,97%), Campinas do Sul (6,94%), Jacutinga (5,22%) e Paulo Bento (4,98%).

No que se refere à área ocupada³² por estabelecimentos rurais com mais de 100

³¹ O censo agropecuário (2006) define agricultura familiar em conformidade a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Os estabelecimentos superiores a 100 ha são representados por 2,22% do total de estabelecimentos. Mesmo com baixa representatividade, esses estabelecimentos dispõem de significativas dimensões na microrregião, pois possuem 21,45% da área total. No entanto, apesar de tal discrepância, os estabelecimentos de pequeno porte ocupam significativas áreas da microrregião, 78,55% da área total.

³² Em algumas circunstâncias, parte dos dados municipais foi omitida pelo IBGE por possuírem menos de três informantes. Desse modo, os dados percentuais de área para cada grupo de área pode ser superior ao informado.

hectares, 9 municípios estão acima da média da microrregião (21,45%), que também estão localizados integral ou parcialmente nos padrões de relevo “domínio de colinas dissecadas e morros baixos” e “planalto”. Os casos com maior discrepância são os municípios de Quatro Irmãos (61,55%), Erebango (60,48%), Campinas do Sul (49,21%), Jacutinga (35,84%) e Paulo Bento (28,14%).

Tabela 1 – Estrutura Fundiária

Grupos por Área	Estabelecimentos	%	% acumulado	Área Estabelecimentos (ha)	%	% acumulado
Até 1 ha	209	1,08	1,08	82	0,02	0,02
De 1 a menos de 10 ha	4.831	24,84	25,92	25.490	5,48	5,50
De 10 a menos de 20 ha	6.630	34,09	60,01	91.091	19,57	25,07
De 20 a menos de 50 ha	6.080	31,26	91,27	176.326	37,89	62,96
De 50 a menos de 100 ha	1.132	5,82	97,09	72.530	15,59	78,55
De 100 a menos de 1000ha	422	2,17	99,26	84.529	18,16	96,71
De 1000 ha ou superior	10	0,05	99,31	15.301	3,29	100,00
Produtor sem área	134	0,69	100,00	0	0,00	100,00
Total	19.448	100	100	465.349	100	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2006). Organizado por Éverton de Moraes Kozenieski.

A situação inversa, em que a repercussão dos estabelecimentos rurais de menos de 100 hectares é mais significativa em comparação à média da microrregião, é encontrada em municípios que estão situados integralmente nos padrões de relevo “domínio de morros e serras baixas” e “vales encaixados” ou que possuem parcelas significativas de seu território com esse padrão. Em relação ao percentual de estabelecimentos com menos de 100 ha, destacam-se os municípios de Benjamin Constant do Sul (99,62%), São Valentim (99,53%), Ponte Preta (99,23%), Centenário (99,15%) e Barra do Rio Azul (99,00%). No que se refere ao percentual de área ocupada pelos estabelecimentos rurais inferiores a 100 ha, destacam-se os municípios de Ponte Preta (98,34%), São Valentim (98,06%), Três Arroios (96,86%), Barra do Rio Azul (96,02%), Benjamin Constant do Sul (95,96%), Severiano de Almeida (95,80%) e Floriano Peixoto (95,75%).

As informações sobre a estrutura fundiária nos apresentam uma caracterização importante da microrregião. Ela está intimamente relacionada às práticas espaciais do rural e, evidentemente, incide sobre a população do campo. Sobre este último, destacamos que a população residente³³ do rural é de 57.102 pessoas, de um montante de 211.653 habitantes da microrregião de Erechim. A população rural teve uma redução de 22,09% na última década,

³³ IBGE – Censo Demográfico (2010).

pois em 2000 atingia-se a marca de 73.289 pessoas no campo.

Os números da microrregião de Erechim apontam para uma situação na qual a maior parte da população reside em áreas urbanas, contudo uma análise mais detalhada da situação dos municípios nos mostra algumas circunstâncias importantes. O Mapa 4 nos auxilia nesse sentido, ao demonstrar que mais de 1/3 dos municípios na microrregião possuem mais de 60% da população residindo no campo. Na mesma figura observamos que apenas 8 municípios registram menos de 40% dos seus habitantes no rural, ou seja, mais de 60% residindo no urbano. Cabe destacar que apenas o município de Erechim é responsável por 58,59%³⁴ da população urbana de toda a microrregião, o que indica uma significativa importância do rural nas demais dinâmicas municipais.

O Mapa 4 indica outra circunstância importante: a existência de dois municípios (Floriano Peixoto e Benjamin Constant do Sul) com percentual de população residente no rural entre 80 e 85,5%. No caso de Benjamin Constant do Sul há influência direta das áreas indígenas, uma vez que das 5 terras indígenas existentes na microrregião, 3 localizam-se no município. De todos os residentes do rural na microrregião, segundo censo demográfico (2010), 1.537 declaram-se como indígenas. Ainda segundo o censo (2010), o município de Erechim possui 96.087 residentes e Getúlio Vargas dispõe de 16.154. Os demais municípios possuem menos de 7.000 habitantes, sendo que 14 deles têm menos de 3.000 residentes.

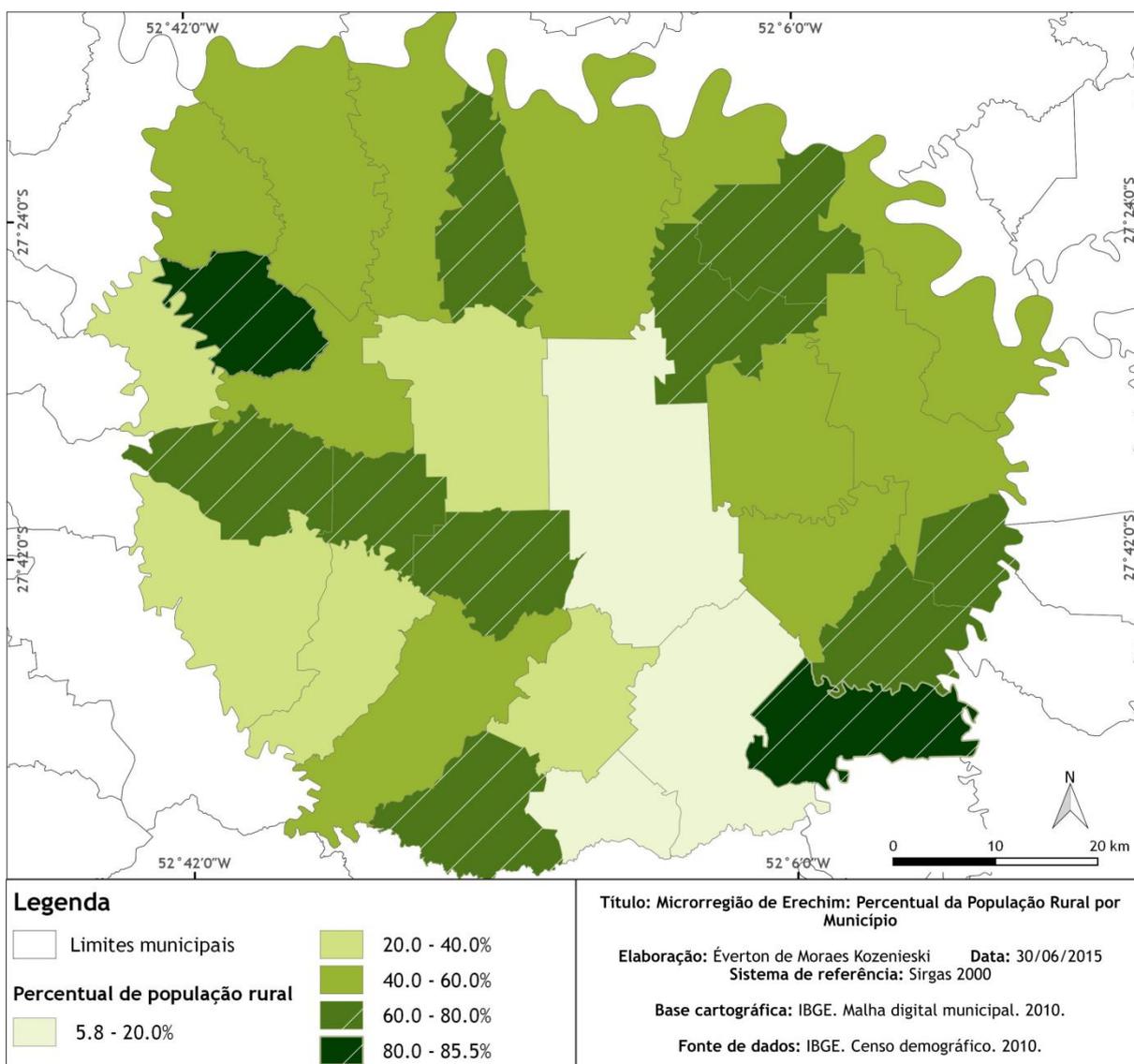
O Censo agropecuário (2006) também contribui para a caracterização da população do campo. Através dele registram-se 58.225 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, e destas, 51.016 possuem laços de parentesco com o produtor³⁵. Além disso, registra-se uma média de 2,62 pessoas com laços de parentesco com o produtor por estabelecimento rural e 0,37 pessoas sem laços de parentesco com o produtor³⁶ por estabelecimento rural na microrregião. Sobre a primeira, destoa o grupo de área de 1.000 ha ou superior com média inferior de 1,70, enquanto que na segunda contrastam elevados valores dos grupos de 100 a menos de 1.000 ha e de 1.000 ha ou superior com, respectivamente, médias de 2,64 e 14,9 pessoas por estabelecimentos rurais. As informações apresentadas indicam o grande envolvimento da população do campo com os estabelecimentos rurais e corrobora os dados sobre a presença da agricultura familiar na microrregião. Além disso, associa a contratação de mão de obra “extrafamiliar” às médias e, especialmente, grandes propriedades.

³⁴ População residente urbana de 90.552 pessoas, segundo Censo Demográfico (2010).

³⁵ Considera-se o produtor como pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor.

³⁶ Para a variável consideram-se inclusive empregados permanentes, temporários, parceiros e outra condição.

Mapa 4 – Microrregião de Erechim: Percentual da população rural por município



Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010). Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

Em relação às características populacionais, ressalta-se ainda que 94,47% dos estabelecimentos rurais são dirigidos por homens. Além disso, destes que dirigem os estabelecimentos agropecuários, apenas 10,32% possuem idade inferior a 35 anos. A maior parte está na faixa etária de 35 a menos de 45 anos (23,48%) e de 45 a menos de 55 anos (28,51%). Os demais 37,79% dos dirigentes estão em faixas etárias superiores a 55 anos. Tais dados indicam um perfil majoritário de adultos e idosos no comando das atividades agropecuárias da microrregião.

No âmbito da contratação de empregados temporários, podemos observar que eles estão presentes em 1.965 estabelecimentos rurais, atingindo 10,10% dos casos. De forma geral, esses trabalhadores são contratados por períodos curtos, pois 45,09% dos

estabelecimentos os contratam por menos de 30 diárias e outros 22,03%, de 30 a menos de 60 diárias. Além disso, são contratados, principalmente, para realização das tarefas de plantio (semeadura) e colheita. Cabe registrar que 81,62% dos estabelecimentos que efetivam contratações temporárias possuem de 1ha a menos de 50 ha. Porém, apesar da expressividade neste quesito, ao comparar esses registros com o montante de estabelecimentos rurais sob este grupo de área, verificam-se percentuais inferiores à média da microrregião. Os grupos de área que apresentam significativa representatividade são os estabelecimentos de porte médio (100 a 1.000 ha), em que 31,75% dos estabelecimentos realizam contratações, e os de grande porte (mais de 1.000 ha), nos quais 50% deles efetivam essa prática. Essas informações demonstram a importância dos trabalhadores temporários para estabelecimentos de maiores dimensões.

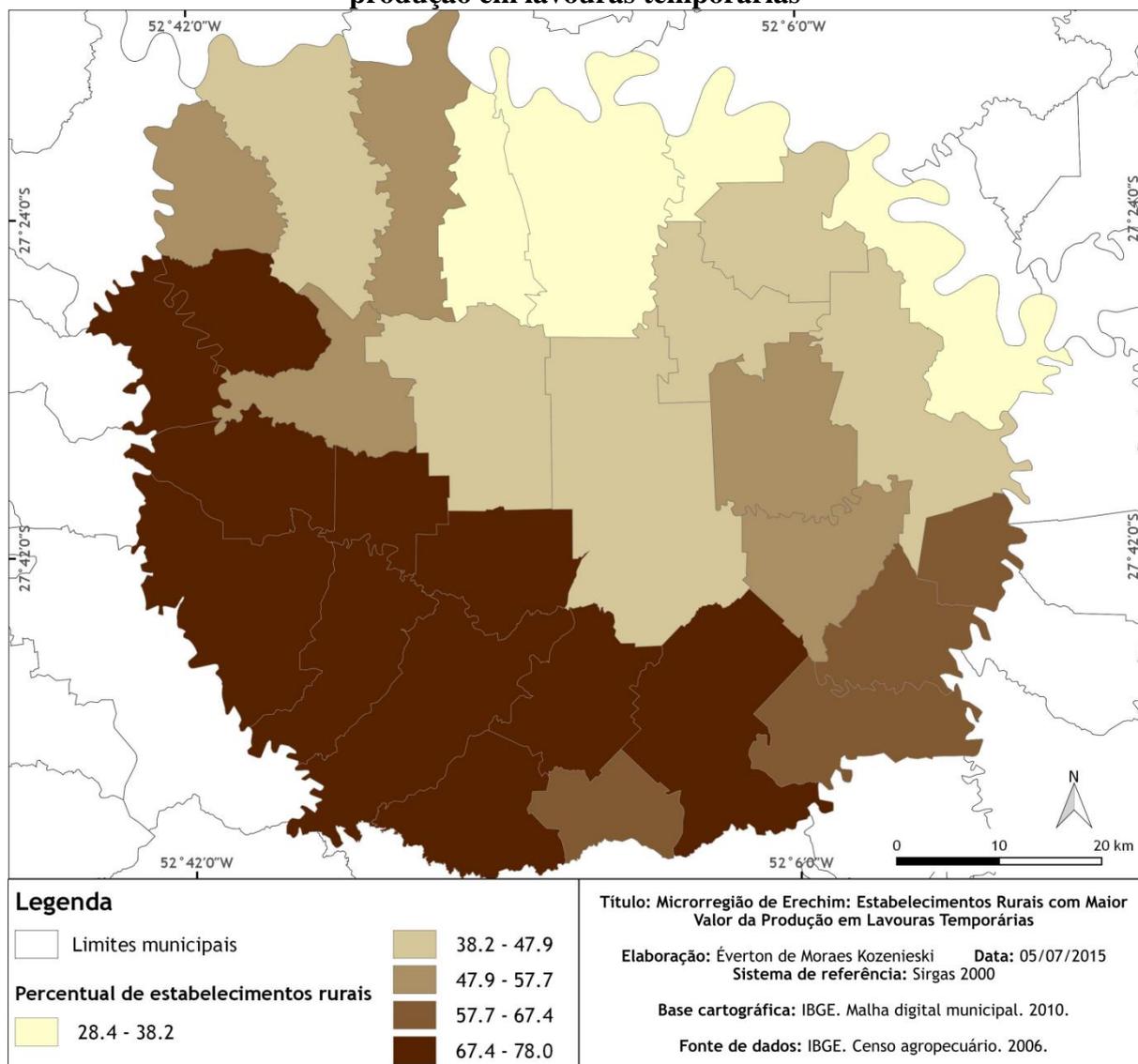
A produção agropecuária³⁷ é outro aspecto que ajuda a caracterizar as atividades econômicas desenvolvidas no rural. O primeiro ponto a destacar é o perfil produtivo dos estabelecimentos rurais da microrregião, dentre os quais 90,8% têm como atividade econômica, com maior valor da produção, cultivos de lavouras temporárias ou pecuária e criação de outros animais, sendo, respectivamente, 10.491 e 7.168 estabelecimentos rurais que conformam estas atividades como as principais. Tal predominância se dá em detrimento de outros grupos de atividades econômicas, tais como: horticultura e floricultura; lavoura permanente; sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal; produção florestal – florestas plantadas; produção florestal – florestas nativas; pesca e aquicultura.

Os perfis dos estabelecimentos rurais nos municípios, do ponto de vista da atividade econômica que apresenta maior valor da produção, podem ser observados no Mapa 5, no qual se registram as lavouras temporárias, e no Mapa 6, com a pecuária e criação de outros animais.

Os dois grupos de atividades econômicas estão presentes em todos os municípios, contudo podemos observar que, dependendo do município, determinados grupos de atividades agropecuárias têm maior relevância. Além disso, há concentrados de municípios com perfis agropecuários semelhantes, pois as lavouras temporárias são mais proeminentes no sul e sudoeste da microrregião, onde predominam as áreas de baixa declividade, enquanto que pecuária e criação de outros animais têm maior importância para os estabelecimentos localizados nos municípios do norte, limítrofes com o rio Uruguai, onde há predomínio de “terras dobradas”.

³⁷ Para caracterização deste tópico utilizou-se das informações de IBGE – Censo Agropecuário (2006).

Mapa 5 – Microrregião de Erechim: Estabelecimentos rurais com maior valor da produção em lavouras temporárias



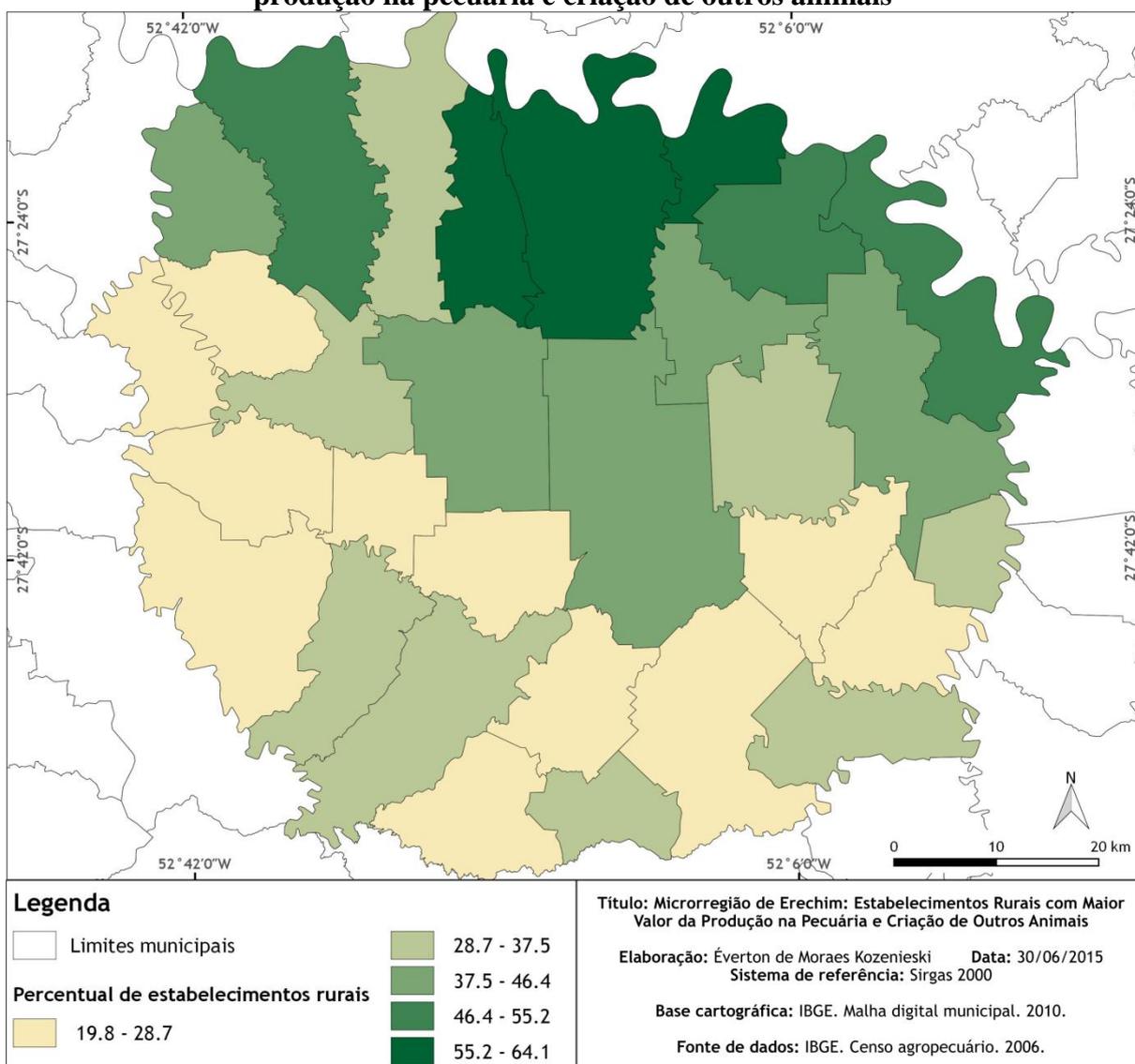
Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006). Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

Ao analisar as características de cada um dos grupos de atividades econômicas, percebemos que os estabelecimentos rurais apresentam produção diversificada, ou seja, há num mesmo estabelecimento mais de um tipo de produção, apesar da existência de um produto de maior relevância econômica. Nesse sentido, cabe apresentar algumas considerações pormenorizadas das dimensões da produção realizada na área de estudo da pesquisa.

Primeiramente, enfatizamos os cultivos das lavouras temporárias. A Tabela 2 elenca os produtos que apresentam maior predomínio, do ponto de vista: da quantidade de estabelecimentos rurais que realizam esses cultivos; dos percentuais do valor da produção dos

plantios das lavouras temporárias; da área colhida por tipo de cultivo. Com base nessas três informações, destacam-se os cultivos de milho e soja em grão, pois ambos representam os maiores resultados no quesito presença em estabelecimentos rurais, centralizam o valor da produção (78,02% dos R\$ 311.196.000,00³⁸) e representam 80,07% dos 285.554 ha colhidos com produtos das lavouras temporárias. Além disso, cabe destacar os seguintes produtos devido à participação expressiva: feijão-preto em grãos, pelo número de estabelecimentos que realizam este cultivo; trigo em grão, pelo valor da produção e pela área colhida.

Mapa 6 – Microrregião de Erechim: Estabelecimentos rurais com maior valor da produção na pecuária e criação de outros animais



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006). Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

³⁸ Este valor representa 3,05% do valor da produção das lavouras temporárias no Rio Grande do Sul. Nesta mesma comparação, a soja, com valor da produção de R\$ 141.939.000,00, representa 4,18% do total estadual, e o milho, com R\$ 100.874.000,00, representa 6,43%.

Tabela 2 – Lavoura temporária: produtos predominantes

Produtos da lavoura temporária	Número estabelecimentos	Classif. ²	Valor da produção (%)	Classif.	Área colhida (ha)	Classif.
Milho em grão	14.984	1°	32,41	2°	96.627	2°
Soja em grão	7.980	2°	45,61	1°	132.025	1°
Feijão-preto em grão	5.721	3°	2,00	6°	9.202	4°
Mandioca ¹	3.470	4°	0,68	7°	763	9°
Amendoim em casca	2.527	5°	0,15	11°	142	12°
Trigo em grão	1.902	7°	9,58	3°	31.791	3°
Fumo em folha seca	1.203	9°	3,90	4°	2.926	6°
Milho forrageiro	776	13°	3,21	5°	4.510	5°

¹ Aipim, macaxeira ² Classificação

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2006). Organizado por Éverton de Moraes Kozenieski.

A Tabela 2, ao apresentar os principais cultivos na microrregião do grupo “lavouras temporárias”, contribui para o detalhamento dos registros do Mapa 5. Nesse mesmo sentido, os dados desagregados de produção por municípios apresentam um refinamento dessas duas informações, apresentando o arranjo de cultivos desta categoria.

O primeiro item a destacar é a soja em grão, maior área cultivada de toda microrregião. Esse cultivo está presente em todos os municípios, contudo há significativas diferenças entre aqueles municípios que possuem grande, intermediária e pequena produção. Exemplifica tal contexto o registro por municípios da relação entre o número de estabelecimentos que cultivam soja e o número total de estabelecimentos, haja vista que as variações estão entre 1,55% a 86,31%, sendo inferior a 10% em nove municípios³⁹. Além disso, oito municípios⁴⁰ possuem mais de 50% da área dos estabelecimentos considerada com área colhida, enquanto que outros 10 municípios⁴¹ têm áreas colhidas de soja inferiores a 10% da área dos estabelecimentos rurais. Ressaltamos ainda que os estabelecimentos rurais de cinco municípios⁴² são responsáveis por 54,61% do valor da produção da soja da microrregião. Essas informações demonstram concentração da produção em determinados setores da microrregião, pois os municípios com maior destaque na produção são aqueles que

³⁹ Mariano Moro (1,15%), Aratiba (2,54%), Barra do Rio Azul (2,79%), Itatiba do Sul (6,03%) Severiano de Almeida (8,19%), Marcelino Ramos (9,34%) e Erval Grande (9,95%).

⁴⁰ Campinas do Sul (62,01%), Estação (56,85%), Ipiranga do Sul (56,79%), Quatro Irmãos (54,85%), Jacutinga (54,82%), Erebango (54,08%), Getúlio Vargas (52,90%) e Cruzaltense (50,53%).

⁴¹ Mariano Moro (0,45%), Barra do Rio Azul (0,49%), Aratiba (0,66%), Itatiba do Sul (1,3%), Severiano de Almeida (2,23%), Marcelino Ramos (4,24%), Benjamin Constant do Sul (5,76%), Três Arroios (6,27%), Erval Grande (6,55%) e Viadutos (9,88%).

⁴² Quatro Irmãos (10,32%), Ipiranga do Sul (9,83%), Campinas do Sul (9,69%), Getúlio Vargas (9,24%) e Erechim (8,41%).

estão localizados em padrões de relevo com menores declividades, enquanto que o inverso é registrado junto aos municípios localizados nas áreas com declividades acentuadas.

A produção de milho em grão apresenta características diferenciadas com relação à soja. O primeiro aspecto a destacar é a presença significativa desse cultivo em todos os municípios. No mínimo, 58% dos estabelecimentos cultivam o grão, chegando a 11 municípios⁴³ onde essa relação é superior a 80%. Tal fato aponta para uma distribuição da produção mais equilibrada entre os municípios, sem evitar relativas concentrações da produção. A esse respeito, os dados sobre a relação entre área colhida e área total dos estabelecimentos apontam para seis municípios⁴⁴ que possuem registros superiores a 27%. Os municípios onde os registros são menores são aqueles, de forma geral, com destaque na produção de soja. Além disso, os municípios com destaque na produção de milho estão localizados em áreas onde predominam os padrões de relevo “domínio de morros e de serras baixas” e “vales encaixados”.

O trigo em grão possui menor área plantada dos que os dois cultivos anteriores. Ele é, comparado com a soja e o milho, cultivado em menos escala, pois a sua presença nos estabelecimentos rurais é relativamente mais restrita. Nesse sentido, apenas quatro municípios⁴⁵ possuem entre 20% e 28,16% de seus estabelecimentos com a produção do grão; os demais municípios possuem registros inferiores a esses percentuais, chegando a sete municípios⁴⁶ com menos de 3% dos estabelecimentos com produção de trigo. Ressalta-se ainda que sete municípios⁴⁷ são responsáveis por 65,11% do valor da produção, todos possuidores de boa parte das áreas mais planas na microrregião.

O feijão-preto em grão, por fim, apesar de possuir pequena área plantada em comparação aos grãos citados, tem importante presença nos estabelecimentos rurais da microrregião. No que se refere aos registros municipais, evidenciam-se casos em que o percentual de estabelecimentos que produzem feijão varia entre 0,99% a 55,75% do total de estabelecimentos existentes. Os registros mais elevados dessa relação estão nos municípios de Benjamin Constant do Sul (55,75%), Três Arroios (54,57%), Centenário (53,70%) e Carlos

⁴³ Benjamin Constant do Sul (88,89%), Itatiba do Sul (88,85%), Mariano Moro (87,82%), Carlos Gomes (87,78%), Aratiba (87,11%), Centenário (84,90%), Floriano Peixoto (84,71%), São Valentim (84,47%), Marcelino Ramos (84,09%), Três Arroios (82,19%) e Severiano de Almeida (80,35%).

⁴⁴ Carlos Gomes (34,83%), Três Arroios (29,98%), Benjamin Constant do Sul (29,43%), Gaurama (27,92%), Severiano de Almeida (27,30%) e Centenário (27,17%).

⁴⁵ Ipiranga do Sul (28,16%), Campinas do Sul (25,40%), Estação (23,47%), Erebangó (21,69%).

⁴⁶ Mariano Moro (0,26%), Barra do Rio Azul (0,40%), Erval Grande (1,90%), Benjamin Constant do Sul (1,92%), Marcelino Ramos (2,48%), Aratiba (2,63%), Entre Rios do Sul (2,96%).

⁴⁷ Erechim (11,23%), Campinas do Sul (10,52%), Ipiranga do Sul (10,41%), Quatro Irmãos (10,16%), Getúlio Vargas (8,82%), Jacutinga (7,04%) e Erebangó (6,93%).

Gomes (53,37%), ao passo que os registros menos expressivos estão em Campinas do Sul, Getúlio Vargas, Estação e Ipiranga do Sul com, respectivamente, 0,99%, 10,12%, 10,20% e 10,49%. Na comparação entre área colhida sobressaem-se Benjamin Constant do Sul, Entre Rios do Sul, Carlos Gomes e Centenário, com, respectivamente, 13,07%, 8,96%, 6,29% e 5,16% da área dos estabelecimentos com área colhida de feijão-preto, ao mesmo passo que nove municípios⁴⁸ apresentam os menores valores. Os cultivos de feijão-preto sobressaem-se nos municípios com “terras dobradas”, apresentando menor registro em alguns municípios com grande produção de soja.

Além das lavouras temporárias, outro grupo com importância na microrregião é a pecuária e criação de outros animais. No que se refere ao efetivo de bovinos, registram-se 259.594 cabeças, as quais estão distribuídas em 14.444 estabelecimentos rurais, ou seja, em 74,27% dos casos. Especificamente, sobre a produção de leite, registram-se 11.418 estabelecimentos (58,71% dos casos) nesta condição, com 69.841 vacas ordenadas, produzindo 175.847.000 litros de leite em um ano. O valor da produção de leite nos estabelecimentos agropecuários em 2006 foi de R\$ 65.742.000, o equivalente a aproximadamente 21,13% dos valores obtidos com lavouras temporárias.

Os valores que apontamos representam, em comparação aos registros do Rio Grande do Sul, 5,57% do número de estabelecimentos rurais que produzem leite, 7,11% das vacas ordenadas, 7,15% da produção de leite e 6,56% do valor âmbito estadual. A produção de leite apresenta participação mais representativa em âmbito estadual do que as culturas da soja e do milho, especialmente se compararmos a representatividade do valor da produção gerado nos estabelecimentos com leite. Além disso, a produção de leite tem importante significado para as atividades produtivas na microrregião devido à grande quantidade de estabelecimentos que registram essa atividade, apesar do valor da produção ser inferior à metade do que se obtém com a cultura da soja.

Os estabelecimentos com produção de leite estão distribuídos em todos os municípios da microrregião, apresentando média de 58,71% dos estabelecimentos de cada município com essa atividade, o que demonstra sua importância na microrregião. A produção de leite tem maior representação nos estabelecimentos rurais dos municípios de Aratiba, Carlos Gomes, Barra do Rio Azul e Mariano Moro, nos quais 75,35%, 74,56%, 71,31% e 70,21% dos estabelecimentos, respectivamente, realizam tal produção. As menores participações nesse quesito estão em Faxinalzinho (34,96%), Entre Rios do Sul (40,64%),

⁴⁸ Ipiranga do Sul (0,13%), Quatro Irmãos (0,14%), Estação (0,16%), Jacutinga (0,24%), Paulo Bento (0,28%), Campinas do Sul (0,55%), Erechim (0,61%), Barão de Cotegipe (0,73%) e Erebangó (0,86%).

Benjamin Constant do Sul (40,80%), Ipiranga do Sul (48,93%) e Cruzaltense (48,95%), sendo que 4 deles estão localizados nos limites da microrregião e distante do município de Erechim. No que tange ao valor da produção e da quantidade de leite produzida, destacam-se Aratiba, Barão de Cotegipe, Erechim, Viadutos e Getúlio Vargas, pois 43,31% do valor da produção e 42,62% da quantidade de leite produzido estão nesses municípios. Em situação inversa estão Entre Rios do Sul, Benjamin Constant do Sul, Faxinalzinho, Carlos Gomes e Quatro Irmãos, tendo em vista que possuem individualmente menos de 1,80% do valor da produção e menos de 1,70% do leite produzido na microrregião.

A produção de galinhas, por sua vez, está em 12.867 estabelecimentos rurais, os quais possuem 7.991.464 cabeças (6,15% do total do estado). Essas informações dão conta da importância de tal criação, uma vez que 66,16% de todos os estabelecimentos rurais possuem galinhas. Observam-se alguns municípios com quantidades significativas de estabelecimentos com produção⁴⁹ de galinhas e, por outro lado, alguns com registros muito abaixo da média da microrregião⁵⁰. Em relação à produção de ovos, as informações indicam a concentração da produção em poucos municípios. Tomando apenas os dados de Estação, Erebangó e Gaurama, temos 62,03% de toda a produção da microrregião e ao acrescentar o que foi produzido em Aratiba, Getúlio Vargas e Ipiranga do Sul, temos 92% de todos os ovos.

Com relação ao movimento de aves no ano, enfatiza-se a relação entre aves abatidas e aves vendidas. Primeiramente observa-se que houve 569.000 aves abatidas em 11.907 estabelecimentos, enquanto que 36.389.000 foram vendidas em um total de 1.490 estabelecimentos. Temos, portanto, em média, 3,98 aves abatidas por mês em cada estabelecimento integrante da categoria “abatidas” e, por outro lado, temos 2.035,18 aves vendidas por mês em cada estabelecimento integrante da categoria “vendas”. Os dados sobre aves vendidas, em especial, registram as relações de integração entre indústrias da produção de carnes de aves e agricultores. Essas empresas são mais importantes em 6 municípios⁵¹, onde a relação entre estabelecimentos com aves vendidas perante o total de estabelecimentos é superior a 10%. Por outro lado, os municípios de Campinas do Sul (2,98%), Carlos Gomes (2,99%) e Centenário (3,70%) possuem os menores registros nesse quesito. No que tange ao número de cabeças de aves vendidas, evidencia-se sua concentração em poucos municípios, a exemplo de Erechim, que é responsável por 29,79% de todos os registros da microrregião. Agregando os dados dos municípios de Aratiba, Barão de Cotegipe

⁴⁹ Carlos Gomes (88,03%), Benjamin Constant do Sul (86,21%), Aratiba (82,60%) e Floriano Peixoto (80,25%).

⁵⁰ Quatro Irmãos (31,43%), Faxinalzinho (32,65%), Cruzaltense (47,75%) e Ipiranga do Sul (48,35%).

⁵¹ Severiano de Almeida (14,27%), Barra do Rio Azul (12,55%), Aratiba (12,42%), Erebangó (12,13%), Erechim (11,89%) e Barão de Cotegipe (11,12%).

e Severiano de Almeida, temos 53,53% das aves vendidas de toda a microrregião. Os registros com menores valores estão em Cruzaltense, Áurea, Centenário, Jacutinga, Quatro Irmãos, Entre Rios do Sul, Benjamin Constant do Sul e Carlos Gomes, que, junto, não chegam a totalizar 1,2% das vendas.

A criação de suínos está presente em 10.159 estabelecimentos com 505.189 cabeças (9,00% do total do Rio Grande do Sul). Verifica-se produção em todos os municípios e é significativa quando comparamos o número de estabelecimentos que possuem suínos com relação ao total de estabelecimentos, com média de 52,25%. Carlos Gomes (72,57%), Centenário (65,95%) e Floriano Peixoto (65,76%) registram médias mais elevadas nessa relação, sendo superiores a 65%. Por outro lado, outros 5 municípios⁵² têm média inferior a 40%. Em relação à quantidade de cabeças por estabelecimentos, a média da microrregião é de 49,71 cabeças por estabelecimentos. Os municípios de Aratiba e Quatro Irmãos têm valores discrepantes, com média de 123,14 e 122,63, o que demonstra uma produção mais intensiva em seus estabelecimentos.

No que se refere à relação entre cabeças de suínos vendidos e abatidos nos estabelecimentos rurais, evidencia-se o mesmo cenário das aves, pois 8.786 estabelecimentos abateram 30.506 cabeças, enquanto que 3.345 estabelecimentos venderam 1.206.658 cabeças. Tem-se, portanto, na microrregião, uma média de 3,47 cabeças de suínos abatidos por ano nos estabelecimentos integrantes dessa categoria e média de 360,73 cabeças de suínos vendidas por ano em estabelecimentos que realizam essa prática. Especificamente sobre a venda, prática associada à integração, destacam-se, devido ao maior número de estabelecimentos que vende suínos perante o total de estabelecimentos, os municípios de Aratiba (31,80%), Três Arroios (25,27%), Carlos Gomes (22,94%) e Mariano Moro (22,80%). Em sentido contrário, Faxinalzinho 2,57%, Benjamin Constant do Sul 8,43%, Erval Grande 9,72% e Ipiranga do Sul (9,90%) possuem os menores valores. Além disso, a partir de cinco municípios tem-se 55,64% das cabeças vendidas na microrregião, incluindo Erechim e outros municípios⁵³ limítrofes. Por fim, ao comparar o número de cabeças de suínos vendidos ao número de estabelecimentos que efetivam essa prática, lembrando que a média da microrregião é de 360,73 ao ano, temos três registros municipais que são dissonantes, pois Aratiba, Ipiranga do Sul e Gaurama possuem, respectivamente, 1.043,09, 733,24 e 712,80. O que indica concentração nos estabelecimentos desses municípios da modalidade de venda de suínos.

⁵² Cruzaltense (29,88%), Faxinalzinho (34,45%), São Valentim (36,96%) Ipiranga do Sul (38,25%) e Estação (39,12%).

⁵³ Aratiba, Barão de Cotegipe, Gaurama e Três Arroios.

Outro grupo de atividades econômicas são as lavouras permanentes⁵⁴, atividade econômica com maior valor da produção em 4,38% dos estabelecimentos rurais da microrregião⁵⁵. Estão representadas, principalmente, pela produção de erva-mate e de laranjas, que, juntas, reúnem 85,46% do valor da produção desse grupo de atividades econômicas. A erva-mate é individualmente responsável por 32,23% do valor da produção em 2.773 estabelecimentos rurais. Trata-se de um cultivo concentrado em alguns municípios, visto que em 9 deles encontramos 80,09% de todos os estabelecimentos da microrregião, embora mais disseminado que a laranja. Além disso, a média de estabelecimentos produtores de erva-mate perante o total de estabelecimentos nos municípios é de 14,26%. Contudo, apenas Áurea (63,61%), Centenário (36,89%) e Três Arroios (34,14%) possuem mais de 30%, e outros 12 municípios⁵⁶ têm registros inferiores a 4 %. Em relação ao número de pés existentes, 65,07% estão localizados nos municípios de Áurea, Erechim, Viadutos, Marcelino Ramos, Barão de Cotegipe e Centenário, sendo, respectivamente, 18,84%, 13,06%, 9,96%, 9,03%, 7,23% e 6,96% do total.

As lavouras de laranja, por sua vez, representam 53,13% do valor da produção em 1.048 estabelecimentos rurais, localizados em 68,03% dos casos em Aratiba, Itatiba do Sul, Severiano de Almeida, Marcelino Ramos e Mariano Moro. Estima-se a produção de 10.337 toneladas da fruta⁵⁷, concentrada (71,67%) nos mesmos cinco municípios. Em relação ao número de pés existentes, mais uma vez destacam-se os cinco municípios citados, uma vez que eles detêm 74,92% do total da microrregião. As informações apresentadas indicam a concentração da produção de laranjas em um restrito grupo de municípios.

No que tange a outros grupos de atividades, há menos representação. A produção florestal – florestas plantadas, sob o critério de atividade com maior valor da produção – possui 2,07% dos estabelecimentos da microrregião. Tem como principais produtos da silvicultura o eucalipto, presente em 3.093 estabelecimentos rurais, e o pinheiro americano, em 521. De todos os 21.467.000 pés existentes, 16.637.000 são de eucalipto e 3.800.000 de pinheiro americano. No caso do eucalipto, em 54,49% dos pés estão distribuídos nos

⁵⁴ Para análise destas lavouras foram utilizados dados dos estabelecimentos agropecuários com mais de 50 pés existentes por produtos da lavoura permanente.

⁵⁵ O município de Áurea tem um perfil diferenciado nesse quesito, visto que possui 17,11% dos seus estabelecimentos com lavouras permanentes como atividade com maior valor da produção. É seguido por Mariano Moro (8,81%), Centenário (7,69%) e Erechim (7,54%).

⁵⁶ Aratiba (3,95%), Ponte Preta (3,47%), Ipiranga do Sul (3,11%), Itatiba do Sul (2,96%), Mariano Moro (2,85%), Erval Grande (2,84%), Quatro Irmãos (2,45%), Jacutinga (1,81%), Barra do Rio Azul (1,39%), Cruzaltense (0,45%), Campinas do Sul (0,2%) e Benjamin Constant do Sul (0,0%).

⁵⁷ Em algumas circunstâncias, parte dos dados municipais foi omitida pelo IBGE por possuírem menos de três informantes. Desse modo, os dados podem ser superiores ao informado.

municípios de Aratiba, Erechim, Erval Grande, Três Arroios, Viadutos, Itatiba do Sul e Barão de Cotegipe.

Estabelecimentos que possuem a horticultura e a floricultura como atividades econômicas com maior valor da produção estão representados por 1,93% (544) dos estabelecimentos rurais da região, tendo como produtos: alface (presente em 319 estabelecimentos); repolho (216); beterraba (195); batata-doce (194); cenoura (188). Além dos grupos citados, produção florestal – florestas nativas estão representadas sob os mesmos critérios por 0,69% estabelecimentos rurais; aquicultura, 0,08%; sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal, 0,03%; pesca, 0,02%.

Uma vez que apontamos para as características da produção, torna-se premente apresentar alguns aspectos relacionados às técnicas e aos instrumentos utilizados. Iniciamos pela apresentação do tipo de força de tração utilizada nos estabelecimentos rurais. Na microrregião, 7.814 estabelecimentos (40,18%) utilizam apenas tração mecânica; outros 4.786 estabelecimentos (24,61%) utilizam apenas tração animal; e 4.862 (25%) utilizam ambos os recursos, além, evidentemente, de 1.986 estabelecimentos (10,21%) que não usam nenhum tipo de força de tração. Tais informações demonstram que a mecanização do campo não atingiu completamente todos os estabelecimentos rurais da microrregião.

Ao observar essas informações a partir dos grupos de área dos estabelecimentos rurais, podemos observar algumas relações. A primeira é a de que quanto maior o valor do grupo por área, maior é o percentual de estabelecimentos que têm apenas força de tração mecânica. Todos os estabelecimentos com mais de 1.000 ha dispõem apenas do modelo de força mecânica; aqueles entre 100 e menos de 1.000 ha têm 79,38% dos estabelecimentos nesta condição; e 69,26% pertencentes ao grupo de 50 a menos de 100 ha se enquadram nessa categoria. Para os mesmos três grupos de área é possível evidenciar que quanto maior é a área dos estabelecimentos, menor é o número do uso da força de tração apenas de animais, com, respectivamente, zero, 3,08% e 6,18%. Além disso, a exceção do grupo de área até 1 ha que tem 66,03% dos estabelecimentos sem o uso de nenhum tipo de força de tração, os demais grupos (de 1 a menos de 10 ha, de 10 a menos de 20 ha, 20 a menos de 50 ha) apresentam as mesmas relações dos grupos antes citados, dispondo, respectivamente, de 32% dos estabelecimentos na categoria somente mecânica e 30,82% na somente animal, 34,27% e 29,23%, 46,66% e 19,41%. Esses dados dão conta de um processo de mecanização do campo seletivo na microrregião com relação à área dos estabelecimentos.

As informações sobre a força de tração dos estabelecimentos, quando analisadas por meio dos dados desagregados por município, possibilitam outras observações. Inicialmente

destacamos que os critérios somente força de tração animal e somente força de tração mecânica representam juntos, nos municípios da microrregião, com exceção de Três Arroios e Aratiba, mais da metade dos estabelecimentos rurais neles localizados. Essa informação demonstra a importância dessas duas categorias nas realidades dos municípios, embora haja diferentes composições. Frisa-se, portanto, que há concentrações de estabelecimentos rurais em alguns municípios que utilizam apenas tração animal, como é o caso de Itatiba do Sul e Erval Grande, que possuem 75,20% e 59,24% de seus estabelecimentos nessa condição. Encontram-se situações nas quais a maioria dos estabelecimentos está na condição de uso de força de tração apenas mecânica, como é o caso de 12 municípios⁵⁸.

Ademais, ao destacar os estabelecimentos que possuem alguma forma de força de tração mecânica, seja exclusivamente ou em conjugação com força de tração animal, evidenciam-se 6 municípios⁵⁹ em que mais de 90% dos estabelecimentos contemplam esse critério. Caso estendamos o limite para mais de 75% dos estabelecimentos com tração mecânica, chegamos a 12 casos⁶⁰. Em contrapartida, registram-se 5 municípios⁶¹ onde menos de 50% dos estabelecimentos não usam força de tração mecânica, sob a perspectiva anteriormente proposta.

Podemos também tomar como referência o uso de tratores para índice de modernização da agricultura, para o qual identificamos, em 2006, a presença de 5.477 tratores nos estabelecimentos rurais na microrregião. Essa informação indica que há em média um trator a cada 3,55 estabelecimentos rurais, da mesma forma que se identifica um trator para cada 84,96 ha de área de estabelecimentos. Como se trata de um valor médio, há de ponderar-se que esse valor dilui as diferenças entre municípios e estabelecimentos rurais, uma vez que eles podem ter mais de um trator. Tomando como referência os municípios de Aratiba e Severiano de Almeida, localizados em setor com maior influência da declividade, registra-se, respectivamente, 166 e 114 tratores por município, um trator a cada 6,40 e 7,5 estabelecimentos⁶² e, por fim, um trator para cada 154,26 e 128,36 ha de área de

⁵⁸Ipiranga do Sul (94,76%), Erebangó (89,34%), Campinas do Sul (88,29%), Estação (83,67%), Getúlio Vargas (76,31%), Quatro Irmãos (73,47%), Jacutinga (72,49%), Ponte Preta (65,90%), Cruzaltense (64,86%), Paulo Bento (57,47%), Áurea (53,04%) e Entre Rios do Sul (52,96%).

⁵⁹Ipiranga do Sul (97,28%), Quatro Irmãos (94,69%), Estação (93,54%), Campinas do Sul (93,06%), Erebangó (93,01%) e Jacutinga (90,56%).

⁶⁰Ponte Preta (89,40%), Getúlio Vargas (88,88%), Paulo Bento (87,33%), Cruzaltense (87,09%), Entre Rios do Sul (81,03%) e Áurea (77,73%).

⁶¹Severiano de Almeida (47,49%), Barra do Rio Azul (45,62%), Aratiba (40,36%), Erval Grande (24,29%) e Itatiba do Sul (14,90%).

⁶²Os cinco municípios com a maior relação entre estabelecimentos rurais por quantidade de tratores são: Itatiba do Sul (21,97 estabelecimentos por trator), Erval Grande (14,81), Benjamin Constant do Sul (13,74), Severiano de Almeida (7,5) e Mariano Moro (7,02). Enquanto que os cinco municípios com menor relação do

estabelecimentos rurais⁶³. Ao observarmos os dados de Campinas do Sul e Estação, por exemplo, encontramos, respectivamente, 341 e 162 tratores, um trator a cada 1,48 e 1,79 estabelecimentos e, por fim, um trator para cada 59,30 e 53,60 ha de área de estabelecimentos rurais.

A Tabela 3 apresenta os dados referentes à distribuição dos tratores na microrregião, conforme o grupo de área dos estabelecimentos rurais. O primeiro aspecto que destacamos está relacionado à quantidade de tratores nos grupos de área de 100 a menos de 1.000 ha e 1.000 ha ou superior, pois esses representam, respectivamente, 2,17% e 0,05% dos estabelecimentos, contudo, possuem 18,16% e 3,29% dos tratores da microrregião.

Tabela 3 – Distribuição de Tratores por Grupo de Área dos Estabelecimentos Rurais

Grupos por Área	Tratores			Estabelecimento / Trator
	Unidades	%	% acumulado	
Até 1 ha	3	0,02	0,02	69,67
De 1 a menos de 10 ha	340	5,48	5,50	14,21
De 10 a menos de 20 ha	1.009	19,57	25,07	6,57
De 20 a menos de 50 ha	2.500	37,89	62,96	2,43
De 50 a menos de 100 ha	919	15,59	78,55	1,23
De 100 a menos de 1000ha	639	18,16	96,71	0,66
De 1000 ha ou superior	67	3,29	100	0,15
Produtor sem área	0	0,00	100	-
Total	5.477	100	468,81	3,55

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2006). Organizada por Éverton de Moraes Kozenieski.

Os estabelecimentos com menores dimensões apresentam participação em menores proporções. Isso fica mais evidente quando comparamos os estabelecimentos com dimensões inferiores a 50 ha, já que possuem 91,27% dos estabelecimentos rurais e 62,96% dos tratores na microrregião. Além disso, na relação entre estabelecimentos rurais para cada trator, identifica-se que quanto maiores são os estabelecimentos rurais, menor é a relação de tratores por estabelecimentos. Ao tal ponto de encontrarmos grupos de áreas que representam as duas classes com unidades com maiores dimensões da tabela, nas quais, em média, há mais de um trator por estabelecimento.

As informações desagregadas, numa primeira aproximação, demonstram que a

índice informado são: Quatro Irmãos (1,25), Erebango (1,37), Campinas do Sul (1,48), Estação (1,79) e Ipiranga do Sul (1,81).

⁶³ Os cinco municípios com a maior relação entre área dos estabelecimentos rurais por quantidade de tratores são: Itatiba do Sul (437,70), Erval Grande (336,98), Benjamin Constant do Sul (181,81), Aratiba (154,26) e Barra do Rio Azul (146,22). Enquanto que os cinco municípios com menor relação do índice informado são: Ipiranga do Sul (52,33), Estação (53,60), Ponte Preta (56,47), Gaurama (57,01) e Campinas do Sul (59,30).

mecanização das atividades produtivas não é uniformemente distribuída pela microrregião de Erechim. Há municípios que podem ser associados àqueles de maior relevância na produção de lavouras temporárias e integrantes dos padrões de relevos com área mais planas, onde o uso de tração mecânica e o uso de tratores estão amplamente difundidos. Há também municípios com a situação inversa, em que o pouco uso de tração mecânica e reduzido número de tratores é uma realidade, localizados ao norte da microrregião. Tais dados indicam que a mecanização do campo foi seletiva no que concerne às características produtivas dos estabelecimentos rurais e em relação à localização, associada às características naturais. Além disso, tomando como referência a relação de tratores e estabelecimentos rurais como índice de modernização, identifica-se que este processo foi seletivo também no que diz respeito às dimensões dos estabelecimentos rurais, ou seja, unidades de produção com maiores dimensões possuem mais possibilidades de inserção nesse conjunto de técnicas.

A utilização de agroquímicos na produção agropecuária, além dos aspectos já citados sobre a utilização de equipamentos mecânicos, ajuda a caracterizar as técnicas utilizadas e observar a influência da modernização do campo na microrregião. Os agrotóxicos, em especial, são amplamente utilizados, uma vez que em todos os municípios, no mínimo, 60% dos estabelecimentos rurais utilizam-se de agrotóxicos e apenas 2.675 estabelecimentos não se utilizam desse expediente. Sobre estes últimos, alguns municípios apresentam registros significativos, como é o caso de 8 municípios⁶⁴ que concentram 53,20% de todos os estabelecimentos que não utilizam agrotóxicos e 6 municípios⁶⁵ que possuem mais de 20% de seus estabelecimentos sem esse uso.

Apesar dos registros de não uso de agrotóxicos, a produção orgânica na microrregião não é expressiva. Apenas 199 estabelecimentos rurais realizam essa prática produtiva, dos quais 57,29% fazem parte do grupo de atividades econômicas em que a pecuária e a criação de outros animais têm maior valor da produção. Além disso, a maior parte dos estabelecimentos (156) tem como dirigentes produtores que estão há mais de 10 anos nessa atividade. Cabe ressaltar ainda que entre os que fazem produção orgânica apenas 31 são certificados por entidades credenciadas.

As práticas agroecológicas⁶⁶ também fazem parte do contexto regional. Elas

⁶⁴ Aratiba (9,05%), Erval Grande (8,90%), Itatiba do Sul (7,48%), Barra do Rio Azul (6,50%), Viadutos (5,98%), Erechim (5,83%), Floriano Peixoto (4,79%) e Marcelino Ramos (4,67%).

⁶⁵ Barra do Rio Azul (34,66%), Erval Grande (28,20%), Faxinalzinho (27,25%), Aratiba (22,77%), Itatiba do Sul (22,75%) e Floriano Peixoto (20,38%).

⁶⁶ Altieri (2009) apresenta a agroecologia com uma nova e dinâmica ciência que pode promover uma agricultura realmente sustentável. Para ele, “A agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quando preservadores dos recursos naturais, e que sejam

propõem o desenvolvimento de uma agricultura com características sustentáveis e produtivas que são desenvolvidas para além de manejos e o emprego de técnicas ecológicas na agricultura. Essa concepção “[...] exige que o camponês passe a assumir a posição ativa, de pesquisador das especificidades de seu agroecossistema, para desenvolver tecnologias apropriadas não só as condições locais de solo, relevo, clima e vegetação, mas também às interações ecológicas, sociais, econômicas e culturais.” (GUHUR; TONA, 2012, p. 62). Segundo levantamento realizado por Eduardo (2013), há aproximadamente 60 famílias que realizam tais princípios e práticas, ambas vinculadas à assessoria do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

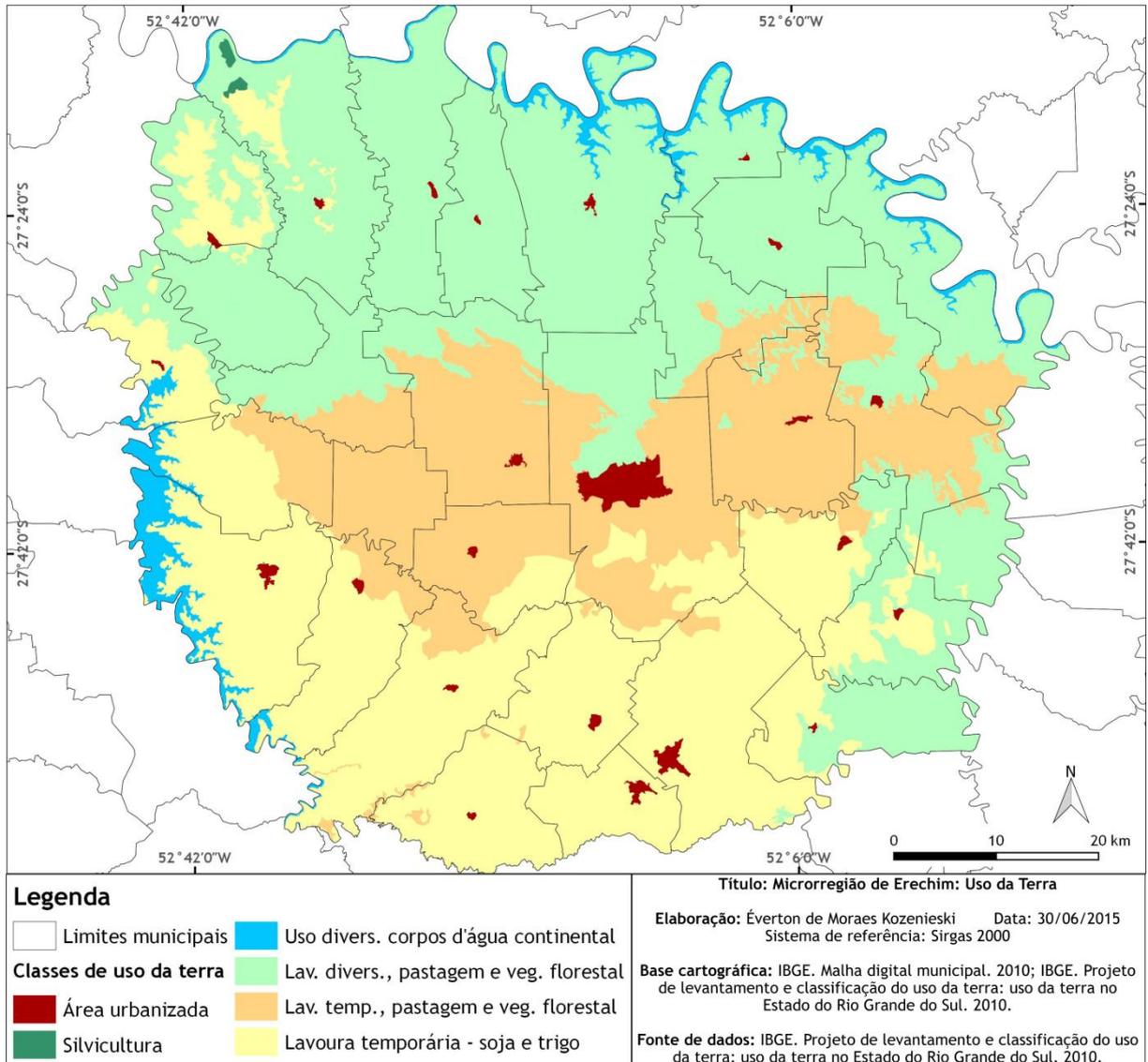
As informações até aqui apresentadas caracterizam o espaço rural da microrregião de Erechim sob diferentes perspectivas, retratando práticas espaciais sob diferentes ângulos. O Mapa 7 registra o uso da terra na microrregião, o que em boa medida relaciona e sintetiza as informações do rural. Através de formas e funções, esse mapa registra a diversidade do espaço e as estratégias de apropriação da natureza por meio de práticas agropecuárias.

O Mapa 7 demonstra um conjunto de classes de usos da terra, entre os quais três apresentam maior abrangência territorial. Iniciamos pela classe “lavouras temporárias – soja e de trigo”, que tem como características, assim como a denominação indica, o predomínio de lavouras temporárias, em especial, das culturas de soja e trigo. A classe “lavouras diversificadas, pastagens e vegetação florestal” apresenta um conjunto diversificado de formas e usos. O uso da terra nessa classe está associado a áreas de destinações às lavouras, às pastagens e à vegetação nativa. Por fim, a terceira classe que se sobressai é “lavouras temporárias, pastagens e vegetação nativa”, que se caracteriza como uma integração entre as duas classes anteriores. Dispõe de áreas com perfil de usos diversificados, típicos da classe “lavouras diversificadas, pastagens e vegetação florestal”, ao mesmo tempo em que possui áreas com uso de lavouras temporárias, característico da classe “lavouras temporárias – soja e de trigo”.

As classes de usos da terra, assim como os diferentes dados e informações apresentados, nos indicam que o espaço rural da microrregião de Erechim não é homogêneo e tampouco apresenta uniformidade das práticas espaciais nele desenvolvidas. Os usos apresentados refletem as estratégias e a forma de organização nas unidades de produção rural, que, por sua vez, retratam formas de apropriação da natureza pelos homens do campo. Nesse

contexto no qual se verificam formas e usos diferenciados no/do espaço, propomos uma classificação das paisagens rurais na microrregião.

Mapa 7 – Microrregião de Erechim: Uso da terra



Fonte: IBGE – Projeto de levantamento e classificação do uso da terra: uso da terra no Estado do Rio Grande do Sul (2010). Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

4.3 As paisagens rurais da microrregião de Erechim

As informações apresentadas anteriormente sobre o espaço rural possibilitam a caracterização da microrregião. Os dados estatísticos e cartográficos, as entrevistas e a própria realização de observações indicam a existência de diferenciações na relação do homem do campo com o espaço. Dessa forma, tomando como base as informações obtidas sob a escala da microrregião que demonstram singularidades, edificam-se as bases para elaboração de uma

proposta de classificação da paisagem rural.

Antes, contudo, cabe apresentar algumas considerações sobre alguns princípios que orientam a construção dessa classificação. As paisagens rurais aqui apresentadas são registros do uso e da apropriação da natureza em meio à relação dos homens do campo e o espaço. Trata-se da conjugação de práticas espaciais conduzidas pelos homens do campo em meio às unidades de produção que, conjuntamente, configuram arranjos materiais que caracterizam determinado setor da microrregião de Erechim.

A classificação proposta parte de uma escala em particular, já que adotamos como referência a microrregião, o que significa que se observam os setores com base em características que se sobressaem nessa escala. Enfatiza-se, portanto, um conjunto de características que estão presentes nas unidades de produção, aquilo que é hegemônico ao olhar. Em tal escala não é destaque uma combinação particular que determinado estabelecimento rural possa ter, mas se observa um conjunto em busca daquilo que é “padrão”, comum. Tal circunstância que privilegia o hegemônico não significa que negamos a diversidade de estratégias e particularidades, nas quais os camponeses possam ser protagonistas, porém representa apenas uma característica da escala de análise.

Outro aspecto que gostaríamos de destacar relaciona-se à certa cronologia. No intuito de diferenciar a paisagem do espaço, Santos (2014) anteriormente citado⁶⁷, construiu uma figura de linguagem na qual compara a paisagem a uma fotografia, um instante da sociedade. Apesar de o exemplo ser ilustrativo e elucidador de muitas possíveis confusões conceituais, acreditamos que ao propor uma classificação da paisagem rural não podemos partir de uma visão rígida no concerne o tempo.

Um primeiro argumento está relacionado a um conjunto de condicionantes naturais e sociais que influenciam as práticas agrícolas. As variações de chuvas, a temperatura, a insolação, entre outras, contribuem para a transformação, por exemplo, das lavouras temporárias, as quais apresentam novas formas e tonalidade. Além disso, os tratos culturais necessários para colheita, como o uso de secantes nas plantações de soja, transformam a aparência de uma determinada paisagem. Mudanças como essas ilustradas nesses exemplos configuram novas paisagens? Outro questionamento que se faz relevante se constitui a partir do manejo utilizado especialmente entre cultivares de lavouras temporárias, com a intercalação sazonal de culturas. A preparação da produção de soja, por exemplo, inicia com

⁶⁷ “A paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. Seria, numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados como numa fotografia. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem.” (p. 29)

planejamento da utilização da mesma área durante o inverno, para as quais se tem áreas destinadas usualmente para culturas de cobertura do solo e de preparação da palha para o plantio direto da soja, por vezes pastagens ou nenhum trato. Além da rotação, podemos destacar também a sucessão de culturas, uma vez que, anualmente, são plantadas numa mesma área espécies diferentes. Isso ocorre também na produção da soja para a qual se recomenda, eventualmente, a sucessão com o milho. Em tais exemplos temos a intercalação entre culturas distintas sazonalmente e o sequenciamento de espécie complementarmente. Nesse contexto, podemos considerar que áreas ocupadas sazonalmente por diferentes cultivos podem ser consideradas como paisagens distintas?

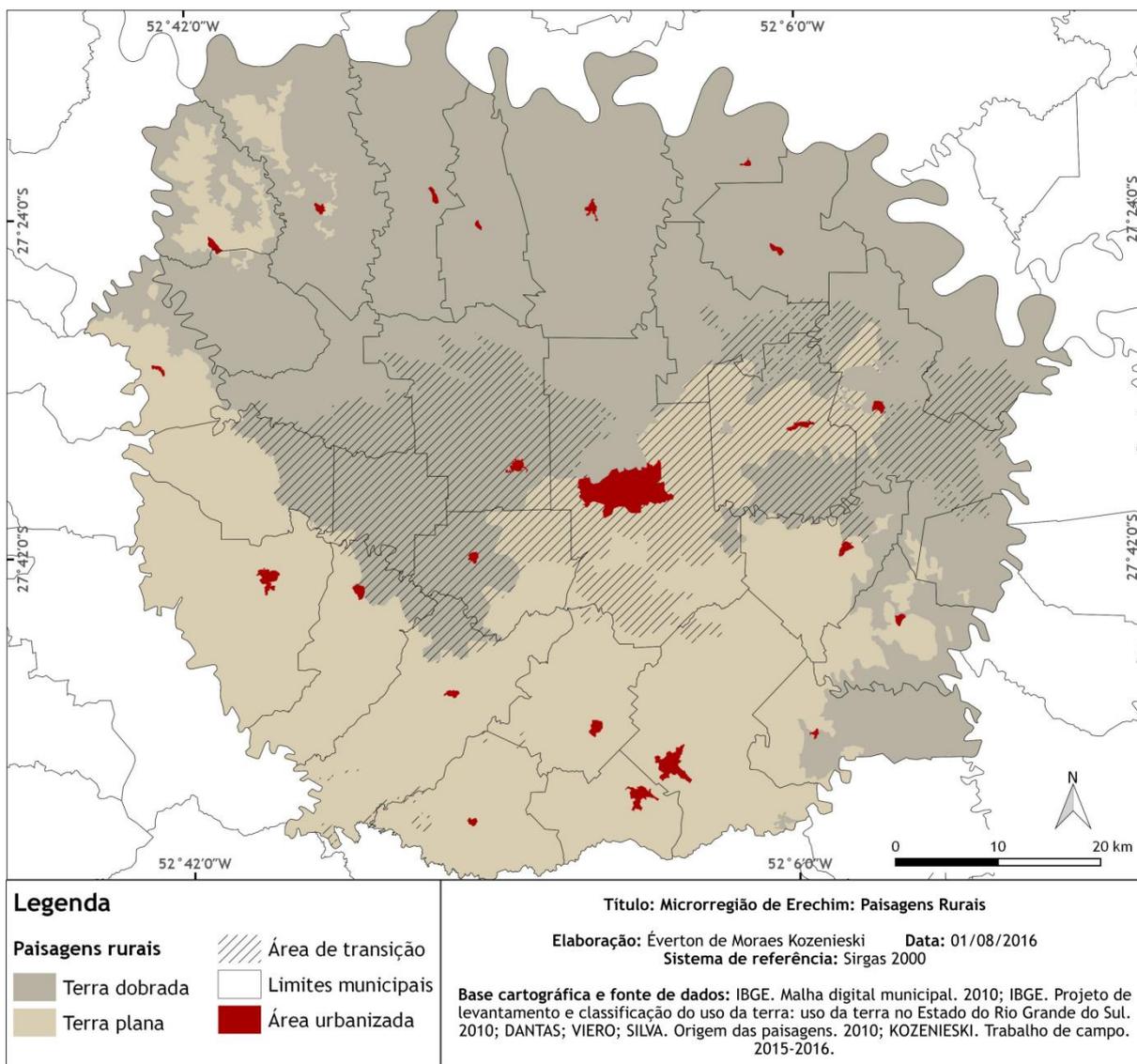
Para ambos os questionamentos consideramos a existência de uma mesma paisagem rural, apesar das diferenciações na aparência e nas formas que a compõem. Tanto para o primeiro conjunto de exemplos quanto para o segundo, estamos diante de um quadro que possui sazonalidades e funções complementares. Consideramos, portanto, que a paisagem rural não é apenas uma fotografia, um instante, mas sim um plano sequencial de fotografias que registram marcas características do universo rural e funções, que, às vezes, podem ser distintas, mas que estão em sincronia. Tal sequência é portadora de uma ciclicidade inerente às práticas agrícolas, condicionadas pela natureza e pela sociedade, a qual desvela a ação do homem por meio de suas estratégias. As estações do ano, por exemplo, mudam as fotografias, mas não mudam as paisagens rurais, já que estas não se resumem a uma imagem em um instante do tempo.

Uma vez que estão lançadas as considerações que permeiam a construção da classificação, passamos a apresentar a proposta. Trata-se de duas paisagens denominadas⁶⁸ “terra plana” e “terra dobrada”, além de uma área de transição entre elas. No Mapa 8 podemos observar a localização e delimitação⁶⁹ destas paisagens rurais. Cabe apresentar algumas considerações sobre estas, a fim de diferenciar o que é singular.

⁶⁸ Optou-se por utilizar denominações que se aproximam dos termos empregados cotidianamente pelos agricultores da microrregião.

⁶⁹ Para elaboração das delimitações entre as paisagens rurais utilizamos como referência o Mapa 7. Houve o agrupamento de classes de usos da terra, sendo as “lavouras temporárias, pastagens e vegetação nativa” e “usos diversificados em corpos d’água continental” divididos conforme os limites dos padrões de relevo (Mapa 2), estando em consonância com as observações realizadas.

Mapa 8 – Microrregião de Erechim: Paisagens rurais



Fonte: IBGE – Projeto de levantamento e classificação do uso da terra: uso da terra no Estado do Rio Grande do Sul (2010), DANTAS; VIEIRO; SILVA (2010), Trabalho de Campo (2015-2016). Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

4.3.1 Terra plana

A primeira paisagem que destacamos é reconhecida, popularmente, como aquela onde há a maior parte dos “planos” e dos “chatos” da microrregião. Trata-se de uma paisagem que compreende predominantemente formas de relevo com coxilhas e pequenas elevações, associadas a parcelas reduzidas com declividade acentuada. Tais características possibilitam um amplo aproveitamento para produção agropecuária dos estabelecimentos rurais em função das áreas obrigatoriamente destinadas à proteção ambiental. Nos setores planos predominam as lavouras temporárias, tornando essa paisagem um palco privilegiado para tais cultivos,

conforme pode ser observado no Mapa 5. As áreas com declividade elevada são destinadas a matas ou pastagens para animais de médio e grande porte.

No que se refere às lavouras temporárias, a soja e o milho se destacam enquanto cultivos de verão, sendo que o primeiro tem maior importância entre os estabelecimentos rurais do ponto de vista do valor da produção. A magnitude das lavouras, apesar das características da estrutura fundiária, gera grandes extensões de terra contíguas cultivadas, sendo difícil distinguir os limites entre as propriedades rurais. As práticas produtivas, especialmente da soja, apresentam uma padronização significativa, o que favorece a não distinção dos manejos e diferenciações entre lavouras. No inverno há uma maior heterogeneidade de usos nas áreas de lavouras, já que elas ganham contornos com a produção de grãos ou forrageiras, áreas de pousio ou pastagens. O cultivo de trigo, principal grão produzido no inverno, está concentrado nos mesmos municípios nos quais se destacam os cultivos de verão, contudo não dispõem da mesma área colhida ou mesma adesão como atividade produtiva nos estabelecimentos rurais. Os cultivos de inverno, em muitos casos, servem de apoio a outras atividades produtivas consideradas mais importantes, como a produção de palhada para o plantio direto das culturas de verão ou alimentação de animais, especialmente para o favorecimento da produção de leite. Além da rotação de cultivos entre produção de espécies de verão e inverno, registra-se a sucessão de cultivos nas áreas de lavouras, como no caso que registramos entre a soja e o milho.

Nessa paisagem, a pecuária e a criação de animais não têm a mesma importância econômica para os agricultores do que as lavouras temporárias, conforme demonstra o Mapa 6. Contudo, estão presentes e compõem o quadro de diversificação de parte dos estabelecimentos rurais. Essas atividades, em geral, não dependem diretamente das condições de relevo para sua prática, pois as unidades de criação apresentam tamanhos reduzidos em comparação com as lavouras temporárias e tampouco sofrem fortemente influenciadas pela declividade e pela possibilidade de mecanização com tratores. Tendo em vista essas características citadas, a pecuária e a criação de animais não apresentam uma rígida setorização conforme a declividade. Entretanto, relacionam-se às áreas com maior declividade e destinadas à pastagem, sem prejudicar as áreas de lavouras, e, de modo geral, como tônica em toda microrregião, próximas às residências e edificações dos estabelecimentos rurais, em função do trabalho intenso e contínuo que demandam.

A não rigidez dessas atividades em função da declividade possibilita que a criação de animais não igualmente difundida na paisagem, sendo alternativas produtivas e de renda aos agricultores. Na produção de leite, importante produção em ambas as paisagens da

microrregião⁷⁰, temos como destaque o município de Getúlio Vargas inteiramente localizado na paisagem “terra plana”, enquanto que Quatro Irmãos, em situação semelhante, está entre aqueles com menores indicadores. A criação de aves também está difundida em todos os municípios,⁷¹ em situação análoga à produção de leite, contudo, conforme o produto na qual a criação tem finalidade, temos algumas setorizações. A produção de ovos está concentrada em alguns municípios situados na paisagem “terra plana”, porém não é realidade para todos. Já a venda de aves, atividade veiculada à integração com agroindustriais, tem no município de Ipiranga do Sul importante representatividade. No entanto, nos demais municípios que têm áreas significativas na paisagem em questão, os valores são restritos. Os suínos, por sua vez, igualmente possuem significativa presença em todos os municípios da microrregião⁷². Todavia, tanto do ponto de vista da difusão em estabelecimentos quanto a partir do parâmetro produção, temos apenas como destaque, entre os municípios que estão inteiramente na paisagem “terra plana”, Erebangó, no quesito concentração de cabeças por estabelecimento rural.

A paisagem em questão apresenta outro diferencial. É o palco onde o “pacote” da modernização da agricultura teve maior aceitação, tendo em vista que os municípios nele localizados apresentam os valores mais elevados no que tange ao uso de força de tração mecânica, tratores e uso de agrotóxicos. O fator declividade, que apresenta registro menor nessa paisagem, tem relação com a mecanização, pois quanto menor a declividade, maior é a possibilidade de utilização de tratores, de tal forma que esses são empregados, de forma geral, em condições de declividade nas classes “plano” até “ondulado”. Cabe ressaltar também que nessas áreas se encontra a maior parte dos solos mais intemperizados, que além do fator declividade, favorece a mecanização.

Na “terra plana” encontramos os municípios com as estruturas fundiárias que contêm os estabelecimentos rurais de maiores dimensões da microrregião, o que está relacionado à contratação de trabalhadores temporários. Além disso, as práticas de arrendamento de terras são mais proeminentes nos estabelecimentos que estão nesta paisagem. Tais informações, numa primeira aproximação, sugerem um mercado de terras aquecido, no qual ocorre concentração fundiária e a existência de mercado de prestação de serviços para os estabelecimentos rurais e assalariamento no campo. As características descritas sobre essa

⁷⁰ Cabe lembrar que o município Faxinalzinho apresenta menor relação entre estabelecimentos rurais com produção de leite comparado ao total de estabelecimentos rurais, 34,96%.

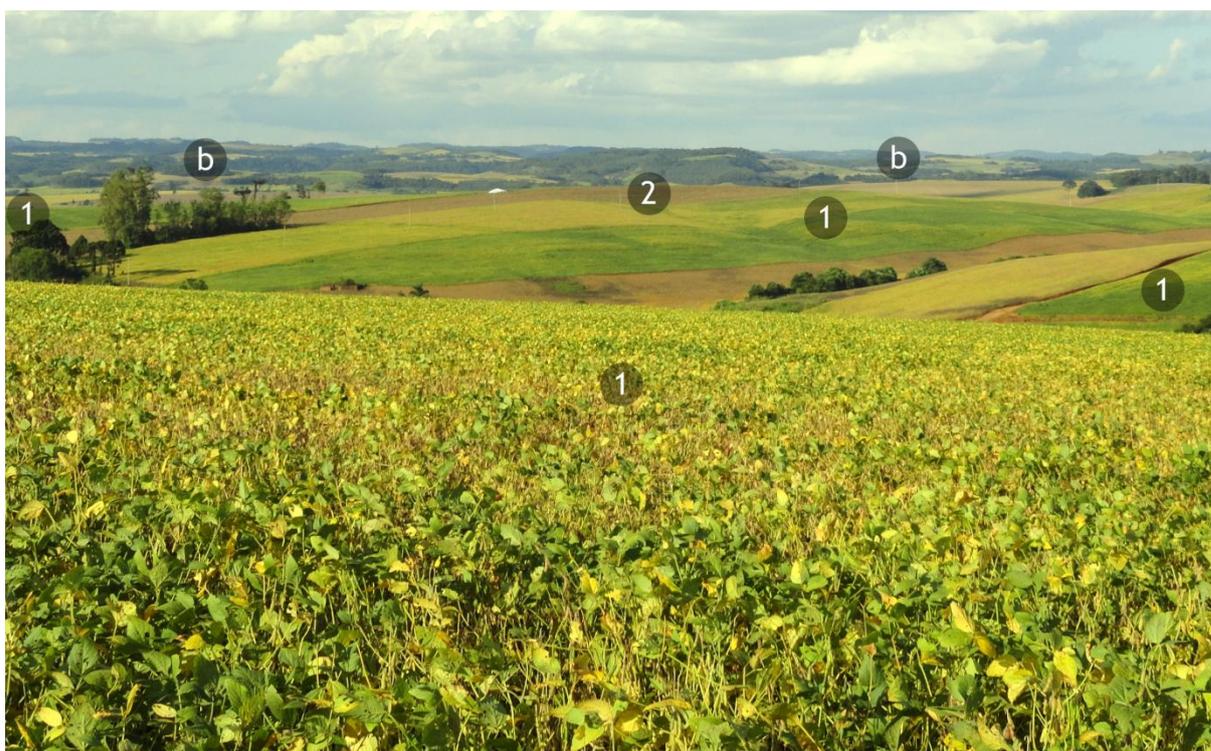
⁷¹ O município de Quatro Irmãos apresenta menor relação entre estabelecimentos rurais com produção de leite comparado ao total de estabelecimentos rurais, 31,43%.

⁷² O município de Cruzaltense apresenta menor relação entre estabelecimentos rurais com produção de leite comparado ao total de estabelecimentos rurais, 29,88%.

paisagem rural nos dão elementos para sua diferenciação, contudo, a fim de qualificar as formas, apresentamos a Fotografia 1 e Fotografia 2.

Na Fotografia 1 destaca-se, em primeiro plano, um conjunto de coxilhas especialmente empregadas para produção de grãos de soja. No item “1” destacam-se as lavouras com grão ainda em processo de crescimento, e no “2”, ressaltam-se áreas onde houve a colheita de soja. As diferentes colorações das lavouras indicam tempos de plantio diferentes. A tonalidade amarelada tem essa aparência devido à aplicação de secantes, utilizados semanas antes da colheita. Cabe destacar ainda que se visualizam grandes extensões de áreas cultivadas em detrimento de outros usos da terra, resultado da contiguidade entre parcelas de lavouras. No segundo plano da fotografia, indicado pela letra “b”, temos a outra unidade de paisagem da microrregião de Erechim. Nela observa-se um relevo movimentado e um uso do solo diferenciado, com maior cobertura com vegetação arbórea.

Fotografia 1 - Paisagem terra plana: Cruzaltense



Fonte: Arquivo pessoal. Trabalho de Campo, município de Cruzaltense em 11/03/2014.

Na Fotografia 2 podemos observar coxilhas destinadas, principalmente, à produção de grão. O número “1” representa lavouras destinadas à produção de soja com grãos em processo de maturação. Em “2” temos parcelas nas quais houve a recente colheita do grão de soja ou de milho, não sendo possível precisar. No “3” visualizam-se áreas destinadas à

produção de milho de segunda safra, conhecida localmente como safrinha, ainda em fase de crescimento. Na indicação “6” temos uma edificação rural destinada à habitação e guarda dos instrumentos e equipamentos para produção. No item “5” observam-se estruturas para a produção de aves, destinadas ao alojamento e à proteção das aves. Os aviários são construídos em conformidade com padrões técnicos que, entre outros quesitos, exigem a criação de quebra-ventos para proteção a condicionantes climáticos. O item “4” atende a essa função, uma vez que se trata de árvores plantadas com o objetivo de isolamento e proteção. Por fim, em “7” visualiza-se uma parcela em pousio, na qual não houve destinação para nenhum fim produtivo.

Fotografia 2 – Paisagem terra plana: Campinas do Sul



Fonte: Arquivo pessoal. Trabalho de Campo, município de Campinas do Sul em 11/03/2014.

4.3.2 Terra dobrada

A segunda paisagem que apresentamos é caracterizada pelo relevo movimentado, na qual encontramos o que popularmente é chamado de “terra dobrada” e de “peraus”. É constituída por áreas com declividades acentuadas, intercalada por reduzidas parcelas com áreas menos declivosas. Tais características não permitem o mesmo tipo de aproveitamento agropecuário dos estabelecimentos rurais localizados na outra paisagem, contribuindo para

existência de diferentes formas de apropriação e atividades produtivas. A paisagem, nesse sentido, é marcada pela diversidade de formas e usos.

Assim como ocorre na outra paisagem, as áreas mais planas são utilizadas para produção de lavouras, principalmente soja e milho, e a elas também se aplicam os mesmos sistemas de rotação e sucessão de culturas. Em alguns contextos, observam-se lavouras permanentes nessas áreas planas, embora estejam diminuindo paulatinamente. As áreas mecanizáveis são reduzidas nessa paisagem e, desse modo, não se torna possível basear a reprodução das famílias nesse único tipo de atividades produtiva. Tal situação promove a diversificação da produção e a introdução em circuitos produtivos menos rentáveis, comparada à potencialidade das lavouras temporárias, mas que não deixam de ser importantes como fontes de renda para as famílias. Nos locais onde é possível mecanizar, há tendência de utilização dessas áreas para a produção de lavouras temporárias, inclusive registra-se caso em que há produção de “terra plana”, ou seja, uso de terraplanagem e escalonamento de encostas para redução da declividade.

Nas parcelas onde a mecanização é limitada exercem-se outras atividades. As áreas com declividade mais elevadas são abandonadas pelos processos produtivos, tornando-se áreas de mata e proteção ambiental, ou são destinadas à silvicultura. Parcelas com declividades intermediárias destinam-se à criação de animais, com pastagem ou áreas para descanso entre árvores e lavouras permanentes, ou se tornam abandonadas pelos circuitos produtivos. Nessas últimas parcelas que destacamos, o uso de maquinários e equipamentos é restrito, pois exigem maior tempo e intensidade de trabalho para os tratos culturais e, portanto, buscam-se atividades com menos necessidade de manutenção.

Do ponto de vista do perfil econômico podemos destacar que a pecuária e a criação de animais têm importante expressão junto aos estabelecimentos rurais, especialmente no que se refere ao valor da produção. Não podemos afirmar, entretanto, que há um predomínio desse grupo de atividades em todos os municípios que integram a paisagem. Além disso, trata-se de uma atividade que se destaca, apesar de não ser exclusiva deste setor da microrregião de Erechim, uma vez que não depende diretamente das condições de relevo para sua implementação.

Os municípios de Aratiba, Carlos Gomes, Barra do Rio Azul e Mariano Moro exemplificam essa situação no que se refere à representatividade de estabelecimentos rurais com produção de leite. Do mesmo modo, Aratiba, Barão de Cotegipe e Viadutos são destaque na quantidade de leite produzido e no valor da produção. Situação análoga ocorre com a venda de suínos, pois Aratiba, Três Arroios, Carlos Gomes e Mariano Moro são pujantes em

relação à representação dos estabelecimentos com essa prática perante os demais. No que se refere à quantidade de cabeças vendidas destacam-se Aratiba, Barão de Cotegipe e Três Arroios. A produção vinculada às aves apresenta traços diferenciados, uma vez que a produção de ovos se encontra, principalmente, em municípios da paisagem Terra Plana, à exceção de Aratiba. Sobre a venda de aves novamente destacam-se municípios localizados na “terra dobrada”. Severiano de Almeida, Barra do Rio Azul, Aratiba e Barão de Cotegipe, devido à representação dos estabelecimentos com essa prática perante os demais, e Aratiba, Barão de Cotegipe e Três Arroios, em relação à quantidade de cabeças vendidas.

Essas informações sobre a pecuária e criação de outros animais demonstram que não são todos os municípios da paisagem que têm o status de principais destaques na microrregião. Contudo, a maior parte dos municípios que se destaca nessas atividades produtivas pertence à “terra dobrada”.

Situação análoga é evidenciada na produção de lavouras permanentes, especialmente no cultivo de laranja. Essa produção é importante em Aratiba, Itatiba do Sul, Severiano de Almeida, Marcelino Ramos e Mariano Moro, contudo não tem a mesma volúpia em todos os municípios localizados nessa paisagem. A produção de silvicultura tem a mesma relação, uma vez que Aratiba, Três Arroios, Viadutos, Itatiba do Sul e Barão de Cotegipe são municípios significativos na produção de eucalipto, principal cultivo dessa categoria.

Cabe destacar que as lavouras temporárias marcam a paisagem em questão, apesar do destaque a outras atividades produtivas. A cultura com maior expressividade é o milho, o qual está amplamente presente em estabelecimentos rurais da paisagem, chegando a estar em mais de 80% dos estabelecimentos de alguns municípios. A produção desse grão não tem como foco necessariamente os circuitos comerciais, uma vez que são utilizados para complementação da alimentação dos animais. Desse modo, a produção de milho, em boa medida, atende as demandas internas do estabelecimento, como ocorre na produção de silagem. Os estabelecimentos nesta paisagem têm os menores registros em relação à produção de soja e trigo, tendo em vista as dificuldades encontradas para implementação de parcelas amplas de terras para o cultivo e a possibilidade de mecanização do terreno.

Do ponto de vista da estrutura fundiária, encontramos estabelecimentos rurais de pequeno porte, sendo municípios situados nesta paisagem aqueles que possuem as menores composições de estabelecimentos médios e de grandes dimensões da microrregião. Além disso, os menores registros de arrendamentos são encontrados nos municípios dessa paisagem.

A mecanização no campo apresenta os menores registros nos estabelecimentos dessa

paisagem, uma vez que o uso de força de tração mecânica nos estabelecimentos rurais está menos presente nos municípios do setor norte da microrregião. Os agrotóxicos, por sua vez, são menos utilizados em municípios dessa paisagem, o que aponta para uma potencialidade para produção de orgânicos e para efetivação da transição agroecológica nas unidades de produção. Tais informações sugerem que o processo de modernização da agricultura foi incompleto nessa paisagem.

Na intenção de caracterizar de forma visual as formas na paisagem “terra dobrada”, apresentamos a Fotografia 3, a Fotografia 4 e a Fotografia 5.

Fotografia 3 – Paisagem terra dobrada: Severiano de Almeida



Fonte: Arquivo pessoal. Trabalho de Campo, município de Severiano de Almeida em 12/03/2014.

Na primeira fotografia, temos em destaque um fundo de vale. O item “1” e “2” apontam para pequenas parcelas de baixa declividade destinadas à produção de grãos, soja e milho, respectivamente. Em “3” observam-se áreas de pastagem destinadas à alimentação animal. A indicação “4” retrata edificações rurais que são residências de agricultores. No item “5” observam-se estruturas para alojamento de animais, sendo que o de forma longilínea destina-se à produção de suínos enquanto que a outra edificação atende a animais de médio porte. Em “6” temos uma pequena parcela destinada à plantação de gênero da horticultura, com a intenção de atender a família residente. Na forma “7” temos áreas com grande

declividade, destinadas à silvicultura. Por fim, no destaque “8” temos áreas com vegetação arbórea nativa, em pontos de alta declividade ou topos de morro.

A Fotografia 4 registra outras características do uso da terra nessa paisagem. Na indicação “1” observam-se áreas planas, nas quais há cultivos de grãos de soja. No item “2” temos áreas com declividade acentuada, as quais não se destinam ao uso agrícola. Trata-se de uma área destinada à pastagem e alimentação animal ou ao pousio, no intento de regeneração do solo. Em “3” temos edificações rurais que servem como habitações. A proximidade entre elas caracterizam a estrutura fundiária constituída de pequenos estabelecimentos rurais. No item “4” há áreas nas quais estão plantadas forrageiras, com o intento de produzir alimentos para animais e de nutrição solo. Na indicação “5” temos pequenas parcelas de solo exposto em preparação para plantio. Em “6” observa-se área com plantio de espécie de silvicultura. E, por fim, na indicação “7” temos um terreno declivoso em que temos vegetação arbórea nativa.

Fotografia 4 – Paisagem terra dobrada: Erval Grande



Fonte: Arquivo pessoal. Trabalho de Campo, município de Erval Grande em 08/02/2015.

A Fotografia 5 apresenta mais algumas formas de “terra dobrada”. No item “1” uma edificação rural no qual são guardados instrumentos e equipamentos para atividades agropecuárias. No item “2” vislumbram-se áreas com vegetação nativa arbórea, novamente em terreno declivoso. Em “3” observam-se áreas de pastagem destinadas à alimentação

animal. Na indicação “4” temos usos do solo nos quais estão plantadas forrageiras, com o intento de produzir alimentos para animais e de nutrição solo. Em “5” há parcelas do terreno relativamente com baixa declividade destinadas à produção de grãos de milho.

Fotografia 5 – Paisagem terra dobrada: Barão de Cotegipe



Fonte: Arquivo pessoal. Trabalho de Campo, município de Barão de Cotegipe em 03/03/2014.

4.3.3 Transição entre paisagens

Os itens anteriores apresentam características de duas paisagens rurais da microrregião de Erechim. Além delas, a proposta que apresentamos destaca áreas de transição entre as paisagens rurais. Tal fato se justifica, pois em alguns setores da microrregião temos uma mudança abrupta entre as paisagens e, em outros, temos uma mudança que é gradativa no que se refere às características topográficas e de uso da terra. Desse modo, vislumbra-se uma “transição” entre paisagens que apresentam dimensões diferenciadas e não perfazem todas as áreas de interface entre elas.

Cabe ressaltar que não defendemos que esta seja uma paisagem em separado, pois se trata de uma área de contato nas quais algumas características podem estar associadas. Nesse sentido, na “transição” temos o predomínio de uma das paisagens rurais, contudo algumas marcas das características naturais e das práticas espaciais estão “emprestadas”.

A Fotografia 6 mostra um estabelecimento rural que está localizado na paisagem “terra dobrada”. Essa imagem apresenta as formas que caracterizam a paisagem mencionada, pois é possível identificar uma diversidade de elementos naturais e de usos da terra. Na indicação “1” temos áreas que não são utilizadas para fins agrícolas, tratando-se de uma área destinada ao pousio, no intento de regeneração do solo, e posterior alimentação de animais. Em “2” temos um trecho de pastagem que tem a função de alimentação do gado leiteiro. Cabe ressaltar que a tonalidade do pasto é diferenciada da indicação “1”, pois é plantada para oferecer uma dieta adequada à produção de leite. No item “3” temos edificações rurais, em formato longilíneo, que atendem às necessidades de alojamento das vacas leiteiras e servem para guarda de equipamentos e instrumentos de trabalho. Em “4” temos uma edificação rural destinada para habitação. Na indicação “5” há parcelas do terreno destinadas à produção de grãos de milho.

Fotografia 6 – Transição entre paisagens: Barão de Cotegipe



Fonte: Arquivo pessoal. Trabalho de Campo, município de Barão de Cotegipe em 03/03/2014.

Cabe destacar, como se observa na Fotografia 6, que as formas que caracterizam a diversidade dessa paisagem estão presentes. O relevo neste setor da microrregião é perceptivelmente menos abrupto do que aqueles apresentados anteriormente e, assim, há possibilidade de apropriação dos terrenos com áreas maiores destinadas à produção de grãos.

Ambos os elementos caracterizam a transição entre paisagens.

4.4 Considerações

Ao longo do capítulo apresentamos uma série de informações sobre o espaço rural da microrregião de Erechim. Sob a escala de análise da microrregião, esses aspectos possibilitam a identificação de homogeneidades e de singularidades. Trata-se de uma primeira aproximação, basilar para o aprofundamento da análise sobre a produção do espaço.

No recorte espacial escolhido para a pesquisa identificam-se diferenciações com relação a outros espaços rurais. Na microrregião de Erechim há uma matriz produtiva baseada na produção de grãos (commodities) e na criação de animais e produtos derivados. Essa matriz está aliada a uma estrutura fundiária centrada majoritariamente em estabelecimentos rurais de pequeno porte, nos quais a mão de obra familiar tem expressiva participação. Os agricultores familiares, diga-se de passagem, são os principais sujeitos desse espaço rural em relação ao uso da terra. Eles realizam ações que se configuram como estratégias de apropriação da natureza através de práticas produtivas, colocando-se como protagonistas da produção de marcas nas paisagens da microrregião.

Os estabelecimentos rurais apresentam diversidade com relação à produção agropecuária que neles é desenvolvida. Cabe frisar, contudo, que as opções escolhidas pelos agricultores, de forma geral, apontam para o compartilhamento de decisões, o que produz, apesar das características da estrutura fundiária, contiguidade de formas e funções na microrregião. Desse modo, a soja apresenta-se como um cultivo que tem centralidade nas escolhas dos agricultores, não sendo implementada, às vezes, devido a limites advindos do quadro natural. Esse cultivo compartilha espaços com a produção de outros grãos, como o milho. Além disso, a criação de suínos e de aves, e a produção de leite, que não possuem diretamente relação com a declividade, tem presença marcante na microrregião.

Ao levar o foco de análise para as diferenciações internas da microrregião, ainda sob o ponto de vista desta escala, identificam-se singularidades. Sobre o relevo, por exemplo, observa-se a existência de “terras dobradas” e “terras planas”, conforme denominações usualmente utilizadas pelos agricultores. Tais características topográficas encontradas em determinados setores da microrregião influenciam no modo como os agricultores se utilizam do solo. Diante disso podemos observar que eles, uma vez localizados em circunstâncias distintas com relação à base material de origem natural ou social, fazem escolhas e priorizações produtivas, ou seja, realizam práticas espaciais distintas.

Dessa interação entre natureza e sociedade, associada a um acontecer solidário entre unidades de produção, temos a conformação de duas paisagens rurais, denominadas nesta pesquisa como “terra plana” e “terra dobrada”. A primeira associada às áreas com declividade menos acentuadas, onde, apesar da diversidade produtiva, encontramos predomínio de usos da terra com lavouras temporárias. Na segunda paisagem, temos as áreas com topografia mais movimentada. Nesses setores há diversidade de atividades no rural, produzindo formas a partir de áreas nas quais há vegetação nativa, pastagens e lavouras diversificadas.

A partir de tais considerações, ainda que sintéticas, vislumbra-se a capacidade do espaço de organizar os trabalhos e os “gestos” daqueles que cotidianamente se reproduzem no rural, sendo a paisagem marca dessa interação. Tal contexto pode ser exemplificado, entre outras situações, através dos traços da modernização da agricultura na microrregião, que se mostra seletiva no que concerne às características produtivas dos estabelecimentos rurais e sua localização.

No entanto, não podemos deixar de registrar que outros fatores contribuem na organização do espaço rural, sob a qual residem lógicas que não são diretamente associadas à paisagem. Assim, por exemplo, poderíamos associar a territorialização da produção de suínos, além de um aspecto paisagístico, ao estrato social-econômico do qual os agricultores fazem parte. Assim, abrem-se outros pontos para aprofundamento da análise.

Salientamos, por fim, que este capítulo teve foco na descrição da paisagem, ou seja, destacamos as formas e as funções que grafam a microrregião de Erechim. Acreditamos que, para o aprofundamento da análise sobre a produção do espaço rural, é necessário estudar mais especificamente aspectos sobre a dinâmica e as estruturas que conformam e organizam o rural em questão. Portanto, torna-se significativa a compreensão sobre o histórico de conformação do espaço e das redes sobre as quais se sustentam as práticas produtivas.

5 ESPAÇO E TEMPO: A OCUPAÇÃO DO RURAL NA MICRORREGIÃO DE ERECHIM

Vista de cima, em sua relação com o Homem, a Geografia nada mais é que a História no espaço, do mesmo modo que a História é a Geografia no tempo. (livre tradução)⁷³

As palavras de Élisée Reclus, no início do século XX, demonstram a proximidade entre as áreas do conhecimento Geografia e História. Tal situação revela a importância para as pesquisas geográficas da noção de tempo, do mesmo modo que enfatiza o significado da noção de espaço aos estudos historiográficos. Não é, portanto, um fato recente que estudos geográficos vêm atentando para a importância da noção de tempo, compreendendo-o como indispensável.

Assim como Reclus, podemos destacar um vasto rol de enunciados em defesa desta relação. Santos (2012, p. 36), por exemplo, nos lembra que “A noção de espaço é assim inseparável da ideia de sistemas de tempo. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende de condições do correspondente sistema temporal.” Em mesmo sentido, Lefebvre (2000) nos indica que o tempo e o espaço possuem diferentes manifestações, contudo, apesar das diferenças, estes são inseparáveis.

O tempo se distingue, mas não se separa do espaço. Os círculos concêntricos no tronco de uma árvore dizem sua idade; assim como as espirais dos moluscos, ‘maravilhosamente’ concretas no espaço, segundo leis que só operações matemáticas complexas podem ‘traduzir’ na linguagem da abstração. (Tradução de LEFEBVRE, p. 2006, p. 141)⁷⁴

Tais considerações nos mostram, mesmo que em uma primeira aproximação, a importância de considerar o tempo em nossa análise, pois estudar o passado é essencial para entender o presente. Assim, no desenvolvimento deste estudo buscamos fundamentos históricos para compreensão das paisagens rurais descritas da microrregião de Erechim, no intuito de aprofundar os processos (as dinâmicas) inerentes a essas paisagens. Este movimento investigativo é imprescindível à análise da produção do espaço rural. Desse modo, este capítulo visa identificar as diferentes estratégias de apropriação da natureza no campo, dentro

⁷³ “Vue de haut, dans ses rapports avec L'Homme, la Géographie n'est autre chose que l'Histoire dans l'espace, de même que l'Histoire est la Géographie dans le temps.” (RECLUS, 1905-1908, p. 04).

⁷⁴ “Le temps se discerne mais ne se détache pas de l'espace. Les cercles concentriques dans le tronc d'un arbre disent son âge; de même les spires des coquillages, 'merveilleusement' concrètes dans l'espace, selon des lois que seules des opérations mathématiques complexes peuvent 'traduire' dans le langage de l'abstraction.” (LEFEBVRE, p. 2000, p. 204).

de um contexto histórico, a partir da ocupação do espaço rural.

Este percurso está orientado pelos seguintes questionamentos: Como se deu a formação histórico-geográfica da microrregião? Em outros momentos houve outras formas de organização do espaço? Quais são as heranças, os acúmulos de tempos, expressos contemporaneamente?

5.1 O espaço e o tempo histórico

Uma vez que estão lançadas as bases que guiaram este capítulo, cabe apresentar algumas considerações sobre as relações entre o tempo e o espaço. A construção da história do espaço rural da microrregião de Erechim, sob a perspectiva aqui proposta, nos coloca diante de algumas necessidades interpretativas: Como considerar o tempo junto à análise do espaço? A partir de quais bases podemos elaborar uma periodização?

Lefebvre é a primeira referência que buscamos no sentido de encontrar respostas a tais indagações, por ser um autor que possui vasto conjunto de obras, cujos elementos de suas reflexões teóricas são o tempo e a dimensão histórica. Cabe destacar, como lembra Martins (2013), que o autor propõe distinções sobre esses temas ao longo de suas obras.

Tomamos como ponto de partida as reflexões elaboradas acerca do método regressivo-progressivo. Nessa proposta, que está relacionada ao reencontro deste autor com a noção de formação econômico-social contida na obra de Marx, há compreensão de que o desenvolvimento histórico possui desigualdades de ritmos. Tais desigualdades edificam-se por meio de processos históricos, que tem como núcleo explicativo, segundo Martins (2013, p. 99),

[...] a relação entre o homem e a natureza. O homem que, na atividade por meio da qual atua sobre a natureza para saciar-se, para atender suas necessidades, modifica a natureza e modifica suas próprias condições de vida, modificando, ao mesmo tempo sua relação com a natureza. Deixando, portanto, de ser repetitivo e reativo. Desafiado a imaginar e criar, modificando suas condições de vida e modificando-se ao mesmo tempo, constituindo-se como humano, humanizando-se.

Os processos históricos estão, portanto, centrados na relação homem-natureza. Entre outros elementos, na ação do homem por meio de atividades sociais que visam atender suas necessidades. Estas, ao mesmo passo que reproduzem a sociedade, também a modificam, a produzem e a transformam. Esses processos constroem relações sociais, ideias, interpretações, que dão sentido àquilo que é feito. (MARTINS, 2013)

Desse modo, em contextos espaciais, circunstâncias históricas e momentos distintos, a relação homem-natureza cria ritmos diferenciados do desenvolvimento histórico. Nesse sentido, parte-se da perspectiva de que as relações sociais podem ser conformadas em tempos históricos distintos, embora estejam no mesmo recorte cronológico. Na realidade evidencia-se a coexistência de relações sociais que possuem diferentes idades, podendo estar em descompasso e desencontro. Tal circunstância aponta para heterogeneidade de datações e de origens históricas, fonte de possíveis tensões. Estamos diante de uma perspectiva teórica que concebe que o tempo é produzido, assim como o espaço, pois se trata de uma realidade social.

Martins (2014), ao referir-se ao debate teórico sobre a frente de expansão e na frente pioneira no Brasil apresenta uma diversidade social relativa não apenas por aspectos estruturais desses grupos como também por modos e tempos de sua participação histórica. Vislumbra-se a junção da diversidade em um tempo histórico composto, que é possível devido à mediação do capital. O capital une sem, no entanto, destruir completamente essa diversidade de situação. No entendimento do autor,

Pode-se dizer que o capital tanto remove ou dissolve relações sociais (e relações de produção) que bloqueiam sua reprodução ampliada quanto incorpora a ela aqueles persistentes relações que, ainda que temporariamente, não podem ser substituídas. Nesse sentido, de fato ela as recria, mas agora como momento do seu processo de reprodução. Elas parecem ser as mesmas relações, mas são agora outra coisa, isto é, são agora forma social carregada de novas determinações decorrentes da mediação do capital no movimento da sua reprodução ampliada. (MARTINS, 2014, p.79)

O autor segue buscando reconhecer a diversidade do tempo histórico e exemplifica o debate que estamos apresentando:

[...] o tempo histórico de um camponês dedicado a uma agricultura de excedentes é um. Já o tempo histórico do pequeno agricultor próspero, cuja a produção é medida pelo capital, é outro. E é ainda outro o tempo histórico do grande empresário rural. Como é outro o tempo histórico do indígena integrado, mas não assimilado, que vive e se concebe no limite entre o mundo do mito e o mundo da história. Como ainda é inteiramente outro o tempo histórico do pistoleiro que mata o índio e camponeses a mando do patrão e grande proprietário de terra: seu tempo é o poder pessoal da ordem política patrimonial, e não o de uma sociedade moderna, igualitária e democrática que atribui à instituição neutra da justiça a decisão sobre os litígios entre seus membros. (MARTINS, 2014, p. 139)

Lefebvre (1981) propõe um debate sobre método no sentido de abarcar essas preocupações sobre o tempo histórico. Um procedimento proposto para identificar essas temporalidades coexistentes é o método regressivo-progressivo⁷⁵, que é constituído de três

⁷⁵ Realizamos alguns apontamentos sobre o método no capítulo Percurso Investigativo.

momentos. No momento inicial busca-se a descrição densa da realidade a ser analisada, as formas e as relações que caracterizam o presente. Na segunda etapa produz-se um movimento com a intenção de datar os diferentes componentes dessa realidade descrita para, finalmente, realizar o reencontro com o presente, a partir de então elucidado, compreendido.

Lefebvre (2000) apresenta outras ponderações no sentido da elaboração de uma história do espaço. Para ele, o espaço (social) apresenta especificidades conforme as características de cada sociedade. O espaço é, por um lado, marca de um período histórico, já que as relações da sociedade produzem um espaço e só nele ganham existência concreta. Nesse sentido, as formas de organização social para produção agrícola, por exemplo, cunhadas em determinado tempo histórico produzem um espaço com marcas singulares. As considerações de Nicolás (1998) ajudam a ilustrar tais contextos que envolvem espaço, tempo e transformações da sociedade.

[...] cada apropriação do espaço implica uma nova atribuição de coerência, de uma nova lógica que adquire conteúdo com um devir social específico, no qual se tecem o individual e o coletivo. Transforma-se o espaço ao se transformar a sociedade, e em cada uma dessas transformações está envolvida uma atribuição de uma temporalidade particular que é a que vive a sociedade particular num dado momento. Por isso, em contextos de mudança, quando um grupo social se apropria de um determinado espaço, não só o transforma num espaço social que exprime essa sociedade particular, a partir do uso que lhe destina, como constrói um espaço-tempo que é uma manifestação da racionalidade do movimento nessa sociedade. Assim, apropriar-se de um espaço é reconstruir sua lógica temporal, é reativar um mecanismo de articulação entre tempo e espaço, diferente do anterior. (p. 85-86)

Além disso, o espaço também é, sendo um aspecto da realidade social, efeito, causa e razão de mudanças nas “sociedades”, que, por sua vez, também o fazem mudar. Desse modo, já que existem marcas no espaço típicas de certos momentos históricos com relações sociais específicas e que se vislumbram transformações nessas formas de organização da “sociedade”, na qual o espaço contribui ativamente, ratifica-se a ideia de que existe uma história do espaço.

Tempo e espaço, nessa concepção, estão em interação e movimento, aspectos que não impedem a elaboração de periodizações. Essas, contudo, apresentam diferenciações com relação ao formato da historiografia tradicional, que constrói análises por meio da imobilização de sucessões de tempo em fragmentos e recortes da temporalidade.

A história do espaço, de sua produção como “realidade”, de suas formas e representações, não se confunde nem com o encadeamento causal de feitos ditos “históricos” (datados), nem com a sucessão, com ou sem finalidade, de costumes e leis, de ideias e ideologias, de estruturas sócio-econômicas ou de instituições

(superestruturas). (Livre tradução)⁷⁶

Assim, ao decifrar uma paisagem ou mesmo um monumento, por exemplo, não se deve registrar esses acontecimentos por meio apenas da precisa data de sua inauguração ou mesmo da geração da autorização legal para sua instalação. Tais acontecimentos são resultados de relações, intencionalidades e expressões de poder. A produção do espaço não pode ser atribuída a um indivíduo ou uma instituição, pois essa é prerrogativa de uma comunidade, coletividade. Nesse contexto, em meio a uma coletividade, uma classe ativa ou grupos sociais têm poder de mobilização, influência, capacidade de decisões, meios e recursos a seu alcance para tal ação. “Se existe uma paisagem, foram os camponeses que a modelaram, logo, comunidades (aldeias), sejam autônomas, sejam dependentes de um poder (político). Se existe um monumento, foi um grupo urbano que o construiu, seja livre, seja dependente de um poder (político).” (Livre tradução)⁷⁷

Assim, a história do espaço não coincide com o inventário de objetos ou de sujeito, tampouco com os significados produzidos e os discursos sobre eles, se tomados de forma individualizada. A periodização deve integrar tais elementos, vislumbrando um registro que apresente a gênese e as condicionantes do tempo histórico ao espaço.

Não há dúvidas que o espaço (social) tem uma história, resultado de processos das mais diversas origens. Contudo, a base inicial de sua análise está na natureza. Este ponto de partida,

[...] não se situa nas descrições geográficas do espaço-natureza, mas sobretudo no estudo dos ritmos naturais, das modificações trazidas por esses ciclos e sua inscrição no espaço pelas ações humanas, as do trabalho em particular. O início, portanto, são os ritmos espaço-temporais da natureza, transformados por uma prática social. (Livre tradução)⁷⁸

Essa citação ilustra a necessidade de compreensão dos ritmos da natureza que são transformados pelas práticas humanas. A apropriação da natureza expressa pelo trabalho tem importante significado, sendo entendida para além da relação de trabalho num sentido stricto,

⁷⁶ “L’histoire de l’espace, de sa production en tant que ‘réalité’, de ses formes et représentations, ne se confond ni avec l’enchaînement causal des faits dits ‘historiques’ (datés), ni avec la succession, avec ou sans finalité, des coutumes et lois, des idées et idéologies, des structures socio-économiques ou des institutions (superstructures).” (LEFEBVRE, 2000, p. 57)

⁷⁷ “S’il y a un paysage, ce sont des paysans qui l’ont modelé, donc des communautés (villages), soit autonomes, soit dépendantes d’un pouvoir (politique). S’il y a un monument, c’est un groupe urbain qui l’a construit, soit libre, soit dépendant d’un pouvoir (politique).” (LEFEBVRE, 2000, p. 137).

⁷⁸ “[...] ne se situe pas dans les descriptions géographiques de l’espace-nature, mais plutôt dans l’étude des rythmes naturels, des modifications apportés à ces cycles et à leur inscription dans l’espace par les gestes humains, ceux du travail en particulier. Au départ donc, les rythmes spatio-temporels, ceux de la nature transformés par une pratique sociale.” (LEFEBVRE, 2000, p. 138-139)

mas como um conjunto de relações de produção. Tais relações, socialmente construídas, se impõem e se modificam conjuntamente com o espaço preexistente.

A história do espaço conduziria do tempo no qual cessa a predominância do antropológico até ao tempo no qual começa expressamente a produção do espaço como produto industrial: onde o reprodutível, a repetição e a reprodução de relações sociais, sobrepujam deliberadamente a obra, a reprodução natural, a própria natureza e os tempos naturais. (Tradução de LEFEBVRE, 2006, p. 101)⁷⁹

O espaço social inscreve-se paulatinamente sobre a natureza através de relações sociais, que não deixam de ser materiais e projetadas, ampliando, ao longo de um processo histórico, as relações abstratas. Esse movimento, que evoca formas e relações, constitui uma história do espaço, na qual

[...] o histórico, o diacrônico, o passado gerador se inscreve incessantemente sobre o espacial, como sobre um quadro. Há mais, sobre e no espaço, que vestígios incertos deixados pelos acontecimentos; também existe a inscrição da sociedade em ato, o resultado e o produto das atividades sociais. Existe mais que uma escrita do tempo. O espaço gerado pelo tempo é sempre atual, sincrônico e dado como um todo; relações internas, conexões que ligam seus elementos, também produzidas pelo tempo. (Livre tradução)⁸⁰

As marcas do passado, diacronismo, e as relações do presente, sincronismo, são características importantes na construção da história do espaço. As paisagens rurais, descritas em outro momento, são reflexos dessas duas situações. Para elas, a história do espaço, além de apontar para os vestígios do passado nas formas da paisagem, possibilita vislumbrar elementos de ordem política, disputas e redes de relação.

Milton Santos apresenta outras contribuições sobre a relação entre o tempo e o espaço, além de indicar possibilidades para produção de uma periodização. “O espaço, considerado como um mosaico de diferentes eras, sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade.” (SANTOS, 2012, p. 36).

Em mesma direção que Lefebvre, indica que as relações de trabalho são fundamento

⁷⁹ “L’histoire de l’espace mènerait du temps où cesse la prédominance de l’anthropologique jusqu’au temps où commence expressément la production de l’espace comme produit industriel: où le reproductible, la répétition et la reproduction des rapports sociaux, l’emportent délibérément sur l’oeuvre, sur la reproduction naturelle, sur la nature elle-même et les temps naturels. (LEFEBVRE, 2000, p. 142)

⁸⁰ “[...] l’historique, le diachronique, le passé générateur s’inscrivent incessamment sur le spatial, comme sur un tableau. Il y a plus, sur et dans l’espace, que des traces incertaines laissées par le événements; il y a l’inscription de la société en acte, le résultat et le produit des activités sociales. Il y a plus qu’une écriture du temps. L’espace généré par le temps est toujours actuel, synchronique et donné comme un tout; des liaisons internes, des connexions relient ses éléments, elles aussi produites par le temps.” (LEFEBVRE, 2000, p.131)

para existência das diferenciações espaciais. Tais arranjos mudam a cada sistema temporal, permitindo que “[...] cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada.” (SANTOS, 2004, p. 56). Assim, produzem-se, em cada momento, combinações entre objetos e sua utilização, conformando uma lógica de organização, de instalação e de realização entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações.

Santos (2004) compreende que o trabalho une o espaço e o tempo, e as técnicas são possibilidades de tornar tais noções empíricas e, portanto, capazes de produzir periodizações. Por meio da técnica, entendida como “[...] um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2004, p. 29), pode-se, portanto, realizar leituras do espaço em termos de tempo e geografizar determinados fenômenos históricos.

Nesse sentido, pondera-se que a técnica, por meio dos objetos, revela uma história, sendo, portanto, tempo congelado. “Através dos objetos, a técnica é história no momento de sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permite a chegada desses objetos e presidiram à sua história.” (SANTOS, 2004, p. 48). Em cada lugar, os objetos técnicos ganham existência histórica ao passo que são integrados, ou seja, encontram funcionamento concreto e significado junto aos conjuntos técnicos que estruturam um lugar.

A introdução de determinado fenômeno técnico em um subespaço está associada a condições preexistentes, que são do meio geográfico e social. Tais condições possibilitam a introdução de ações e objetos técnicos, em um determinado momento histórico, assim, “[...] em nenhum caso a difusão dos objetos técnicos se dá uniformemente ou de modo homogêneo. Essa heterogeneidade vem da maneira como eles se inserem desigualmente na história e no território, no tempo e no espaço.” (SANTOS, 2004, p. 39). Com base em tais considerações, podemos afirmar que um mesmo objeto técnico criado em um determinado momento histórico, será integrado, em tempos diferentes e em lugares diferentes, conforme preexistam condições para sua instalação.

Em outro sentido, podemos afirmar que os fenômenos técnicos, ao estabelecer-se em um lugar, produzem e transformam determinado meio geográfico. A instalação de uma determinada ação ou objeto técnico promove uma reorganização das relações existentes. Ao mesmo passo que define um espaço, demarca os atores e produz uma solidariedade forçada entre os indivíduos. Em sua inserção no lugar, a técnica é também redefinida, pois se insere em conjunto preexistente, ganhando sentido de forma relacional, perante o funcionamento de

um conjunto.

As considerações apresentadas nos dão referências para construção de periodizações, conformando a possibilidade de construção de um histórico analítico e genético do espaço rural da microrregião. Tomamos como ponto de partida as relações sociais mediatizadas pelo trabalho, as quais são referências espaço-tempo. Tal perspectiva representa relações da sociedade com a natureza, ao mesmo tempo em que significa relações entre os homens, por meio da sociedade. Os fenômenos técnicos tornam-se caminho para tornar o tempo empírico passível de constatação, em sua expressão junto ao espaço, dotando os lugares de ritmos particulares.

Além de tais ponderações, necessitamos realizar algumas considerações sobre os eventos e algumas de suas características. Santos (2004) indica que este tema é debate entre alguns filósofos, tais como Lefebvre (acontecimentos), Bachelard, Whitehead, Russel, ambos com suas formas originais de denominação. Segundo sua perspectiva, se considerarmos o mundo como um conjunto de possibilidades,

o evento é um veículo de uma ou algumas dessas possibilidades existentes no mundo. Mas o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social, isto é, num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essas regiões, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo. (SANTOS, 2004, p. 144).

Os eventos, além de vetores de possibilidade, configuram-se como portadores de uma ação, assim são capazes de mudar as “coisas”, de dissolver e de recriar. “Na verdade, os eventos mudam as coisas, transforma os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características.” (SANTOS, 2004, p. 146). Além disso, eles não se repetem, são sempre novos, e realizam-se no presente.

Os eventos podem caracterizar-se como ideias, novos modos de fazer e organizar, ou como fatos, tendo origens naturais ou sociais. Os primeiros são resultados das dinâmicas da natureza, no qual a energia natural promove transformações. Um rio, um terremoto, uma seca, exemplificam tais situações. Os eventos sociais são resultados da ação do homem em suas interações entre si, ou mesmo em sua interação com a natureza, em ambos os casos transformando-os. Tem como energia propulsora o uso do trabalho e da informação, podendo ser exemplificada pela chegada de um trem, a realização de um comício, um acidente de automóvel, entre outros. (SANTOS, 2004). Tais eventos pressupõem a existência de atores e sujeitos.

Cabe considerar ainda que mesmo apresentando diferenciações, não significa que

exista harmonia entre “forças” naturais e sociais, promotoras dos eventos em meio a ações, uma vez que,

No início, as ações se instalavam nos interstícios das forças naturais, enquanto hoje é o natural que ocupa tais interstícios. Antes a sociedade se instalava em lugares naturais, pouco modificados pelo homem, hoje, os eventos naturais se dão em lugares cada vez mais artificiais, que alteram o valor, a significação dos acontecimentos naturais. (SANTOS, 2004, p. 147).

Com base em tais ponderações, antes de produzir uma periodização torna-se necessário avaliar os eventos, as ações e as transformações ocorridas do/no espaço rural da microrregião de Erechim, em nosso caso, fundamentalmente, por meio de produções acadêmicas e intérpretes de nosso objeto de estudo. Acreditamos que os eventos e suas ações transformadoras nos dão suporte para compreender a presença dos fenômenos técnicos e, para tanto, iniciaremos essa investida através da ocupação do espaço da microrregião de Erechim.

5.2 A ocupação do espaço rural

Trata-se de um desafio resgatar os acontecimentos que marcam o espaço rural no contexto regional de Erechim, pois são diversos os eventos que estão relacionados às diferentes estratégias de apropriação da natureza. Tais marcas do espaço e do tempo apresentam alguns limites, pois os relatos e as documentações históricas, fontes de informações para essa investida, apresentam registro limitado, seja porque remontam a tempos imemoráveis ou mesmo por não haver registros históricos abundantes.

Tomamos como ponto de partida na organização deste capítulo as considerações de Zarth (1997) sobre a apropriação da terra no planalto gaúcho. Segundo ele, a primeira fase da apropriação efetiva inicia-se por volta de 1820, quando ocorre a ocupação dos campos nativos e a formação das estâncias pastoris. Trata-se do momento em que se inicia a formação dos latifúndios regionais nas áreas cobertas com pastagens naturais. Nesse mesmo momento temos os conflitos com as populações indígenas que são encurralados nas áreas de mata. A segunda fase, em boa medida concomitante com a primeira, está relacionada às frentes extrativistas de erva-mate, realizadas nas áreas de matas por pequenos agricultores de subsistência. Eles acabaram não se tornando proprietários dos ervais, tampouco das áreas que ocupavam. Por volta de 1860, inicia-se um processo de ocupação das áreas de mata por parte dos latifundiários, com a intenção de incorporar novas áreas, integrando-as às estâncias pastoris ou colocando-as à venda para os projetos de colonização. Nessa fase eclodem

conflitos entre os fazendeiros e coletores, que não possuíam a posse legal das terras, ocasionando a exclusão dos camponeses pobres. A partir de 1890 temos uma nova fase de ocupação das terras, especialmente em áreas de matas, com a chegada de colonos europeus e de outros advindos das colônias velhas. Essa transformação produzida pela formação de colônias particulares e oficiais incrementam demograficamente essas áreas, valorizam as terras e ampliam o comércio.

A fim de auxiliar na compreensão dos processos históricos apresentados por Zarth, apresentamos o Mapa 9⁸¹. Nele registra-se a localização aproximada das áreas de vegetação original de campos e de matas nos Rio Grande do Sul. Destaca-se que a microrregião de Erechim predominantemente está localizada em nas áreas originais de matas.

A respeito de sua ocupação, tomamos como referência inicial a síntese produzida por Ducatti Neto (1981), a qual indica

[...] que a região de Erechim foi habitada, primeiramente, por diversas tribos indígenas que ali viviam desde tempos imemoráveis. A partir do século XVII a região começou a ser palmilhada pelos bandeirantes paulistas que aqui vieram à procura de prata ou por outros interesses. Do cruzamento do paulista com o indígena, surgiu o nosso caboclo. Depois, a partir da segunda metade do século XIX as matas de Erechim começaram a ser invadidas por grande número de foragidos da justiça e fugitivos das revoluções de 1835 (Guerra dos Farrapos) e 1893 (Revolução Federalista), e também por muitos intrusos que tomavam posse das terras do Estado, dedicavam-se ao fabrico de erva-mate, além de fazer roças e criar gado. Em 1912, vieram para a região migrantes poloneses, alemães e austríacos e nos anos seguintes começaram a chegar a Paiol Grande, tanto na sede como no interior do 8º distrito de Passo Fundo, elementos de diversas origens e profissões, oriundos das colônias velhas. (DUCATTI NETO, 1981, p. 98)

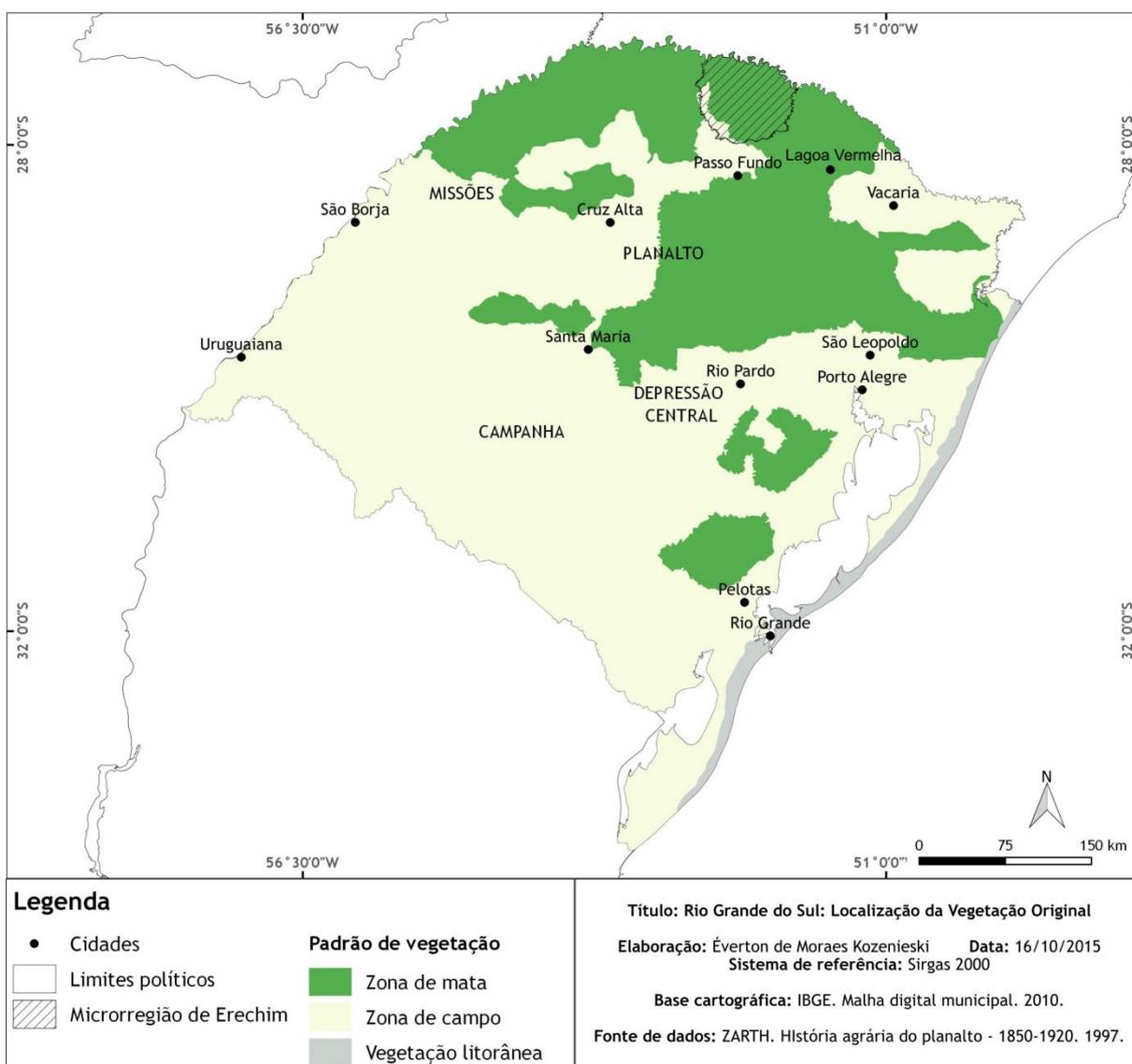
A ocupação da microrregião de Erechim não está descolada dos acontecimentos ocorridos no planalto, sendo delineada em diferentes fases por distintos grupos. Há, portanto, uma complexa matriz de práticas espaciais, reflexo da diversidade de sujeitos e intervenções produzidas. A ocupação do espaço onde atualmente se constitui a microrregião de Erechim se deu inicialmente pelos indígenas, presentes desde tempos imemoráveis. Agregam-se a eles os caboclos, com chegada a partir do XVII; os “foragidos”, “fugitivos” e “intrusos”, em movimentos migratórios no séc. XIX; e os colonos, que chegaram no séc. XX.

A respeito da ocupação da região de Erechim, tomamos como referência inicial a síntese produzida por Ducatti Neto (1981), a qual indica

⁸¹ O mapa não apresenta rigor cartográfico, já que a fonte para sua elaboração não possibilitou um mapeamento de precisão. Desse modo, sendo os limites entre zonas de mata e de campo aproximações, a delimitação pode conter limitações. Tais considerações não inviabilizam a capacidade de ilustração desse mapa, já que essas representações estão em sintonia com os relatos na literatura.

[...] que a região de Erechim foi habitada, primeiramente, por diversas tribos indígenas que ali viviam desde tempos imemoráveis. A partir do século XVII a região começou a ser palmilhada pelos bandeirantes paulistas que aqui vieram à procura de prata ou por outros interesses. Do cruzamento do paulista com o indígena, surgiu o nosso caboclo. Depois, a partir da segunda metade do século XIX as matas de Erechim começaram a ser invadidas por grande número de foragidos da justiça e fugitivos das revoluções de 1835 (Guerra dos Farrapos) e 1893 (Revolução Federalista), e também por muitos intrusos que tomavam posse das terras do Estado, dedicavam-se ao fabrico de erva-mate, além de fazer roças e criar gado. Em 1912, vieram para a região migrantes poloneses, alemães e austríacos e nos anos seguintes começaram a chegar a Paiol Grande, tanto na sede como no interior do 8º distrito de Passo Fundo, elementos de diversas origens e profissões, oriundos das colônias velhas. (DUCATTI NETO, 1981, p. 98)

Mapa 9 – Microrregião de Erechim: Localização da vegetação original



Fonte: ZARTH (1997). Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

Cabe destacar que esse processo através do qual se compõe a complexa matriz de práticas espaciais, longe de ser harmoniosa, produz disputas e enfrentamentos. Esses

“diferentes” produziam o espaço sob perspectivas distintas, uma vez que se apropriavam, usavam e o marcavam a partir de lógicas, por vezes, conflitantes. Tendo em vista tal diversidade, cabe apresentar algumas considerações sobre esses grupos e suas marcas.

5.2.1 Os primeiros habitantes

Destacamos anteriormente que a presença dos indígenas na microrregião de Erechim remonta a tempos imemoráveis, não sendo, portanto, possível precisar com exatidão a chegada deles ao norte do estado. A presença desses grupos, anteriormente à colonização, é registrada através de estudos arqueológicos e de relatos de viajantes e cronistas, os quais documentam a ocupação. Registros, tais como os de Weber⁸², apresentado por Ducatti Neto, demonstram informações produzidas sobre o século XIX.

Em fins do século XIX e início do atual [século XX], o território que constituía o 3º distrito de Passo Fundo – uma das reservas florestais do Rio Grande do Sul – 'nada mais era do que uma densa e impenetrável floresta. Pinheiros de idade avançada e árvores seculares erguiam-se em nossa terra, abrigo de muitas tribos indígenas – coroados e guaranis – que aqui tinham seus toldos e viviam no mais profundo primitivismo' (WEBER). (DUCATTI NETO, 1981, p. 19, **grifos do autor**).

Tais informações, apesar do tom pejorativo com relação à população indígena⁸³, demarcam a presença dos grupos étnicos “Coroados” e “Guarani” e, além disso, retratam aspectos da paisagem em meados do século XIX, com ênfase nas florestas densas. Essas características da mata contribuíram para tornar a região um refúgio para os indígenas. Como lembra Roche (1969, p. 21), ao tratar da colonização no Rio Grande do Sul, “Os raros índios guaranis ou gês no território rio-grandense viveram à margem dos brancos, recuando à medida que avançava a colonização, não sem desferir alguns ataques contra propriedades e as pessoas, na zona pioneira (que em 1824, começa a 40 quilômetros de Pôrto Alegre).” Assim, com a expansão da colonização no séc. XIX em direção ao norte do estado e a consequente redução das áreas que poderiam ser habitadas por eles, além das características da mata, transformaram o que viria a ser a microrregião de Erechim em um dos últimos redutos possíveis para os indígenas, especialmente para os Caingangue.

Os grupos étnicos apresentam algumas peculiaridades que caracterizam a presença

⁸² Não foi possível identificar com detalhes do autor e da sua, respectiva, obra.

⁸³ Muitos registros documentais e referências bibliográficas tratam as populações indígenas como sociedades primitivas, inferiorizando estas perante os “brancos”. Apesar de não concordar com essas conotações, mantivemos alguns desses registros no sentido de manter a fidedignidade dos registros e apresentar as leituras sobre o tema em determinados períodos históricos.

desses povos na região. No que se refere aos Guarani, podemos considerar seu território, entendido como área onde transitavam e no qual existiam, em período anterior à chegada dos espanhóis e portugueses, que se estendia por parte da Argentina, do Paraguai, da Bolívia e do Brasil, incluindo o estado do Rio Grande do Sul. Os povos guaranis apresentam muitas semelhanças em aspectos como a cultura e as formas de organização sociopolíticas, contudo apresentam diferenciações no modo de falar, praticar a religião e técnicas aplicadas com relação ao ambiente. (AZEVEDO et al., 2008)

Os Guarani não viviam somente da caça, da coleta e da pesca, pois praticavam uma agricultura diversa que incluía, entre outros cultivos, milho, mandioca, batatas, feijão. Os bens e excedentes de produção seguiam a lógica da econômica da reciprocidade, motivando festejos e a distribuição de produtos, sob a perspectiva de dar e receber dons gratuitamente. Trata-se de povos que não eram nômades, porém se deslocavam através de seu território. Os fluxos migratórios que ocasionalmente ocorriam estavam relacionados ao excedente populacional de determinado grupo ou a condições problemáticas locais, como o esgotamento dos solos, que exigiam a mudança. (AZEVEDO et al., 2008)

Os registros arqueológicos que retratam a ocupação por essa etnia na microrregião de Erechim são esporádicos, com registros mais raros em comparação a outros grupos. Acredita-se que o estado do Rio Grande do Sul foi território dos Guarani entre os séculos V e VIII. Nesse período houve trânsito desse grupo onde viria a ser a colônia Erechim em direção às cabeceiras do rio Uruguai, provavelmente em movimento migratório visando o litoral. (CASSOL, 1979; DUCATTI NETO, 1981).

O grupo étnico Caingangue⁸⁴, grupo de maior expressividade na atualidade, ocupam as terras que dariam origem à microrregião de Erechim no mínimo desde o século XVII, uma vez que há registro no alto curso do rio Uruguai de uma redução jesuítica com fundação em 1630. (DUCATTI NETO, 1981). Martini (1993, p. 222) considera que estes indígenas “[...] penetraram no Rio Grande do Sul desde o começo do século XVIII. Lutaram acirradamente contra os Guarani que haviam radicado no curso superior do Uruguai, especialmente pela posse das fontes minerais, chamadas pelos índios 'lambedor', hoje as fontes termais de Iraí’”. Cassol (1979) destaca que a história desse grupo, neste contexto regional, apresenta algumas nuances. Nos séculos XVI, XVII e XVIII tais grupos estavam em certo grau de isolamento, ocorrendo contatos esporádicos, especialmente, com bandeirantes. No século XIX há um

⁸⁴ A denominação Caingangue designa um conjunto de povos indígenas que não são Tupi-Guarani, habitantes do sul do Brasil e que pertence à família linguística jê. Os povos Caingangue receberam diferentes denominações, conforme o período histórico e a região na qual mantiveram contato com os colonizadores, tais como: Kaingang, Coroados, Bugres, Botocudos, Guaianás.

momento de atuação missionária associada à catequização e às ações de aldeamento desses indígenas. No século XX temos o confinamento desses grupos no Alto Uruguai em função da expansão da colonização, estando os indígenas “aculturados” sem, no entanto, estar “assimilados”.

Segundo Martini (1993, p. 223),

Os Kaingang habitavam a zona de araucária, no território compreendido entre o Alto Uruguai e a encosta do planalto Rio-Grandense, vivendo basicamente da coleta de pinhão. Estabeleciam-se nos pontos mais elevados, preferindo a visibilidade para enfrentar inimigos do que a proximidade das nascentes de água. Organizavam-se em pequenas tribos constituídas por famílias entrelaçadas e parentes chegados, subordinados a caciques de escolha do grupo e a um cacique principal cuja sucessão dava-se dentro da mesma família.

As formas de organização produtiva dos Caingangue apresentam dependência com relação ao ambiente em que habitam. Eles alimentavam-se com carnes de caça e peixes, colhiam pinhões, mel e frutos silvestres, além de produzirem abóboras e milho. A coleta de pinhão, a pesca e a caça de animais de grande porte aconteciam de forma sazonal, sendo que estas últimas, incluindo os animais de menor porte, absorviam grande parte do tempo. A horticultura tinha importante papel e, enquanto os cultivos não estavam em maturação, era combinada com as atividades que exigiam o nomadismo temporário, como a caça, pesca e coleta. De todas as atividades produtivas, apenas aquelas vinculadas ao plantio eram passíveis de trocas comerciais, apesar das relações intertribais serem restritas. Há registro de algumas trocas com brancos. Viviam sob uma perceptiva de comunitarismo, no qual, entre outros elementos, o regime de propriedade de imóveis era algo desconhecido. (DUCATTI NETO, 1981; MARTINI, 1993).

Nesse mesmo sentido, Mabilde (apud CASSOL, 1979, p. 21) oferece considerações que detalham as formas de organização econômica:

A base da economia Kaingáng é a colheita de vegetais espontâneos, especialmente o fruto da araucária; é complementada pela caça, pesca e horticultura. De tal caracterização decorre o intenso aproveitamento dos recursos naturais, a precariedade dos meios de produção, dos sistemas de troca e consumo, bem como o próprio conceito de propriedade. Tudo o que o habitat põe em seu alcance: terra, água, vegetais, minerais etc. - é explorado intensamente e extensivamente, desde que o produto oferecido venha ao encontro das necessidades de sua cultura primária. (2m).

Os relatos apresentam traços das dinâmicas desses grupos indígenas em condições anteriores às trocas com os colonizadores. Em ambos os relatos, apresentam-se situações de

apropriação de recursos naturais com ações que dependiam de forma significativa dos ritmos da natureza. A apropriação do espaço apresentava contornos simbólicos, segundo Carini (2010, p. 105):

[...] Pode-se afirmar que uma comunidade tribal como a caingangue do século XIX concebia seu território como área controlada para usufruto de seus recursos, sobretudo os naturais. Entretanto, além desse indicador, o espaço por ela apropriado servia também como referencial idealista na criação e recriação de mitos e símbolos.

O autor destaca, ainda, que “[...] a comunidade indígena caingangue do século XIX não concebia seu território como um espaço apropriado, privatizado e fragmentado, de acordo com a percepção da sociedade moderna, mas como um espaço de pertencimento e de apropriação simbólico-religiosa”. (CARINI, 2010, p. 105). E, por isso, a territorialização que o Estado impôs, via aldeamentos ou reservas, constituiu-se uma ação desterritorializadora. Consequentemente, o instinto territorializante nato do indígena não foi atendido em razão de sua fixação em áreas com limites estreitos.

Carini (2010) problematiza e apresenta formas de desterritorialização das comunidades indígenas no séc. XIX, tanto no sentido dos afastamentos forçados dos recursos e das bases materiais indispensáveis a sua reprodução, assim como de elementos simbólicos que constituem suas formas de organização social.

Além disso, é ressaltado o papel dos aldeamentos registrados no séc. XIX no Rio Grande do Sul, que surgem em um contexto no qual se inicia a migração de alemães (1824) e italianos (1875) por meio da formação de colônias, as quais em boa parte estavam em terras tradicionais de grupos indígenas. Essas disputas territoriais conformam conflitos entre os colonizadores e as populações indígenas, criando uma situação de guerra não declarada, especialmente nas colônias velhas. Esse fator, associado à estagnação econômica do período posterior à Guerra dos Farrapos, para a qual o governo provincial entendia que a ampliação da formação de colônias poderia ser uma solução por ser um negócio extremamente rentável, dá base para a criação de projetos governamentais para o aldeamento de indígenas. (DORNELLES, 2011).

Nesse mesmo sentido, Carini (2010, p. 105) afirma:

Há que se ressaltar que os aldeamentos, a exemplo das reservas demarcadas no início do século XX, foram territórios instituídos despoticamente pelo Governo Provincial ou Estadual para atender a interesses estratégicos de ocupação-colonização, nos limites das fronteiras (demográficas e econômicas) [...].

Os aldeamentos e as ações missionárias deveriam, portanto, cumprir o papel de mediação entre os indígenas e os brancos, por meio de estratégias, entre outras, de agrupamentos dos indígenas e de catequização religiosa. Tais ações facilitariam a colonização e contribuiriam para que os novos migrantes não enfrentassem os mesmos problemas de experiências anteriores. (DORNELLES, 2011). Do ponto de vista dos indígenas, “Aceitar o aldeamento [...] significava renunciar ao território pretérito e ao próprio modo de viver e pensar e, por vezes, pôr-se ao alcance do inimigo.” (CARINI, 2010, p. 105).

Entre 1848 e 1850 foram implantados no Rio Grande do Sul três aldeamentos: Guarita, Nonohay e Campo do Meio. Até 1881, nos atuais limites da microrregião de Erechim, havia sido fundados 4 aldeamentos e postos indígenas, denominados: Votouro, Erechim, Ligeiro e Ventarra. Em 1923 contabilizam-se três toldos: Votouro e Ventarra, dos coroados; Guarani, da etnia guarani, totalizando área de 4.120 hectares e 600 habitantes. Em 1968, registram-se os toldos de Votouro, Guarani e Rev. Flor. Indígena, que juntos totalizam 367 habitantes e dispõem de 2.449 hectares. (DORNELLES, 2011; DUCATTI NETO, 1981; CASSOL, 1979).

Atualmente existem cinco reservas indígenas, como pode ser observado no Mapa 10, que totalizam 15.038,4279 hectares. As reservas Guarani-Votouro e Mato Preto são ocupadas por indígenas de etnia Guarani, enquanto que as reservas de Ventarra, Votouro e Votouro/Kandoia pertencem à etnia Caingangue. Todas são da modalidade tradicionalmente ocupada⁸⁵ e estão enquadradas nas fases do processo administrativo demarcatório como: delimitadas⁸⁶, declaradas⁸⁷ e regularizadas⁸⁸. Encontramos atualmente no rural da microrregião de Erechim 1.537 residentes que se declaram como indígenas.

Ao longo desse período de implementação dos aldeamentos e da expansão das frentes de colonização, os caciques foram sendo vencidos apesar de todas as guerras realizadas pelo Caingangue para expulsar os brancos. Após campanhas sem êxitos, esses grupos se afastavam das áreas de conflito em busca de novos locais distantes das rotas de

⁸⁵ Modalidade tradicionalmente ocupada, Segundo BRASIL (2015a), “São as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96.” Além disso, “De acordo com a Constituição Federal vigente, os povos indígenas detêm o direito originário e o usufruto exclusivo sobre as terras que tradicionalmente ocupam.”

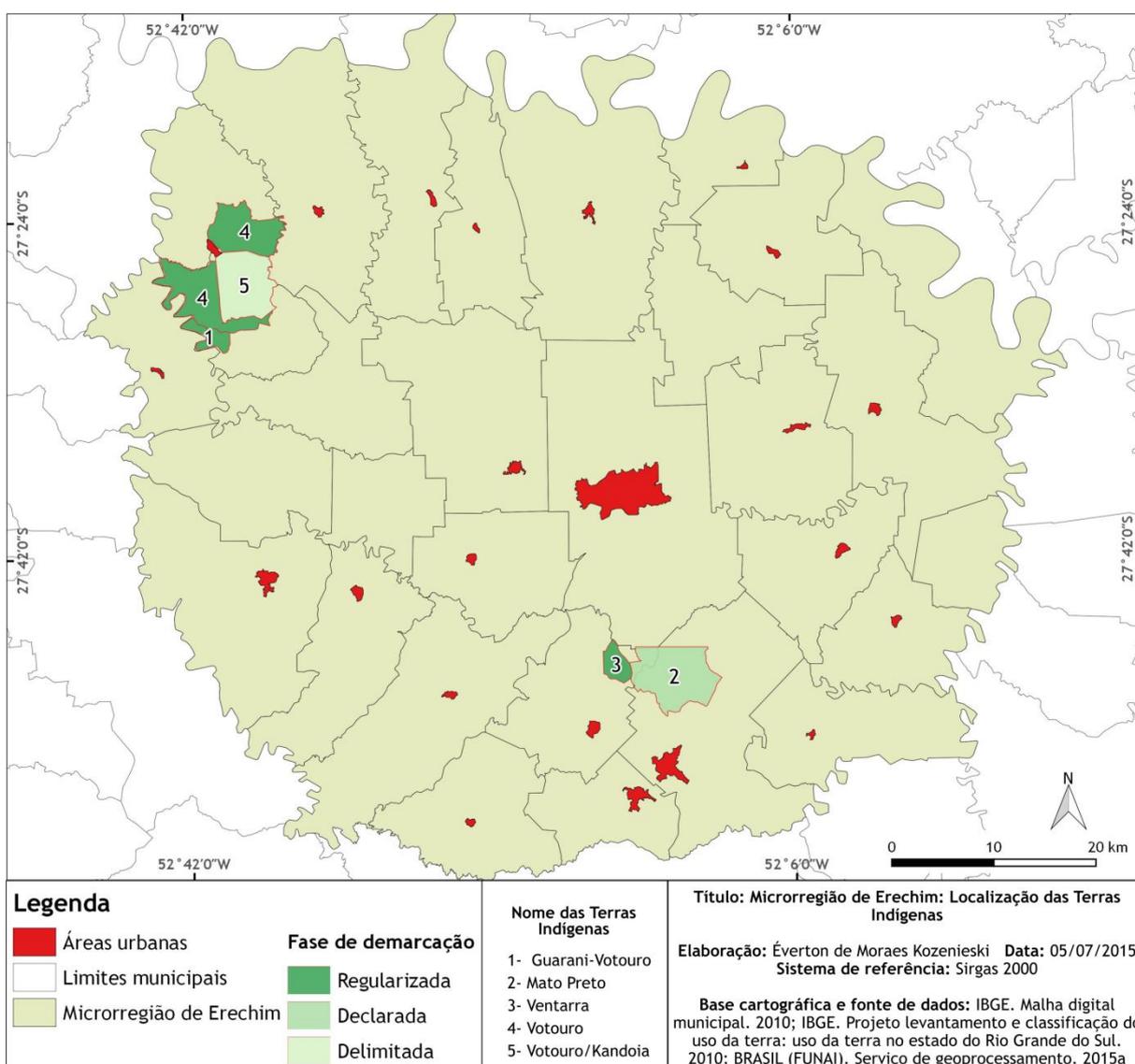
⁸⁶ Segunda fase do procedimento demarcatório, “Terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena.” (BRASIL, 2015a)

⁸⁷ Terceira fase do procedimento demarcatório, “Terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente, com a materialização dos marcos e georreferenciamento.” (BRASIL, 2015a)

⁸⁸ Quinta fase do procedimento demarcatório, “Terras que, após o decreto de homologação, foram registradas em Cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União.” (BRASIL, 2015a)

expansão, tendo em pouco tempo suas novas localidades pressionadas pela expansão das colônias, ou aceitavam o aldeamento, tornando-se aliados dos brancos, sob pena de extermínio do grupo. Uma vez aldeados, tornavam-se forças militares a serviço da conquista, o que multiplicava e potencializava as inimizades entre os indígenas. Tal processo foi tão intenso que no final do século XIX praticamente todos os indígenas tinham sido conquistados, com exceção de alguns grupos combativos nos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2015).

Mapa 10 – Microrregião de Erechim: Localização das terras indígenas



Fonte: BRASIL (2015a). Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

No que se refere ao que viria a ser os atuais limites da microrregião de Erechim, Duccati Neto (1981, p. 38-39) afirma:

A colonização da região do Alto Uruguai processou-se de forma pacífica, não tendo havido nenhum confronto entre o colonizador branco e os indígenas, simplesmente porque na época da fundação da Colônia Erechim os indígenas ainda existentes já estavam todos pacificados e assentados nos toldos ou postos.

Apesar dessa afirmação de que durante a implementação da colônia Erechim inexisteram conflitos envolvendo os indígenas e os colonos, o processo que resultou no confinamento dos grupos indígenas, por vez em delimitações inferiores às suas necessidades, manteve tensões de ordem fundiária entre esses grupos. Tedesco e Carini (2007) consideram que o período compreendido entre 1940 e 1960 foi mais crítico do ponto de vista dos conflitos. Trata-se de um período de intensas crises de terras no norte/nordeste do Rio Grande do Sul, resultado do esgotamento das terras devolutas possíveis à reforma agrária. Nesse contexto, as reservas indígenas representavam possibilidades para o assentamento de família. Assim, as reservas foram foco de posseiros sem terras, arrendatários e madeireiros. Além disso, “O Estado, pressionado pelas forças representativas do grande capital e do latifúndio, não titubeou diante de tal contexto e acabou omitindo ou legitimando as ações dos invasores.” (TEDESCO; CARINI, 2007, p.114). Segundo estes autores, o Estado construiu ações nesse sentido, como a criação de reservas florestais, subtraindo as terras dos índios, além de permitir a intrusão dessas áreas e, posteriormente, o loteamento e a extinção de várias delas. O resultado desse conjunto de situações, neste período, é o retalhamento de algumas reservas indígenas no norte/nordeste e a extinção de outras, em alguns casos. As reservas de Votouro e Votouro/Guarani, por exemplo, foram subtraídas, em dados de 2005, respectivamente, em 54% e 62% de suas áreas totais originais, enquanto que em Ventarra chegou-se a 100%. (TEDESCO; CARINI, 2007).

Ainda segundo os autores, a resistência indígena à expropriação das terras paulatinamente torna-se mais intensa e recebe o apoio de instituições como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). As táticas adotadas no sentido da retomada das terras passavam por intimidações verbais e ações de fato, como ataques a residências e escolas, além das plantações. Na década de 70, em Nonoai⁸⁹, a violência torna-se expediente comum, de um lado “uns insistindo na retornada da terra (os índios); outros resistindo à perda da terra (os posseiros)”. (TEDESCO; CARINI, 2007, p. 122). Na microrregião de Erechim registram-se episódios conflituos em torno de questões fundiárias entre camponeses com objetivos distintos (retomada de terras e resistência), tanto em disputas na justiça, como no recente caso

⁸⁹ Município limítrofe à microrregião de Erechim.

de reserva de Mato Preto, como em episódios de violência entre as partes, como ocorrido no município de Faxinalzinho⁹⁰.

Os conflitos que se registram atualmente carregam marcas de outros tempos históricos e registram cismas e ações que remontam à desterritorialização, ao aldeamento e às disputas pela posse de terras. As políticas de aldeamento e a expansão das frentes de colonização decretaram a completa desterritorialização dos indígenas de suas áreas de ocupação tradicional e os vincularam às atuais terras indígenas da microrregião de Erechim. Cabe considerar, contudo, que esse movimento, apesar de ser mais intenso e violento, não foi o primeiro a ocorrer. Como lembra Carini (2010, p. 100), “a primeira desterritorialização da comunidade indígena Caingangue se inicia, portanto, naquele momento histórico em que tem início a ocupação das terras ditas devolutas”. As relações conflituosas trazem consigo uma carga histórica significativa que transparecem a diversidade social e a capacidade desses grupos frente às possibilidades de participação histórica.

Outros grupos também compõem a diversidade social na microrregião, como já destacamos. É importante apresentarmos marcas que caracterizam a chegada desses outros grupos anteriores à colonização. Nesse sentido, resgatamos Duccati Neto (1981) que apresenta uma série de considerações sobre o que ele define como penetração branca na região de Erechim. Conforme citação desse autor anteriormente apresentada, temos a partir do séc. XVII a chegada de bandeirantes paulistas que se estabelecem nessas terras. Eles, por meio do contato com indígenas, dão origem à população de caboclos nômades, aos quais se somam foragidos e outros refugiados da Guerra dos Farrapos (1835) e da Revolução Federalista (1893). Além disso, temos os posseiros vinculados à produção de erva-mate.

Tudo indica que esses sujeitos apresentados se enquadram naquilo que Zarth (1997) denominou de pequenos agricultores de subsistência, que estavam vinculados às áreas de mata do planalto e que são, via de regra, caboclos. Do ponto de vista de suas atividades, o camponês caboclo no norte do Rio Grande do Sul, segundo Rückert (1997, p. 80),

[...] se torna um peregrino, extraindo erva-mate nos ervais públicos para venda a particulares e a comerciantes. A erva, nos séculos XVII, XVIII e XIX, é exportada para grandes mercados, inclusive para Buenos Aires e Montevideú. Dessa forma, além de praticar uma agricultura rudimentar, de sobrevivência, e um extrativismo itinerante, o caboclo ervateiro não se fixa, a não ser onde haja um novo erval para explorar.

Nas áreas onde não era possível a produção do mate, “[...] a possibilidade de reunir

⁹⁰ Esse episódio ocorrido em abril de 2014 culminou na morte de dois agricultores.

recursos econômicos para adquirir bens de consumo no mercado passava pela venda de trabalho esporádico para estancieiros, para as companhias de colonização ou para o Estado, na construção de obras ou em serviços de polícia”. (ZARTH, 1998, apud CARINI, 2010, p.). Ainda segundo o autor, os lavradores, na condição de agregados ou posseiros, mantinham relações com as estâncias e com os centros de comércio, por meio dos produtos da floresta ou de suas roças – ervas medicinais, aves, pequenos animais, alimentos e tudo mais que pudessem vender ou trocar.

Em boa medida, evidencia-se uma fraca inserção desses grupos em mercados, sendo que há prevalência de relações pré-capitalistas. Além disso, são marcas desse segmento social a implementação de rudimentares sistemas agrícolas e a posse de deficitário acervo tecnológico para as atividades produtivas desenvolvidas, sendo uma forma de vida mais dependente da natureza do que de atividades agropecuárias. (CARINI, 2010).

Segundo apontamentos de Zarth (1997), do ponto de vista comercial, a produção de erva-mate foi um dos principais produtos comercializados ao longo do século XIX, recebendo inclusive incentivos por parte de câmaras municipais do Planalto. Cabe destacar que a maior parte dos ervais eram públicos, fato que

[...] permitia o acesso dos agricultores pobres ao extrativismo e às roças, por outro lado essa mesma condição era muito instável à medida que a terra estava sujeita a um processo de privatização pelas elites locais, que aos poucos transformaram os ervateiros em proletários sem terras, forçando-os a emigrar para áreas inóspitas e devolutas ou a submeter-se à condição de peões das estâncias em substituição aos escravos. (ZARTH, 1997, p. 43).

As terras da região de Erechim foram uma das últimas no norte do estado a serem incorporadas aos projetos de colonização, o que possivelmente tenha atraído migrantes nestas condições as terras como menor ocupação. Cabe destacar que os coletores de mate, de forma geral, não eram posseiros no sentido jurídico, aspecto que os tornava vulneráveis às disputas por terras.

Além disso, os usos e a apropriação dos ervais públicos sofrem drásticas mudanças com a Lei de Terras de 1850, uma vez que todas as terras tidas como devolutas se tornaram objeto de venda pelo governo. Essa nova legislação cria obstáculos para compra e legitimação de terras por aqueles com menor poder aquisitivo. Isso se dá tanto pelo não comparecimento dos posseiros aos registros paroquiais, devido às distâncias a serem percorridas e o desconhecimento das novas leis, como também por não possuírem recursos suficientes para os levantamentos e as medições necessárias para o processo de legitimação. Nesse sentido, a

nova legislação trata de forma diferenciada as elites locais, que, com ela, compram e legitimam suas posses, além de possibilitar a incorporação de novas áreas em que vivem muitos posseiros pobres. A privatização dos ervais públicos e das terras devolutas paulatinamente torna-se realidade, formando uma legião de homens despossuídos em meio à baixíssima densidade demográfica destas áreas do planalto. (ZARTH, 1997; RÜCKERT, 1997).

A realidade de exclusão se manifestar em grande parte dos casos e é registrada.

No que se refere ao caboclo, é possível afirmar que ainda são poucos os estudos sobre o tema. O certo é que algumas posses, no interior da Colônia Erechim, foram legalizadas. É o que revelam os mapas da época, feitos pelos funcionários da Diretoria de Terras. Mas significativa parte deles migrara para o oeste de Santa Catarina, e os que ficaram, passaram a vender seus serviços. (CHIAPARINI, 2012, p. 30)

Em uma passagem de sua obra, Martini (1993, p. 328) também apresenta contribuições a partir de algumas circunstâncias ocorridas em Erechim.

Em Erechim, por exemplo, os caboclos intrusos, quase todos fugitivos da Revolução de 1893, foram enquadrados como posseiros e tiveram seus direitos de posse reconhecidos pelo governo, mas não legalizaram suas terras: preferiram vender as benfeitorias aos colonos, abandonando a região em busca de novas moradas. Os que ficaram, trataram de preservar suas formas de solidariedade interna e mobilização política.

Essa situação está relacionada, segundo considerações da autora, à fragilidade do mercado de erva-mate no início do século XX, base da renda monetária do caboclo e fundamento de sua autonomia. Tal situação apresenta, além dos aspectos legais de posse, outra forma paulatina de expulsão das terras, através de aspectos econômicos.

Nesse sentido, nos aproximamos dos argumentos de Carini (2010) a respeito das desterritorializações, uma vez que vislumbra no norte-nordeste do Rio Grande do Sul dois momentos de disputas por territórios, nos quais se conformam fronteiras, onde há o desencontro de temporalidades históricas e conflitos de diferentes segmentos sociais, revelando diversidade de relações e modos de participação histórica.

Na primeira, caracterizada como fronteira demográfica, coloca-se o “civilizado” frente ao “selvagem”, uma vez que se antagonizam os bandeirantes, caboclos e tropeiros, que se embreiam do norte do estado, com as populações indígenas tradicionais. Essa fronteira tem início, portanto, no momento histórico em que começam as ocupações das terras públicas e devolutas do planalto. Esse momento se configura como o avanço de uma frente de expansão

da “civilização” em meio ao “vazio demográfico”, discursivamente produzido e legitimador da apropriação de terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas. Trata-se, diga-se de passagem, da primeira desterritorialização da população indígena, especialmente dos Caingangue, com episódios conflituos, apesar de certa fluidez nas relações entre os dois lados.

A segunda fronteira é caracterizada por seus objetivos econômicos. Tem como marco inicial o final do século XIX e início do século XX, estabelecendo-se em conformidade com o avanço da ocupação das terras por colonos. Nesse contexto, o Estado atua como agente da civilização, uma vez que promove políticas de modernização e consolidação de mercados. Nessa frente de expansão com conotações econômicas antagonizam-se agentes da economia capitalista, tais como camponeses-colonos, madeireiros e capitalistas da agricultura, e aqueles considerados atrasados pelas forças modernizadoras, como os indígenas, nesse momento aldeados e, agora do mesmo lado, segmentos sociais empobrecidos. Nesse contexto, busca-se suplantar a racionalidade dos povos tradicionais pela racionalidade moderna produtivista. A desterritorialização, desse modo, se dá em desrespeito da normatização de espaços mínimos reservados aos indígenas e se impõe aos territórios caboclos.

Os argumentos apresentados são ratificados por outros pesquisadores. É assim, por exemplo, com a apresentação do choque ocorrido no momento de estabelecimento da segunda fronteira, conforme Seminotti (2014, p. 51).

A chegada do (i)migrante europeu à região provocou a perda das terras por parte dos índios e caboclos, os quais foram remanejados ou excluídos da colonização planejada pelo estado. As etnias europeias ganharam supremacia histórica, ficando a noção de que os imigrantes vieram desbravar, ocupar e desenvolver a região Alto Uruguai, desconsiderando, muitas vezes, as situações de miséria e de fracassos de parte desses migrantes.

Em ambas as fronteiras, estabelecem-se conflitos em função dos modos de vida, racionalidades utilizadas pelos diferentes segmentos sociais e estratégias de apropriação da terra e da natureza. Vislumbra-se, assim, a coexistência, no início do século XX, de temporalidades e formas de participação históricas por parte desses grupos sociais. Além disso, as políticas de colonização e o estabelecimento dos colonos na microrregião de Erechim, além de produzirem a desterritorialização de indígenas e caboclos, transformam de forma significativa a paisagem rural e as redes de relação do contexto espacial em questão.

Mesmo nesse contexto conflitivo, diferentemente da situação das terras indígenas, na microrregião de Erechim não há processos abertos com a finalidade de reivindicação de terras

para o reconhecimento de comunidades quilombolas, que poderiam ser reivindicadas por segmentos da população cabocla. Da mesma forma não há títulos expedidos ou mesmo desapropriação de imóveis com essa finalidade na microrregião. (BRASIL, 2015b).

5.2.2 Da Colonização à Crise das Estruturas Coloniais

Ao longo da formação territorial do Brasil diversos acontecimentos produziram transformações nas formas de ocupação e de apropriação do espaço. As migrações ocorridas desde o século XVI, com a chegada de portugueses e de espanhóis ao que daria origem ao Brasil, são exemplos de mudanças significativas. No Rio Grande do Sul a influência das migrações é um aspecto de relevante impacto nas formas de organização do espaço, sendo uma situação corrente por séculos. Contudo, cabe ressaltar que as ondas migratórias apresentam características diferenciadas, conforme o período histórico e as forças sociais que as moldam. Nesse sentido, as políticas de colonização iniciadas no século XIX não podem ser confundidas com outros processos de chegada de migrantes ao estado. Essas também são caracterizadas pela vinda de imigrantes estrangeiros, contudo apresentam peculiaridades que são marcas da política estabelecida para tal. Desse modo, torna-se necessário diferenciar a colonização no Rio Grande do Sul de outros processos de (i)migração ocorrido no estado.

Nesse caminho, partimos das considerações de Waibel (1958, p. 206), o qual em sua obra parte da definição:

O termo 'colonização européia' empregada aqui não se refere ao estabelecimento do sistema de latifúndios pelos antigos povoadores portugueses, mas aos processos pelos quais, durante cerca de 120 anos, uma classe de pequenos proprietários rurais de origem européia está tomando posse de terras e estabelecendo comunidades próprias.

Este autor defende a ideia de que a colonização no Brasil, em grande medida, não ocorreu de forma espontânea. A forma empregada para colonizar foi através da constituição de colônias. Elas foram organizadas, planejadas, supervisionadas e dirigidas por outros segmentos sociais: pelo próprio Estado, através do governo federal, das províncias (ou estados) e dos municípios; ou por iniciativas particulares, através de companhias ou mesmo por proprietários de terras.

O sentido dado ao termo em documentos oficiais e na imprensa apresentam algumas mudanças no transcorrer dos anos, como destaca Roche (1969, p. 2): “Durante todo o século XIX, colonizar é, de um lado, introduzir, com novos habitantes, mão-de-obra inexistente no

lugar, e, de outro lado, empregá-la nos estabelecimentos agrícolas.” Ademais, “Ainda no século XX, desejando dar uma nova definição jurídica do imigrante, o legislador brasileiro adotava como critério a intenção manifestada pelo estrangeiro de estabelecer-se num ponto do território e nêle exercer uma profissão, de preferência agrícola.” (ROCHE, 1969, p. 3). Para o autor, a colonização é o ato de exploração de uma região por imigrantes preferencialmente europeus, especialmente para o desenvolvimento de atividades agrícolas, sob a direção do governo brasileiro, conformando-se como um ato de subordinação do imigrante à política de colonização.

Há diversas motivações para o Estado brasileiro elaborar tais políticas e incentivar a imigração. Waibel (1958) aponta que o governo nacional tinha a pretensão de defender o estado do Rio Grande do Sul, pois estava sujeito a ataques dos vizinhos argentinos e dos índios que ocupavam as áreas de mata. Trata-se de uma ação de ocupação com conteúdo geopolítico que, ao mesmo tempo, promoveria o retrocesso dos indígenas nas matas ou a eliminação deles. Os colonos, nesse sentido, deveriam ser tanto soldados como também agricultores. Além disso, se impunham as ideias do trabalho livre junto aos governantes, já que o tráfico de escravos deveria ser abolido, assim os colonos deveriam ser pequenos proprietários livres, que poderiam cultivar com a mão de obra familiar sem necessitar do trabalho escravo.

Lando e Barros (1981) destacam que a política de imigração no Brasil estava a serviço dos grandes cafeicultores, classe que dispunha do poder político e econômico nacional. Eles necessitavam solucionar o problema da falta de mão de obra, devido ao fim do tráfico e à abolição da escravatura, e pretendiam ampliar o mercado interno com trabalhadores livres que vendessem sua força de trabalho. Essa política assumiu contornos distintos no Rio Grande do Sul.

[...] terá como uma das principais finalidades tornar efetiva a ocupação do solo, além de objetivos políticos e militares, que se traduzem em proteger pontos estratégicos da Província contra possíveis ataques dos espanhóis, assim como recrutar elementos para a formação de um exército capaz de enfrentar tropas inimigas nos constantes litígios que se estabeleciam nas fronteiras com as Províncias do Prata. (LANDO; BARROS, 1981, p. 43).

Esses autores indicam que o assentamento dos colonos através de pequenas propriedades rurais não se deu por acaso. Além de atender aos objetivos elencados, tal formato buscou conciliar em escala nacional, de forma desigual, os interesses dos latifundiários com os camponeses sem-terra, já que as ocupações extralegais do período

ameaçavam romper o sistema latifundiário. Cabe ressaltar que os estancieiros gaúchos apresentaram atitude favorável à instalação de núcleos de colônias, dado que se planejava a instalação das colônias em terras devolutas. Desse modo, visto que não se constituíram a partir da fragmentação dos latifúndios existentes ao sul do estado, as colônias não representavam ameaças ao poder político e econômico dos grandes proprietários de terras.

A imigração teve como intenção a produção de excedentes e a superação da forma de produção agrícola dos caboclos, como enfatiza Conterato (2004, p. 50):

A introdução do imigrante europeu teve como um de seus princípios superar a agricultura praticada pelos caboclos, pois a produção de excedentes agropecuários para abastecer os núcleos urbanos era uma situação que obrigava os governos a incentivar a colonização com produção diversificada de excedentes, o que só poderia ser feito pelo colono. A prerrogativa era de que as terras de mata fossem vendidas aos colonos imigrantes que desde 1824 vinham se multiplicando na província.

Ao analisar a constituição da Colônia de Silveira Martins, Saquet (2002, p. 17) considera que dois distintos processos internos, porém articulados, contribuíram para sua constituição: “[...] a geopolítica e a expansão do capitalismo mercantil, ou o movimento de formação do mercado interno brasileiro acompanhado pela produção da força de trabalho e do mercado de trabalho livre.” Ambas as situações ocorridas nesse caso específico podem ser consideradas como atuantes para o estabelecimento das demais colônias. Essa abordagem é conciliadora com relação às demais considerações apresentadas.

A colonização no Rio Grande do Sul inicia-se pela fundação da Colônia de São Leopoldo (1824), a menos de 50 quilômetros de Porto Alegre, de onde se difundiu entre margem esquerda do rio Jacuí e encosta inferior do nordeste. Posteriormente a esse momento inicial, houve a ampliação das áreas ocupadas e a multiplicação de novos núcleos coloniais em toda área da encosta superior. Após o “salto para o planalto”, onde ocorre a ocupação, finalmente toma-se conta de toda área de mata do Alto Uruguai. (LA SALVIA; HANDSCHUNCH, 1974a).

Essas colônias que se proliferaram no Rio Grande do Sul são organizadas através de projetos do Estado e da iniciativa privada. Ambas as modalidades que efetivaram a política de colonização no estado foram significativas. Giron e Corsetti (1990) indicam que as companhias particulares foram responsáveis por 79,73% das 225 colônias organizadas até 1920, com a maioria das propriedades de descendentes de imigrantes europeus, especialmente de alemães, italianos e portugueses. A União efetivou 12,25% das colônias, e o governo do Rio Grande do Sul produziu 8,02% dos empreendimentos. Segundo Roche (1969), em 1920 e

1940, respectivamente, havia 24.000 e 35.000 quilômetros quadrados de superfície colonizados pelo estado no Rio Grande do Sul. O autor também destaca que a colonização privada alcançou, nesses mesmos períodos, 10.800 e 15.000 quilômetros quadrados.

A formação das colônias constituiu movimentos migratórios que trouxeram ao Rio Grande do Sul significativos contingentes populacionais. Roche (1969), por meio de outras fontes, registra que no período compreendido entre 1824 e 1914 houve a chegada de 191.706 imigrantes estrangeiros ao estado, sendo que 48.037 eram de origem alemã e os demais (143.669) provenientes de outras nacionalidades. A magnitude dos movimentos migratórios torna-se tangível quando os comparamos com a população do estado, a qual, em 1822, era de 106.196 habitantes.

Segundo Roche (1969), assim que os imigrantes desembarcavam no Rio Grande do Sul eram acompanhados por funcionários que os encaminhavam até suas concessões, caracterizando uma imigração subvencionada. Cabe considerar que as experiências de colonização foram diversas, sendo, portanto, acompanhadas por situações também diversas. Aos recém-chegados eram entregues ferramentas de primeira necessidade (foice, facão, machado, serra, enxadão). A propriedade, na maioria dos casos em área de mata, não era explorada de forma completa imediatamente, devido aos limites impostos pela vegetação, restrições para sua retirada e insuficiência de mão de obra. A posse estendia-se inicialmente em função das necessidades da família. Nas palavras de Roche (1969, p. 52), “A terra arável, o espaço, a luz, tudo deveria ser conquistado à floresta.” Além disso,

A necessidade de dobra-se à técnica do desflorestamento forçou o europeu a cair no nível do índio e do caboclo. Era certamente uma regressão, mas sem ela não podia haver sobrevivência na frente florestal.

Aliás, o colono alemão assimilou tão profundamente essa técnica, que se pôde dizer que a luta pela conquista da floresta virgem se tornou seu elemento de vida. Adquiriu a reputação de ser um excelente “fabricante de terra”. [...] Com efeito, desbravar a floresta nos novos estabelecimentos impunha ao colono do século XX a mesma tarefa e a mesma técnica de seu bisavô, quando este imigrara da Alemanha. (ROCHE, 1969, p. 53).

Roche constrói uma narrativa de supervalorização da colonização e dos colonos ao enfrentarem as matas desconhecidas. O discurso coloca, apesar das relativizações possíveis em função do momento da escrita, os ocupantes anteriores (indígenas e caboclos), suas racionalidades e formas de ocupação das áreas de mata, em um nível de inferioridade. Para além do tom empregado, do qual discordamos, acreditamos que essas frases registram a perspectiva daqueles que estavam de um dos lados da segunda fronteira (econômica) proposta por Carini (2010). Demonstra sob a perspectiva do colono, em alguma medida, as

representações sobre o “outro” e as práticas reiteradas por gerações, que o colocam em antagonismo à mata, ao retrógrado que deve ser superado. Além disso, reitera a valorização do trabalho e das inserções produtivas dos colonos perante o “não produtivo”. Não seria descabido considerar, e o fazemos em nível especulativo, que os conflitos existentes hoje pela posse e apropriação de terras, entre descendentes de colonos e indígenas, carreguem, além das motivações dos litígios, uma disputa simbólica pela paisagem, na qual o campo produtivo contrasta com a mata. Como lembra Tedesco e Sander (2005), está presente a dimensão do uso da natureza, mas também o uso como valor.

No que se refere especialmente à colonização da região de Erechim, podemos ressaltar que as demarcações de terras tem início no ano de 1904 em virtude da exploração simultânea do traçado da ferrovia que seria construída. A colônia, oficialmente criada em 1908, pelo estado do Rio Grande do Sul, foi planejada e executada pela Inspetoria de Terras do estado. Permitiu-se também a colonização privada no que viria a ser o município de Erechim, onde atuaram várias companhias particulares: Bertei, Sertaneja e, destacadamente, a Luce-Rosa e a Jewish Colonization Association (ICA). A expansão das demarcações e o desenvolvimento da colônia têm relação com a construção da ferrovia que interligaria o Rio Grande do Sul aos estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Até 1911 estavam concluídas as estações de Erechim, Erebangó, Capoeirê, Boa Vista, Barro, Viadutos e Marcelino Ramos. Em 1913 estava finalizada a ponte sobre o Rio Uruguai, articulando a estrada de ferro ao estado de Santa Catarina. (CASSOL, 1979; DUCATTI NETO, 1981).

Segundo Cassol (1979, p. 128), “O tamanho dos lotes oferecidos aos imigrantes pelo Governo tinham a dimensão de 25 ha. Os imigrantes recebiam esses lotes rurais dando origem a um regime de pequenas propriedades rurais e a uma agricultura de subsistência.”. Em 1918 atinge-se a superfície colonizada de 228.281 hectares, sendo que há registros, apresentados pelo mesmo autor, de concessões de lotes até 1963.

No que se refere aos empreendimentos privados, encontramos situações diversas e restrições a informações em alguns casos. A respeito da empresa colonizadora Luce, Rosa e Cia. Ltda, após receber indenizações do estado e realizar permutas, dispunha em Erechim 39.915 hectares de terras que foram divididos em 1.279 lotes coloniais (25 ha), infraestruturas e áreas para sede dos povoados. (DUCATTI NETO, 1981). A atuação da empresa colonizadora localizava-se em alguns atuais municípios da microrregião, como demonstra Caron (2009, p. 139): “No Alto Uruguai a empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia exerceu papel fundamental na colonização das localidades de Barro (atual município de Gaurama); Três Arroios; Nova Itália (atual município de Severiano de Almeida); Dourado e Rio Novo

(atual município de Aratiba).”

A ICA, segundo ZARTH (1997, p. 64), empresa que se intitulavam filantrópicas, cujos objetivos eram de ordem étnica e política, visava “[...] atender à comunidade judaica internacional com dificuldades nos países antissemitas, e com esse propósito foram fundadas várias colônias na América.” Essa empresa decidiu ampliar a colonização israelita no estado. Dessa forma,

[...] adquiriu, em dezembro de 1909, a Fazenda Quatro Irmão, com área de 93.850 hectares, na recém fundada Colônia Erechim, situada nos atuais [ano de 1981] municípios de Campinas do Sul, Jacutinga e São Valentim. Depois dividiu parte da fazenda em colônias de 150 hectares cada uma, rodeada de arame farpado, com uma casa de madeira para residência da família do imigrante e um galpão, este indispensável a quem se dedica à agricultura e à criação de gado. [...] (DUCATTI NETO, 1981, p. 89, **grifo do autor**)

Ducatti Neto (1981) destaca também que a Colônia de Quatro Irmãos foi fundada em 1913 e que cada família que nela se estabelecia recebia 4.000 metros de arame farpado, 14 vacas, 4 bois, um touro, 2 cavalos, uma carroça, uma grade e instrumentos para o cultivo. As famílias teriam de 15 a 20 anos para pagar o valor devido à empresa. Segundo Piran (2001), permitiu-se, posteriormente, a venda de lotes com dimensões de até 250 hectares.

Chiaparini et al. (2012) indicam a presença de outras duas companhias de colonização atuantes na região: Companhia Colonizadora Rio-Grandense, que iniciou seus trabalhos em 1918 e colonizou uma área de 11.384 hectares nos atuais municípios de Áurea, Centenário, Carlos Gomes; e a Sociedade Territorial Eberle, Mosele, Ahrons, que atuou provavelmente a partir de 1924 e colonizou 5.760 hectares nos atuais municípios de Marcelino Ramos e Viadutos. Não obtivemos informações sobre as características detalhadas dos empreendimentos de ambas as empresas. Além disso, Piran (2001) informa que, para os poloneses, vindos posteriormente aos primeiros momentos da colônia, venderam-se lotes de 12,5 hectares.

As informações apresentadas sobre as dimensões dos lotes, apesar da ausência de informações em alguns casos, indicam uma diferenciação significava desde suas conformações durante a colonização. Tal variação dos lotes, de 12,5 a 250 ha, sem dúvida, repercute nas atuais características da estrutura fundiária, já que desde a origem há discrepâncias.

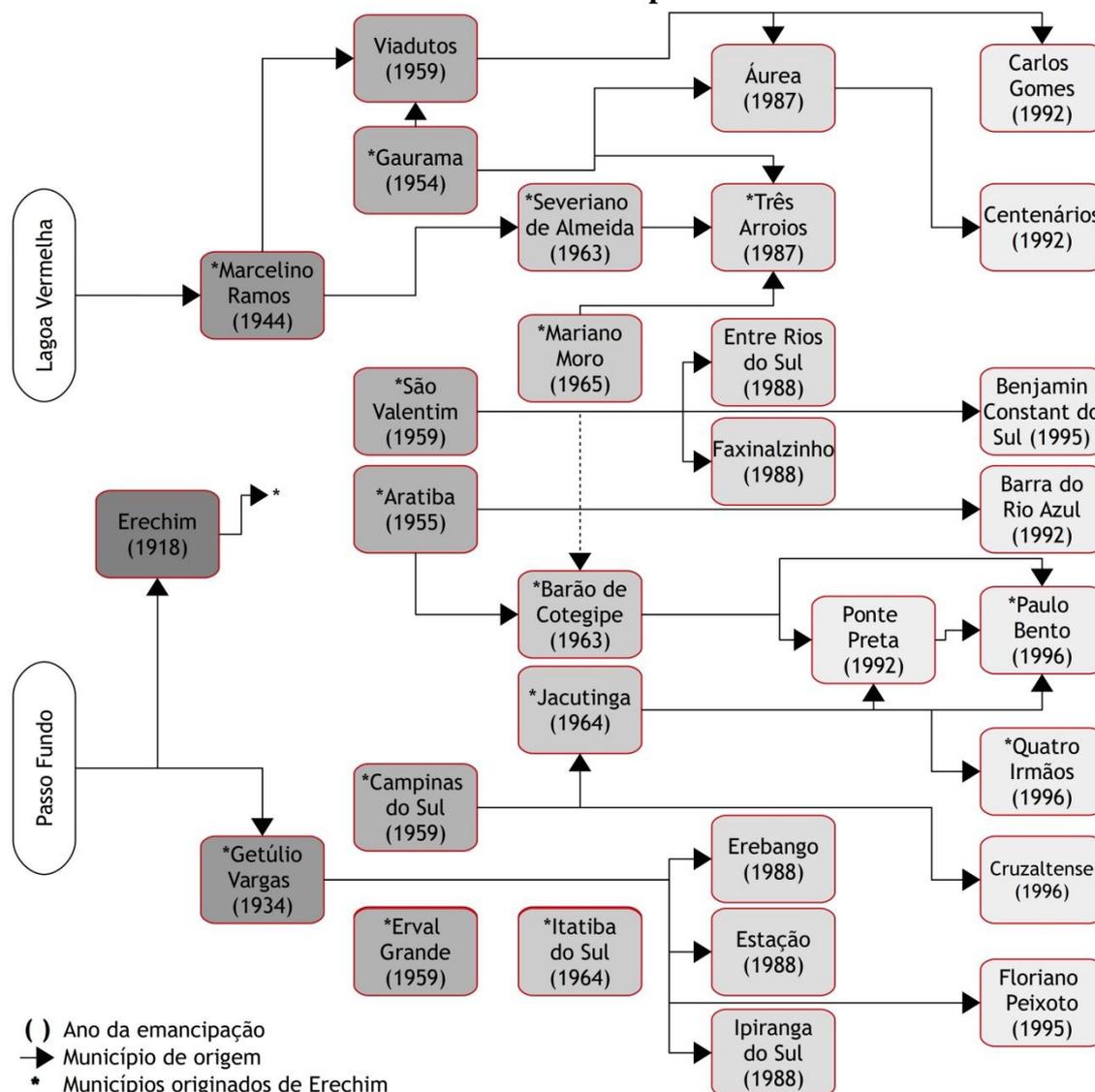
No que se refere às migrações, Cassol (1979) destaca que os primeiros 36 colonos chegam a Erechim em 1910, sendo que até 1912 esse contingente alcançou cerca de 7.500 migrantes. O crescimento populacional da nova colônia deu-se em ritmo acelerado, de tal

forma que, em 1915, a população “[...] ascendia a 27.259 habitantes dos quais 7.114 eram brasileiros, 5.721 poloneses, 246 suecos, 3.652 alemães, 1.827 italianos, 722 austríacos, 106 espanhóis, 74 franceses, 734 portugueses e 7.863 de diversas nacionalidades”. (CASSOL, 1979, p. 128). Em 1918, registra-se uma população de 38.526 habitantes. Tais informações retratam a ocupação acelerada do espaço e caracterizam um processo de colonização com diversidade étnica, no qual chegam brasileiros, originários, em grande número, das primeiras colônias do estado, e imigrantes de diferentes nacionalidades.

Em 1918, Erechim emancipa-se do município de Passo Fundo e passa a gozar de maior autonomia administrativa. Os limites territoriais do novo município são correspondentes àqueles do antigo 8º distrito de Passo Fundo, no qual estão localizadas as ações de colonização que nos referimos anteriormente. Assumimos, nesta pesquisa, que os limites do município de Erechim em 1918 e os atuais limites dos municípios da microrregião de Erechim são praticamente correspondentes⁹¹. Exceção é feita aos municípios de Getúlio Vargas e Marcelino Ramos, que tiveram suas áreas territoriais acrescidas por parcelas dos municípios, respectivamente, de Passo Fundo e Marcelino Ramos. Além disso, alguns setores do município de Marcelino Ramos foram desmembrados para compor, em conjunto com Machadinho, parte dos municípios de Maximiliano de Almeida (1992) e Getúlio Vargas, assim como outros, que cederam parte do seu território para formação dos municípios de Tapejara (1955) e Charrua (1992). Tais considerações sobre os limites e as áreas territoriais são fundamentais para que possamos comparar informações estatísticas com datas diferenciadas, uma vez que o território inicial do município de Erechim teve alterações em função de emancipações. Para auxiliar nessas análises, apresentamos o Fluxograma 2 que retrata a transformação do município de Erechim por meio das emancipações nos demais municípios que hoje compõem a microrregião.

⁹¹ Cassol (1979) apresenta uma série de representações cartográficas sobre a evolução territorial dos municípios que derivaram do território de Erechim de 1918. Nesse contexto, o município de Sertão é associado aos limites territoriais do antigo município de Erechim. Contudo, esses mapas apresentam inconsistências, especialmente no que se refere às delimitações contraditórias no acervo apresentado por esse autor, assim como a não correspondência destes com documentações que associam a emancipação do município de Sertão, em 1963, ao município de Passo Fundo. Cabe destacar que, antes da emancipação, em 1918, Sertão era uma seção do distrito de Coxilha e em 1933 passou a pertencer ao distrito de Sertão, ambos no município de Passo Fundo. (BRASIL, 2015c). Assim, não consideramos Sertão como um município egresso da partilha territorial do município de Erechim (1918) e não o utilizamos para concentração de dados históricos.

Fluxograma 2 – Emancipações na Microrregião de Erechim: ano e origem dos territórios municipais



Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2015). Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

O crescimento demográfico acelerado não foi o único aspecto que transformou Erechim, uma vez que também se observam mudanças na produção agrícola dessa colônia. Roche (1969), ao analisar a evolução agrícola das colônias alemãs, sugere fases para tais transformações. Tomando como referência a colônia de São Leopoldo, registra-se um primeiro momento que está associado à distribuição das terras aos colonos, do arroteamento dos primeiros campos e das experiências agrícolas. A agricultura praticada era essencialmente de subsistência e de atendimento às necessidades elementares. A segunda fase é caracterizada pelo aumento da terra arável disponível, número de plantas cultivadas e quantidade colhida. Esses aspectos, associados à facilidade de comunicação e comércio com Porto Alegre, contribuem para produção e ampliação do crescimento dos excedentes exportados pela

colônia. O terceiro momento caracteriza-se pela especialização produtiva. Isso se dá em função dos mercados certos para venda de determinados cultivos, influenciados pelos menores custos e maiores facilidades de transporte, e devido sua correspondência com as características do solo. Alguns cultivos deixaram de ser produzidos em detrimento da ampliação de outros. O último momento está associado ao declínio das atividades produtivas, uma vez que há o decréscimo geral da produção, apesar de incentivos e introdução de novas atividades rurais.

Cada colônia apresenta características distintas, inclusive no que se refere ao seu tempo de “vida”. Assim, como lembra Roche (1969), não é possível transpor tais etapas a todos os casos. Contudo, apesar da ressalva, tal expediente pode possibilitar a comparação das características produtivas nas colônias, demonstrando as dessemelhanças entre as experiências. No caso de Erechim, por exemplo, registra-se um primeiro momento curto, visto que “[...] já em 1913 tinha colheitas suficientes para assegurar a sua subsistência e mesmo a exportação de madeira, erva-mate, feijão, batata-inglesa, etc.” (ROCHE, 1969, p. 282).

A segunda fase, que inicia quase que imediatamente, teve aumento da produção de forma proporcional às áreas apropriadas para a produção agrícola. Evidentemente, nela foi possível utilizar-se das experiências realizadas em outras colônias, como na seleção que seriam utilizadas. Além disso, a estrada de ferro cumpre um importante papel nessa fase, ao possibilitar a exportação para mercados distantes, como o de Porto Alegre. Podemos exemplificar essa situação a partir da comparação dos dados de produção agrícola, em toneladas, nos anos de 1916 e 1924. O milho exportado de Erechim passou de 10.080 para 43.000 toneladas; o feijão, de 1.440 atingiu 4.300; a batata-inglesa passou de 840 para 1.300; e o trigo, de 2.400 chegou a 9.500 toneladas.

Roche (1969) apresenta um comparativo de importante monta, colocando Erechim no que considerou como segunda fase. Além disso, com base nas experiências de outras colônias mais antigas, apresenta algumas considerações sobre o possível futuro da colônia.

Erechim, em plena aparência de prosperidade, aproxima-se do fim da segunda fase da história de sua agricultura. A decadência desta é iminente: os rendimentos já marcaram uma pausa. Erechim chega à idade em que Ijuí começa a esclerosar. Da técnica empregada à evolução das culturas praticadas, tudo leva a crer que as mesmas causas produzirão em breve os mesmos efeitos, a menos que intervenha uma revolução agrária, que nada deixa prever. (ROCHE, 1969, p. 283).

Esse diagnóstico apresenta uma situação crítica à antiga colônia Erechim. Cabe considerar que suas ponderações são datadas, pois foram produzidas, entre outras possíveis

fontes, por registros estatísticos nas pesquisas até 1950. Assim, vislumbra-se um cenário de esgotamento econômico das atividades desenvolvidas desde a colonização até a década mencionada. Contudo, antes de buscar respostas à provocação apresentada, cabe detalhar alguns aspectos dos momentos apresentados por Roche.

Piran (2001) apresenta restrições à definição, por considerar que as práticas agrícolas desenvolvidas nesta fase, na qual se pratica a agricultura tradicional, na colônia Erechim, são meramente com objetivos de subsistência familiar, alcançando o mercado quando possível.

Não há dúvida de que a manutenção da família demanda grande parte do esforço produtivo; contudo, isto não permite afirmar que a produção se organiza para tal objetivo. Desde o início, os agricultores familiares organizavam sua produção para o mercado, mesmo porque necessitavam de excedentes para pagar suas terras e complementar a manutenção familiar. Isso era conseguido, não apenas comercializando os excedentes não consumidos pela família, mas dedicando-se efetivamente ao cultivo ou criação para o mercado. [...] a produção é sempre comandada por um, ou alguns produtos (agrícolas ou pecuários) principais, destinados ao mercado. Complementarmente, produzem também a própria subsistência. (PIRAN, 2001, p. 31-32).

A afirmação de Piran demonstra que as dinâmicas produtivas estabelecidas pelos colonos, desde seu estabelecimento na microrregião, estão reguladas por regras de comércio. Sem os recursos monetários não havia possibilidades de pagamento das dívidas ou mesmo compra de equipamentos e recursos escassos.

No que tange às primeiras práticas produtivas pelos migrantes, como referido anteriormente, estavam associadas ao extrativismo, à derrubada das matas e à agricultura. Tais práticas dos colonos, incorporadas dos caboclos e dos indígenas, tornam-se elementares nas trocas comerciais. Chiaparini et al. (2012), por exemplo, apontam que a erva-mate era, em 1914, a segunda principal cultura comercializada na região, com cerca de 20% do faturamento. Tal situação demonstra a importância dessa atividade econômica e sugere a utilização, por parte dos novos habitantes dos recursos, das técnicas de extração e dos circuitos produtivos preexistentes.

A derrubada da mata também tem significativa importância nos primeiros momentos da colônia, pois a derrubada da mata está intimamente relacionada ao estabelecimento das colônias e das áreas agrícolas, sendo inerente a colonização. Trata-se de uma atividade, como lembra Roche (1969), de primeira necessidade para o colono. Portanto, não é coincidência a relação entre o ritmo de implantação das colônias, que se deslocavam pouco a pouco das colônias velhas para áreas adjacentes, com a localização dos empreendimentos madeireiros e dos desflorestamentos, que estavam sendo praticados no Rio Grande do Sul.

Uma vez estabelecidos em seus lotes, produzem-se relações entre o ato de desmatar, uso da madeira como combustível e matéria-prima para construções e a ampliação da área agricultável. Esse ciclo, inicialmente, não priva o colono completamente da mata, já que eles salvaguardam algumas reservas importantes por seu valor de uso para reprodução das atividades (proteção de recursos hídricos, proteção dos ventos, proteção aos animais, nutrição dos solos). Nesse contexto, surgem as primeiras serrarias artesanais no âmbito das colônias. (TEDESCO; SANDER, 2005).

Devido à importância comercial desse produto, os empresários do mercado da madeira e as empresas colonizadoras produzem outra lógica, que buscava a produção de excedentes. Estreitam-se, nessa nova perspectiva, os laços entre as serrarias, os colonos, os comerciantes (da madeira e da agricultura) e o mercado (nacional e internacional). Constituiu-se, desse modo, uma comunidade de interesses em torno da extração da madeira. “A agricultura colonial, nos moldes em que foi imposta, não poderia se viabilizar sem a presença das serrarias. Ambos, conjuntamente como o comércio, constituíram novas relações de produção, de trabalho e de contato com referenciais de natureza.” (TEDESCO; SANDER, 2005, p. 189).

Tedesco e Sander (2005) chamam a atenção para a “invasão” ocorrida no planalto gaúcho no início do século XX por pequenos empresários do setor madeireiro. Associados às empresas colonizadoras, eles dinamizaram a atividade, que se mostrou altamente lucrativa. Na colônia Quatro Irmãos, em 1947, registra-se a operação de 36 serrarias que eram operadas e gerenciadas pela empresa colonizadora da área. Em 1960, entre outros fatores, há o esgotamento da matéria-prima e o fechamento dos empreendimentos da ICA na região, o que exemplifica o fim do ciclo da madeira na região e a transferência das serrarias para o oeste de Santa Catarina. Paybale (1971) aponta que na década de 60 as paisagens rurais já demonstravam desmatamento ocorrido nas vertentes acessíveis, fato que se excetuava em algumas reservas territoriais, nas elevações mais abruptas e, talvez, em alguns fundos úmidos.

Apesar dos limites para essas atividades, cabe considerar que:

Em termos econômicos, o setor madeireiro teve um significado profundo no norte do estado. Além de promover processos de ocupação do espaço natural (terra), criou vínculos produtivos e comerciais, ligou a região com mercados distantes; possibilitou uma rede de atores sociais e econômicos; originou conflitos e definições políticas locais; abriu espaço para o capital estrangeiro, para acumulação de capital e fortalecimento de um determinado segmento social; fortaleceu a diversificação econômica; destacou a economia regional e estadual; concretizou o princípio positivista do progresso e da ordem social, sem, contudo, atentar para a resolução das contradições sociais decorrentes. (TEDESCO; SANDER, 2005, p. 206-207).

A atividade econômica de extração da madeira promoveu o estabelecimento de relações sociais, entre outros destaques apresentados por Tedesco e Sander (2005), que compõem uma rede de atores e classes sociais. Essas redes, assim como essa atividade econômica, não estão dissociadas das atividades produtivas na agricultura e na criação de animais. Torna-se premente, portanto, nos aproximarmos das dinâmicas agropecuárias do período.

Tomamos como ponto de partida as informações disponibilizadas por Tambara (1985) a respeito das atividades produtivas que prevalecem na zona de colonização no Rio Grande do Sul. Segundo o autor, nos anos de 1900 a 1940,

[...] o produto de maior significação econômica da zona colonial foi o milho, consorciado com a suinocultura. Este produto era produzido num sistema baseado em técnicas relativamente rudimentares que não propiciavam à terra possibilidades de reelabora os nutrientes necessários para a manutenção da produtividade. (TAMBARA, 1985, p. 36).

Tal forma prioritária de produção é paulatinamente substituída por outras culturas e formas de produção, com substituição da agricultura em moldes tradicionais. Nesse contexto, Tambara (1985, p. 37) afirma que “O início da transformação ocorre com a ascensão do trigo como produto de destaque e de vanguarda em termos de produção e também em termos de incentivos governamentais, do que resulta a substituição do tradicional binômio milho-mandioca pela combinação trigo-soja.”

No sentido de enfatizar o perfil agropecuário da microrregião, destacamos o censo de 1920, no qual o município de Erechim era reconhecido por ser o 8º município brasileiro com maior número de arados, 11º da produção de milho e 16º na produção de feijão. Além disso, Cassol (1979), a partir de pesquisas documentais, informa que, em 1914, as principais mercadorias de Erechim, no que se refere ao valor da produção, eram: madeira (16%); erva-mate (10%); banha (7%); feijão (6%); batatas (4%). Em 1927, no que se refere à classificação do valor dos produtos exportados, temos: 1. Banha; 2. farinha de trigo; 3. Madeira; 4. Milho; 5 feijão. Sob o mesmo critério, no ano de 1928, encontramos: 1. Banha; 2. Madeira; 3. Trigo; 4. Couro; 5. farinha de trigo.

A partir dessas primeiras informações que indicam a importância de algumas produções agropecuárias, apresentamos a Tabela 4. Nela está descrita a quantidade produzida pelas principais lavouras na microrregião ao longo de uma série histórica de dados. O primeiro ponto a destacar está relacionado à crescente produção dos cultivos no período de 1916 a 1950, com exceção do declínio registrado na extração de erva-mate. Podemos

relacionar o aumento da produção, conforme o argumento de Roche (1969), ao aumento proporcional das áreas apropriadas para a produção agrícola. No caso da erva-mate, no uso em um momento inicial dos ervais preexistentes como fonte imediata para os colonos, sendo substituídas por lavouras. Do mesmo modo, reitera-se a diversidade de cultivos produzidos e a importância da produção de gêneros característicos à subsistência dos colonos, tais como batatas, feijão, mandioca.

Tabela 4 – Microrregião de Erechim: quantidade produzida (toneladas) em lavouras

Ano	Batata-inglesa	Feijão	Mandioca ¹	Milho	Soja	Trigo	Laranja ^{2;3}	Uva ³	Erva-mate ^{3;4}
1916	840	1.440	-	10.080	-	2.400	-	-	-
1920	318,2	4.498,4	1.110,8	41.650,3	-	4.637,2	-	-	288,72
1924	1.300	4.300	-	43.000	-	9.500	-	-	-
1940	2.168	3.325	40.845	78.033	-	13.142	9.673	7.054	-
1950	3.195	6.775	133.514	100.134	15	39.354	32.838	12.480	4.782
1960	1.725	9.946	370.826	156.240	1.204	35.613	46.597	10.842	10.572
1970	1.291	6.271	99.709	200.035	40.865	62.018	51.448	6.830	11.940
1980	1.523	7.007	17.307	254.775	233.318	11.598	41.553	5.931	3.024
1985	1.147	14.689	19.450	246.085	258.442	49.561	39.544	6.312	8.003
1996	674	18.530	13.331	347.216	213.857	17.971	57.125	3.103	27.323
2006	265	8.404	5.092	401.487	329.375	73.682	x	3.748	26.883

¹ Aipim e/ou macaxeira; ² Mil frutos; ³ Em 2006 foram considerados estabelecimentos com 50 ou mais pés existentes;

⁴ Em 1920 a quantidade informada é de 4.950 quintais, convertida em toneladas (1 quintal = 58,328 kg);

x Dados passam a ser contabilizados em toneladas, totalizando no ano 10.361t.

Fonte: CASSOL (1979); IBGE - Censo da agricultura (1920); IBGE - Censo agrícola (1940, 1950, 1960); IBGE - Censo agropecuário (1970, 1980, 1985, 1995-1996, 2006). Organizada por Éverton de Moraes Kozenieski.

Cabe ressaltar que para alguns cultivos a crescente ampliação da produção encontra um primeiro ápice entre os anos de 1950 e 1970, sendo seguido de declínio no mínimo por duas décadas. A exceção é feita aos cultivos de milho e soja, que registram valores crescentes ao longo das décadas que seguem, e trigo, que apresenta significativas flutuações. Tais informações indicam que há um processo de especialização nas décadas informadas, na qual a diversificação de cultivos deixa de preponderar em função da produção agrícola de grão.

Além do ciclo extrativista da madeira e da erva-mate, que foram tônicas dos momentos iniciais da colônia, o município de Erechim notabilizou-se por ser a Capital Estadual do Milho (1938), ocupando o primeiro lugar na produção deste cereal. O trigo e a cevada também ocupavam a mesma posição. Os grãos eram fonte de alimentação para o efetivo de suínos, que no município alcançava a segunda posição na criação de cabeças e,

consequentemente, na produção de banha. Além disso, Erechim foi Capital Nacional do Trigo (1953), em função importância da produção local do cereal entre todos os municípios brasileiros. Nesta ocasião sediou a 3ª Festa Nacional do Trigo. (CHIAPARINI et al., 2012).

Tais informações sobre a produção, a ampliação e o retrocesso dos cultivos estão relacionadas às estratégias que os colonos estabeleceram para sua reprodução social, que se articula com políticas públicas e processos econômicos que extrapolam os limites espacial da antiga colônia Erechim. O papel do Estado, por exemplo, por meio de diferentes intervenções e perspectiva políticas, desenvolveu ações que induziam a ampliação ou mesmo a redução da produção. O trigo talvez tenha sido a cultura que ao longo do século XX foi afetada por essas situações. Em alguns momentos foi favorecida pelos incentivos produzidos no sentido da autossuficiência da produção nacional, ao mesmo passo em que foi atingida pelas políticas de importação em outros períodos. Cabe destacar que a formação de cooperativas está relacionada à produção e moagem do trigo. Exemplifica essa situação a fundação da Cooperativa Tritícola Erechim Ltda (Cotrel) e da Cooperativa Tritícola Getúlio Vargas (Cotrigo), ambas em 1957.

No que se refere à pecuária e criação de animais, observamos na Tabela 5 uma situação semelhante à produção de lavouras, já que o número de cabeças de bovinos e suínos apresenta crescimento significativo até a década de 70, apresentando reduções sucessivas nas décadas seguintes. Apesar de a microrregião não apresentar o mesmo comportamento com relação ao número de cabeças de galinhas, observa-se significativa redução das taxas de crescimento desses animais. Entre 1920 e 1960 observa-se uma taxa de crescimento no número de cabeça na ordem de 439,53%, enquanto que no período compreendido entre 1960 e 1985 registra-se crescimento de 60,27%. Tal situação aproxima a criação destes animais ao contexto de redução da produção agropecuária em moldes coloniais.

Cabe destacar que a redução do número de cabeças de bovinos não impacta no número de vacas ordenhadas e na produção de leite, que continuaram crescentes. Tais animais cumpriam importante função nos estabelecimentos por serem força de tração e fontes para adubação e, assim, a redução está vinculada a transformações nos sistemas técnicos e aos modos de produção.

A respeito dos suínos, podemos destacar que apresentam importância nas primeiras décadas na microrregião de Erechim por ser fonte para a produção de banha. Essa mercadoria tem importância comercial na região desde a fundação da colônia e está integrada na produção agrícola do milho. Trata-se de um produto consumido originalmente pelo mercado interno do estado que, a partir da Primeira Guerra Mundial, passou a assumir papel de

destaque nas exportações para o resto do país, além de alcançar o mercado externo. A produção de banha inicialmente caracterizava-se pela fabricação caseira e artesanal, que progressivamente passa a transformar-se em uma atividade industrial. Desse modo, os colonos passam paulatinamente de produtores de banha a fornecedores de matéria-prima. Tais relações ampliam a relação da produção agropecuária colonial com os comerciantes e as indústrias de processamento ao mercado consumidor. Na década de 30 sinaliza-se no estado do Rio Grande do Sul o início da substituição do “porco-banha” pelo “porco-carne”, o que implicou a inserção de nova espécie de suínos, devido à intensificação da concorrência com a banha proveniente do exterior, do azeite e outros óleos vegetais. (PESAVENTO, 1983).

Tabela 5 – Microrregião de Erechim: efetivo de animais e produção de leite

Ano	Bovinos		Produção de Leite			Suínos		Galinhas ¹	
	Nº estab.	Cabeças	Nº estab.	Vacas ordenhadas	Quantidade (l)	Nº estab.	Cabeças	Nº estab.	Cabeças
1920	3.764	37.896	-	-	90.722 ⁽²⁾	4.362	110.018	-	193.128
1940	9.058	74.422	2.628	-	3.329.600	9.536	225.249	-	378.510
1950 ³	-	125.202	-	23.840	21.600.200	6.285	345.861	-	575.322
1960	14.462	121.335	11.719	20.670	26.572.700	18.076	484.308	18.185	1.041.993
1970	19.062	358.855	15.713	32.316	34.562.000	18.813	486.537	19.254	1.297.034
1980	19.310	202.472	16.883	40.884	58.830.000	18.634	466.523	19.267	1.480.454
1985	-	218.758	-	48.575	63.501.000	-	339.137	19.617	1.670.040
1996	-	257.735	-	-	97.212.562	-	393.376	-	4.479.000
2006	14.444	259.594	11.418	69.841	175.847.000	10.162	505.189	12.867	7.991.464

¹ A partir de 1950 a variável passou a ter o título: Galinhas, Galos, Frangos, Frangas e Pintos; ² Dados de quantidade de leite vendido; ³ Ao número de cabeças somou-se os animais utilizados para trabalho ou cela.

Fonte: IBGE - Censo da agricultura (1920); IBGE - Censo agrícola (1940, 1950, 1960); IBGE - Censo agropecuário (1970, 1980, 1985, 1995-1996, 2006). Organizada por Éverton de Moraes Kozenieski.

No contexto regional de Erechim, essa produção teve importante significado, registrando em 1925, segundo Cassol (1979), aproximadamente 5.000 toneladas. Em 1948, conforme Chiaparini et al. (2012), apenas no município de Erechim foram produzidas aproximadamente 3.416 toneladas. O Censo Agrícola de 1950 identifica a produção de 1.512 toneladas de banha. Chiaparini et al. (2012) informam que, em consulta a várias fontes, desde 1919 Erechim possui estabelecimentos para industrialização de suínos e refinarias de banha, sendo agregadas, ao longo das décadas seguintes, outras indústrias frigoríficas. Segundo os autores, em 1963, 59 indústrias frigoríficas operavam no estado, sendo que 8 indústrias de grande porte localizavam-se na região do Alto Uruguai.

As informações apresentadas demonstram algumas características da produção

agropecuária colonial. Waibel (1958)⁹² também contribui para esse debate ao apresentar considerações sobre as atividades agropecuárias nas áreas de colonização europeia no sul no Brasil. Em seu trabalho, verifica-se a coexistência de três sistemas agrícolas sendo praticados, interpretados como estágios sucessivos de desenvolvimento da paisagem. O primeiro é denominado de “sistema de rotação de terras primitiva”, que ocorre da seguinte maneira:

Uma família começa o ciclo cultural comprando a terra numa área de mata desabitada. Em seguida, derruba e queima a floresta, à maneira dos índios; planta milho, feijão preto e mandioca usando cavadeira e enxada, e constrói uma casa primitiva, principalmente de fôlhas de palmeiras e, depois, de tábuas, geralmente sem janelas de vidro. A fim de utilizar o excesso de suas safras, cria porcos, e vende banha ou os porcos vivos, em troca de alguns artigos de que necessita e não produz. (WAIBEL, 1958, p. 227).

Esse estágio consiste em um sistema de rotação de terras composto por ciclos de retirada de partes da mata, cultivo das áreas de clareira por alguns anos e o posterior “descanso” dessas áreas, gerando vegetações secundárias. Enquanto elas estão “descansando”, inicia-se o processo de retirada da mata de outro segmento da colônia. Cabe destacar que o sistema, também denominado de roça ou de capoeira, as plantas cultivadas e as ferramentas foram herdadas dos indígenas. Nesse contexto, há um elevado grau de isolamento dos colonos, devido às condições das picadas e estradas, e o principal contato deles é com o “vendista”. O sistema, não raro, provoca o esgotamento da terra e não favorece elevações dos níveis econômicos e sociais das famílias⁹³. (WAIBEL, 1958).

O segundo, denominado “sistema de rotação de terras melhorada”, estabelece-se da seguinte forma:

Depois que a maior parte das matas é devastada, que a densidade demográfica da população aumenta e que são construídas estradas utilizáveis pelas carroças de quatro rodas dos colonos, as técnicas agrícolas e as condições econômicas melhoram consideravelmente. Com estas condições, nos cruzamentos de estradas, desenvolvem-se pequenos centros comerciais de população, onde se vão estabelecer várias espécies de moinhos, na maioria, pelas famílias dos antigos vendeiros. (WAIBEL, 1958, p. 229).

Nesse sistema, os cavalos exercem um papel importante, pois passam a ser a força de trabalho que carregam os arados. Além do porco, que já estava presente, os colonos passam a produzir algumas cabeças de gado. A partir de sua introdução, destinam áreas independentes das áreas agrícolas, especialmente próximas as casas, para pastagem desses animais. Há o

⁹² Registra-se, a fim de situar cronologicamente a análise, que o trabalho foi originalmente publicado em 1949.

⁹³ De forma preconceituosa, o autor considera que os padrões dos colonos podem ser rebaixados e este pode se tornar um caboclo.

aumento da produção das culturas indígenas e a introdução de culturas europeias, como o trigo, o centeio e a batata. Produzem-se também leite e manteiga. Os produtos, em maior quantidade, são preparados e processados nos moinhos, o que melhora a condição de seus preços e resulta na elevação dos padrões econômicos dos colonos. Esses sistemas apresentam bons resultados até cerca de 30 anos, sendo que até 50 anos são claros os sinais de esgotamento e deterioração dos solos, o que gera rebaixamento dos rendimentos. (WAIBEL, 1958).

O último sistema é denominado de “rotação de culturas combinada com a criação de gado”. “Enquanto o sistema de rotação de terras está baseado na produção vegetal, no novo sistema tudo gravita em torno da criação de gado. Mas isso não implica em que a produção vegetal diminua.” (WAIBEL, 1958, p. 235). Nele temos a rotação em campos arados de culturas de cereais, culturas de raízes e plantas leguminosas, no qual se utiliza tração animal, combinado com a adubação animal. Para a efetivação dessa adubação é necessário um número amplo de animais (10 a 20 animais) para dar conta da extensão dos cultivos e também, conseqüentemente, a utilização de áreas para o cultivo de forrageiras para alimentação animal e a edificação de estábulos. A inserção das leguminosas é a nova variedade de plantas inseridas. A produção apresenta ampliação significativa, o que exige a reformulação dos moinhos e a instalação de fábricas, movidas por eletricidade e carvão. Em função disso, os produtos tornam-se padronizados e uniformes, possibilitando melhores preços. Assim, alteram-se as características dos produtos já comercializados e agregam-se a produção de cremes e outros dependentes de frigoríficos. Esse tipo de sistema requer do colono mais trabalho, conhecimento e capital, fornecido por cooperativas, bancos ou capitalistas. Segundo Waibel (1958), trata-se do sistema com maior prosperidade.

Nesse período da agricultura tradicional, em que ambos os sistemas se enquadram, os recursos naturais são fundamentais para as atividades produtivas no rural, tendo em vista que estão baseadas na fertilidade natural do solo e no uso de mão de obra dos membros da família. (BRUM, 1985). Embora haja esse aspecto comum entre os sistemas agrícolas, a prosperidade dos colonos apresenta diferenciações conforme suas inserções, já que, segundo Waibel (1958, p. 239),

[...] somente cerca de 5% de todos os colonos europeus do sul do Brasil alcançaram o terceiro estágio de desenvolvimento agrícola; 50% vivem no segundo estágio, em terras ainda não esgotadas, e 45% estão ou no primeiro ou na fase de decadência e estagnação do segundo. No que diz respeito à situação econômica, acho que uns 25% estão bem, 50% estão moderadamente prósperos e os outros 25% em condições pobres ou miseráveis.

Além disso, para além das possíveis críticas que podem ser feitas à análise realizada, acreditamos que as informações apresentam observações do rural e características da paisagem, em determinado momento histórico. Os relatos de Waibel (1958) ilustram uma situação na qual os colonos produzem determinado rol de cultivos. Empregam técnicas distintas, assim como se vislumbram relações e modos de produção diferenciados. A prosperidade e o processo de exclusão dos colonos do campo ganham contornos. Ganha sentido a afirmação de Cassol (1979, p. 59): “A homogeneidade inicial quanto a tamanho de propriedade, tipo de tecnologia e capital empregado, mão de obra familiar e culturas evolui historicamente para a desigualdade.”

No sentido de aproximar as observações de Waibel (1958) sobre a realidade da microrregião de Erechim, apresentamos alguns dados estatísticos que registram as técnicas empregadas nos estabelecimentos ao longo de diferentes períodos. Nesse sentido, chamamos a atenção para a Tabela 5, a qual diferencia o número de cabeças bovinas do total de vacas ordenhadas. A diferenciação que já havíamos mencionado retrata a importância do rebanho bovino para além da produção de leite. Esses animais são empregados também como força de trabalho nos estabelecimentos. Assim, ao evidenciar a redução do número de animais após o ápice da década 70, podemos relacionar a queda à transformação dos sistemas agrários na microrregião de Erechim.

Tal afirmação ganha maior consistência quando comparamos as informações aos dados contidos na Tabela 6, uma vez que retrata outros indicadores da força de trabalho empregada nos estabelecimentos e instrumentos agrícolas. No que se refere à quantidade de cabeças de equinos, evidencia-se a ampliação do efetivo até 1950, sendo que nas décadas seguintes se reduzem sensivelmente. Os equinos, da mesma forma que os bovinos, são utilizados como força de tração para trabalho nos estabelecimentos rurais. Por outro lado, as informações sobre o número de tratores apresentam comportamento inverso, à exceção do primeiro registro que, provavelmente, está associado às atividades de constituição dos lotes coloniais e da extração da madeira, pois se vislumbra o aumento significativo e constante do número de máquinas a partir da década de 60. Entre 1950 e 1960 registra-se o crescimento do número de tratores na ordem de 1.650%. Entre as décadas 1960-1970 os valores de crescimento chegam a 155,71% e entre 1970-1980 alcançam 76,91%. Ao utilizar como indicador a média de tratores existentes na microrregião por estabelecimentos rurais⁹⁴,

⁹⁴ Na Tabela 4 é possível visualizar o número de estabelecimentos rurais por ano de levantamento do censo.

identifica-se os seguintes valores médios: em 1950, 1160,31 estabelecimentos rurais para cada trator existente; 1960, 68,22; 1970, 31,73; 1980, 7,33; 1985, 6,56; 1996, 4,21; e no ano de 2006, 3,55 estabelecimentos para cada trator.

Tabela 6 – Microrregião de Erechim: força de trabalho e instrumentos agrícolas

Ano	Equinos		Nº arados	Nº tratores
	Nº estabelecimentos	Cabeças		
1920	4.333	14.610	2.359	311
1940	9.090	20.026	7.624	16
1950	-	28.957	17.132	16
1960	14.782	23.662	20.669	280
1970	11.468	16.393	30.639	719
1980	6.364	8.542	34.620	3.115
1985	-	7.854	36.838	3.627
1996	-	4.444	-	4.894
2006	1.427	2.532	10.119	5.477

Fonte: IBGE - Censo da agricultura (1920); IBGE - Censo agrícola (1940, 1950, 1960); IBGE - Censo agropecuário (1970, 1980, 1985, 1995-1996, 2006). Organizada por Éverton de Moraes Kozenieski.

Tais informações sobre o uso de força de tração indicam que há predominância até a década de 50 de força de origem animal e humana nos estabelecimentos da microrregião. Esse cenário apresenta redução de sua importância nas décadas seguintes, sendo que até 1970 há consideráveis registros de animais para essas tarefas. Na década de 50 inicia a ascensão de novos formatos de utilização de tração, que se baseia em instrumentos e máquinas agrícolas, como o trator, que alcança um salto significativo nas duas décadas seguintes, sendo que passa a predominar na década de 70. As bases da força de trabalho e de instrumento agrícola, a partir de então, têm outras características.

Pébayle (1971)⁹⁵ também apresenta considerações sobre as paisagens rurais do Alto Uruguai gaúcho. Em sua análise registram-se dois tipos de terrenos que, quase sempre, estão associados a dois tipos de ocupação do solo: os fundos úmidos e os declives inferiores, reservados às pastagens naturais, e as vertentes, divididas entre as culturas e a formação arbustiva das “capoeiras”.

O autor chama a atenção para a cultura do milho, que é amplamente cultivada nas áreas de vertente da região e constitui a base de um sistema policultor. A essa cultura são associados, sob a forma de culturas intercaladas, outros plantios, tais como feijão-preto, soja, mandioca, arroz de sequeiro. Essas práticas representam a essência das práticas de valorização

⁹⁵ Originalmente publicado em 1967 no *Bulletin de l'Association de Géographes Français*.

do solo. As culturas de inverno raramente estão presentes, podendo haver a sucessão de culturas com o trigo nas áreas mais férteis. Além disso, áreas dos lotes são reservadas à extração de madeira, útil para construções e demais necessidades cotidianas, e para os cultivares que não podem ser associados ao milho, tais como cana-de-açúcar, alfafa e fumo. Cabe destacar que a utilização de adubos, orgânicos ou químicos, é reduzida. A suinocultura, para o autor, constitui-se na especialização por excelências das colônias do Alto Uruguai. Por fim, a proporção entre a ocupação dos solos apresenta diferenciações conforme as dimensões dos lotes. Quando estes possuem menos de 15 hectares, o colono diminui a áreas das pastagens naturais das reservas de floresta em detrimento da área para plantio, enquanto que em lotes com mais de 45 hectares registra-se a diminuição da proporção das parcelas de cultura em relação às áreas para pecuária.

Gostaríamos de destacar ainda que as mercadorias produzidas pelos colonos, seja resultado da agropecuária ou de práticas extrativistas, tinham como destino, em geral, o mercado de Porto Alegre, como ponto de convergência e integração a outros mercados. Contudo, o colono não dispunha de acessos a essa praça comercial. Desse modo, para os colonos, as lojas configuram-se como ponto de comercialização nas colônias, nas quais os comerciantes, únicos agentes de trocas, realizavam a compra das mercadorias produzidas nas regiões de sua influência e vendiam itens não produzidos nas colônias. Estabelece-se, assim, uma rede de relações de produção. Os “vendistas” inicialmente tão modestos como os camponeses, paulatinamente tornam-se centro das relações econômicas. (ROCHE, 1969).

Os sistemas de trocas realizados inicialmente estavam baseados em permuta à vista de bens, ou seja, a troca direta entre produtos da colônia por itens de interesse do colono. Esse sistema evoluiu para o sistema de contas-correntes, em que se registravam os débitos e créditos de um determinado período e, ao final, observava-se o saldo. Os sistemas de crédito disponibilizados pelas cooperativas e bancos ganham destaque, posteriormente, uma vez que a moeda começa a ter uso regular nas colônias após a segunda guerra mundial, segundo Roche (1969, p. 417).

O comerciante controlava, pois, tôdas as operações possíveis numa zona deteminada, e levantava, antecipadamente, a décima parte de cada uma delas. Era mais que um regulador da vida econômica de seu setor, era o seu verdadeiro dono. Não se contentava com suspender as contas, também fixava os preços dos produtos agrícolas que comprava, e dos gêneros ou objetos “importados”, que vendia ao colono.

Roche (1969) ainda destaca que os produtos coloniais apresentavam valores distintos

conforme a proximidade do mercado principal (Porto Alegre) em função dos custos de transportes, também realizado pelos comerciantes. Contudo, a discrepância dos valores praticados era significativa, pois se compravam mercadorias agrícolas por quantias abaixo do esperado e vendiam-se produtos de fora da colônia com ampla margem. “O mecanismo do comércio rural não podia senão acentuar a diferença entre a condição material ou social do camponês e a do comerciante.” (ROCHE, 1969, p. 575). Nos registros do Censo de 1940, ao compararmos o valor do capital do colono ao do patrimônio do comerciante atacadista, vislumbra-se, nas colônias novas, uma diferença de patrimônio de 467%. Tais dados apresentam a superioridade do comerciante sobre o colono, sem considerar a diferença da natureza patrimônio, mais vantajoso e de maior rapidez de giro em favor também do comerciante. (ROCHE, 1969).

O colono, nesse contexto, está à margem da organização produtiva, a qual exerce importante papel, sujeito à venda de sua produção por preços degradantes. Os comerciantes exercem influência na orientação da produção, regulamentação das trocas e levam os colonos a produzir conforme suas possibilidades de ampliação de lucros. A acumulação de capital pelos colonos é aplicada de forma diversificada, tanto no rural como no urbano. “A classe dos comerciantes não deve ser considerada como uma resultante, mas como uma força cujo impulso se faz em todos os setores da vida econômica: produção, circulação e troca das riquezas, crédito, construções urbanas, colonização (o que contempla a série).” (ROCHE, 1969, p. 582).

Pesavento (1983) argumenta no mesmo sentido de Roche (1969). Considera que os comerciantes assumem uma função oligopólica/oligopossônica, ou seja, controlam as “importações” e as vendas de artigos não produzidos para as colônias, além de assumirem o papel de agentes que compram e transportam os produtos coloniais. Em ambas as situações se estabelecem intercâmbios desfavoráveis aos colonos, que se subordinam progressivamente ao capital comercial e, aliado a outros fatores, pauperizam-se crescentemente. O capital comercial acumulado pelos comerciantes coloniais é invertido em indústrias, que se utilizam dos produtos agropecuários locais. Essa forma de inversão de capitais renova os processos produtivos e altera, paulatinamente, as estruturas econômicas em todos os estados. Tal situação acentua a subordinação dos colonos ao capital ao mesmo tempo em que inviabiliza as indústrias domésticas. Os colonos, ao longo desse processo, dispõem de menos alternativas econômicas. “Progressivamente, o colono pequeno proprietário tende a tornar-se um produtor de gêneros agrícolas para o mercado ou de matéria-prima para a indústria manufatureira.” (PESAVENTO, 1983, p. 76).

Rückert (2003) também ratifica o argumento de Roche (1969) no que concerne ao papel dos comerciantes no controle da economia das zonas coloniais. Identifica a diversificação do capital deles em atividades diretamente ligadas à agricultura (serrarias, fábricas de madeira, usinas hidroelétricas, alambiques de cachaça, moinhos de cereais, ervateira, etc.), assim como nas técnicas para passagem da produção artesanal à manufatura e às usinas, ou mesmo em investimentos imobiliários, infraestruturas viárias, transportes, serviços de comunicação. Em seu estudo, que enfoca o Planalto Médio gaúcho⁹⁶ (região de entorno do município de Passo Fundo), observa-se a formação de relação capitalista no campo.

A acumulação prévia de capitais pelos comerciantes exploradores do trabalho dos colonos, que em muitos casos tornam-se também industrialistas; a existência da mercadoria terra, que monopolizada pelos fazendeiros em dificuldades financeiras, torna-se assim disponível para a produção capitalista nos campos; a presença de mão-de-obra secularmente excluída do acesso à propriedade da terra (os camponeses caboclos inicialmente) fornecem condições locais para a emergência das relações capitalistas de produção. (RÜCKERT, 2003, p. 48).

Assim, a diversificação do capital inicialmente acumulado pelos comerciantes, no contexto regional do estudo na passagem da década de 1940 para 50, promove a formação de empreendimentos capitalistas no campo, transformando as formas de propriedades e ampliando os arrendamentos e o assalariamento no campo. Essa metamorfose do capital teve pouca aderência no contexto da microrregião de Erechim. As empresas rurais capitalistas e, portanto, os processos de investimentos de capital tiveram dificuldades de estabelecer-se na região de estudo, como argumenta Piran (2001, p. 39):

No Alto Uruguai, particularmente em sua porção Norte, de relevo mais acidentado e solos menos propícios a tal modelo, a implementação e a expansão da empresa rural capitalista são inibidas. A agricultura familiar encontra aí um refúgio, não no sentido de estar livre do domínio capitalista, mas como um lugar privilegiado para sua não exclusão. [...] O que se afirma é que, nessa porção do território, a exclusão dos agricultores familiares, ou por outra, a implantação das empresas rurais foi menos rápida e intensa que em outras áreas do Planalto (região da produção, por exemplo).

Cabe ainda apresentar algumas considerações sobre o declínio do sistema colonial suscitado por Roche (1969). Ele pondera que na antiga colônia Erechim, em plena aparência de prosperidade, avistava-se a tendência de decadência do sistema colonial. O autor parte de observações produzidas sobre situações ocorridas nas colônias velhas, entre as quais se registram elevadas taxas de natalidade e a partilha, entre co-herdeiros, das propriedades. Esse

⁹⁶ Região em torno do município de Passo Fundo.

processo de partilha, que causa a redução das dimensões das propriedades, é compensado pelos colonos pela intensificação das áreas agricultáveis e da exploração agrícola. Atingem-se os limites do esgotamento do solo e, conseqüentemente, a produtividade.

Esse processo que se avizinha em Erechim, que nas análises de Roche são observadas com dados estatísticos que chegam à década 1950, no contexto do Planalto Médio, pode ser evidenciada nos registros da imprensa local desde a década de 1930. A realidade aponta, desde então, para uma crise estrutural com bases no esgotamento dos solos, no êxodo para outras frentes pioneiras, na pauperização dos colonos, na emergência de uma legião de camponeses sem-terra e no fracionamento dos lotes coloniais, por herança. (RÜCKERT, 2003).

Outros autores ratificam a existência de uma crise na forma de organização socioeconômica das antigas colônias. Waibel (1958) entende que alguma coisa está errada nas colônias europeias no sul do Brasil. Segundo sua perspectiva, alguns fatores devem ser considerados acerca da situação econômica e cultura dos colonos. Inicialmente, destaca que os colonos que emigraram eram, em boa medida, pobres e poucos eram agricultores treinados e experimentados. Além disso, o Estado (governo imperial, províncias e estados) deu pouca atenção à situação econômica dos colonos, assentando-os em áreas distantes, por vezes isoladas, privando-os dos mercados urbanos, das trocas comerciais e das técnicas advindas dessa relação. Por fim, há de considerar-se, também, que as dimensões dos lotes coloniais eram incompatíveis com os sistemas agrícolas extensivos aplicados nas propriedades de pequenas dimensões. Esse aspecto é vital para qualquer projeto de colonização, já que está associado à estagnação econômica e a migração de jovens rurais.

Pébayle (1971), nesse mesmo sentido, considera que a sociedade rural no Alto Uruguai está em crise. A fraqueza dos lucros seria uma primeira face desse problema, uma vez que os rendimentos dos colonos são reduzidos. Exemplifica essa situação a remuneração do trabalho rural que, segundo a estimativa apresentada pelo autor, alcança apenas 49% do salário-mínimo da época. O êxodo rural seria a segunda base do problema, já que se identificam fluxos migratórios das populações rurais pressionadas por necessidades materiais, pelo esgotamento dos solos ou pela falta de terras. Os destinos são as cidades, uma vez que se registra a ampliação da população urbana especialmente das cidades mais importantes das colônias e, mais frequentemente, outras áreas florestais, destacadamente nos estados de Santa Catarina e do Paraná, onde se encontram terras baratas e ainda com grande fertilidade natural. O autor pondera também a respeito de outras dificuldades que marcam as antigas colônias do Alto Uruguai, tais como: o isolamento geográfico e comercial dos principais mercados

consumidores; a falta de assistências técnicas para os colonos; e os lotes coloniais, reduzidos em função da topografia da região.

Piran (2001, p. 33-34) aponta, ainda, para transformações ocorridas onde hoje se localiza a microrregião de Erechim.

No Pós-guerra, acelera-se a crise da agricultura tradicional, provocada especialmente pelo esgotamento da fertilidade natural dos solos. Também pela minifundização das propriedades rurais, pelos baixos preços dos produtos agrícolas e pelos elevados custos das novas tecnologias. Por força disso, na década de 50 e início dos anos 60, desencadeia-se intensa migração do Alto Uruguai Gaúcho rumo ao Oeste Catarinense e Sudoeste do Paraná (fronteira agrícola próxima).

As referências apresentadas dão conta de circunstâncias de crise nos estabelecimentos rurais e apontam suas causas. No intuito de aproximar tais situações ao recorte espacial da pesquisa, apresentamos a Tabela 7, que indica a variação da área média dos estabelecimentos rurais. O primeiro aspecto que gostaríamos de destacar é a variação do número de estabelecimentos rurais existentes nos atuais limites da microrregião de Erechim. De 1920 até 1985 observa-se a ampliação desses limites, sendo que os maiores registros são dos períodos compreendidos entre 1920 e 1940, com variação de 106,46%, e entre 1940 e 1950, com variação de 82,69%. No que se refere à totalização da área ocupada pelos estabelecimentos rurais, evidencia-se o mesmo comportamento de ampliação até 1985, sendo que nos intervalos compreendidos entre 1920 e 1950 encontram-se as maiores amplitudes na incorporação de áreas. Tais informações indicam para incorporação de novas áreas para os estabelecimentos rurais, uma vez que há registros de venda de colônias por décadas após a formação da colônia Erechim. No período de 1985 a 2006 verifica-se uma inversão em ambos os registros, que apresentam sucessivas reduções.

As informações sobre a área média dos estabelecimentos rurais apresenta tendência no sentido da redução da média na microrregião desde os primeiros registros até 1985, com exceção das informações referentes a 1975. Nos períodos compreendidos entre 1920 e 1950 temos a redução mais acentuada, já que a área média nos primeiros trinta anos reduziu 29,83 hectares. No período que contempla 1950 até 1985 também se registra a tendência de redução, apesar da exceção do dado de 1975, com variações com menores intensidades, tendo em vista que nesses 35 anos a redução da área média foi de 5,71 hectares. Além disso, entre os anos de 1985 e 2006 registra-se uma inversão no sentido de um tímido crescimento da área média, que ampliou 2,04% no período.

Tabela 7 – Microrregião de Erechim: área média dos estabelecimentos rurais

Ano	Total de Estabelecimentos		Área média por estabelecimento (ha)
	Área (ha)	Unidades	
1920	282.678	4.922	57,43
1940	328.386	10.162	32,32
1950	512.484	18.565	27,60
1960	505.514	19.101	26,47
1970	514.683	22.816	22,56
1975	514.755	21.892	23,51
1980	519.607	22.833	22,76
1985	520.486	23.780	21,89
1996	478.997	20.607	23,24
2006	465.349	19.448	23,93

Fonte: Censo da agricultura (1920); Censo agrícola (1940, 1950, 1960); Censo agropecuário (1970, 1975, 1980, 1985, 1995-1996, 2006). Elaborada por Éverton de Moraes Kozenieski.

Tais informações apresentadas demonstram, em linhas gerais, um movimento de fragmentação dos estabelecimentos rurais, o que corrobora os registros de diferentes autores sobre as partilhas das colônias e indica os períodos nos quais o processo de fracionamento teve maior intensidade. No sentido de aprofundar as informações apresentadas e identificar os impactos na estrutura fundiária, apresentamos a Tabela 8⁹⁷. Nela registra-se uma série histórica de dados sobre o perfil fundiário da microrregião de Erechim, destacando a distribuição percentual conforme grupos de área.

O primeiro aspecto que destacamos está relacionado à distribuição de estabelecimentos rurais no período de 1940 a 1970, no qual se observa a ampliação da participação daqueles com “menos de 20 ha” em detrimento da redução dos demais grupos de área. O crescimento dessa categoria nesse período é de 26,17%, passando a ser majoritário ao final do período. As informações sobre a participação em área dos grupos apresentam ritmo análogo, com exceção das quebras registradas em 1960 para três grupos. O grupo de área “de 20 a menos que 50 ha” termina esse recorte temporal sendo o que apresenta maior representatividade. Verifica-se que há fragmentação dos estabelecimentos rurais e ampliação

⁹⁷ É necessário fazer algumas ressalvas sobre os dados apresentados na tabela: a) No ano de 1920 o intervalo considerado não é condizente com os demais levantamentos, por isso não foram apresentados. Além disso, o intervalo com “mais de 100 ha” foi constituído pelos registros com mais de 101 hectares, conforme nomenclatura do Censo. b) Nos dados de 1940 alguns resultados sobre área foram omitidos pelo Censo, sendo dois no intervalo de 1 a 2 hectares e quatro no intervalo entre 1.000 e 2.500 hectares. Na apresentação dos dados consideramos os resultados omitidos como sendo equivalentes ao ponto médio dos respectivos intervalos de área. c) No Censo de 2006 um resultado sobre área foi omitido na faixa “de 2.500 ha e mais”. Na apresentação dos dados consideramos o resultado omitido como sendo equivalente ao ponto inicial do respectivo intervalo de área.

da participação daqueles que possuem menos de 20 hectares⁹⁸.

Tabela 8 – Microrregião de Erechim: perfil fundiário dos estabelecimentos rurais conforme frequência relativa dos grupos de área

Ano	Total de Estabelecimentos (%)				Área dos Estabelecimentos (%)			
	Menos que 20ha	De 20 a menos que 50ha	De 50 a menos de 100ha	Mais de 100ha	Menos que 20ha	De 20 a menos que 50ha	De 50 a menos de 100ha	Mais de 100ha
1920	-	-	-	4,23	-	-	-	47,84
1940	27,21	58,52	12,01	2,26	10,17	50,57	22,81	17,14
1950	43,08	48,17	7,42	1,33	18,53	50,14	17,21	14,13
1960	43,48	46,80	8,36	1,35	18,42	49,90	19,22	12,46
1970	53,38	40,39	5,26	0,97	24,54	50,21	14,05	11,21
1975	53,90	39,04	5,88	1,18	23,20	47,46	15,42	13,88
1980	57,75	35,31	5,48	1,37	25,20	44,52	15,06	15,20
1985	61,25	32,31	4,98	1,41	27,36	42,15	14,37	16,10
1995	60,64	32,17	5,48	1,67	27,18	40,08	15,15	17,59
2006	60,01	31,26	5,82	2,22	25,07	37,89	15,59	21,45

Fonte: IBGE - Censo da agricultura (1920); IBGE - Censo agrícola (1940, 1950, 1960); IBGE - Censo agropecuário (1970, 1975, 1980, 1985, 1995-1996, 2006). Elaborada por Éverton de Moraes Kozenieski.

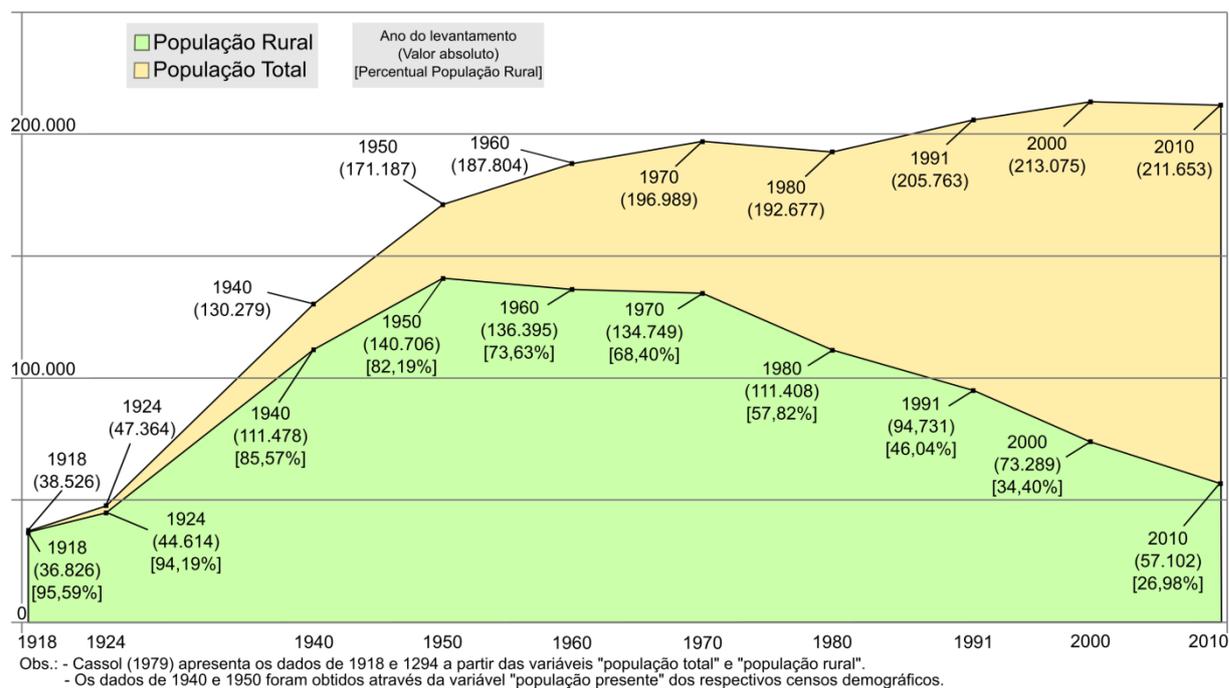
Outro destaque na Tabela 8 é o período de 1970 a 2006, no qual temos o crescimento da participação dos estabelecimentos com “mais de 100 ha”, especialmente nos dados de área, e a relativa estabilidade no número total e na área daqueles que integram a faixa “de 50 a menos de 100 ha”. No mesmo contexto, temos a continuidade da redução da participação do grupo de área “de 20 a menos de 50 ha” em ambos os critérios, sendo que, ao final, ainda constituem-se como os majoritários no quesito área. O grupo “menos de 20 ha” segue o ritmo de crescimento de sua participação em ambos os critérios até 1985, amparado nas reduções ocorrida da classe “de 20 a menos de 50 ha”. Após essa data há a inversão da tendência com a redução no total de estabelecimentos e nas suas áreas, sendo que ainda mantém o predomínio no que se refere ao número total de estabelecimentos. No período em destaque vislumbra-se o crescimento das médias e grandes propriedades, a manutenção dos percentuais na categoria superior das pequenas propriedades e a tendência de redução nas pequenas propriedades que integram as duas faixas com as menores áreas.

Outro elemento que caracteriza as crises anteriormente citadas é o perfil demográfico. No sentido de expressar as mudanças ocorridas, destacamos o Gráfico 1, que apresenta as dinâmicas populacionais na microrregião de Erechim por meio da apresentação da população residente total e da população rural. Nele podemos observar dois momentos distintos na relação destes dados: a) população rural ascendente, de 1918 a 1950; b)

⁹⁸ Cabe destacar que o módulo fiscal nos municípios da microrregião de Erechim, atualmente, é de 20 hectares.

diminuição da população rural, de 1950 a 2010.

Gráfico 1 - Microrregião de Erechim: população residente



Fonte: IBGE - Censo demográfico (1940, 1950, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010); IBGE – Sinopse preliminar do censo demográfico (1960); CASSOL (1979). Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

No primeiro momento destacado temos uma característica que pode ser observada entre 1918 a 1950: o crescimento da população total acompanha o crescimento da população rural. A importância da população rural é evidente, tendo em vista que o menor valor de sua participação no período é de 82,19% do número total de habitantes. Trata-se do período no qual a microrregião foi receptora dos migrantes que vieram ocupar as colônias, além, evidentemente, das influências da taxa de natalidade.

Do período compreendido entre 1950 a 1970 temos uma pequena redução da população rural em associação à ampliação da população da microrregião. Desse modo, partindo dos dados populacionais como indicadores, destaca-se que a década de 50 retrata a mudança da tendência da estrutura populacional no campo, evidenciada pelos autores que anteriormente apresentamos, entre outras, pelo agravamento da crise de bases coloniais e pelo êxodo rural.

Após 1970 temos uma significativa transformação do quadro demográfico. A população rural reduz de forma drástica, tendo cada vez menos representatividade perante o cômputo geral. Após 1991 a população rural deixa de ser predominante na microrregião de Erechim. Cabe destacar que entre 1970 e 2010 a variação da população rural foi da ordem de

-57,62%, aproximando o contingente populacional atual (2010) aos registros da década 1920. Nas últimas décadas, apesar de uma relativa estabilização da população total, estamos diante de um novo processo de êxodo rural na microrregião de Erechim. Trata-se assim do período com as maiores migrações do campo, o que indica novas dinâmicas sociais e perfis diferenciados da estrutura populacional.

Os diversos problemas descritos do rural, apresentados através das fontes consultadas e dos registros estatísticos, sugerem que o modelo de estruturação do espaço na microrregião de Erechim, que se inicia com a chegada dos colonos e se desenvolve ao longo das primeiras décadas do século XX, apresenta limites. A crise que se instala no campo abre margem para a introdução de novas bases técnicas.

5.3 Considerações

Ao longo do capítulo apresentamos uma série de considerações a respeito da ocupação do que hoje se identifica como microrregião de Erechim e de eventos que marcaram o espaço em questão. Ao decorrer de três períodos históricos registram-se formas de organizações sociais distintas, estratégias e modo de interação com a natureza, que contribuem para produção do espaço nos moldes das relações características dos grupos sociais e de suas possibilidades de participação histórica.

A ocupação da microrregião de Erechim tem como marco inicial a presença de grupos indígenas, especialmente Guarani e Caingangue, que se estabeleceram na região anteriormente à chegada “branca”. Esses grupos se estabeleciam em locais para a produção de uma agricultura diversificada, que incluía, entre outros cultivos, o milho. A partir desse ponto fixo, o grupo estabelecia as rotas para caça e coleta de outros recursos naturais, que tinham significativa importância. Viviam sob princípios de comunitarismo, o que significa, entre outros elementos, a não fragmentação e apropriação privada da terra. Compartilhavam uma concepção de território associada à área para usufruto de recursos, que era compreendida como espaço de pertencimento e de apropriação simbólico-religiosa. Os produtos agropecuários não integravam um circuito de comercialização regular, apesar de serem passíveis de trocas, uma vez que predominava a lógica da economia de reciprocidade, associada a certo grau de isolamento entre os grupos. As práticas sociais conduzidas por eles transformavam a natureza de forma restrita, com a inserção limitada de objetos técnicos. A inscrição dessas sociedades no espaço preexistente se dá em meio às condições naturais e aos tempos da natureza. Desse modo, se estabeleceu uma paisagem com seus traços naturais, nas

quais predominavam as áreas de matas e de campos pouco artificializadas.

Outro marco na ocupação de Erechim está associado às entradas “brancas” pré-colonização, que teve início no século XVII e que se intensificou no séc. XIX. Trata-se de bandeirantes, que a partir do contato com o indígena dão origem ao caboclo, posseiros, refugiados e fugitivos, que se estabeleceram na microrregião. A chegada “branca” no norte gaúcho está associada à formação dos latifúndios, desde 1820, nas áreas de campos nativos, onde se estabeleceram as estâncias pastoris e às roças, conduzidas pelos pequenos agricultores de subsistência, que além dos cultivos realizavam o extrativismo itinerante da erva-mate e a venda de trabalho esporádico às companhias de colonização, ao estado e aos estancieiros, estando inclusive, às vezes, na condição de agregados nas fazendas. Tudo indica que na microrregião de Erechim, devido ao predomínio de áreas de mata e certo grau de isolamento no final do século XIX, predomina a ocupação do segundo modelo associado ao camponês caboclo.

A agricultura desenvolvida por eles contava com um rudimentar sistema agrícola e deficitário acervo tecnológico, comparado aos meios disponíveis em outros locais, que atendiam as demandas de subsistência. Possuíam forte ligação com extração e comercialização de erva-mate, produto valorizado que atingia mercados na Argentina e no Uruguai, constituindo-se como base monetária que possibilitava reunir recursos econômicos para aquisição de bens. Cabe destacar que possuíam inserção limitada em mercados e centros comerciais, vendiam e trocavam o que era possível. De forma geral, ocupavam terras devolutas e se utilizavam de ervais públicos para sua sobrevivência, aspecto que produziu disputas e expropriações a partir da venda de terras pelo estado após a promulgação da Lei de Terras (1850).

A inserção “branca” pré-colonização promoveu a integração da microrregião de Erechim, mesmo que de forma precária, por meio de rede de comercialização e de trocas às dinâmicas de outras escalas. Trata-se do estabelecimento de circuitos, controlados pelas elites locais, que começavam a integrar à sociedade nacional o “vazio demográfico”, produzido ideologicamente, por meio da expansão do “civilizado”. Cabe destacar que os pequenos agricultores caboclos apresentavam uma forma de vida mais dependente da natureza do que de atividades agropecuárias, conforme lembra Carini (2010), aspecto que promoveu uma transformação limitada da paisagem, a qual manteve a predominância de seus traços naturais. Contudo, os tempos da produção e, especialmente, da extração de erva-mate são integrados aos tempos das trocas mercantis e das demandas de centros comerciais. O espaço é integrado, responde e reflete, mesmo que de forma limitada, às dinâmicas mais amplas da sociedade

“branca”. O palmilhar da ocupação nesses moldes promoveu, apesar de certa fluidez entre os grupos, a desterritorialização dos grupos indígenas e, conseqüentemente, episódios conflitivos. Em meio à diversidade de relações e modos de participação histórica estabeleceu-se, nesse contexto, a coexistência entre os dois grupos e a formação da fronteira entre o “civilizado” e o “selvagem”.

A matriz social de ocupação do espaço rural na microrregião completa-se com o processo de colonização, o qual tem início no Rio Grande do Sul nas proximidades de Porto Alegre e acaba atingindo Erechim em 1904, com as primeiras demarcações de lotes. A colônia tomou forma por meio de instituições colonizadoras, tanto públicas como privadas, que assumiram a efetivação das intenções políticas da época. Os migrantes, denominados de colonos, foram assentados majoritariamente em pequenas propriedades rurais, as quais apresentavam na microrregião dimensões que variam de 12,5 a 250 hectares. O espaço de reprodução dos colonos estabeleceu-se fora das grandes propriedades em terras devolutas, situação diferenciada com relação ao campesinato em escala nacional que estava diretamente relacionado às grandes lavouras. Em Erechim configurou-se um processo de colonização com diversidade étnica, já que os migrantes eram brasileiros, vindos principalmente das colônias velhas, e estrangeiros, de diferentes nacionalidades. A intensidade desses fluxos migratórios pode ser caracterizada com os registros populacionais: em 1910, temos a chegada dos primeiros 36 colonos; em 1912, o número de migrantes alcançou 7.500 pessoas; e, em 1918, ano de emancipação da colônia Erechim, a população rural ascendeu a 36.826 habitantes.

O estabelecimento das pequenas propriedades rurais representou transformações significativas, não apenas na densidade populacional da região. Houve, por exemplo, a ampliação da fragmentação e da apropriação privada da terra. Registra-se a criação de infraestruturas de transporte e de comunicação, tendo em vista que são construídas a ferrovia, as estradas e as picadas. Tal aspecto possibilitou a interligação da região com mercados distantes e conformação no interior da microrregião de cidades que cumpriam funções tipicamente urbanas. As atividades agropecuárias passaram, nesse contexto, da subsistência para a produção voltada ao mercado, embora as bases, os saberes e as práticas tenham sido herdados dos indígenas e dos caboclos que os antecederam. Assim, há permanência do extrativismo de erva-mate, da policultura de subsistência, dos sistemas agrícolas, entre outras heranças, que são adaptadas e transformadas em conjugação à introdução de novas espécies agrícolas. Tratava-se de novas estratégias produtivas que atendiam as demandas familiares dos colonos, além da aquisição de bens não produzidos e do atendimento das dívidas relacionadas à compra dos lotes. Buscavam-se, portanto, a ampliação da produção e a geração

crecente de excedentes para o mercado.

As atividades produtivas que visavam o mercado estavam centradas na extração da madeira e da erva-mate, na produção de banha e na agricultura diversificada, que compreendia os cultivos de batata-inglesa, feijão, mandioca, milho, entre outras lavouras. A atividade madeireira criou vínculos produtivos e comerciais, estando aliada às atividades agrícolas. Para os colonos atenderam a necessidade de abertura de clareiras nas matas que se tornavam passíveis para a produção agrícola e, em um contexto regional, integrou Erechim a mercados distantes, produziu circuitos produtivos e abriu espaço, inclusive, para inserção do capital estrangeiro na microrregião.

O aumento da produção agrícola estava intimamente relacionado à ampliação das áreas apropriadas para os cultivos, obtidas a partir do desmatamento. Outros fatores que contribuíram para a ampliação da produção foram a quantidade de trabalho familiar e as melhorias nos instrumentos e no sistema de roça, que inicialmente predominavam. Destaca-se que a agricultura tradicional praticada baseava-se nos recursos naturais disponíveis, como a fertilidade natural do solo, e no uso da mão de obra familiar, aliada à utilização da força de tração de equinos e de bovinos. As situações advindas com a colonização introduziram novas redes de relações e de circulação de mercadorias, que, embora tenham no camponês-colono o protagonismo das atividades produtivas, o colocam em uma relação de sujeição a outras classes sociais emergentes. A pauperização de parte dos colonos está, contraditoriamente, relacionada às atividades tipicamente urbanas, à introdução de relações capitalistas no campo e ao florescimento de indústrias.

As paisagens rurais também passam por mudanças. Elas passam a retratar as transformações da cobertura e dos usos da terra, resultado da intensificação das explorações agropecuárias. Num primeiro momento, estabeleceu-se o antagonismo entre a vegetação natural e as necessidades dos colonos, que passam, inclusive, a caracterizar-se como “fabricantes de terras”, já que, perante as matas, buscavam gerar áreas passíveis para a produção agropecuária. Após uma etapa de introdução das novas terras, as colônias passam a caracterizar-se pelas atividades produtivas e pelos sistemas técnicos empregados. Desse modo, se nos períodos anteriores os objetos naturais predominavam na paisagem, a partir de então houve a produção de novas formas e funções. Predominam, assim, as lavouras e as pastagens, resultados das estratégias de reprodução das famílias dos camponeses-colonos, assim como se delineiam edificações, infraestruturas e, até mesmo, cidades. Na paisagem passam a predominar os resultados materializados da sociedade em ato, ou seja, as novas relações de produção que se impõem na relação sociedade-natureza.

De modo geral, as áreas de baixa declividade e os fundos úmidos eram destinados às pastagens naturais, enquanto que as áreas de vertentes tinham como usos preferenciais as lavouras e as capoeiras. As encostas eram as áreas privilegiadas para a produção agrícola, pois possuíam fertilidade natural elevada. As áreas planas, especialmente com latossolos, possuíam menor fertilidade natural e um elevado grau de acidez, aspectos que não favoreciam a agricultura em moldes tradicionais. Além disso, como lembra Pébayle (1971), as dimensões das unidades de produção influenciavam nas estratégias de usos. Em situações nas quais havia menos de 15 hectares, adotou-se a estratégia de diminuição das áreas de pastagens naturais e das reservas de floresta em detrimento da área para plantio, e quando havia mais de 45 hectares optava-se pela diminuição da proporção das parcelas de cultura em relação às áreas para pecuária.

O sistema de bases coloniais apresentava uma série de limites. Um primeiro aspecto a destacar são as dimensões das propriedades rurais, que, de forma geral, eram reduzidas para o modelo de exploração realizada pelos colonos. Tal situação é agravada com as partilhas entre herdeiros que tomam forma nesse período. Outro aspecto que podemos apontar está relacionado à fraqueza dos rendimentos obtidos pelos colonos com a produção rural, tanto pela forma de distribuição da riqueza nos circuitos produtivos, bem como pela redução dos rendimentos ocasionados pelo esgotamento dos solos. Esses dois primeiros aspectos estão relacionados a um terceiro limite, pois eles impõem a necessidade de intensificação da produção e do uso do solo. A intensificação, aliada às bases técnicas utilizadas na exploração agrícola, contribuiu para o aceleramento do esgotamento dos solos e a redução do potencial de fertilidade. Podemos elencar ainda a pouca experiência, em alguns casos, dos colonos nas práticas agropecuárias e a reduzida assistência técnica que lhes era oferecida.

Esses limites constroem um cenário de empobrecimento de parte dos agricultores, os quais passam a possuir pouca ou nenhuma terra para o trabalho rural, e de transformações nas estruturas produtivas e populacionais, com o intenso êxodo rural. Ponderamos, com base em tal situação, que o período compreendido desde o início da colonização até meados da década de 50 caracteriza-se por uma lógica de produção do espaço que está ancorada, predominantemente, numa forma de organização da sociedade com bases nas estruturas coloniais. Entre as décadas de 1950 e 1970, segundo dados estatísticos, registram-se transformações que promovem a desestruturação do que até então era hegemônico, possibilitando a emergência na década de 70 de uma nova forma hegemônica de organização do espaço rural, mesmo que seus efeitos já pudessem ser sentidos.

As considerações aqui apresentadas a respeito dos processos iniciados com a

colonização, no contexto da microrregião de Erechim, indicam significativas transformações nas relações sociedade-natureza. A nova lógica que se pretendia estabelecer para a microrregião pressupunha outra relação produtiva, já que se buscava a inserção efetiva da microrregião como espaço de produção de mercadoria, promovendo a expansão mercantil. A implementação conformou uma fronteira com características econômicas, já que, em boa medida, as novas intenções são incompatíveis ao modelo agrícola realizado pelos ocupantes preexistentes. Desse modo, antagonizavam-se os agentes que representavam a modernização e a consolidação de mercados (colonos-camponeses, madeireiros, capitalistas do campo) àqueles considerados atrasados pelas forças modernizadoras, como os indígenas e os segmentos sociais empobrecidos. Aos indígenas restou o confinamento nos toldos e nos aldeamentos promovidos pelo estado, sem deixar haver conflitos nas décadas seguintes pela posse de terras, enquanto que ao caboclo e aos agricultores pobres restou a migração para novas áreas em Santa Catarina ou incorporação nas colônias. Nesse processo estabeleceu-se, portanto, a desterritorialização dos grupos anteriormente estabelecidos e alçou-se o colono como protagonista das práticas espaciais.

Ademais, destaca-se a integração da microrregião às dinâmicas do capitalismo. A produção agropecuária passa a atender as demandas dos mercados urbanos, estando integrada ao capital comercial e seus mediadores. Erechim passa a integrar circuitos regulares de trocas comerciais, e a produção do espaço é marcada por essas novas dinâmicas. Aos colonos, nos aspectos relacionados ao mercado, passam a vigorar os tempos relacionados à produção de mercadorias, de trocas comerciais e do acúmulo de capitais. No que se refere ao último tópico, é possível observar o estabelecimento de diferenciação entre colonos, devido a fatores relacionados às crises de bases coloniais em associação a condicionantes históricos, entre os quais se estabeleciam desigualdades desde a origem da colonização. Assim, mesmo em um contexto de fragmentação de lotes, encontram-se agricultores com unidades de produção com dimensões elevadas, superiores à média dos demais, que em boa medida revelam desigualdades e potencialidades para o acúmulo de capitais no período seguinte.

Por fim, gostaríamos de destacar que a ocupação da microrregião de Erechim tornou-se efetiva por meio de diferentes segmentos da sociedade que, em diferentes momentos, constituíram singulares relações homem-natureza. As diferentes formas de apropriação da natureza que se constituíram, assim como relações de produção e a paisagem, são resultados de relações nas quais determinadas classes ou segmentos da sociedade tiveram o poder de estabelecê-la. Nesse contexto, os processos sociais originários pela matriz triádica da ocupação da microrregião produzem ritmos históricos diferenciados, singulares. Eles se

acumulam, revelam permanências, rupturas e ressignificações. Ao cabo do período caracterizado pelas práticas espaciais com bases coloniais, estamos diante de um contexto no qual predominam certas relações de produção, as quais alçam determinados grupos a uma maior capacidade de participação histórica, em meio à coexistência de distintos tempos históricos.

6 CONSIDERAÇÕES SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E O CAMPESINATO

No capítulo anterior apresentamos uma série de considerações a respeito da história do espaço. Enfatizamos as matrizes de ocupação do rural na microrregião de Erechim, assim como as transformações decorrentes deste processo. No transcorrer deste caminho, evidenciamos mudanças e conflitos, marcas características de cada momento, na produção agropecuária, nas bases técnicas, nas relações sociais de produção, nas paisagens, entre outras situações.

O último aspecto que destacamos no capítulo anterior estava relacionado ao processo de colonização e o estabelecimento de uma forma de organização do espaço, por meio de um conjunto de práticas sociais de bases coloniais. Esse formato apresentava limites e se desestabilizou na microrregião de Erechim, conformando, entre outros fatores, significativo êxodo rural, redução das dimensões dos estabelecimentos rurais e mudanças nas bases produtivas.

As informações que retratam a crise de bases coloniais registram também a introdução da modernização da agricultura na microrregião. Desse modo, a agricultura de bases coloniais, predominantemente na microrregião de Erechim, abre espaço para a modernização da agricultura, fenômeno que se difunde de forma diferenciada nos mais diversos locais do Brasil. A modernização da agricultura mostra-se, portanto, carregada de intenções e repercussões que vão além das mudanças das bases técnicas.

Tendo em vista essas circunstâncias, o presente capítulo tem como motivação compreender as bases que sustentam o desenvolvimento da modernização da agricultura, assim como as estreitas relações entre esse processo e as mudanças ocorridas no campesinato e na agricultura camponesa. Este capítulo, portanto, apresenta subsídios no sentido da compreensão do processo de modernização da agricultura e dos impactos na produção do espaço, sendo base para posterior análise das transformações ocorridas especificamente na microrregião de Erechim.

6.1 A Modernização da agricultura

A modernização da agricultura que toma forma no Brasil não está dissociada das dinâmicas do capitalismo e de uma conjuntura internacional que promoveu sua disseminação. Entre um vasto conjunto de eventos, ressaltamos que desde o final do século XIX há um

fenômeno de concentração e centralização de capital industrial na Europa e nos Estados Unidos, promovendo a formação de grandes grupos industriais. Nesse contexto, estamos diante da passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. Chesnais (1996) pondera que, neste período, registram-se compras e fusões de empresas conformando “monopólios”, designação genérica para grandes grupos empresariais que dominam as atividades econômicas e paulatinamente se organizam para além das fronteiras nacionais. Nesse mesmo contexto de início de século, há concentração e centralização do capital monetário em torno dos bancos, fato que tem como um de seus efeitos a formação do capital financeiro.

A dinâmica de acúmulo de capital no capitalismo monopolista suscita um conjunto de eventos ao longo do século XX, dentre os quais se registra uma outra etapa do processo de internacionalização após a segunda guerra mundial. Segundo Harvey (2012a), esse cenário com característica fordista e keynesiana promove, entre outros aspectos, a expansão mundial das multinacionais, especialmente americanas, estando amparado em uma conjuntura geopolítica de domínio dos Estados Unidos, que promovia o financiamento para outros países, tornando-se importante credor internacional, em troca da abertura mundial dos mercados de capital e de mercadoria ao poder de grandes corporações. O poder corporativo, especialmente nas nações do capitalismo avançado, era usado no sentido de garantir o crescimento sustentado de investimentos que promovessem o aumento da produtividade, o crescimento e a elevação do padrão de vida da população. Ambos os caminhos, no entanto, sustentados em uma base estável para efetivação de lucros das corporações.

Tal contexto se deu em meio a um compromisso tácito e reposicionamentos, especialmente nações do capitalismo avançado, por parte do Estado, dos movimentos operários e do capital. Assim,

O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio de poder, tenso mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão de pós-guerra, não foi alcançado por acaso – resultou de anos de luta. (HARVEY, 2012a, p. 125).

Ainda segundo o autor, desde 1963 tonou-se cada vez mais difícil conter as contradições do capitalismo, o que promoveu, na década de 70 e 80, profundas reestruturações econômicas e novos arranjos sociais e políticos. Essas transformações

demonstram sinais da conformação de um possível novo regime de acumulação, denominado “flexível”. Esse novo regime se estabeleceu em confronto diretamente à rigidez do fordismo, ou seja, busca-se a flexibilização dos contratos de trabalhos, dos mercados nacionais e internacionais, dos compromissos do estado (programas de assistência, seguridade social, entre outras). Além disso, conformaram-se estratégias cooperativas buscando alternativas aos investimentos de capital fixo em larga escala e o aceleração do giro de capital.

Entre outras consequências, há a compressão do “tempo-espaço”, devido às possibilidades promovidas pelas novas tecnologias de comunicação e de transporte. Tais circunstâncias indicam mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto no que se refere aos setores econômicos, no amplo crescimento do setor de serviços e quanto à localização dos empreendimentos em distintas regiões do globo, como a disseminação de indústrias em regiões até então subdesenvolvidas. Torna-se possível a instalação e disseminação da produção ao redor do globo, com a manutenção do controle em tempo real dos processos e do gerenciamento pelos centros de controle das grandes corporações. (HARVEY, 2012a)

Chesnais (1996) define o momento pós-década de 70 como uma outra fase de mundialização do capital, em oposição ao termo “globalização”, amplamente utilizado nas escolas de administração e nos ambientes corporativos, que retrata a “[...] capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção de manufaturas ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta ‘globais’.” (p. 17). Nesse novo momento a dinâmica específica da esfera financeira comanda a distribuição de riqueza, já que o capital monetário dita, conforme suas prioridades, o comportamento das empresas e dos centros de decisão do capitalismo. Nesse sentido, cabe ressaltar que:

É na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza. Um dos fenômenos mais marcantes dos últimos 15 anos tem sido a dinâmica específica da esfera financeira e seu crescimento, em ritmo qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento de investimentos, ou do PIB (inclusive nos países da OCDE), ou do comércio exterior. (CHESNAIS, 1996, p. 15).

A mundialização do capital nesses moldes promove em nível global a integração de capitais e bolsas de valores, resultados de uma série de ações e medidas dos estados em prol do neoliberalismo.

A integração internacional dos mercados financeiros resulta, sim, da liberalização e desregulamentação que levaram à abertura dos mercados nacionais e permitiram sua integração em tempo real. Mas baseia-se, sobretudo, em operações de arbitragem feitas pelos mais importantes e mais internacionalizados gestores de carteiras de ativos, cujo resultado decide a integração ou exclusão em relação às “benesses das finanças de mercado”. (CHESNAIS, 1996, p. 17).

Ainda de acordo com o autor, as novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros, que são os fundos mútuos e fundos de pensão, determinam o estilo de acumulação. O autor destaca ainda que a função desses fundos

[...] é frutificar principalmente no interior da esfera financeira. Seus veículos são os títulos (*securities*) e sua obsessão, a rentabilidade aliada à “liquidez”, da qual Keynes denunciara o caráter “anti-social”, isto é, antiético ao investimento de longo prazo. Não é mais um Henri Ford ou um Carnegie, e sim um administrador praticamente anônimo (e que faz questão de permanecer autônomo) de um fundo de pensão com ativos financeiros de várias dezenas de bilhões de dólares, quem personifica o “novo capitalismo” de fins do século XX. (CHESNAIS, p. 14-15).

As leituras de Harvey e Chesnais, embora sejam consolidadas a partir de pontos de vista distintos, apresentam as características contemporâneas do capitalismo. Ressaltam, entre outras questões, a integração global de mercados, a autonomia de atuação das grandes corporações, a fluidez de investimentos e a importância da esfera financeira no acúmulo de capital.

As dinâmicas retratadas estão intrinsecamente relacionadas à elaboração e à disseminação da modernização da agricultura, pois o contexto citado está diretamente relacionado às ações da chamada “Revolução Verde”, a qual, segundo Brum (1985), constituiu-se em um programa idealizado e patrocinado, inicialmente pelo grupo econômico norte-americano Rockefeller. Teve seus primeiros passos por volta de 1943 e estendeu-se, em caráter pioneiro e experimental, até 1965, com projetos pilotos no México, nas Filipinas, nos Estados Unidos e, em menor escala, no Brasil. Tinha como objetivo explícito:

[...] contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes tipos de solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. Através dessa imagem humanitária, ocultavam-se, no entanto, poderosos interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização. (BRUM, 1985, p. 59).

Brum (1985) ainda destaca que as ações do programa estavam articuladas em duas perspectivas: no desenvolvimento de infraestruturas de produção, no uso de sementes

selecionadas, adubos e equipamentos e no controle da articulação dos produtores, através da assistência técnica e orientação do crédito rural. As ações inserem-se em um contexto, segundo seus idealizadores, no qual havia a necessidade de articulação de novas estratégias mundiais para a produção de alimentos, que até então estavam concentradas nos Estados Unidos, no Canadá e na Europa, buscando integrar nesse processo a América Latina, África e Ásia. Aspecto que ganha importância, especialmente para as corporações transacionais, no contexto do pós-guerra, no qual se abrem perspectivas de expansão de capital e possibilidades de investimentos.

Nesse sentido, o autor afirma:

A substituição da agricultura tradicional por uma agricultura modernizada representava a abertura de importantes canais para a expansão dos negócios das grandes corporações econômicas, tanto no fortalecimento das máquinas e insumos modernos como na comercialização mundial e nas indústrias de transformação dos produtos agropecuários, sem esquecer o financiamento aos países que aderissem ao processo de modernização. (BRUM, 1985, p. 61-62).

Em 1965, a partir do sucesso das experiências pioneiras, seus patrocinadores lançam a “Revolução Verde”, com grande impulso, visando atingir o maior número de países possíveis. Essa difusão se dava por meio da orientação e da indução no sentido da adoção do “pacote tecnológico”, que se compunha de novas técnicas de correção do solo, fertilização, combate às doenças e pragas, bem como a utilização de maquinarias e equipamentos modernos. Cabe destacar que as corporações eram a vanguarda do desenvolvimento tecnológico, devido às experiências acumuladas e às pesquisas internacionalmente desenvolvidas, o que coloca os países, especialmente aqueles subdesenvolvidos, em uma condição de subordinação crescente. As corporações transnacionais comandam os processos que orbitam em torno do “pacote”, o que se constitui em mais um elemento de dependência para esses países. (BRUM, 1985).

Cabe destacar que os interesses das corporações transnacionais são assumidos, paulatinamente, como objetivos nacionais pelos países dependentes. Assim, são vários aqueles que assumem o compromisso de implantação dessas estratégias por meio de políticas públicas e da fundação de órgãos públicos de fomento. No Brasil, por exemplo, na década de 1950, sob influência da fundação Rockefeller, constitui-se o primeiro organismo público de crédito e assistência técnica que passa a atuar sob essa nova perspectiva. Logo houve a formação de organismos públicos análogos em outros estados, como é o caso do Rio Grande do Sul, com a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR). Na década de

1970 temos a fundação da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) e do Sistema Nacional de Extensão Rural, constituído ainda da respectiva Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) estadual, fundadas no sentido de articular de forma mais eficiente e fornecer instrumentos para a modernização no campo. (BRUM, 1985).

A conjuntura internacional que dá suporte à disseminação da modernização da agricultura tem reflexos no contexto nacional. A ela se associa o reacomodar de hegemonias políticas e a dominância econômica de certas classes sociais, aspectos que influenciaram nas políticas do Estado brasileiro e nos estabelecimentos de determinados padrões agrícolas. A fim de evidenciar tal processo no contexto nacional, partimos dos apontamentos propostos por Silva (1996), para o qual se caracteriza o período anterior à modernização no Brasil por meio dos complexos rurais⁹⁹.

Os complexos rurais representam a forma de organização da produção no rural brasileiro que teve origem no período colonial. Eles representam uma forma de organização das relações sociais (espaciais) para a produção agropecuária que está associada às grandes propriedades produtoras de gêneros para exportação, sendo normalmente regionalizados e restritos a cultivo específico. Do ponto de vista da dinâmica dos complexos rurais, segundo Silva (1998), registra-se uma menor complexidade de relações em comparação à situação contemporânea.

A dinâmica do complexo rural era muito simples. Havia geralmente apenas um produto de valor comercial em todo o circuito produtivo: era o produto destinado ao mercado externo. Se seu preço estivesse “bom”, os recursos da fazenda (homens, animais de trabalho, terras) eram realocadas de modo a incrementar a produção de exportação. Se o preço no mercado internacional caísse, esses recursos eram deslocados para as atividades internas, destinadas basicamente à subsistência da força de trabalho e à reprodução das condições materiais da unidade produtiva. (SILVA, 1998, p. 7).

As dinâmicas dos complexos, como pode ser observado, eram determinadas pelas flutuações do mercado externo. O mercado interno praticamente inexistia, já que se conjugava atividades agropecuárias e manufaturas conformando um contexto de incipiente divisão social.

[...] a produção agrícola para exportação ocupava apenas parte dos meios de produção disponíveis (recursos naturais, mão-de-obra escrava e bens de capital) sendo a outra parte destinada à produção de bens de consumo para a população local e dos próprios bens de produção. No interior das fazendas produziam-se não só as mercadorias agrícolas para exportação mas também manufaturas, equipamentos

⁹⁹ A noção de complexo rural deriva especialmente das considerações de RANGEL (1957).

simples para produção, transportes e habitação. (SILVA, 1998, p. 5).

Em boa medida, o complexo rural internalizava nas fazendas a elaboração dos meios de produção necessárias às atividades agrícolas, assim como os meios de reprodução da própria força de trabalho.

O padrão agrícola baseado nos complexos rurais predominou no Brasil Colônia e entra em um lento processo de decomposição a partir de 1850, sendo impulsionada pelo fim do tráfico de escravos e pela promulgação da Lei de Terras. O processo concomitante de expansão das plantações de café, especialmente no estado de São Paulo (1890 a 1930), produzem o aparecimento de inúmeras atividades urbanas, antes integradas às lavouras. No complexo cafeeiro registra-se, até meados de 1890, gradativa redução do trabalho escravo e a introdução do trabalho assalariado. Nesse mesmo contexto, criam-se estruturas de produção que se estabelecem de forma diferenciada, rompendo a rígida estrutura dos complexos rurais. Separam-se pequenos agricultores e pequenas indústrias rurais; houve a articulação da produção de alguns gêneros da agricultura às demandas da indústria têxteis nascente. No mesmo contexto espacial, até meados de 1930, ampliam-se as atividades tipicamente urbanas, com o crescimento de vários setores industriais. Cabe destacar que se mantém, contudo, no período assinalado, o crescimento agrícola fortemente relacionado ao mercado externo. (SILVA, 1998)

Segundo este mesmo autor, a partir de 1929, com a crise econômica, acelerou-se o processo de decomposição dos complexos rurais, sendo consolidado na década de 1950. No período retratado, o setor agrícola abriu-se para o mercado interno, especialmente para os grandes centros urbanos, e diversificou-se. Registra-se a integração do mercado nacional com a efetivação de redes de transporte, prioritariamente, rodoviário. O setor industrial, que estava ganhando espaço paulatinamente, ganha um dinamismo próprio, sendo na década de 50 inaugurada a “indústria pesada” no Brasil, cuja atividade é fundamental para a industrialização no campo. O setor agrícola registra enfraquecimento em sua importância econômica, no âmbito da economia nacional, e registram-se mudanças das políticas agrícolas.

As políticas agrícolas adotadas de 1930 a 1965 são bem conhecidas, bem como o deslocamento do centro dinâmico, da economia cafeeira para os segmentos urbano-industriais nesse período. Tal deslocamento reflete claramente a redução relativa da importância do setor exportador na formação da renda nacional e a conseqüente emergência de novos segmentos e frações de classe. Cresce a importância da classe média urbana, dentro da qual se destacam a burocracia civil e militar, grupos financeiros internacionais (que continuavam emprestando grandes somas ao país), os comerciantes e os novos industriais que surgem sob a proteção da política cambial. (SILVA, 1998, p. 48).

Conforme lembra Wanderley (2009), desde os anos de 1930, em âmbito nacional, há redefinição de alianças entre a classe dominante, especialmente entre os grandes proprietários de terra e os capitalistas industriais. Cabe destacar que o processo de acumulação capitalista anterior a esse período estava centrado na hegemonia da elite cafeeira paulista e no modelo econômico agroexportador, que entra em crise com a queda da bolsa de Nova Iorque. Após 1930, a fração industrial da classe capitalista assume progressivamente a dominância econômica e a hegemonia política, em consonância com a concentração e a centralização de capital nesses grupos. O Estado passa a estimular o crescimento da industrialização e o desenvolvimento urbano. Consolida-se também uma base que favorecerá progressivamente a expansão de empresas multinacionais no país.

Entre as décadas de 1930 e 1960, a grande propriedade mantém-se ameaçada no que se refere à reprodução de sua base material, necessitando, portanto, transformações para manutenção de sua viabilidade econômica. A relação desse grupo com outras formas de capital se dá em termos de uma convergência de interesses em âmbito nacional. Nesse mesmo contexto, a grande propriedade torna-se foco das lutas do movimento camponês, que, aliado a outros movimentos sociais, reivindica a propriedade camponesa e a reforma agrária, tornando-se ameaça a manutenção da aliança dominante. (WANDERLEY, 2009).

Nos anos 50 tem início o processo de modernização da agricultura, que começa de forma tímida, já que não possuía todas as bases necessárias para sua efetivação. Contudo,

O bloco de investimentos realizados a partir de 1955 para a implantação do D1 [setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos] industrial criou condições, pela sua complementaridade, de iniciar a internalização também do D1 para a agricultura. Mais do que isso, os setores industriais pressionavam pela modernização da agricultura, preocupados com a oferta de alimentos e matérias-primas. Segmentos oligopólicos do capital internacional, particularmente ligados à indústria de tratores e insumos químicos, mostravam-se interessados em transferir plantas (em grande parte, na verdade, obsoletos) para o país, em função dos crescentes incentivos fiscais criados pelo governo brasileiro. (SILVA, 1998 p. 49, **grifo do autor**)

No ano de 1964, com o golpe militar, há uma nova reestruturação do bloco de poder que conduz o Estado à opção pelo projeto de “modernização conservadora” da agricultura, em oposição ao caminho que indicava a reforma agrária. (WANDERLEY, 2009). A política de modernização do campo constitui-se em uma via capitalista de desenvolvimento, que manteve a propriedade rural apoiada por segmentos da burguesia nacional e do capital internacional. (SILVA, 1998).

O Estatuto da Terra (1964) apresenta o sentido das novas políticas agrícolas e o caminho escolhido para acomodação entre as classes sociais. As ações da política estruturavam-se, na prática, em dois eixos: expansão da fronteira agrícola e modernização da agricultura. Na primeira situação buscava-se viabilizar economicamente os empreendimentos das grandes propriedades. Para isso, há a expansão da fronteira agrícola em direção ao centro-oeste e norte por meio da intervenção do Estado no sentido de garantir as infraestruturas para reduzir os efeitos negativos das distâncias e, ao mesmo tempo, sustentar a posição de força dos grandes proprietários frente aos posseiros e outros camponeses que estivessem na “rotas” de expansão. A segunda situação é outra intervenção do Estado, que complementa a primeira. Trata-se de financiamentos e incentivos aos produtores rurais, em muitos casos com prazos relativamente longos e juros reais negativos, para tornar principalmente as grandes propriedades mercado cativo para os produtos de origem industriais destinadas à agricultura, tais como máquinas, implementos, insumos. Cabe destacar que a política se desenvolve de forma seletiva, já que garantias para os ressarcimentos econômicos estavam pouco disponíveis para os pequenos produtores. Os instrumentos da política promovem a transformação da base técnica na agricultura, além de uma frente de acumulação de capital no campo e na cidade, com a apropriação do lucro por setores não agrícolas. (WANDERLEY, 2009).

6.1.1 Modernização da Agricultura: definições

A modernização da agricultura ganha impulso no Brasil, conforme registros. Suas características estão relacionadas à articulação de interesses, às correlações de força na sociedade e às ações do Estado, seja via formulação das políticas públicas para esse fim ou pela utilização de seus mecanismos de intervenção. Antes de descrever as transformações ocorridas com a modernização, acreditamos ser necessário apresentar definições para esse processo.

Nesse percurso, um primeiro aspecto a ressaltar diz respeito às modificações na base técnica da produção agropecuária, ou seja, o processo de modernização da agricultura desencadeia mudança na agricultura e na criação de animais, construindo uma nova relação do que se produz, da forma como se produz e o quanto se produz.

A agricultura moderna (ou modernizada) é, segundo Brum (1985, p. 93),

a fase agrícola que se caracteriza pelo uso intensivo, a nível das unidades produtoras,

de máquinas e insumos modernos, bem como por uma maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas, quer dizer, a utilização de métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, de tratos culturais e de processos de colheita sofisticados.

No entendimento de Graziano Neto (1982, p. 26),

Normalmente quando se fala em modernização da agricultura pensa-se apenas nas modificações ocorridas na base técnica de produção, na substituição das técnicas agrícolas tradicionalmente utilizadas por técnicas “modernas”: o burro pelo trator, o estrume pelo adubo químico, a enxada pelo arado. E, quando se pretende avaliar o processo de modernização, procura-se analisar apenas a evolução dos índices de utilização das máquinas e dos vários insumos agropecuários.

Silva (1998) entende que o termo modernização da agricultura é amplamente utilizado no sentido de caracterizar transformações ocorridas no campo. Igualmente, possui amplo espectro de significados,

[...] referindo-se ora às transformações capitalistas na base técnica da produção ora à passagem de uma agricultura “natural” para uma que utiliza insumos fabricados industrialmente. Nesse texto o termo modernização será utilizado para designar o processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade.

[...] consiste num processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meio de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial, processo que perpassa várias décadas e se acentua após a década de 60. (SILVA, 1998, p. 18 e 30).

As perspectivas apresentadas colocam a modernização da agricultura como um conjunto de mudanças ocorridas no pós-guerra na agricultura e no campo, tanto pelas mudanças nas bases técnicas, na crescente integração da agricultura com a indústria e na ruptura de relações de produção preexistentes.

Algumas considerações de Brum (1985) ressaltam a face de mudanças nas bases técnicas e produtivas, ou seja, segundo o autor há transformação da agricultura tradicional para a agricultura moderna. Isso significa transformações nos produtos que são cultivados, nas bases energéticas e nos instrumentos utilizados nos estabelecimentos rurais. Nesse caminho, especialmente no planalto gaúcho, temos a tendência de especialização produtiva, ocasionando a redução da diversidade de cultivos produzidos e comercializados nas unidades de produção. Os cultivos privilegiados nas escolhas dos produtores rurais passam a ser, nas primeiras décadas de chegada da modernização, o trigo e a soja. Da centralidade da produção com bases no uso de energia humana, animal, da água e do vento, passa-se para uso de

derivados de petróleo. Ao mesmo passo, alteram-se os usos de instrumentos, como enxada, arado de tração animal, foice, machado, máquina manual de plantar, foicinha de cortar trigo, arroz, etc., ancinho, máquina de matar formiga, carroça, entre outras, para o uso do trator, da colheitadeira automotriz, do arado de disco, do terraceador, do pulverizador, do caminhão, do avião, etc. (BRUM, 1985).

No que se refere à integração à indústria, Graziano Neto (1982) considera que a modernização promove, em uma de suas faces, a incorporação crescente de máquinas e insumos industriais modernos, assim como sementes selecionadas, rações balanceadas, medicamentos veterinários, energia elétrica, combustíveis, entre outros insumos. Temos, portanto, um processo intenso de incorporação nas bases produtivas de novas tecnologias e produtos industriais, que podem ser inclusive utilizado com índices de modernização. (GRAZIANO NETO, 1982).

Além disso, é integrante do processo de modernização a ruptura das relações de produção preexistentes. Assim, a modernização, como lembra Brum (1985, p. 94), “pode ser definida ainda como sendo um processo de modificação nas relações sociais de produção”. Graziano Neto (1982), que defende essa perspectiva, também considera que os significados vão além, já que “[...] a chamada modernização da agricultura não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente.” (p. 27). Processos no qual se produz mudanças nas relações sociais.

Ao mesmo tempo que vai ocorrendo aquele progresso técnico na agricultura, vai-se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção. A composição e a utilização do trabalho modifica-se, intensificando-se o uso do “bóia-fria” ou trabalhador volante; a forma de pagamento da mão-de-obra é cada vez mais assalariada; os pequenos produtores, sejam proprietários, parceiros ou posseiros, vão sendo expropriados, dando lugar, em certas regiões, à organização da produção em moldes empresariais. (GRAZIANO NETO, 1982, p. 26).

Ambas as considerações apresentam face e significados do termo modernização que, mesmo numa primeira aproximação, demonstra algumas mudanças ocorridas no campo e na agricultura. Tais faces registram a complexidade desse processo e indicam possíveis efeitos da modernização na microrregião. Torna-se necessário pormenorizar os impactos da modernização da agricultura, assim como compreender as diferentes nuances no rural desde sua chegada no pós-guerra.

6.1.2 A Modernização da Agricultura no Brasil

Os termos e os sentidos empregados na modernização da agricultura, que anteriormente apresentamos, caracterizam esse processo e destacam os elementos que o constituem. Tomando como referência essas definições, torna-se possível descrever as mudanças trazidas ao rural. A fim de identificar diferentes momentos da modernização no campo, tomamos como referência a periodização produzida por Delgado (2012), o qual compreende que posteriormente a 1964 registram-se três fases cíclicas da agricultura capitalista, conformando padrões agrários com estratégias de acúmulo específicas de capital. Os períodos são nominados como modernização conservadora, transição e economia do agronegócio. Ambas foram orientadas por meio dos ciclos da economia política da produção e da repartição do excedente econômico, do papel exercido pela renda da terra e pelas características do sistema de crédito público.

Nesse caminho, iniciamos com o período, compreendido entre 1965 e 1985, definido como “modernização conservadora”. Anteriormente, havíamos apresentado elementos que compõem o quadro de antecedentes a esse processo, tanto do ponto de vista das dinâmicas econômicas, como também pelas disputas entre grupos e classes sociais, especialmente em torno da reforma agrária, sob a regência dos governos militares. Segundo Delgado (2012), estamos diante de um período de desenvolvimento de uma agricultura capitalista, na qual se caminha progressivamente para integração de atividades entre a cidade e o campo, além, evidentemente, das relações com o mercado externo. Trata-se de um momento de integração técnica entre a agricultura e a indústria, intensamente induzida pela política econômica do Estado. Tais ações abrigaram interesses em seu interior e manteve foco nas oligarquias rurais (grande propriedade e capital comercial), em meio a um pacto agrário modernizante e conservador.

Segundo este mesmo autor, ao que se refere especificamente à integração técnica da indústria com a agricultura, as mudanças da base técnica ocorreram em âmbito nacional nas décadas de 1960 a 1980, embora haja experiências antecedentes na agricultura paulista. Nos primeiros quinze anos pós-guerra verifica-se uma forte dependência de importações de maquinários e insumos para a produção, aspecto que contribui para a presença reduzida de recursos industriais. Contudo,

[...] somente na década de 1970 que houve uma intensificação do consumo industrial pela agricultura (com a triplicação da frota de tratores), a par de um movimento paralelo e integrado de implantação no país do subsetor industrial produtor de insumos e bens de capital para a agricultura. Por outro lado, o processo de integração técnica agricultura-indústria foi ainda fortemente impulsionada pela

modernização da indústria processadora de produtos rurais, a qual em integração com o setor produtivo agrícola, a indústria de bens de capital e os serviços de apoio constituem verdadeiros complexos ou “sistemas agroindustriais”. (DELGADO, 2012, p. 16).

As colocações enunciadas indicam certa cronologia entorno da integração técnica a qual nos referimos. Desse modo, registra-se a ampliação do uso de insumos industriais no campo, podendo ser representados pelos registros crescentes de uso de fertilizantes à base de nitrogênio, fósforo e potássio (NPK) e de tratores disponíveis para a produção. Além das transformações na base técnica na agricultura, houve a conformação de complexos agroindustriais, os quais, embora originários do mesmo processo histórico, apresentam características distintas.

A promoção de tais transformações, seja da base técnica ou mesmo das relações de produção, é resultado da ação do Estado por meio de diferentes instrumentos indutores. Nesse sentido, Szmrecsányi e Ramos (2002) consideram que há unanimidade entre os mais diferentes autores a respeito do papel do crédito rural como principal instrumento utilizado para modernização da agricultura. Segundo os autores,

[...] o crédito rural subsidiado foi o mais importante instrumento de que lançou mão o Estado brasileiro da época para promover a chamada modernização de nossas atividades agropecuárias. Da mesma forma, já foi devidamente enfatizada que tal crédito beneficiou de maneira bastante desproporcional os grandes proprietários, constituindo-se numa das faces mais visíveis da estratégia de modernização conservadora. (SZMRECSÁNYI; RAMOS, 2002, p. 238).

O crédito, sem dúvidas, foi fundamental para a modernização conservadora. Além disso, a política econômica empregada no período foi amparada em uma concepção de planejamento induzido, conforme a perspectiva de Delgado (2012). Desse modo,

Perseguiu-se na política agrícola a concepção de planejamento induzido dos mercados de produtos rurais mediante a desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado (risco de produção e de preços). Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediando a adoção desses pacotes com mecanismos de seguro de preço e seguro de crédito à produção. (p. 13).

Além disso, percebe-se nas formulações da política econômica

[...] a grande evidência na liberdade da política de crédito rural, a prodigalidade dos incentivos fiscais (principalmente nas desonerações do Imposto de Renda e do Imposto Territorial Rural), e ainda o aporte direto e expressivo do gasto público na execução das políticas de fomento produtivo e comercial, dirigido às clientelas das

entidades criadas ou recicladas no período (SNCR, Política de Garantia de Preços, Proagro, Pesquisa e Extensão Rural, etc). (DELGADO, 2012, p. 13-14).

Delgado (2012) considera ainda que a política desenvolvida orquestrava, concomitantemente, a desoneração dos riscos produtivos e a promoção de incentivos à integração técnica, por meio de instrumentos, tais como Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (ProAgro), crédito rural orientado subsidiado para insumos e bens de capital industrial, entre outros. Em tais situações, identifica-se a centralidade ocupada pelo sistema bancário no que se refere à operacionalização da política agrícola. Ao mesmo tempo, delegou para instituições¹⁰⁰ de fomento agrícola, existentes desde o governo Vargas, a condução de políticas setoriais e/ou regionais, mantendo o pacto agrário em torno desses setores produtivos/regiões.

O crédito e as políticas agrícolas são instrumentos de promoção da modernização em seu formato conservador, contudo, as mudanças observadas no período não se encerram nelas. Silva (1998) apresenta outros elementos que tomam forma no período indicado. A modernização, em sua perspectiva, é o desdobramento de três processos distintos e, ainda assim, integrados: industrialização da agricultura, constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs) e integração de capitais intersetoriais. Destacaremos inicialmente a industrialização da agricultura.

O processo de industrialização da agricultura caracteriza-se por ser o momento da modernização da agricultura, cujas mudanças qualitativas promovem significativas alterações. Consiste na transformação das relações homem-natureza, no sentido da desarticulação de uma forma de economia com bases naturais para um novo formato amparado na reprodução artificial das condições naturais, crescente controle e conhecimento dessas condições. Trata-se de um processo de desarticulação e rearticulação das condições para produção agrícola, ensejado pelo desenvolvimento das relações capitalistas no campo, cujos efeitos produzem novas “harmonias” e novas contradições. A industrialização da agricultura representa a reunificação entre indústria e agricultura, não apenas pela transformação das bases técnicas agrícola e do consumo de produtos industriais, mas também, fundamentalmente, pelo comando exercido pelo setor industrial nas formas e nos ritmos na produção no campo. (SILVA, 1998).

¹⁰⁰ Delgado (2012, p. 14) cita como principais institutos da era Vargas: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), Instituto Brasileiro do Café (IBC), Centro do Trigo Nacional do Banco do Brasil – Departamento do Trigo Nacional da SUNAB (CTRIN-DTRIG), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), Comissão Executiva do Plano de Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e Comissão de Financiamento da Produção (CFP).

O processo de industrialização da agricultura, portanto,

[...] representa na verdade a subordinação da Natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias. Assim, se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se; se ocorrerem pragas e doenças, responde-se com defensivos químicos ou biológicos; e se houver ameaças de inundações, estarão previstas formas de drenagem. (SILVA, 1998, p. 3).

As atividades produtivas da agropecuária ensejam novas relações de trabalho e se transformam em uma atividade semelhante à indústria. Além disso, Silva (1998, p. 4) reitera:

A industrialização da agricultura representa não apenas mudanças nas relações Homem com a Natureza mas também nas relações sociais de produção e com seus instrumentos de trabalho (ferramentas, máquinas e equipamentos, insumos e matérias-primas etc.). A industrialização da agricultura implica a passagem de um sistema de produção artesanal a um sistema em base manufatureira (com máquinas e uma divisão capitalista do trabalho) e mesmo à grande indústria em alguns subsetores das atividades agropecuárias no seu sentido restrito (plantio, tratamentos culturais, colheita, criação, etc.).

Desse modo, o processo de industrialização materializa-se em um duplo sentido, “[...] o da elevação da composição técnica nas suas unidades de produção e o da subordinação do setor aos interesses do capital industrial e financeiro.” (SILVA, 1982, p. 46). Além disso, o autor considera que

[...] o resultado mais visível [da industrialização da agricultura] é a *mudança no processo de trabalho agrícola*, em que o trabalhador deixa de ser o agente ativo, o controlador do processo de trabalho, para se tornar um apêndice das máquinas. Uma diferença fundamental entre a industrialização da agricultura e a simples modernização entendida como mudança na base técnica é que a primeira é irreversível, tanto do ponto de vista da reorganização do processo de trabalho (nas unidades produtivas, pela divisão técnica e pela especialização, e no plano social, pela criação de um proletariado rural desqualificado) como do ponto de vista da base técnica (em que não é mais possível manter uma escala mínima viável de produção sem recorrer ao uso de insumos industriais). (SILVA, 1998, p. 34, **grifo do autor**).

Ploeg (2008) chama a atenção para o fato de que a industrialização representa, pelo menos, três movimentos que geram novas “harmonias” e novas contradições. Por um lado, a industrialização da agricultura tende a romper com particularidades locais em meio aos processos de produção e de consumo, já que significa “[...] uma desconexão definitiva entre a produção e o consumo de alimentos e as particularidades (e limites) do tempo e do espaço. Os espaços de produção e de consumo (entendido como localidades específicas) deixam de ter importância, assim como a inter-relação entre eles.” (p. 22).

Outra situação sinalizada pelo autor está relacionada ao rompimento com a ideia de integralidade. Nesse caminho, a industrialização representa um afastamento dos processos produtivos dos ecossistemas locais, pois “[...] implica uma superimposição de fatores de crescimento artificial sobre a natureza levando a uma marginalização e, conseqüentemente, a uma provável eliminação da mesma.” (PLOEG, 2008, p. 22). Além disso, há uma disjunção das relações de produção, já que a unidade orgânica típica dos processos de produção e de trabalho agrícola “[...] foi dividida em elementos e atividades isoladas que se recombina através de divisões de trabalho, espaço e tempo complexas e controladas de forma centralizadas.” (PLOEG, 2008, p. 22), sendo possível falar entre outros possíveis exemplos do “frango global”. A integralidade é afetada também pela desintegração e recomposição dos próprios alimentos, já que “os alimentos não são mais produzidos e processados – eles são projetados” (PLOEG, 2008, p. 22), ou seja, o rompimento e a desintegração de articulações tradicionais para produção de alimentações.

O terceiro item destacado por Ploeg (2008), relacionado à industrialização, igualmente articulado aos outros dois pontos, diz respeito ao controle, ao ordenamento das estruturas de produção e à centralização produzida pelos impérios alimentares. O autor considera

[...] a industrialização coincide com (e é expressão de) um controle “imperial” direto e crescente sobre a produção e o consumo de alimentos. O capital (ou seja, o valor que é incrementado através da produção da mais-valia) se torna o novo *modo de ordenamento dominante* para a estruturação de produção agrícola, do processamento e do consumo de alimentos em escala global. Isso implica, entre outras coisas, uma centralização considerável. (PLOEG, 2008, p. 22).

A industrialização promove, portanto, a produção da natureza, que representa a desconexão da produção com os ecossistemas e representa riscos à sociedade, a desarticulação de relações de produção tradicionalmente constituídas e a rearticulação, em escala global, da produção de alimentos centrada pelo controle dos “impérios” e sob a lógica do Capital.

Outra face da modernização da agricultura no Brasil, que se conformou no período da Modernização Conservadora, são os Complexos Agroindustriais. Antes de apresentar o sentido imputado ao termo por Silva, cabe apresentar algumas considerações a respeito da diversidade de compreensões. Nesse sentido, nos aproximamos das indicações de Marafon (1998) que considera que há duas concepções teóricas e analíticas, denominadas “macro” Complexo Agroindustrial (CAI) e “micro” Complexo Agroindustrial (CAIs). Ambas as concepções compartilham algumas premissas a respeito da constituição destes, tanto no que se

refere à referência cronológica de constituição deste no Brasil (meados da década de 1970), quanto à importância das relações intersetoriais entre agricultura e indústria. Esta última pode ser melhor compreendida segundo o autor, para o qual “a análise insere as relações agricultura-indústria na perspectiva da absorção de inovações tecnológicas na agricultura e nesse contexto o setor agrícola estaria inserido em complexos industriais balizados em seus dois extremos por setores oligopolizados [...]” (MARAFON, 1998, p. 32). Segundo o autor, de um lado, temos o setor montante, a indústria fornecedora de bens capitais e insumos para a agricultura e, de outro, temos o setor jusante, a indústria (agroindústrias) que recebe e processa as matérias-primas provenientes da produção agropecuária.

A abordagem do “macro” possui ancoragem nas propostas, entre outros, de Geraldo Müller, que possui influência nas noções de *agribusiness e filière*. Em um sentido de síntese,

[...] podemos afirmar que Müller trabalha com a idéia básica que a produção agrária moderna apresenta relações setoriais entre os setores industriais e agrícolas. Em sua análise, coloca ênfase na interdependência entre a agricultura e a indústria e indica que a agricultura perdeu seu caráter autônomo. A análise não está mais centrada na agricultura, mas nas articulações que se estabelecem entre esses setores. A proposta de Complexo Agroindustrial surge como uma unidade analítica para apreender o processo que se estabeleceu entre agricultura e indústria através do padrão geral de acumulação em curso no país. (MARAFON, 1998, p. 44).

A concepção “micro” tem como referências José Graziano da Silva e Angela Kageyama. Tal abordagem apresenta como fundamento uma perspectiva histórica, caracterizando as transformações do rural brasileiro desde os Complexos Rurais aos Complexos Agroindustriais. Esses autores apresentam diferenciações entre os processos de modernização e industrialização da agricultura, fundamentais à formação dos CAIs, e identificam vários complexos agroindustriais.

A principal diferença entre as concepções “macro” e “micro” do Complexo Agroindustrial consiste em que, na perspectiva de “macro-complexo” a análise é balizada pelo conceito de complexo industrial e pela utilização da matriz insumo-produto. O Complexo Agroindustrial é entendido como um elemento do espaço econômico. A análise do processo histórico é levado em consideração na análise que reconhece a existência de vários Complexos Agroindustriais no Brasil na concepção dos “micro-complexos”. A configuração do Complexo Agroindustrial é fornecida pela evolução e transformação que ocorreram em cada lavoura. (MARAFON, 1998, p. 49).

Ambas as abordagens apresentam nuances distintas no esforço de caracterização do período da “Modernização Conservadora”. Segundo Silva (1998), abordagem na qual nos apoiamos para caracterização do período, “a constituição dos CAIs pode ser localizada na

década de 70, a partir da integração *técnica* intersetorial entre as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras [...]” (p. 31). Esse processo resulta, portanto, da modernização da agricultura e da descomposição dos Complexos Rurais, aspectos que nos referimos anteriormente. Além de tal situação, destacam-se os antecedentes ocorridos na década de 1960, em que se vislumbra a diversificação da matriz de exportações no contexto nacional e a substituição das importações, aspectos que propiciam a internalização da produção industrial para a agricultura e a expansão das agroindústrias processadoras. A emergência de tais configurações torna possível a constituição de intensas relações intersetoriais, aspectos que fundamentam a existência de um “sistema” nos moldes de CAIs. (SILVA, 1998).

A produção rural deixa, portanto, de estar relacionada a um complexo rural fechado, considerado grande unidade agropecuária que possui incipiente divisão social do trabalho, nos moldes desenvolvidos no Brasil Colônia, para tornar-se um elo de uma complexa cadeia intersetorial composta vários complexos (CAIs).

Em resumo, a estrutura e a evolução do CAIs na década de 70 refletem de forma clara a nova dinâmica agrícola do período recente: uma dinâmica que não pode mais ser apreendida só a partir dos mecanismos internos da própria atividade agrícola (como a propriedade da terra, a base técnica da produção, a fronteira), nem a partir de segmentação do mercado interno versus externo. Trata-se agora de uma dinâmica conjunta da indústria para agricultura-agricultura-agroindústria. (SILVA, 1998, p. 25-26).

A dinâmica conjunta intersetorial “indústria para agricultura-agricultura-agroindústria” é, portanto, marca dos novos sistemas produtivos modernizados. Ressalta-se, contudo, que os diferentes setores apresentam estratégias e focos distintos visando às atividades agropecuárias. A indústria para agricultura, identificada também como setor montante ou D1, é composta por grandes corporações industriais vinculadas a partes da Indústria Mecânica, da Indústria Química, sendo caracterizada pelas indústrias de tratores, implementos, fertilizantes, defensivos. Esse setor normalmente não apresenta inserção individualizada nos complexos, produzindo mercadorias flexíveis que atendem atividades agrícolas e regiões distintas. O foco para fornecimento desses bens está no setor capitalista do campo, ou seja, nos médios e grandes produtores, cuja capacidade financeira e demanda são mais significativas. Em algumas circunstâncias há produção de bens pormenorizada atendendo a um público específico, contudo “as áreas de especialização do D1 (por exemplo, a produção de uma máquina ou de um defensivo para uma cultura agrícola específica) estão muito mais afeitas às estratégias industriais mais amplas das grandes corporações do que às

exigências técnicas dos agricultores.” (SILVA, 1998, p. 36). Ainda de acordo com o autor, a indústria para agricultura tem maior poder de determinação sobre as atividades agropecuárias, detendo significativa capacidade de disseminação de novas tecnologias e aplicação de suas estratégias.

As agroindústrias, identificadas como setor jusante, possuem um vínculo mais próximo com as atividades agropecuárias, pois são especializadas em um produto ou grupo de produtos. De forma geral, a vinculação das agroindústrias com a produção agrícola se dá por intermédio de duas estratégias: integração vertical, na qual a agroindústria controla e produz suas matérias-primas necessárias; e contratos de fornecimentos, no qual as agroindústrias, quando não há vantagem na primeira opção, compram as matérias-primas de agricultores ou cooperativas. “Os mercados das agroindústrias (do lado da oferta de matéria-prima) são quase sempre pequenos e regionais, o que favorece o estabelecimento de vínculos específicos entre segmentos industriais e a produção agrícola.” (SILVA, 1998, p. 38). O setor jusante, quando da necessidade de criação de vínculos para compra das matérias-primas de origem agrícola, em comparação com o setor montante, fica mais sujeito às pressões de agricultores. Contudo, cabe ressaltar que o crescimento das atividades agrícolas dependem da demanda, especialmente em situações oligopolizadas, e da estratégia de expansão das agroindústrias, composta por múltiplos critérios que abrangem desde a localização espacial até a inserção do produto final nos mercados interno e externo. (SILVA, 1998).

Gonçalves (2005) produz uma síntese que retrata a dimensão das inter-relações que permeiam as atividades produtivas no campo. Para o autor, o complexo produtivo, sob a perspectiva do agronegócio, está estruturado em seis pilares:

- I. *Agroindústrias de bens de capital para agricultura* – responsáveis pelo fornecimento de insumos e instrumentos para produção agropecuária, composta pelos ramos agroquímico, agrobiológico e agromecânico;
- II. *Agropecuária* – “representa o processo biológico de produção, majoritariamente realizado no campo, gerador de bens intermediários para agregar valor nas agroindústrias de processamento e de beneficiamento do pós-colheita.” (p. 34), representado pelas lavouras, pelo extrativismo e pelas criações de animais;
- III. *Agroindústrias de processamento* – “[...] que estruturam a agregação de valor pela transformação dos bens intermediários oriundos da agropecuária” (p. 34), representadas pelas agroindústrias têxteis, de alimentos, florestais, entre outras;
- IV. *Agrosserviços da preparação e logística* – “[...] promovem o desenvolvimento de ações inerentes ao processo produtivo direto na agregação de valor pela padronização,

classificação, armazenagem e transporte de produtos.” (p. 34), que se materializa em serrarias, casas de beneficiamentos, estruturas de seleção e empacotamento, agrosserviços de armazenamento e de transporte;

- V. *Agrosserviços de aprimoramento e ampliação de negócios* – responsáveis pela contratação de serviços especializados na estruturação, na gestão e no aperfeiçoamento de negócios, conformado por atividades que vão desde a pesquisa e o desenvolvimento até a manutenção de tratores e implementos;
- VI. *Agrosserviços transacionais e de distribuição* – “[...] que contempla as estruturas especializadas nas transações comerciais e financeiras dos agronegócios da agricultura.” (p. 34), formado por atividades de distribuição, transações de mercadorias e serviços financeiros.

As práticas agropecuárias passam a ser realizadas por intermédio de novos instrumentos e técnicas que pressupõem um conjunto significativo de máquinas, fertilizantes, agrotóxicos, sementes com modificações biogénéticas, rações, etc. No mesmo sentido, a produção, que ora se desenvolve, metamorfiza-se em “matérias-primas” em mercados, normalmente, oligopolizados que têm como destino agroindústrias. A prestação de serviços passa a figurar como atividades corriqueiras no rural modernizado, por meio da prestação de serviços para manutenção de equipamento, gerenciamento e planejamento da produção, serviços agrícolas especializados (semeadura, correção de solo, controle de pragas, colheita, etc), entre outros serviços. O sistema financeiro, nesse mesmo contexto, também cumpre importante papel como elemento de financiamento e acesso às políticas públicas. Como resultado geral, “[...] do ângulo do CAI, tem-se um estreitamento das relações intersetoriais, um reforço dos elos técnicos e dos fluxos econômicos entre as atividades agrícolas e as industriais e um crescente movimento de *subordinação da agricultura à dinâmica industrial;*” (SILVA, 1998, p. 33). Como este mesmo autor destaca,

Em resumo, comparativamente aos períodos anteriores, as variáveis-chave da dinâmica agrícola mudam: parte significativa da agricultura agora cresce não mais apenas em função dos preços das *commodities* no mercado externo, mas também em função das demandas industriais que se estabeleceram sobre a agricultura. De um lado, há a procura de matérias-primas pelas agroindústrias; de outro, a busca de mercado pelas indústrias de máquinas e insumos, muitas vezes aprisionada pela ação direta do Estado (como a concessão de crédito vinculado à compra de insumos modernos). Há nova dinâmica porque há novo padrão agrícola, cuja estrutura produtiva e cujas articulações e integração com a economia global se transformam. (SILVA, 1998, p. 32-33).

Convém ressaltar que o sistema financeiro cumpre outro importante papel, já que se

constitui como elo para as ligações intersetoriais, indispensáveis à existência dos CAIs.

O elemento que dá unidade às diversas atividades dos complexos agroindustriais é que são atividades *do capital*, com uma regulação macroeconômica mais geral. As ligações intercapitalistas não são apenas técnicas, mas sobretudo financeiras. A compra de insumos pela agricultura, por exemplo, impõem-se a princípio como necessidade técnica, mas implica de imediato a necessidade de financiamento. Este não será mas tarefa de agentes isolados (como era o comerciante-prestamista), e sim do *sistema financeiro* instalado, o qual se torna um parâmetro a soldar o movimento da agricultura com o movimento geral da economia. (SILVA, 1998, p. 26).

A produção agropecuária que integra os CAIs não está dissociada dos movimentos gerais do capital, está subordinada a outros setores e articulada ao movimento da economia de forma mais ampla. “Hoje pode-se dizer que a forma de produzir é imposta por instâncias externas à unidade produtiva (como pacotes tecnológicos difundidos a partir da economia norte-americana), que se vê compelida a adotá-la sob pena de não sobreviver no mercado.” (SILVA, 1998, p. 19). O Estado, nesse contexto, assume novos papéis, sendo, além de indutor da modernização¹⁰¹, mais atuante na regulação dos complexos agroindustriais. Se antes a regulação geral no complexo rural estava relacionada diretamente às flutuações do mercado, nesse novo contexto passa a ser realizado por políticas específicas para cada complexo agroindustrial no sentido de harmonização dos interesses, produzindo parâmetros gerais para rentabilidade dos capitais empregados em cada ramo dos sistemas e arbitrando as contradições geradas internamente (fiscalização da competição, fixação de preços, etc.). Cabe considerar que o Estado é apropriado para alguns setores, que, em boa medida, restringem ou ampliação as atuações. (SILVA, 1998).

Por fim, ainda sobre os CAIs e sua diversidade, torna-se possível distinguir formatos e modos de articulação intersetoriais que caracterizam os complexos. Marofon (1998) apresenta duas tipologias básicas que foram produzidas pelos autores da concepção “micro”¹⁰² CAI: complexos agroindustriais completos e integrados e complexos agroindustriais incompletos. Os complexos do primeiro tipo “[...] possuem a característica de apresentarem vínculos específicos com a indústria a montante (através dos insumos industriais necessários à produção e uma forte integração com a indústria processadora.” (p. 47). São utilizados como exemplo: complexos avícola, açúcar e álcool, carne e soja. O segundo formato “[...] são os complexos que se encontram integrados com a agroindústria e em menor grau com a indústria

¹⁰¹ Referimo-nos às ações de controle social e implementação de políticas públicas, como a descrição que realizamos anteriormente com o apoio de Wanderley (2009).

¹⁰² O autor toma como referência a obra “KAGEYAMA, A; SILVA, J. **A dinâmica da agricultura brasileira: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais** [Mimeo], 1988, cuja reedição encontra-se em Silva (1998)”

a montante. Nesse caso, as culturas agrícolas não demandam produtos específicos para a sua produção.” (p. 47). Laranja, milho e laticínios são utilizados como exemplos. O autor indica ainda que algumas atividades agropecuárias não integram CAIs. Nessa circunstância consideram-se produções modernizadas que dependem de máquinas e insumos (feijão, arroz e café) e produções artesanais não modernizadas que possuem relações intersetoriais restritas (banana, mandioca, alimentos básicos).

A consolidação da industrialização da agricultura e a conformação de complexos agroindustriais possibilitam, além da integração técnica, o desdobramento de uma outra face da modernização: a integração de capitais intersetoriais. Delgado (2012), no sentido de precisar o significado desse processo, produz a definição para integração de capitais entendida “[...] como forma de fusão de capitais agrários, industriais, comerciais e bancários, conjugado ao apoio financeiro dessas corporações no âmbito da política governamental, representa uma maneira particular de articulação do capital financeiro com a agricultura [...]” (DELGADO, 2012, p. 29). Trata-se, portanto,

[...] do processo de conglomeração empresarial, marcado pela organização de *holdings*, cartéis, *trusts* e um sem número de processos de fusão e cruzamento de grandes grupos econômicos e blocos de capital, dirigidos por uma espécie de cabeça financeira que cruza com os bancos e outras instituições financeiras do conglomerado, os quais imprimem direção à aplicação de capitais em distintos mercados. (DELGADO, 2012, p. 34).

O importante papel da esfera financeira e da conglomeração de empresas e capitais, portanto, são marcas significativas desse processo. As raízes do processo de integração de capitais, em âmbito nacional, estão relacionadas ao aprofundamento das relações entre as atividades agropecuárias e o sistema de financiamento elaborado para a modernização, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural. Segundo Silva (1998), o sentido atribuído a essa política até 1979 objetivava sustentar e desenvolver o projeto da modernização conservadora no campo, apresentando linhas específicas para compra de máquinas e insumos, aspectos nos quais nos detivemos anteriormente. Estamos diante de um contexto que promove a integração técnica e produz as bases para o aprofundamento da integração de capitais. Na década de 1980, contudo, registra-se o rompimento desse padrão de financiamento, colocando o crédito vinculado às atividades agropecuárias conjuntamente ao sistema financeiro geral. Tal mudança, embora houvesse taxas e carências diferenciadas, promoveu a atração de capitais de outras “naturezas” para atividades produtivas no/para o campo.

Assim, num primeiro momento a política de crédito “força” a modernização agrícola; estando esta assegurada, no momento seguinte o novo padrão de financiamento atua no sentido de favorecer a integração de capitais. Os resultados mais evidentes desse novo período são a concentração e a centralização de capitais e da terra. (SILVA, 1998, p. 35).

As mudanças ocorridas na década de 1980 possibilitam o aprofundamento do cruzamento de capitais de diferentes matrizes e penetração de investimentos de outras origens. As atividades agrícolas e suas relações intersetoriais tornam-se alternativa para o investimento do grande capital, conformando uma nova forma de organização monopolista dos mercados. Nesse novo momento no rural há intensificação da “territorialização burguesa”¹⁰³.

A integração de capitais incute novos conteúdos ao rural, da mesma forma que amplia os interesses e as estratégias em torno da produção agropecuária. A caracterização desse processo em conjunto à industrialização da agricultura e à constituição dos complexos agroindustriais fecha o quadro de transformações gerais ocorridas no período da modernização conservadora. Passamos, por conseguinte, ao período definido como “transição”.

O período de transição, como sugere o nome, caracteriza-se pelo desmonte do projeto da modernização conservadora, embora não tenha produzido um projeto de economia política definido. Trata-se, portanto, de ciclo no qual houve o desmonte de uma estratégia de acumulação de capital na agricultura e a geração de embriões para formulação do modelo que o sucede. Do ponto de vista cronológico está interposto entre duas crises cambiais de relevante monta (1983 e 1999) e é constituído por eventos e formulações políticas com distintos direcionamentos. (DELGADO, 2012).

Seguindo essa linha argumentativa, tomamos como foco inicial as diferenciações produzidas no sentido de ajustes macroeconômicos, sendo ponto de partida da análise a crise cambial de 1982. Essa crise promoveu a alteração da conjuntura econômica internacional, gerando especialmente uma crise de liquidez. Em âmbito nacional produziu como efeitos macroeconômicos a reversão de fluxos de financiamento externo, criando a necessidade de envio de renda líquida para o exterior a fim de atender os credores internacionais. No sentido de viabilização desses ajuste em busca de uma saída para a crise recessiva que estava configurada, promoveram-se medidas no sentido de alcançar saldos comerciais positivos. Nesse caminho logrou-se a geração de divisas envolvendo setores por meio da expansão de exportações de produtos básicos e agroprocessados. Os saldos “são obtidos mediante fomento

¹⁰³ Silva (1998) atribui o termo a “KAGEYAMA, A. **Os maiores proprietários de terras no Brasil**. Reforma Agrária, Campinas, p.63-66, abr./jul 1986”.

aos setores produtivos com baixos requerimentos de importações – o setor primário principalmente; e promovem o crescimento da produção desses setores, mas, ao fazê-lo, impactam a renda territorial e os preços das propriedades rurais. [...]” (DELGADO, 2012, p. 81). Segundo o autor, tais medidas se mostraram insustentáveis no conjunto econômico.

Com a crise cambial de 1982, adotam-se medidas conjunturais de “ajustamento econômico”, que então não tinham pretensões de estratégias de longo prazo, mas que irão configurar no campo econômico uma espécie de embrião do apelo à exportação de commodities como via de equação do déficit persistente nas “transações externas”. A efetivação dessa orientação como estratégia econômica somente ocorrerá nos anos 2000; quando a pauta exportadora passará por forte processo estrutural de 'reprimarização'. (DELGADO, 2012, p. 77-78).

Ainda que a crise fiscal do Estado, que toma forma em 1982 e tem sequência nos anos seguintes, promovesse a redução das políticas edificadas no período da modernização conservadora, as ações de fomento agrícolas e comerciais eram fortemente sustentadas na dívida pública. Além disso, outro evento que merece destaque é a Constituição de 1988, uma vez que promove mudanças das bases jurídicas do Estado, alterando conseqüentemente as bases sob as quais se efetivaram as políticas agrícolas e agrárias do regime militar. A nova reestruturação inclui no texto constitucional princípios de ordem social e econômicas, registrando proteção aos trabalhadores rurais, limites ao direito à propriedade, bases para reestruturação do modelo de desenvolvimento rural, entre outros. (DELGADO, 2012).

Considera-se, portanto, que

A primeira crise [1982] deflagra um conjunto de mudanças econômicas externas, que somadas às mudanças institucionais autônomas da Constituição de 1988, interrompem, sem reverter, a estratégia integrada de expansão dos complexos agroindustriais, mercado de terras e sistema de crédito rural, bases da construção do modelo de capital financeiro na agricultura, [...] (DELGADO, 2012, p. 89, **grifo do autor**)

A partir de 1994 registra-se um novo ajustamento macroeconômico embasado em perspectivas neoliberais. A conjuntura internacional, nesse contexto, apresenta novos contornos e as mudanças produzidas vão no sentido da redução do papel do Estado na economia. Desse modo, “os novos ventos da liquidez internacional conduzem a política de comércio exterior a uma forte liberdade, ancorada no tripé câmbio sobrevalorizado, tarifas ultramitigadas e desregulamentação no campo das políticas de fomento agrícola e industrial.” (DELGADO, 2012, p. 81). De fato, ao longo da década 1990, o Estado atuou no sentido de minimização do conceito de mercado interno protegido e de modificação das instituições e

das políticas até então vigentes, descaracterizando de forma aguda a atuação típica do período da modernização conservadora.

Operam-se várias reformas administrativas setoriais nos governos Collor de Mello e FHC I e II. A primeira e mais forte consiste na desmontagem final dos institutos de fomento por produto – IAA, IBC, e CTRIN-DTRIG, claramente identificados com vestígios da Era Vargas. A segunda consiste na reestruturação da política comercial operada pela Conab no exercício da política de preços agrícolas e da gestão de estoques públicos, e bem assim do fomento produtivo dos Planos Anuais de Safra. (DELGADO, 2012, p. 84).

As políticas desenvolvidas, portanto, buscavam a completa abertura para atração de capital externo, inclusive investimentos de capital financeiro, tornando o Estado menos atuante e desmobilizado no âmbito de políticas agrícolas. E as políticas outrora desenvolvidas no sentido de geração de saldo comercial são abandonadas, assim como ocorre a redução do volume de crédito rural. As medidas neoliberais promovem a queda do superavit comercial, promovendo o crescimento do passivo externo e ampliação do processo de endividamento. No rural observa-se a queda da renda fundiária e a redução da renda agrícola, que estimulam o recuo na expansão da agricultura capitalista. “No âmbito específico da agricultura familiar, verifica-se abandono de atividades, desmobilização de estabelecimentos ou sua conversão à atividade de subsistência.” (DELGADO, 2012, p. 82).

A crise cambial de 1999 demarca o fim do período de transição e o início¹⁰⁴ da construção de um novo projeto de acumulação no setor agrícola, autodenominada de Agronegócio. O momento de crise destacou apresentou-se, entre outros fatores, em um contexto internacional de crise de liquidez, no qual, em âmbito nacional, registram-se fugas de renda e acentuado déficit das contas-correntes. Tal conjuntura, agravada pela consequente perda de reservas monetárias e empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional, impõem mudanças na política econômica nacional e “[...] como ocorrera na primeira crise da dívida em 1982, os setores primário-exportadores são escalados para geral saldo comercial. Nesse contexto, a agricultura capitalista [...] volta às prioridades da agenda política macroeconômica externa e da política agrícola interna.” (DELGADO, 2012, p. 93). A guinada de readequação do conjunto econômico brasileiro toma contornos em sua face agropecuária com a economia do agronegócio.

¹⁰⁴ A análise desenvolvida pelo autor tem como limite cronológico o ano de 2012, portanto, as considerações apontadas sobre o “agronegócio” fazem menção ao período de 2000-2012. Acreditamos que as descrições e análises a respeito desse momento podem ser estendidas até os limites temporais desta pesquisa.

Este esforço de relançamento, forçado pelas circunstâncias cambiais de 1999, encontrará um comércio mundial muito receptivo na década 2000 para meia dúzia de *commodities* em rápida expansão nos ramos de *feedgrains* (soja e milho), açúcar-álcool, carnes (bovina e de aves) e celulose de madeira, que juntamente com os produtos minerais crescerão fortemente e passarão a dominar a pauta das exportações brasileiras no período 2000-2010 [...]. (DELGADO, 2012, p. 94-95)

O relançamento da estratégia do agronegócio apresenta-se, portanto, como caminho escolhido para a reversão da crise. Delgado (2012) considera que além do *boom* de *commodities* registram-se outros eventos que influenciaram os mercados e a política agrícola. O primeiro ponto é o relançamento de políticas de fomento agrícola, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural e de mecanismos de apoio e garantia da comercialização agropecuária. Nesse novo contexto reconstitui-se o crédito público bancário em moldes análogos ao período da modernização conservadora. Há de ressaltar-se, contudo, que “no presente essa combinação de políticas é diferente na forma institucional, mas no essencial, mantém a primazia dos recursos públicos em expansão e continua prover subvenções direcionadas ao que atualmente se chama de agronegócio.” (DELGADO, 2012, p.103). O Estado reassume o protagonismo no sentido fomentar políticas agrícolas e, assim, podemos considerar que a economia do agronegócio passa “por dentro” do Estado.

Consultando-se dados dos “Plano Safra” do período de 1999 a 2010 [...] observa-se substancial elevação do crédito rural [...]; sucessivas recomposições da dívida agrária para com os bancos; retorno paulatino da política de garantia de preços sob novas bases; taxas de câmbio mais favoráveis no primeiro quinquênio e forte incremento das exportações. (DELGADO, 2012, p. 101) .

Outro aspecto está relacionado à rearticulação dos complexos agroindustriais, especialmente ao conjunto associado às matérias-primas – carnes, açúcar, soja e madeira. Esses complexos registram significativo incremento no quadro de exportações, chegando a valores superiores a 275% para os complexos de carnes e açúcar entre os anos 2000 e 2005¹⁰⁵. Há, portanto, o aprofundamento da inserção internacional das cadeias agroindústrias. Tal crescimento registrado tem significativa volúpia no quadro geral de exportações nacionais, já que se registra crescimento da participação comercial de produtos básicos e semielaborados, especialmente relacionados aos complexos agroindustriais e à mineração. A pauta de exportações, portanto, é demarcada pela reprimarização, que se torna mais expressiva pelo não acompanhamento do crescimento das exportações de manufaturados. (DELGADO, 2012).

¹⁰⁵ O autor toma como referência estudo do MAPA sobre os complexos agroindustriais, publicado em 2007.

Uma terceira mudança é registrada no período posterior a 2000, relacionada ao mercado de terras. No período em análise, observa-se a reversão do quadro de desvalorização do preço da terra, marca da década de 1990.

Essa diferença, peculiarmente acentuada, reflete dois processos independentes, mas convergentes, para aquilo que diz respeito à determinação da renda fundiária: 1) a existência do *boom* de *commodities* nos anos 2000 e sua irrelevância no período anterior; 2) a distinta manipulação pelas políticas agrícolas, comercial e financeira dos instrumentos forjadores de “rendas extraordinárias”, literalmente eliminadas nos anos 1990 e restauradas de outras formas nos anos 2000. (DELGADO, 2012, p. 100).

A citação de Delgado (2012) reforça a ideia de que o *boom* de *commodities* registrada na década de 2000 foi um importante fator para elevação da renda fundiária, associando a valorização de produtos de origem agropecuária e o aumento da demanda por áreas passíveis a essas atividades. A renda fundiária¹⁰⁶ ou renda da terra não é equivalente ao preço das terras, contudo há estreita relação. Desse modo,

[...] ocorrendo uma mudança cíclica da demanda por *commodities* [...] os preços da terra e dos arrendamentos deverão refletir essa mudança, propiciando incorporação das novas terras e melhor utilização daquelas já incorporadas ao mercado de terras. Em ambos os casos haverá elevação da renda fundiária macroeconômica e, *ipso facto*, do preço das terras rurais em geral. (DELGADO, 2012, p. 99).

Outro tópico que influencia a elevação da renda fundiária está relacionado ao papel do Estado como promotor de políticas públicas para o rural e como regulador do mercado de terras. Sobre o primeiro aspecto, valemo-nos das considerações que apresentamos anteriormente a respeito das medidas utilizadas para ampliação das políticas de fomento agrícola. Tais medidas são fatores que favorecem também a elevação da renda fundiária no contexto pós-2000. Além disso, sob a segunda condição, temos a atuação do Estado no que se refere à função social da terra e às legislações ambientais. Nesse caminho, “[...] a política fundiária da década reflui para uma posição mais defensiva, da perspectiva dos movimentos sociais agrários, e ostensivamente pró-agronegócio, do ponto de vista do Executivo Federal.” (DELGADO, 2012, p. 101). Desse modo, o refluxo dos movimentos sociais favoreceu a elevação do preço de terras, assim como os processos de regularização de amplas áreas griladas de terras públicas, a falta de medidas para atualização dos índices de produtividade das propriedades rurais (não atualizadas desde 1975) e as mudanças das legislações florestais

¹⁰⁶ No transcorrer do capítulo apresentaremos outras considerações a respeito da renda da terra. No momento detivemo-nos ao registro de mudança da renda da terra e dos fatos que propiciaram tal alteração.

com o afrouxamento, por exemplo, das áreas de preservação permanentes. Não há como deixar de lado o papel da bancada ruralista no Congresso Nacional, atuando por meio de uma estratégia privada no sentido da ampliação da renda fundiária e da pressão sobre recursos. (DELGADO, 2012).

A conjuntura que caracterizamos demonstra que o período da economia do agronegócio possui formas peculiares que conformam um novo arranjo de economia política. Essa nova configuração em torno do agrário brasileiro é composta, segundo Delgado (2012, p. 109), pela “[...] articulação público privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais, perseguindo lucro e renda da terra [...]”. Assim,

Observa-se que agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado. (DELGADO, 2012, p. 94).

Estamos diante, portanto, de um arranjo alicerçado na rearticulação de setores agrários e articulado no sentido da exploração de recursos naturais. Esses, sob o qual se sustenta a reprimarização da economia (petróleo, hidroenergia, agronegócio, mineração), compõem um quadro de acentuação que favorece a pressão no sentido da extração de renda da terra e do agravamento do quadro ambiental. Tal contexto apresenta limites acentuados a longo prazo, já que os recursos naturais tendem a extinguir-se com o tempo. Nesse sentido,

A resultante inevitável é a superexploração de jazidas e terras movas e também intensificação do pacote técnico agroquímico nas zonas já exploradas, para obter maior fatia do mercado externo de produtos primários. Esse arranjo não é sustentável em médio prazo, econômica e ecologicamente. (DELGADO, 2012, p. 128).

Além disso, ainda segundo o autor, o perfil distributivo no qual se alicerça esse modelo apresenta limites significativos, já que se registra um duplo processo de exploração dos recursos naturais e do trabalho humano.

Os ganhos de produtividade na fase de expansão das commodities viram renda da terra e do capital, capturados privadamente pelos proprietários de terras, das jazidas e do capital; mas os custos sociais e ambientais aí envolvidos são da sociedade como um todo. Compensações se tornam necessárias, mas não seriam remédio suficiente para suprir os custos sociais degradantes do trabalho e do meio ambiente. (DELGADO, 2012, p. 128).

A economia do agronegócio apresenta suas particularidades e completa o último

período que apresentamos no sentido da compreensão das transformações trazidas pela modernização da agricultura em âmbito nacional. Tratamos de apresentar até aqui um olhar sobre os fatores que direcionaram as transformações no campo, ou seja, por meio do trânsito que realizamos se registram mudanças que se constituíram por meio de etapas distintas e conjunturas específicas. Cabe, numa mudança de perspectiva, considerar também as consequências produzidas para a agricultura camponesas, aproximando este olhar amplo sobre o campo da realidade das pequenas agriculturas.

6.1.3 Transformações nas relações de produção e o campesinato

Em nenhuma das etapas que descrevemos anteriormente encontramos arranjos que privilegiassem exclusivamente a agricultura camponesa. Ao contrário, definem-se pactos e articulações de interesses que produziram formatos que produziram favorecimentos a outros grupos da sociedade nacional.

Os contextos apresentados apontam estratégias constituídas no sentido de viabilizar a grande propriedade e o capital. A modernização, nesse sentido, não teve como foco principal as economias camponesas, o que não as exclui do movimento mais amplo da sociedade, pois, como lembra Silva (1982, p. 21), “No desenvolvimento do capitalismo monopolista, a afirmação do capital na agricultura não pressupõe, nem necessita, a priori da destruição total das ‘formas não especificamente capitalistas’.” Assim, a modernização muda a configuração na qual se inserem as atividades agrícolas, produzindo, conseqüentemente, transformações e impactos para as pequenas agriculturas.

O processo de modernização, resgatando os apontamentos anteriores, nada mais é do que o aprofundamento das relações capitalistas da agricultura, ocorrido em um momento histórico determinado em articulação a processos multiescalares e multidimensionais (espaciais, econômicas, políticas, etc.). Promoveu mudanças nas bases técnicas, nas relações de produção, no que e como produzir, entre outros aspectos. De forma concisa, Martine (1991, p. 9-10) resgata tais transformações:

[...] a agricultura atravessou um processo radical de transformação em vista de sua integração à dinâmica industrial de produção e da constituição do complexo agroindustrial. Foi alterada a base técnica, desenvolvida a indústria fornecedora de meios de produção para a agricultura e ampliada, em linhas modernas, a indústria processadora de alimentos e matérias-primas. Desse modo, a base tecnológica da produção agrícola foi alterada profundamente, assim como a composição das culturas e os processos de produção.

Exemplifica as mudanças nas bases tecnológicas da produção a incorporação de tratores¹⁰⁷, pois em 1920 registra-se a quantidade de 1.706 no Brasil, sendo ampliado a 8.372 em 1950, 545.205 em 1980 e 820.673 tratores em 2006. Graziano Neto (1982)¹⁰⁸ indica o crescimento do uso de fertilizantes e agrotóxicos. Os primeiros passam de 89.000 toneladas em 1950 para 305.000 em 1960 e 3.100.000 toneladas em 1978. O consumo de agrotóxicos passa de 22.400 toneladas em 1965 para 75.200 em 1978.

Além de tais considerações, a modernização nos moldes nos quais se configurou caracterizou-se por seu formato com alta concentração social e regional, privilegiando inicialmente zonas do sudeste e sul do Brasil e, nos anos 80, atingindo o centro-oeste (DELGADO, 2012). A atuação do Estado durante a modernização conservadora tem importante efeito para afirmação dessa configuração, uma vez que são evidentes os direcionamentos produzidos por meio de políticas públicas. A política de crédito agrícola, por exemplo, importante instrumento indutor da modernização, não foi homogeneamente disseminada. Como lembra Martine (1991, p. 10),

A distribuição social, setorial e espacial dos investimentos provocou uma divisão de trabalho crescente; *grosso modo*, maiores proprietários, em terras melhores, tiveram acesso a crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou para a agroindústria. Enquanto isso, os produtores menos capitalizados foram relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando a mão-de-obra familiar para subsistir ou produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas garantiam preços também baixos.

Szmrecsányi e Ramos (2002), ainda sobre o crédito agrícola, reiteram a ideia de distribuição amplamente desproporcional em favor das grandes propriedades. Além disso, foi marcante o beneficiamento das culturas de exportação, sendo que na década de 1970 as matérias-primas passíveis de beneficiamento ou processamento interno foram mais favorecidas. Registram-se, ainda, como consequências do crédito concedido, a utilização exagerada de insumos agrícolas do novo pacote tecnológico, causando degradação e desperdício, e a estratégia para o acúmulo de capital no setor jusante da produção agrícola, controlada por empresas estrangeiras.

O modelo de modernização conservadora conseguiu transformar o aparato produtivo e alcançar expressivos níveis de crescimento do produto, mas manteve elevados níveis de pobreza absoluta, fazendo com que grande parte da população continuasse

¹⁰⁷ Considerou-se as informações de várias datas dos Censo Agropecuários do IBGE.

¹⁰⁸ As informações foram obtidas através da fonte: “Agroanalysis/FGV, Ano 4, nº. 1 e ano 4 nº 10, 1980”. Nas informações sobre agrotóxicos considerou-se o princípio ativo.

a se reproduzir em condições miseráveis, acentuando uma das distribuições de renda mais concentradas do mundo. (MARTINE, 1991, p. 33).

As ações descritas por parte do Estado demonstram a cisão produzida entre grandes e pequenos agricultores. A modernização e os incentivos utilizados para sua propagação não foram direcionadas para esses últimos, aspecto de forte influência na condição de renda de parte da população rural. Silva (1998), por meio de análises de dados estatísticos, considera diferenciações conforme o período.

Nos anos 70 cresceu a desigualdade, mas diminuiu a pobreza no campo. Ou seja, os ricos ficaram mais ricos mas os pobres ficaram menos pobres. [...] As explicações para esse comportamento passam fundamentalmente pelo fato de que o campo expulsou seus pobres para as cidades, onde foram ser favelados, biscateiros, bóias-frias, etc. [...].

Os anos 80 mostraram um quadro muito mais perverso: continuou a crescer a desigualdade na distribuição de renda, com o agravante de que os mais pobres se tornaram ainda mais pobres. [...] podemos afirmar que os pobres do campo necessitavam de um aumento de 45% na renda que percebiam em 1981 para deixarem de ser pobres; em 1990, esse aumento tinha que ser de 78%. (p. 177-178).

Embora a explanação seja longa, detalha os efeitos da modernização para os agricultores empobrecidos. Informações mais recentes dão conta de que, em 1992, 62,8% da população rural, que ao todo representava 18% da população brasileira, estavam abaixo da linha da pobreza no Brasil. Em 2009 registra-se a redução do percentual da população rural abaixo da linha da pobreza, pois 31,9% da população rural, que agora totaliza aproximadamente 12 % da população brasileira, estava na condição extrema de renda. (NERI; MELO; SACRAMENTO, 2011).

Outras considerações agravantes da condição dos camponeses podem ser apreendidas por meio das considerações de Santos (2002, p. 258-259):

O espaço social agrário tornou-se muito mais complexo neste período [1965], como efeito da modernização desigual e excludente da agropecuária. Por um lado, o campesinato meridional entrou em crise, sob o impacto da expansão do binômio trigo-soja, passando a transferir-se para a região oeste da região Sul, e, nos anos setenta, para a Amazônia Ocidental, sob a égide dos programas de colonização, oficiais e particulares. Pelo outro, a proletarização dos trabalhadores na agricultura consolidou-se nas regiões de média e grande produção, sendo o trabalhador temporário, o “bóia-fria”, o grande personagem dos conflitos agrários nos anos setenta, nas regiões cafeeiras do Paraná e de São Paulo, bem como nas do açúcar, no Rio de Janeiro e na Zona da Mata Nordestina. (**grifo do autor**)

As considerações demonstram a diversidade de efeitos amplamente distribuídos espacialmente. A modernização conservadora promove a ampliação no número de

estabelecimentos em moldes capitalistas no campo, ou seja, registra-se a separação dos proprietários dos meios de produção daqueles que vendem a sua força de trabalho. Portanto, o fenômeno do assalariamento e da utilização de trabalhadores volantes no campo torna-se mais significativo. Soma-se ao quadro de ampliação do assalariamento nas atividades agropecuárias a ampliação do número de trabalhadores que integram serviços acessórios à produção (tratoristas, etc.) e daqueles envolvidos em outras etapas não-agrícolas dos CAIs. Segundo considerações de Silva (1998)¹⁰⁹, ratifica-se a compreensão na qual há crescente ocupação de pessoas economicamente ativas residentes nas zonas rurais em atividades não-agrícolas. Em 1970 um pouco mais de 12% da população estava nessa condição, passando em 1990 a 31,6% das pessoas residentes no meio rural.

A expropriação dos camponeses e a migração de suas áreas de origem marcam também a modernização posta em curso pós-1964. Os fatores mencionados (novos processos de produção, novas culturas, restrição de políticas públicas, condições de pobreza extrema, relações capitalistas no campo), entre outros aspectos, promovem a saída de considerável contingente de pequenos produtores familiares de suas unidades de produção. Registra-se, especialmente no período da modernização conservadora, a migração de parcela significativa da população rural em direção às cidades. São alarmantes os números trazidos por Martine (1991, p. 10):

Além da mecanização expulsar a mão-de-obra, o espaço de arrendatários, parceiros, posseiros e outros pequenos produtores também ficou reduzido pela “territorialização do capital”. Isto provocou um forte êxodo rural (de quase 30 milhões de pessoas entre 1960-80), além de crescente assalariamento da força de trabalho agrícola, muita da qual passou a residir nas cidades.

A conjuntura nacional na qual se produziu uma estrutura agrária complexa e desigual exacerbou inevitavelmente os conflitos no campo. No sentido de exemplificar a dispersão da violência no campo apresentamos as informações disponibilizadas por Oliveira (1999) acerca do número de mortes. Entre 1964 e 1973 registrou-se a concentração do número de mortes em função da violência no campo nos estados do nordeste, especialmente na zona da Mata Nordestina. Posteriormente, até 1983, verifica-se o alastramento dos conflitos por todo o país, contudo a maior parte dos assassinatos concentra-se na região norte. Entre 1983 e 1989 verificaram-se intensos registros de morte, cerca de 42% dos casos pós-1964, estando concentrados nas regiões do Bico do Papagaio, Sudeste do Pará, Bragantina e Pindaré-Mearim no Maranhão. Atribui-se a ampliação da violência em função da implementação do

¹⁰⁹ As considerações foram elaboradas com informações do PNADs.

Plano Nacional de Reforma Agrária e a formação da União Demográfica Ruralista (UDN), com atuações ilegais em expulsões e assassinatos (OLIVEIRA, 1999).

A conjuntura de violência no campo retrata um panorama dos conflitos no campo, aspecto que poderia ser aprofundado pela caracterização de greve de trabalhadores assalariados, ocupações e disputas pela terra. Contudo, como não é foco principal deste estudo, limitamo-nos a expor tais informações a fim de exemplificar as limitações e consequências dos processos de modernização empreendidos no Brasil.

De fato, a modernização conservadora, “projeto modernizante” comandado pelo Estado, inaugura a criação de efeitos contraditórios. No entanto, embora a realidade não deixe de transparecer as contradições inerentes ao processo, em nível discursivo desapareceram as diferenças existentes entre grupos e classes sociais do campo (latifundiários, fazendeiros, pequenos proprietários, latifundistas, arrendatários ou meeiros, sem-terra) a partir da utilização da designação igualizadora “produtores rurais”. (MARTINE, 1991).

O cenário agrário com complexas relações que antecede a modernização é acrescido por novas diferenciações, fruto dos camponeses não expropriados que passam ou não a realizar atividades produtivas com bases modernas e integradas aos CAIs. Desse modo, não há dúvidas de que o novo padrão agrário, comandado pela industrialização da agricultura, conformação dos CAIs e integração de capitais, coloca os camponeses em situações novas.

[...] os pequenos produtores deixaram de ser produtores de subsistência, no sentido de ofertarem apenas o “excedente”, e passam a produzir fundamentalmente para o mercado. Assim, como produtores mercantis propriamente ditos, não se ligam necessariamente à produção de gêneros de subsistência, dedicando-se, muitas vezes, à produção de culturas comerciais, sejam matérias-primas industriais, sejam produtos de exportação etc. Ao lado disso, passam a desempenhar um novo papel, o de compradores de insumos industriais (mesmo que isso não se reflita numa redução de custos) por imposição do capital industrial e comercial [...]. (SILVA, 1981, p. 139).

Nesse sentido, a produção da agricultura camponesa continua sendo importante, embora determinada parcela esteja integrada à “caisificação”¹¹⁰ das relações de produção e apresentem novos perfis. Nesse contexto, especialmente na região sul do Brasil, acentuam-se mudanças produtivas nos pequenos produtores familiares, que passam a desenvolver suas atividades com base na agricultura modernizada, produzindo *commodities* e integrando-se tanto a jusante como a montante aos CAIs.

O padrão agrícola impõe que a agricultura esteja interligada às estratégias dos outros

¹¹⁰ Termo utilizado por MARTINE (1991, p. 8) para designar “[...] crescimento do número, tamanho, importância, poder e integração dos complexos agroindustriais ou CAIs [...]”

setores que compõem os sistemas produtivos. Dessa forma, ao olhar para o processo de integração da agricultura com as agroindústrias estamos diante de estratégias distintas que podem, ou provavelmente podem, não estar em sintonia. A fim de caracterizar essa relação, lançamos mão das considerações de Silva (1998) a respeito das estratégias das agroindústrias, quando não há interesse delas na integração verticalmente da produção

[...] as indústrias tendem, num primeiro momento, a estabelecer contratos com pequenos e médios produtores familiares, por duas razões principais: primeiro, a indústria evita financiar ou adiantar capital variável próprio, já que esses produtores não remuneram monetariamente a mão-de-obra familiar; a segunda é que geralmente os pequenos produtores não tem poder de pressão suficiente para barganhar melhores preços, prazos de pagamento e sistemas de classificação impostos pela indústria, de forma que o contrato de fornecimento se converte num mecanismo velado de transferência de renda da agricultura para a indústria. (SILVA, 1998, p. 37).

Ao setor agroindustrial torna-se vantajoso produzir integrações com os camponeses, uma vez que assim se afastam alguns riscos inerentes do processo produtivo e se potencializa o acúmulo de capitais. Isso ocorre com muita frequência em atividades vinculadas, por exemplo, à produção de suínos, frango, fumo e algodão. O contexto de ampla integração com os camponeses pode sofrer reveses, já que

Depois de consolidado o fluxo regular de matéria-prima, essas vantagens iniciais tendem a desaparecer em face das restrições tecnológicas e de padronização dos produtos que geralmente tem o pequeno produtor. Num segundo momento poderá ser conveniente à agroindústria selecionar os produtores mais eficientes, ou seja, aqueles com melhores condições de responder tecnologicamente às necessidades da indústria [...] (SILVA, 1998, p. 37).

A situação apresentada demonstra uma mudança de estratégia por parte das agroindústrias, as quais passam a selecionar os mais adequados às suas estratégias de acúmulo, o que significa excluir “parceiros” e/ou pressioná-los no sentido da ampliação da produção e da qualidade das matérias-primas. Registra-se também a seletividade locacional, ou seja, devido às novas estratégias logísticas e de redução de custos de transporte das agroindustriais verifica-se que certas localidades deixam de ser atrativas, gerando a exclusão de camponeses com unidades de produção nelas localizados. Os dois processos retratados representam, portanto, ações estabelecidas por agroindústrias no sentido da ampliação de “fornecedores fidelizados”, da mudança das exigências produtivas e da seletividade de “parceiros”, aspectos que se fazem cotidianamente na realidade do campesinato integrado.

As relações de integração produtiva agricultura-agroindústria, em muitos casos,

colocam os camponeses em um contexto de restrição de sua autonomia, como destaca Graziano Neto (1982, p. 69):

Esta perda de autonomia da agricultura é mais flagrante nos chamados complexos agroindustriais, com as várias formas de integração produtiva cada vez mais comuns na agropecuária brasileira. Na produção de frangos de corte, suínos, fumo, tomate, uva, laranja, entre outros, a integração com o setor industrial que processa o produto é cada vez mais intensa, havendo relacionamento bastante próximo entre os produtores rurais e as empresas transformadoras. E a regra geral é a existência, de um lado, de milhares de agricultores e, de outro, de uma ou duas grandes empresas.

Essas relações de perda de autonomia que tomam forma nessa relação de integração, segundo este mesmo autor, pode ser exemplificada pela produção de frangos no oeste de Santa Catarina, onde

A indústria que abate e comercializa a carne de frango determina, através de contratos, o tamanho do galinheiro e raça a ser criada; controla o preço da ração e a alimentação; cuida dos tratamentos sanitários; e, por fim, estipula o preço da carne que comprará. Quer dizer, da indústria só não são a terra e o risco da produção. (GRAZIANO NETO, 1982, p. 69).

A caracterização oferecida por Graziano Neto indica a restrição das decisões dos camponeses nos processos produtivos. Em vários CAIs as determinações externas às unidades de produção promovem restrição da capacidade de escolha desses agricultores, seja devido a instrumentos legalmente constituídos, via contratos e acordos formais (como no exemplo citado da avicultura), ou mesmo pela necessidade de equiparação técnica nos processos produtivos, por meio da ampliação qualitativa e quantitativa da produção agropecuária, almejando a superação de uma escala mínima de produção para “sobrevivência” no mercado.

As situações descritas anteriormente demonstram o quanto as relações dos camponeses ganham em complexidade, especialmente na interação deles com as agroindústrias, já que a produção passa a interagir com diversos atores e um amplo conjunto de situações. A maior amplitude de relações também transforma os preços dos produtos comercializados e reflete na apropriação da renda pelos camponeses. Se em momentos históricos anteriores à modernização eles tinham dependência significativa com relação ao capital comercial, sendo os valores recebidos mediados pelos representantes desse segmento e pelo mercado, no contexto pós-modernização, especialmente no caso dos camponeses altamente integrados, verifica-se uma conjuntura em que os valores recebidos perpassam as estratégias de acúmulo de capital da indústria e de outras formas do capital. Desse modo, o valor da agricultura camponesa integrada a CAIs não depende exclusivamente do preço final

do produto ao consumidor, uma vez que se relaciona também com a massa de lucros dos complexos.

Essa situação ganha formas, por exemplo, pela estratégia de acúmulo de capital das agroindústrias, já que a possibilidade de ampliações de lucro das agroindústrias passa pela redução de custos, sendo alcançada pela redução do valor pago às matérias-primas e/ou pela diminuição dos custos nos processos produtivos. Nesse contexto, como lembra Paulino (2012), podemos encontrar uma situação na qual a ampliação da taxa de lucro das agroindústrias ocorre por meio da redução dos preços da matéria-prima, ocasionando a extração da renda da produção camponesa para o setor agroindustrial. Nessa situação, frequentemente, registra-se o empobrecimento do campesinato.

Também há cenários nos quais há flutuações do preço final dos produtos agroindustriais em meio a situações em que a taxa de lucro do setor agroindustrial permanece inalterada. Desse modo, com base nas considerações de Paulino (2012), podemos encontrar cenários de ampliação dos preços finais, momento em que o campesinato consegue acumular riqueza socialmente produzida e, eventualmente, enriquecer; ou, então, contexto no qual há a redução dos preços finais, o que obriga os camponeses a entregarem as matérias-primas por valores mais baratos do que o equivalente de trabalho empregado à produção, doando à sociedade parte de seu trabalho. Nessa última situação verifica-se o empobrecimento do campesinato.

Cabe destacar algumas características da relação da agricultura camponesa com o setor industrial a montante. Segundo Silva (1998, p. 38),

No caso do segmento industrial a montante da agricultura (D1) a dinâmica é determinada a partir da indústria. Embora se possa dizer que os fluxos tecnológicos são selecionados e regulados pelos agricultores, estes têm baixo poder de indução, sendo inclusive incapazes de vetar ou impedir o desenvolvimento de determinada técnica pela indústria.

Os cenários indicados registram o sentido de possíveis combinações entre os preços dos produtos agroindustriais comercializados, a alteração da taxa média de lucro das agroindústrias e a renda que permanece com os camponeses. As situações verificadas nos exemplos possibilitam várias combinações entre esses segmentos, registrando a complexidade de relações que conformam a renda dos camponeses e as situações em que há extração da renda e o consequente empobrecimento desses camponeses. Importante destacar que os exemplos levaram em consideração alguns fatores que integram as relações dos camponeses nos CAIs.

Alguns argumentos ao entendimento dessa relação também são apresentados por Silva (1998, p. 54):

Como o preço final, em última instância, é sempre limitado pela capacidade de pagamento dos consumidores finais. Os agentes intermediários da cadeia, quase sempre firmas oligopólicas, monopsonicas ou oligopsonicas, repassam para trás as pressões de custos que ameaçam reduzir suas vendas e/ou margem de lucro, via redução dos preços de insumos e matérias-primas adquiridos. Apenas no caso do elo agropecuário dos CAIs isso não é possível, dado o caráter oligopólico-oligopsonico dos segmentos do DI a montante e a jusante da agricultura. Configura-se aí o que Guimarães (1979) chamou de “tesoura de preços”, uma compreensão da renda dos produtores rurais, acossados, de um lado, pelos setores oligopólicos que vendem insumos, máquinas e equipamentos, e, de outro, pelas agroindústrias, monopsonicas na maioria dos casos.

A relação com as agroindústrias não é o único elo do setor agrícola, pois o setor industrial a montante também está presente na agricultura em padrões modernos. Há de considerar-se que a indústria a montante da agricultura (indústria química, metalmeccânica) possui elevada capacidade de influência sobre o setor agrícola. Os produtos industriais (tratores, semestres, agrotóxicos, etc) encontram uma frente de consumo no rural, aspecto que, de forma geral, tem como foco prioritário os grandes e médios produtores, devido a maior capitalização e a maior possibilidade de consumo. Os camponeses nessa relação possuem menor poder de barganha e menor capacidade de mediação com esse setor. Tornam-se, no contexto das práticas agrícolas modernizadas, consumidoras nos processos produtivos de constantes inovações, sem, contudo, possuírem significativo poder de interlocução. Como destaca Marafon (1998, p. 83-84),

As empresas a montante do setor agrícola, através do desenvolvimento de tecnologia, propiciam novas formas de produção, seja no preparo do solo, plantio ou colheita, pois dificilmente o setor agrícola teria condições de conduzir alterações na forma de produção. Pela capacidade destas empresas em induzir transformações na agricultura, elas são consideradas como pólo dinâmico do Complexo Agroindustrial. Este conjunto de empresas, a montante, está continuamente procurando diferenciar seus produtos e buscando a contínua elevação da produtividade através dos métodos de cultivo. Assim, o setor agrícola passou a ser usuário destes produtos, a produzir para as agroindústrias e atender a demandas do mercado consumidor.

Por meio das situações até aqui elencadas podemos considerar que parte da agricultura camponesa passa a ter alta participação em mercados, seja pela compra de insumos ou mesmo pela venda de produtos, nos quais possuem reduzido controle dos preços praticados. A agricultura em moldes modernos exige uma constante adequação dos processos produtivos, seja no sentido qualitativo de superação da escala mínima viável à atividade agropecuária, seja através de adequações e melhorias qualitativas nas matérias-primas. O

campesinato, nessa situação, está interligado às intenções das agroindústrias e do mercado de produtos primários e/ou semielaborados, constantemente exigentes de processos de adequação e de ampliação das escalas de produção. A corrida em busca da adequação às exigências quantitativas e qualitativas passa pela intensificação do padrão técnico, o que transforma completamente a estrutura de custos na economia camponesa quando não impõe relações com o sistema bancário, financiador da corrida tecnológica-produtiva. As palavras de Silva (1981) tornam-se significativas ao sintetizar a amplitude de tais relações, pois no atual contexto “[...] a produção camponesa no Brasil de hoje está sempre subordinada ao capital que se interpõe como comprador de suas mercadorias e como fornecedora dos meios de produção de que necessita.” (SILVA, 1981, p. 130).

Em boa medida, a discussão apresentada até aqui se aproxima das considerações de Ploeg (2008) sobre os Impérios Alimentares e os impactos característicos no campesinato. Os Impérios não são apenas empresa na qual o campesinato está integrado.

O Império é aqui entendido como um modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante. Ao mesmo tempo, o Império é personificado por uma variedade de expressões específicas: grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, mas também leis, modelos científicos, tecnologias, etc. Em conjunto, essas expressões (às quais me refiro no plural como *impérios alimentares*) constituem um regime “uma gramática ou um conjunto de regras compreendidas no complexo coerente de conhecimento científico, práticas de engenharia, tecnologias do processo produtivo, característica dos produtos [interesses empresariais, ciclos de planejamento e controle, engenharia financeira, modelos de expansão e] formas de definir problemas – todas elas integradas em instituições e infraestruturas” (Rip e Kemp, 1998; Ploeg, Bouma, Rip, Rijkenberg, Ventura e Wiskerke, 2004)¹¹¹. (PLOEG, 2008, p. 20).

Os Impérios tomam forma em uma vasta gama de mecanismos e expressam-se através de muitas entidades e relações. Os Impérios provocam algumas tendências impactantes no campesinato. O autor destaca, inicialmente, a desintegração e as distorções consideráveis na base de recursos sob o qual o modo camponês de fazer agricultura está fundado, através de processos como:

[...] o bloqueio do acesso a linhas de crédito, a usurpação da água, a eliminação abrupta de saídas de mercado através da introdução de imitações de produtos, a destruição de instituições importantes, tais como a propriedade comunitária de terras

¹¹¹ As referências citadas na passagem fazem menção às seguintes publicações: RIP, A.; KEMP, R. Technological charge. In: RAYNER, S.; MALONE, E. L. *Human choices and climate change*, v. 2, Battele Press, Columbus, Ohio, p. 327-399, 1998. e PLOEG, J. D. Van der; BOUMA, J.; RIJKENBERG, F.; VENTURA, F.; WISKERKE, J. On regimes, novelties, niches and co-production. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. Van der. *Seeds of transition, essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Assen: Royal Van Gorcum, 2004c.

e os acordos de arrendamento rural, e a imposição de esquemas regulatórios que impedem o desenvolvimento continuado de formas equilibradas de coprodução. (PLOEG, 2008, p. 286-287).

Outro impacto característico toma forma “[...] devido à drenagem de recursos a que grandes segmentos da agricultura estão sujeitos, o Império tende a introduzir uma precariedade generalizada no setor agrícola.” (PLOEG, 2008, p. 287). Tal situação, que abala várias partes do mundo, compromete as perspectivas de bem viver e de reprodução das unidades camponesas. E representa estratégia de extração da riqueza elaborada pelo campesinato para os segmentos econômicos, entre outras situações através das infraestruturas produtivas. (PLOEG, 2008)

O terceiro ponto elencado pelo autor está relacionado à elevada capacidade dos Impérios, em uma escala nunca vista, de apropriar-se de recursos, tais como terras, materiais genéticos, água, saídas para o mercado.

O que é único do Império (como modo de ordenamento) é o fato de ele converter a desconstrução dos modos de produção locais, a drenagem de riqueza e a indução associada de precariedade e redundância em fenômenos sem precedentes. [...] Devido à centralidade do controle – possibilitado por novas tecnologias de planejamento e monitoramento – o Império como modo de ordenamento tende a ser onipresente e universal: ele se estende por muitos domínios da vida social e da vida natural e introduz formas de controle que afetam praticamente todos os lugares. O Império penetra nos mais íntimos detalhes do mundo social e do mundo natural (afetando até a forma como os ramos de amoras silvestres crescem). Através dele, uma grande variedade de ligações, processos e resultados são especificados de forma rígida e não negociável. (PLOEG, 2008, p. 287).

Esse novo modo de ordenamento propagado pelos Impérios, imposto a grandes segmentos do mundo social e do mundo natural, exerce controle sobre redes essenciais aos processos produtivos, além de integrar outros domínios da vida. Representa, portanto, controle e perda da autonomia por parte dos camponeses. Por um lado, provoca a conformação de novos circuitos paralelos. Além disso, favorece a mercantilização das relações de produção, acentuando a drenagem da riqueza em meio à generalização exercida em mercados globais, e conforma práticas de terceirizações guiadas por grupos do agronegócio, o que implica na “descartabilidade” dos camponeses, ou seja, “[...] muitas (se não praticamente todas) áreas de produção e grupos de produtores podem se tornar supérfluos de um momento para outro.” (PLOEG, 2008, p. 288). Ainda segundo o autor, ao mesmo passo que se criam condições de dependência, se estabelece no campesinato vinculado ao Império a turbulência e a insegurança.

As três ponderações apresentadas pelo autor representam perspectivas conflitivas

entre a condição camponesa e a lógica do Império, que toma forma não apenas nos processos produtivos, mas também nas lógicas de desenvolvimento, princípios de sustentabilidade, inovação, etc. As resistências tornam-se uma marca de tais relações conflitantes, seja através de lutas abertas ou mesmo por uma multiplicidade de outras respostas. (PLOEG, 2008).

O contexto que apresentamos até aqui expõe as diversas relações dos camponeses ao integrar o rural com bases na modernização da agricultura. Os tipos de relações com outros setores, o grau de intensificação das bases técnicas e os formatos de inserção ou não em CAIs dependem do contexto regional no qual as unidades de produção estão inseridas, dos produtos agropecuários produzidos e comercializações, assim como as relações de produção disponível. Em meio à diversidade de situações, há interpretações de que a subordinação do camponês ao capital se torna uma prática mais ampla e mais intensa, para além do capital comercial em sua forma em geral.

Os efeitos da modernização para a pequena agricultura são também marcados por relações de extração de excedentes da economia camponesa, ou seja, parte da renda da terra originada nos processos produtivos do campesinato é “drenada” pelo capital e apropriada por outros grupos econômicos. Diferentemente das relações de assalariamento, no qual a extração de excedente se dá no processo de trabalho, tais relações com as unidades camponesas materializa-se na circulação de mercadorias. Assim, não é no interior do processo de trabalho coletivo, familiar, que ela toma forma. O argumento que dá suporte a essas afirmações se encontra nas relações entre a propriedade privada da terra, a renda da terra originada por esse vínculo e os mecanismos de extração da renda por parte do capital.

Martins (1995) ressalta que a terra se configura como um instrumento de produção indispensável no campo, que apresenta características qualitativamente distintas de outros meios. Trata-se de um bem natural, limitado, que não pode ser criado pelo trabalho e tampouco reproduzido. Em suas afirmações destaca que, embora os frutos da terra possam ser originados por relações entre o capital e o trabalho, a terra não é, pois ela não é produto do trabalho e tampouco pode ser confundida com o capital. Essas ponderações permitem considerar que a propriedade desse bem natural gera algo distinto, já que “de fato, o que ela produz, do ponto de vista capitalista, é diferente do que produz o capital. Assim como este produz *lucro* (isto é, a parcela da mais-valia, de riqueza a mais, que o capitalista retém), e o trabalho produz *salário*, a terra produz *renda*.” (MARTINS, 1995, p. 162).

Conforme esses apontamentos, a propriedade privada da terra possibilita a retenção de uma renda por parte de seu proprietário. A renda da terra, ou também denominada renda territorial, representa uma parcela da riqueza socialmente produzida que é repartida aos

proprietários fundiários, sendo variável no tempo e no espaço conforme as necessidades e as intenções de determinada sociedade. Há de considerar-se que a propriedade da terra é uma relação social que resulta de processo histórico de destruição de terras, conflitos, contradições e, entre outros aspectos, articulações políticas, expressos em disposições jurídicas. Como destaca Delgado (2012, p. 99),

[...] a terra é recurso natural não produzido pelo homem e sua propriedade privada caracteriza-se como monopólio de recurso natural, juridicamente regulado, a renda oriunda da posse ou propriedade é claramente uma arbitragem público-privada, de captura de renda social, sob regulação prévia do regime de propriedade.

Além desse contexto apresentado, ressalta-se que os proprietários de terras não são necessariamente os capitalistas do campo, o que suscita contradições e certas barreiras para penetração do capital no campo. Assim, a apropriação da renda da terra pelo capital pode processar-se através dos seguintes modos: do arrendamento de terras, prática pouco comum nacionalmente, através da qual se mantém a distinção entre os proprietários de terras e os capitalistas no campo; da unificação entre esses dois segmentos sociais, seja pelas transformações dos proprietários de terras em capitalistas ou mesmo a compra de terras por estes últimos, fenômeno responsável pela apropriação de grandes propriedades ou a criação delas, que se opera normalmente em setores com elevada renda da terra; ou, então, por meio da subordinação da produção camponesa, por meio de mecanismos de extração de excedente econômico. (MARTINS, 1995).

Entre esses formatos podemos considerar que o último se configura como o formato atuante junto aos camponeses não expropriados no processo de modernização. Seguindo as considerações do autor,

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recursos do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital, [...] estamos diante da *sujeição da renda da terra ao capital*. (MARTINS, 1995, p. 175).

A sujeição da renda da terra e sua respectiva apropriação pelo capital tornam-se significativas nas relações entre os camponeses e as agroindústrias, conforme ponderações que apresentamos anteriormente. Além disso, a apropriação se processa também “[...] na intermediação do capital comercial, na ação do capital financeiro, no mecanismo de preços estabelecidos pelas indústrias de insumos e máquinas, enfim, são diversas as situações em que essa transferência ocorre.” (PAULINO, 2012, p. 122). A relação com o setor financeiro e sua

dependência com o crédito exemplifica, entre outros casos possíveis, a apropriação da renda e a transformação do proprietário fundiário em um proprietário formal da terra.

É um fato claro que toda renda diferencial tem sido sistematicamente apropriada pelo capital no momento da circulação de mercadorias de origem agrícola. O que hoje acontece com a pequena lavoura de base familiar é que o produtor está sempre endividado com o banco, a sua propriedade sempre comprometida com as garantias de empréstimos para investimentos e sobretudo para custeio da lavoura. (MARTINS, 1995, p. 176).

Como destaca Paulino (2012), a sujeição da renda da terra está presente no campo e pode ocorrer independentemente da incorporação de tecnologia ou vínculo com o mercado por parte dos camponeses, pois essa ação está intrinsecamente relacionada ao grau de monopolização do território que é exercido pelo capital. Tal monopólio não significa a exclusividade de pertencimento a uma única cadeia produtiva e, além disso, são criadas estratégias no sentido de evitar a extração predatória da renda que se manifestam, por exemplo, pela diversificação de atividades produtivas e a busca pela eliminação de intermediários.

A fim de tornar mais evidentes os significados envolvidos na monopolização do território, como mencionado anteriormente, apresentamos os conceitos de “territorialização dos monopólios” e “monopolização do território”, concebido por Oliveira (2002). Eles expressam as formas de apropriação da renda da terra e faces contraditórias do desenvolvimento no campo, sendo significativos para a apreensão das estratégias do capital na agricultura. O primeiro “[...] ocorre através do controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal.” (2015, p. 242). Estamos diante do contexto apresentado por Martins (1995) no qual o proprietário de terra e o capitalista se fundem em um único personagem que retém os lucros das atividades produtivas e a renda da terra gerada na atividade agrícola. Nesse mecanismo verifica-se, entre outros fenômenos, o esvaziamento do campo, pois

[...] ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviços, quer serem trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso o processo de especialização capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude. [...] A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagens etc. (OLIVEIRA, 2002, p. 106).

A segunda concepção teórica, a monopolização do território,

[...] se dá através das empresas de comercialização (*trading companies*) e/ou

processamento industrial da produção agropecuária, que não produzem diretamente no campo, porém, controlam através de mecanismos de subordinação, a produção dos camponeses e dos capitalistas produtores do campo. Estas empresas monopolistas mundiais operam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo. Esse processo forma *o controle monopolístico do território (monopolistic control of the territory)*, ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem ter a necessidade de territorializar os monopólios, ou seja, não precisam aplicar capital para tornarem-se proprietárias de terras. (OLIVEIRA, 2015, p. 242).

Nessa circunstância, criam-se e recriam-se formas não capitalistas no campo, permitindo a existência do trabalho familiar em suas múltiplas formas, pois “[...] o próprio capital cria as condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas ou mesmo viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo (ração para avicultura ou para a suinocultura)” (OLIVEIRA, 2002, p. 106). Tais circunstâncias estão articuladas diretamente aos mecanismos de subordinação da produção camponesa por meio da sujeição da renda da terra ao capital.

Com base nos argumentos de Oliveira (2002), podemos considerar que esses dois processos revelam faces contraditórias do desenvolvimento no campo, amplificadas pelo processo de modernização. Desse modo,

[...] o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele (o capital) cria, recria o trabalho familiar camponês para que a produção do capital seja possível e, com ela, a acumulação possa aumentar. Assim, esse processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no campo gera ao mesmo tempo a expansão do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e o trabalho familiar camponês nas pequenas propriedades ou estabelecimentos. (OLIVEIRA, 2002, p. 80-81).

A modernização da agricultura traz consigo um conjunto de transformações ao campo e a agricultura camponesa. Essa última, assim como o setor agrícola como um todo, subordina-se a outros setores, sendo que a renda proveniente das relações de produção e propriedade integra relações de sujeição. A (re)criação do campesinato não está descolada do movimento mais amplo da sociedade.

6.2 Considerações

Os apontamentos produzidos até aqui dão conta de que a modernização da agricultura é um processo-chave no sentido da compreensão das transformações ocorridas no campo. Esse processo é resultado de eventos de diferentes escalas que, igualmente, abrangem

diversas relações e disputas entre grupos e classes sociais. Nesse sentido, a modernização da agricultura que toma forma no Brasil não ocorre de forma isolada, está articulada a dinâmicas econômicas globais.

O termo modernização da agricultura, em uma primeira aproximação, refere-se às transformações das bases técnicas da produção agrícola em direção à incorporação de inovações técnicas, novas bases energéticas, emprego de maquinários agrícolas e insumos industriais, novos métodos e técnicas em meio aos processos produtivos, etc. Modernizar significa, portanto, mudanças no que se produz, como se produz e o quanto se produz, em articulação à crescente integração do setor agropecuário ao sistema capitalista industrial.

Da mesma forma, modernização da agricultura expressa mudanças na organização social da produção. Nesse sentido, modernizar significa introduzir novas relações sociais que, em boa medida, extrapolam os limites meramente técnicos dos processos produtivos. Assim, com o crescimento dessas relações no campo verificam-se mudanças nas relações de trabalho, na composição de redes e de atores sociais, nas formas de distribuição e de acúmulo de capital proveniente das atividades agropecuárias, no direcionamento das políticas públicas, na composição da população, entre tantos outros aspectos relacionados aos conteúdos do espaço rural.

A modernização, qualificada desse modo amplo, toma forma no Brasil e se manifesta por meio de distintas fases, as quais contêm padrões agrários específicos e tendências de acúmulo de capital. Em boa medida, tais fases resultam de configurações específicas dos sistemas de crédito público, dos ciclos de acumulação e repartição dos excedentes econômicos, dos modos de extração da renda da terra, articuladas por meio de pactos agrários entre classes sociais. Tais fases repercutem, (des)articulam relações e protagonizam situações que reverberam em distintas escalas geográficas

Em meio a esse contexto, parte significativa do campesinato passa a relacionar-se com a modernização, sendo, em muito casos, destinada à expropriação do campo, dando espaço à agricultura capitalista, ou em outras situações incorporando os condicionantes modernos, passando a integrar complexos agroindústrias. Os camponeses, sob esses novos preceitos, passam a ter dificuldades no que se refere ao controle da base de recursos autocontrolada, fundamental para o desenvolvimento das atividades agropecuárias por eles realizada. Do mesmo modo, a autonomia das unidades camponesas é colocada em risco, devido às novas relações com o exterior, que podem representar a ampliação da dependência em meio a cenários turbulentos e inseguros. Cabe destacar, ainda, que se verifica com a modernização a ampliação dos mecanismos de subordinação do setor agropecuário a outros,

ao mesmo passo em que há o aprofundamento da subordinação dos camponeses ao capital, que inclusive manifesta territorialmente.

Tais considerações sobre a modernização da agricultura são fundamentais para compreensão da produção do espaço rural da microrregião de Erechim, uma vez que em meio à crise das bases coloniais a modernização passa a ser a tônica que articula as atividades produtivas. Nesse sentido, no próximo capítulo apresentaremos considerações sobre a modernização da agricultura e sua estreita relação com as transformações da produção no espaço outrora definido como Colônia Erechim.

7 ESPAÇO E TEMPO: A CHEGADA DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Nos capítulos anteriores, especialmente nos dois últimos, desenvolvemos considerações no sentido de elaborar uma compreensão a respeito da história do espaço. Tal proposta, ainda não concluída, estendeu-se até a premissa de que houve formas de ocupação e de organização dos espaços distintos na microrregião de Erechim. Dentre essas formas, está o sistema de bases coloniais que se tornou hegemônico ao longo da primeira metade do século XX, sendo característico do ponto de vista das práticas espaciais e das redes de relação, ambas produzidas nesse período histórico.

Essa forma de organização da sociedade apresentou limites, que potencializaram a introdução da modernização da agricultura. Esse processo, cujo desenvolvimento toma forma em distintas partes do Brasil, promovendo significativas mudanças no campo, quando de sua chegada à microrregião de Erechim, tende a provocar mudanças significativas nas interações sociais, nas redes de relação dos colonos, nas paisagens rurais e nas bases da apropriação e do uso da natureza.

Desse modo, este capítulo tem como ponto de partida o espaço rural caracterizado em bases coloniais, que passa a absorver princípios e práticas espaciais em preceitos da modernização da agricultura. Assim o capítulo tem como objetivo identificar as diferentes estratégias de apropriação da natureza no campo, dentro de um contexto histórico, a partir da introdução da modernização da agricultura no espaço rural da microrregião de Erechim.

As bases teóricas utilizadas para fundamentar a relação espaço e tempo e a modernização da agricultura são as mesmas que orientam os capítulos anteriores. Da mesma forma mantivemos os questionamentos orientadores do capítulo 4, ou seja, o percurso do texto que segue está inspirado em questionamentos que anteriormente utilizamos. Assim, buscamos responder às perguntas: como se deu a formação histórico-geográfica da microrregião? Em outros momentos houve formas distintas de organização do espaço? Quais são as heranças, os acúmulos de tempos, expressos contemporaneamente?

7.1 A Modernização e a Microrregião de Erechim

Os apontamentos produzidos até aqui dão conta de que a modernização da agricultura e as transformações ocorridas no campo são resultados de eventos de diferentes escalas que, igualmente, abrangem diversas relações e disputas entre grupos e classes sociais. As consequências geradas, especialmente no cerne das comunidades camponesas, repercutem

e protagonizam novas situações que reverberam na escala regional e local. Nesse sentido, as considerações apresentadas nos capítulos anteriores dão sustento para compreensão das novas características da microrregião de Erechim.

Brum (1985) apresenta importantes considerações sobre o modo como a modernização toma forma no norte do Rio Grande do Sul, especialmente no Planalto Gaúcho, foco de sua análise. Para o autor a expansão da modernização da agricultura no planalto pode ser compreendida através de três fases. A primeira corresponde ao período que abrange o pós-guerras mundiais e o início da década de 1970 e tem como característica principal a centralidade na produção de trigo. Nesse contexto registra-se, após 1960, a soja como uma cultura secundária em crescente expansão no que concerne às áreas produtivas e à importância econômica. A triticultura, portanto, é a cultura responsável pela introdução das profundas mudanças nas bases técnicas e nas relações sociais de produção no norte gaúcho.

A expansão do trigo em moldes da agricultura modernizada está fundamentada em três fatores: objetivos governamentais, interesses das corporações transnacionais e condições preexistentes favoráveis à cultura. Os objetivos governamentais, primeiramente, estavam alicerçados na autossuficiência desse grão básico à alimentação da população e na extinção da dependência externa via importações. Ressalta-se que os processos de industrialização e de urbanização que tomaram forma no século XIX no Brasil ampliaram as preocupações com relação ao abastecimento da população urbana. Uma série de medidas do Estado reflete essa preocupação com relação à produção de trigo, buscando maior estabilidade e regularidade na produção e conciliando interesses relacionados aos produtores dessa cultura. “A partir dos anos 50, o crédito fácil e juros favorecidos e a garantia de preço estável tiveram importante papel na expansão da triticultura gaúcha.” (BRUM, 1985, p. 121).

Os interesses das corporações transnacionais, especialmente norte-americanas, estavam centrados na criação de complexos agroindustriais a nível global, assegurando o controle dos mercados de grãos e criando potenciais consumidores de produtos industriais fabricados por esses grupos. Nesse contexto, o Planalto Gaúcho foi identificado como dotado de potencialidades, ou seja, possuía condições para ser integrado ao novo conjunto de relações orquestrado pelas corporações, desde que a modernização ali tomasse forma. Além disso, havia condições preexistentes para efetivação de empreendimentos empresariais dessa natureza, já que haviam circunstâncias favoráveis à implementação de grandes lavouras mecanizadas (terrenos propícios e pessoas dispostas a implementação de tais medidas). Assim,

A triticultura mecanizada no campo teve início em 1946, em Passo Fundo e Carazinho, e, alguns anos depois, em Ijuí e Santo Ângelo, estendendo-se rapidamente a outros municípios, ainda na década de 50. Nos anos 60 e 70, as lavouras mecanizadas de trigo e soja expandiram-se para toda região do Planalto Gaúcho, bem como para outras áreas do RS e, também, para outros Estados. (BRUM, 1985, p. 122-123).

A produção mecanizada de trigo foi protagonizada inicialmente por um conjunto de indivíduos com atividades profissionais urbanas (comerciantes, profissionais liberais e pequenos industriais). Eles tinham condições diferenciadas para pôr em prática as lavouras modernizadas, já que dispunham de capital para tal ação, perceberam as condições favoráveis à produção e possuíam trânsito com setores burocráticos do Estado e conhecimentos acerca do modelo de negócio que surgia. Primeiramente, eles passam a arrendar terras para os cultivos e, posteriormente, em alguns casos, adquirindo terras mecanizáveis para produção. Diferentemente dos granjeiros¹¹², os colonos manifestavam descrédito com relação à produção nas áreas de campos, não possuíam capital com significativa expressão para aquisição de insumos e de equipamentos em bases modernizadas, não estavam familiarizados ao sistema bancário e possuíam aversão à contratação de empréstimos, que significavam a hipoteca das terras. Além disso, não estavam habituados ao modelo empresarial das granjas, já que sua reprodução social estava baseada na policultura familiar. (BRUM, 1985).

Tais circunstâncias, ainda de acordo com Brum (1985), protelam a entrada dos colonos no processo de modernização que está em curso. A introdução dos colonos ao processo toma forma a partir da década de 1960, especialmente após 1965, forçados pela conjuntura que passa a caracterizar o campo.

Com as terras geralmente esgotadas, descapitalizadas, produção agrícola em declínio, explorado nos preços, sem apoio oficial, estava desesperado e não via perspectivas. Havia incentivos e garantias oficiais apenas para o trigo. Abandonar a policultura e ingressar na monocultura do trigo com o reforço da soja em expansão, apresentava-se, na época, como sendo a única alternativa viável. [...] Assim, o pequeno e médio agricultor ingressou na produção modernizada e foi integrado no mercado mais amplo sobre o qual não tem nenhum poder de decisão. Essa mudança foi extremamente rápida, expandindo-se velozmente e se consolidando na década de 70. (BRUM, 1985, p. 125).

Após esse primeiro momento de expansão da modernização no campo caracterizado pela presença da produção de trigo em novos formatos e nos quais os “granjeiros” assumem a dianteira de seu desenvolvimento no Planalto Gaúcho, entramos na segunda fase de expansão da modernização. Esse, segundo Brum (1985), está situado cronologicamente na década de

¹¹² Termo regionalmente utilizado para designar os proprietários das grandes extensões de terras (granjas).

1970, especialmente entre no período 1972-1978, sendo caracterizada pela primazia dos cultivos de soja em detrimento do trigo, que passa a ser uma lavoura secundária.

A produção de soja, historicamente, tinha pouco destaque no quadro da agricultura realizada pelos colonos, sendo apenas a partir da década de 1940 que o grão começou a ter expressão nas pequenas propriedades rurais. Era utilizado, basicamente, para alimentação de suínos, embora apresentasse menor êxito para esse fim do que o milho, principal recurso alimentar. Os cultivos eram realizados nos moldes da agricultura colonial, sendo plantados de forma consorciada com o milho. Na década de 1950 registra-se a introdução do grão pelos tricultores do planalto como lavoura secundária, sendo manejada nos moldes da agricultura modernizada. (BRUM, 1985).

Podemos elencar como fatores que favoreceram essa articulação entre produção de trigo e de soja: os períodos distintos de plantio e de colheita dessas culturas, já que o trigo é uma cultura de inverno e a soja de verão, cuja sucessão possibilitou a intensificação do uso das terras em períodos ociosos; o aproveitamento das mesmas máquinas, dos equipamentos, fertilizantes e das técnicas de correção de solos, possibilitando maior aproveitamento do capital empregado para a cultura principal; e a ampliação da demanda e do consumo mundial de soja, cujas motivações estão relacionadas às mudanças nos hábitos alimentares da população. (BRUM, 1985).

A inversão da importância entre as culturas de trigo e soja se consolida na fase em destaque, devido a um conjunto de frustrações nas safras anteriores de trigo e aos estímulos estatais oficiais para ampliação das lavouras de soja. Estamos em um contexto de integração internacional da economia brasileira e diante da consolidação de diversos complexos agroindustriais. A ampliação da produção de soja, resultado desta conjuntura, consolida a modernização da agricultura no Planalto Gaúcho. (BRUM, 1985).

A terceira fase da modernização da agricultura, que tem início em 1979 no Planalto Gaúcho, caracteriza-se por buscar a diversificação produtiva frente à vulnerabilidade e aos riscos oriundos da produção dessas duas culturas. Cabe destacar que após 1979 há uma mudança significativa na conjuntura internacional e nacional devido à crise do petróleo, aspectos que repercutem no norte gaúcho, construindo um quadro desfavorável a produção do binômio. Estamos diante de um contexto no qual há a elevação dos custos de produção, devido especialmente aos combustíveis e insumos modernos, não sendo acompanhado pelos preços dos produtos de origem agropecuária. Além disso, registra-se a descapitalização dos agricultores e o endividamento, aspecto que, aliado à elevação dos juros bancários e redução de subsídios, promove a redução da atratividade para a produção dos grãos (BRUM, 1985).

Tais repercussões estão associadas às mudanças registradas nas políticas agrícolas e na conjuntura nacional do campo, pois, segundo a proposta de Delgado (2012), estamos no limiar de passagem da modernização conservadora do campo brasileiro ao período de transição.

Assim como os registros nacionais apontam que o recuo das políticas e a desestabilização das bases da modernização conservadora não produziram um recuo da modernização, uma “descaisificação” das atividades produtivas, no contexto do Planalto Gaúcho ocorreu a mesma situação, pois

A alternativa vislumbrada e em início de implantação é a diversificação agropecuária. Não é propriamente um recuo à fase anterior, da agricultura tradicional, mas um avanço dentro da modernização, com certa correção de rumo. [...] Estimula-se a diversificação da atividade agrícola, com a produção de vários produtos, bem como a integração entre lavoura e pecuária, está com mais ênfase para a criação de suínos, gado leiteiro e de corte, bem como aves, variando conforme a ‘vocaçãõ’ das microrregiões. (BRUM, 1985, p. 132-133).

Nesse sentido, diversificação produtiva promove duas tendências. Por um lado, constituíram-se alternativas à inserção produtiva dos camponeses-colonos, em meio a um contexto de crise e instabilidade econômica do período de transição, possibilitando a elaboração de estratégias para diversificação da renda e a permanência no campo. Por outro lado, observa-se a ampliação dos CAIs e, conseqüentemente, a difusão de relação de produção com bases em princípios da modernização da agricultura, o que representa a intensificação das lógicas de controle dos processos produtivos dos colonos, a diminuição do poder de decisão sobre o trabalho e a apropriação dos resultados provenientes desses processos por outros setores da economia. Em boa medida, o percurso em busca de alternativas por meio da diversificação produtiva ao fim da modernização conservadora promove no Planalto a ampliação das lógicas de subordinação da agricultura aos setores industriais (jusante e montante) com a inserção de novos setores e ampliam os mecanismos de sujeição da renda camponesa.

Aos camponeses impõe-se um conjunto de dificuldades para implementação da diversificação, não sendo, portanto, um processo de fácil assimilação em função da existência de um conjunto de limitantes. As observações de Brum (1985) são pertinentes no sentido da descrição da situação destes agricultores:

O produtor rural está descapitalizado e endividado. Está também razoavelmente equipado com máquinas, equipamentos e implementos para atuar nas culturas de soja e trigo. Para diversificar a produção necessita de novos financiamentos, o que

significa endividamento maior. Os financiamentos para a implantação da suinocultura, gado leiteiro, aves, etc., nos últimos anos, foram condicionados a exigências técnicas geralmente do interesse das indústrias ou fornecedores de insumos, inclusive sementes e raças. É, sempre, o mesmo processo: a agropecuária subordinada ao complexo financeiro-industrial e articulado em função de seus interesses dominantes, cujos centros de decisão e de comando encontram-se no exterior influenciam fortemente a política econômica em geral e as políticas agrícolas em particular. (BRUM, 1985, p.134).

As considerações de Brum aqui apresentadas aproximam as transformações produzidas pela modernização da agricultura ao contexto da microrregião de Erechim. Nesse mesmo caminho, Piran (2001) também apresenta contribuições ao entendimento desse fenômeno, ao dedicar-se aos dilemas da agricultura familiar sob o recorte analítico da Região do Alto Uruguai Gaúcho¹¹³. Este autor apresenta leitura cronologicamente mais recente¹¹⁴ daquelas produzidas por Brum, contudo corrobora a existência das três fases que marcam a modernização da agricultura na escala regional. Além disso, ratifica a perspectiva de permanência da fase da diversificação.

Entre outras contribuições realizadas por Piran (2001), enfatizamos as descrições realizadas sobre a agricultura moderna e as transformações materializadas no contexto regional de sua pesquisa. Nesse sentido, embora extensa, julgamos ser necessário apresentar literalmente as caracterizações produzidas. Para ele, as principais características evidenciadas são:

- Crédito abundante e barato (até meados dos anos 70);
- Uso intenso de insumos industriais, melhoramentos genéticos, energia mecânica;
- Internacionalização da economia brasileira, patrocinada pelos norte-americanos via programas “Aliança para o Progresso” e “Alimentos para os Pobres”;
- Desaparecem a indústria doméstica e pequenas fábricas, surgem as grandes empresas de capital externo à Região e implantam-se agroindústrias e sistemas integrados de produção;
- Enfraquecem os pequenos comerciantes e surgem os grandes atacadistas, representantes de fábricas de insumos e grandes cooperativas;
- Expansão de rede Bancária e criação de crédito cooperativo (repasso do Banco do Brasil);
- Crescente integração-subordinação ao mercado via agroindústrias e perda total da autonomia diante de um mercado monopolizado ou oligopolizado;
- Drenagem da riqueza, aqui produzida, para fora da Região (gira aqui somente alguns meses). (PIRAN, 2001, p. 35).

As descrições e os argumentos até aqui explicitados dão conta de que a

¹¹³ A Região do Alto Uruguai utilizada por este autor é composta por 43 municípios, dentre os quais estão compreendidos os 30 municípios que compõem os atuais limites da Microrregião de Erechim.

¹¹⁴ O trabalho de Piran (2001) é fruto de pesquisas elaboradas na década de 1990.

modernização da agricultura promoveu mudanças no que se produz e como se produz. Além disso, as relações de produção se alteram e constituem um conjunto de dilemas para os camponeses, em meio às relações de integração-subordinação, trazendo consigo contradições inerentes aos camponeses.

No sentido de precisar a introdução da modernização da agricultura e interpor as descrições realizadas à realidade específica da microrregião de Erechim, tomamos como referência os dados sobre o número de tratores existentes e sua relação com outras informações a respeito dos estabelecimentos rurais. Desse modo, conforme pode ser observado na Tabela 9, temos como ponto inicial da mecanização no campo, sob bases da agricultura modernizada, os anos de 1950 e 1960. Nesse período registra-se acréscimo de 1.650% no número de tratores na microrregião, sendo o maior crescimento em números absolutos registrados na série histórica em questão. De mesmo modo, verificam-se significativas reduções nos valores nas médias que fazem menção às relações entre o número de estabelecimentos rurais para cada trator existente na microrregião e entre a área dos estabelecimentos rurais para cada trator existente, na ordem de, respectivamente, -94,12% e -94,36%. Com base em tais registros, consideramos, da mesma forma que Brum, a década mencionada como os primeiros passos da modernização na microrregião de Erechim.

Tabela 9 - Microrregião de Erechim: Quantidade de tratores

Ano	Estabelecimentos		Nº tratores	Média: Área (ha) dos estab. para cada trator	Média: Nº estab. para cada trator
	Área (ha)	Unidades			
1920	282.678	4.922	311	908,93	15,83
1940	328.386	10.162	16	20.524,13	635,13
1950	512.484	18.565	16	32.030,25	1.160,31
1960	505.514	19.101	280	1.805,41	68,22
1970	514.683	22.816	719	715,83	31,73
1980	519.607	22.833	3.115	166,81	7,33
1985	520.486	23.780	3.627	143,50	6,56
1996	478.997,922	20.607	4.894	97,87	4,21
2006	465.349	19.448	5.477	84,96	3,55

Fonte: IBGE - Censo da agricultura (1920); IBGE - Censo agrícola (1940, 1950, 1960); IBGE - Censo agropecuário (1970, 1980, 1985, 1995-1996, 2006). Elaborada por Éverton de Moraes Kozenieski.

Na mesma tabela observa-se, nas décadas subsequentes, a manutenção das tendências de ampliação no número de tratores e da redução dos valores nas relações entre estabelecimentos (unidades e área das unidades) com a quantidade de tratores. Ressalta-se que entre os anos de 1970 e 1980 registra-se a intensificação de ambos os indicadores, pois o

número de tratores cresceu 333,24%, a média relacionada à área dos estabelecimentos atingiu -76,70%, e a média com origem na quantidade de estabelecimentos registrou queda na ordem de -76,90%. Há de destacar-se que essas informações estão em sintonia com as descrições de Brum (1985), uma vez que nesta década há o aprofundamento da modernização através da soja como cultura principal. Além disso, associamos a volúpia dos dados à tardia incorporação de parte dos camponeses ao pacote tecnológico da modernização. Os períodos posteriores apresentam a manutenção das tendências que mencionamos, contudo em um ritmo menos intensos daqueles evidenciados das duas décadas anteriormente destacadas.

Na década de 70 que foi onde houve o forte crescimento da soja. Inicialmente colhida a mão ou a abraço, um sistema rudimentar, e a partir de 80, 82, assim com um aumento significativo da tecnificação e, vamos dizer assim, a velocidade da tecnificação. Ultimamente com o plano de aquisição de máquinas com juros subsidiados praticamente aquela cultura da carroça, dos bois, sumiu. Hoje praticamente todas as propriedades têm o seu trator, tem o seu equipamento para fazer os trabalhos. (IC3)

A Tabela 10 retrata dados sobre a introdução de tratores nas atividades produtivas em alguns municípios da microrregião. Assim, para apresentar informações pormenores à escala municipal optamos por escolher quatro municípios com os seus respectivos limites territoriais em 1970. A opção escolhida constitui-se como uma adequação para fins de comparação das séries históricas, pois em função dos desmembramentos e das emancipações ocorridas nos municípios houve mudanças nas suas dimensões¹¹⁵, incompatibilizando unidades estatísticas em décadas distintas. Desse modo, aos dados de Aratiba foram agregadas as informações de Barra do Rio Azul para os anos de 1996 e 2006. Nas informações de Getúlio Vargas agregaram-se, após 1988, as informações de Erebangó, Estação e Ipiranga do Sul e na série de 2006, Florianópolis. Para os municípios de Erval Grande e de Itatiba do Sul não houve alterações dos limites municipais, não havendo, portanto, agregação de dados.

Outra caracterização importante sobre os municípios apresentados na tabela diz respeito à paisagem rural que predomina nesses municípios¹¹⁶. Desse modo, o município de Getúlio Vargas e suas respectivas emancipações estão localizadas predominantemente nos atuais limites da paisagem rural “terra plana”. Por sua vez, os limites de Aratiba em 1970 e Itatiba do Sul estão situados integralmente na paisagem rural “terra dobrada” e Erval Grande, por sua vez, possui seus limites municipais majoritariamente na paisagem “terra dobrada”.

¹¹⁵ No capítulo anterior apresentamos um esquema (Fluxograma 2, página 125) que detalha os desmembramentos ocorridos a partir do município de Erechim.

¹¹⁶ Considerações obtidas através da comparação entre Mapa 1 (pág. 3), Mapa 8 (pág.83) e Fluxograma 2 (p.125).

Tabela 10 - Dados Municipais sobre a Quantidade de Tratores

Ano	Aratiba			Erval Grande		
	Nº tratores	Nº estab. para cada trator	Área (ha) dos estab. para cada trator	Nº tratores	Nº estab. para cada trator	Área (ha) dos estab. para cada trator
1960	-	-	-	26	58,12	939,65
1970	7	288,29	6.398,43	4	373,50	6.719,25
1980	36	60,25	1.301,83	35	38,40	803,69
1985	73	30,97	633,73	38	35,05	742,13
1996	160	10,99	258,60	54	19,52	456,50
2006	252	6,21	151,52	57	14,81	336,98

Ano	Getúlio Vargas			Itatiba do Sul		
	Nº tratores	Nº estab. para cada trator	Área (ha) dos estab. para cada trator	Nº tratores	Nº estab. para cada trator	Área (ha) dos estab. para cada trator
1960	37	66,76	2.045,81	-	-	-
1970	214	14,73	368,77	4	272,50	5.243,00
1980	1.020	2,81	73,97	14	89,14	1.419,86
1985	989	3,08	75,80	9	139,67	2.223,00
1996	1.119	2,43	64,56	25	45,12	761,14
2006	1.166	2,24	64,78	40	21,98	437,70

Fonte: IBGE - Censo agrícola (1960); IBGE - Censo agropecuário (1970, 1980, 1985, 1995-1996, 2006).
Elaborada por Éverton de Moraes Kozenieski.

Do ponto de vista do número absoluto de tratores observa-se grande discrepância entre os dados de Getúlio Vargas com os demais. As quantidades informadas são de relevante diferenciação, aspecto que persiste ao longo de toda série histórica. Cabe ponderar que há diferenças entre as dimensões de cada unidade estatística, aspecto que dificulta a comparação dos dados, apesar da grande discrepância. Além dessa relação, entre os três municípios da paisagem rural “terra dobrada” é relevante a diferença dos dados no município de Aratiba, especialmente nos dois últimos anos computados. O município de Itatiba do Sul, por sua vez, possui os menores registros.

Uma vez que os dados absolutos podem ser mascarados pelas diferentes dimensões de cada município, apresentamos duas sequências de registros proporcionais, ou seja, produzimos a média de estabelecimentos para cada tratores existentes nos municípios e a média da área dos estabelecimentos para cada trator existente. Tomando como referência a primeira média, podemos observar inicialmente que em 1970 o município de Getúlio Vargas possuía uma média de 14,73 estabelecimento para cada tratores, enquanto que os municípios situados na paisagem “terra dobrada” possuem médias superiores a 272. Se tomarmos como

referência o ano de 1985, vamos encontrar novamente discrepância entre os municípios, pois Getúlio Vargas possui média de 3,08 enquanto que para os demais os valores são superiores a 30, sendo Itatiba do Sul superior a 132. Os valores atingidos por Getúlio Vargas no ano de 1980 não foram alcançados pelos demais até o ano de 2006.

Outro aspecto que podemos salientar na relação do número de estabelecimentos rurais com o número de tratores é a variação dos registros municipais conforme a década. Nesse sentido, partindo de Getúlio Vargas, verifica-se que os valores indicam uma relação de reduzida monta desde 1960, sendo que até 1980 diminui significativamente no município. Após 1980 as médias permanecem reduzidas e relativamente estáveis, apresentando variações em pequenas proporções. Assim, verificam-se, no começo da série, valores intermediários que reduzem intensamente nas duas décadas seguintes, sendo que posteriormente há um comportamento relativamente estável com médias baixas e variações reduzidas.

Nos municípios representantes da paisagem rural “terra dobrada”, de modo geral, registram-se elevados índices em 1970. Esses valores reduzem significativamente em 1980, sendo que se observa a partir de então a tendência de redução da média com menor intensidade que no caso anterior. Para esse conjunto de municípios verifica-se um comportamento distinto daquele verificado no caso anterior, pois o início da série tem elevadas médias que se reduzem a um patamar intermediário na década de 1980. Na sequência da série há tendência de redução das médias, embora possua ritmo pouco intenso. Os dados desse conjunto registram peculiaridades, marcas de dinâmicas próprias de cada município. Nesse sentido, Aratiba destaca-se como o município entre os três assinalados como aquele que possui médias mais próximas, nas últimas três datas apresentadas, do padrão de Getúlio Vargas. Erval Grande, por sua vez, nos dados de 1960, apresenta registros extremamente reduzidos, sendo acompanhado por um movimento na década seguinte de elevação das médias. Itatiba do Sul apresenta dados e em 1985 rompe a tendência da sequência histórica.

As informações sobre a média de área dos estabelecimentos rurais para cada trator apresenta comportamento análogo às médias que representam a relação com os estabelecimentos rurais. Se utilizarmos como referências médias inferiores a 1.000 hectares para cada trator, verificaremos que essa marca é ultrapassada pelo município de Getúlio Vargas em 1970, Erval Grande em 1980¹¹⁷, Aratiba em 1985 e Itatiba do Sul em 1996. Caso utilizemos como referência valores inferiores à média de 300 hectares para cada trator,

¹¹⁷ O dado de 1960 apresentava registros nessa marca referencial, porém é drasticamente ampliada em 1970.

perceberemos que o município de Getúlio Vargas em 1980 é o primeiro a atingir esse patamar, sendo inclusive inferiores a 75 hectares após 1980. Aratiba atinge esse marco referencial em 1996, e os demais municípios não alcançaram essa marca.

Partindo do pressuposto de que a variação do número de tratores e das médias associadas a eles refletem a introdução do processo de modernização da agricultura nos municípios da microrregião, percebemos que o início do processo não se deu de forma homogênea. As descrições com os dados mais atualizados¹¹⁸, especialmente relacionados à força de tração nos estabelecimentos rurais e ao uso de agrotóxicos, em associação com a afirmação anterior, sugerem que a modernização da agricultura foi seletiva com relação às características da paisagem rural. Isso significa afirmar que o processo de modernização atingiu as paisagens rurais diferentemente, em momentos distintos, com intensidades também distintas.

A paisagem rural “terra plana” apresentou maior potencial para as novas práticas modernas, sendo, portanto, o ponto que primeiramente as recebeu na microrregião. A modernização que tomou forma até 1979 tinha como característica a produção de lavouras temporárias do binômio soja-trigo. Assim, até esse período, as áreas planas mais aptas à mecanização e utilização do pacote tecnológico compatibilizaram-se com a modernização nesse formato. Nesse contexto, a paisagem “terra dobrada” tornou-se menos atrativa para as lavouras e, conseqüentemente, a introdução da modernização foi menos intensa. Nesse sentido, como destaca o IC3, “Pro lado do rio Uruguai, então, sim, todas áreas de pequenas propriedades e que eram todas elas trabalhadas com juntas de bois, carroças, onde tecnificação demorou bastante a chegar.” (IC3). Após 1979, momento em que se verifica a diversificação da produção e a inserção de novas cadeias produtivas modernas para além das lavouras temporárias, há possibilidades de introdução da modernização na paisagem “terra dobrada” com maior intensidade. Tal fato deve-se à ampliação da produção em moldes modernos de bovinos para o corte e leite, além de aves e suínos, bases econômicas de importante monta contemporaneamente nos estabelecimentos rurais.

Cabe de passagem ressaltar ainda, conforme os registros estatísticos apresentados no capítulo 4, que coincide com a introdução e consolidação da modernização da agricultura mudanças na estrutura fundiária e na estrutura populacional do campo. Entre outros destaques, verifica-se a concentração da estrutura fundiária, já que ela passa em 1985 de 21,89 hectares por estabelecimento rural para 23,93 em 2006. Além disso, os dados populacionais

¹¹⁸ Nos referimos as descrições realizadas no capítulo “Paisagens rurais da microrregião de Erechim”.

registram, desde 1970, a redução acentuada da população rural na microrregião, acumulando redução de -57,62% até 2010. Em muito essa redução está relacionada à constante migração da população jovem. Como destaca o trabalho de Mueller (2016), nos dados dos três últimos censos demográficos (1991, 2000 e 2010) verifica-se a migração dos jovens rurais nas faixas etárias próximas aos 20 anos de idade. Essa grave situação é recorrente em praticamente todos os municípios da microrregião, excetuando-se apenas Erechim e Estação. As transformações produzidas nas últimas décadas tomam forma como dilemas à população rural, reflexos de desigualdades e processos de exclusão.

7.1.1 Mudanças Produtivas

Além da mudança das bases técnicas representadas pelo uso de tratores, cabe destacar as informações sobre as mudanças na produção e nas relações de produção. Nesse caminho, partimos das transformações ocorridas nos principais cultivos na microrregião de Erechim, tomando como referência os dados apresentados nas Tabela 4 e Tabela 5¹¹⁹ que enfatizam a série de dados históricos a respeito da quantidade produzida em lavoura e efetivos de animais. A partir de tais dados destacamos, por meio dos Gráfico 2 e Gráfico 3, as práticas produtivas com maior representatividade na atualidade em meio a uma perspectiva temporal. No Gráfico 2 estão representadas as informações sobre as lavouras temporárias de soja, milho e trigo.

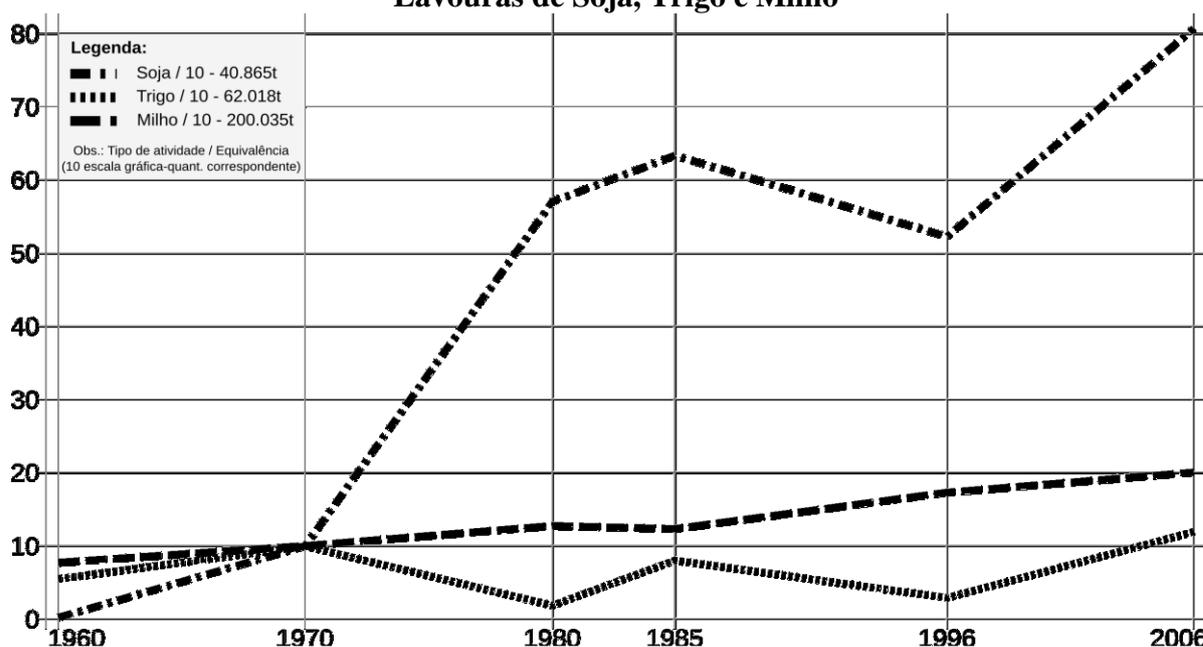
No primeiro momento da modernização da agricultura destacado por Brum (1985), na série do gráfico representado pelo intervalo entre os anos de 1960 e 1970, verifica-se o crescimento da cultura do trigo, precursora do processo de modernização, e registra-se um dos ápices da produção ao longo de toda série histórica. Essa quantidade registrada em 1970 é o segundo maior registro, conforme os dados dos censos, perdendo apenas para o valor obtido em 2006. No mesmo período a produção de soja cresceu significativamente, aspecto que também corrobora as informações de Brum (1985) sobre as mudanças do perfil produtivo e o crescimento da soja como cultura principal.

Entre 1970 e 1980, segundo período da modernização com ênfase na cultura da soja, verifica-se o mais significativo pico de crescimento da quantidade produzida do grão de soja (470,95%) no gráfico apresentado, cujos valores absolutos passam de 1.204 para 40.865 toneladas produzidas. Na cultura do trigo, por sua vez, verifica-se a queda da produção no

¹¹⁹ As tabelas estão localizadas, respectivamente, nas páginas 130 e 132.

período informado. De 1980 a 1985, momento de início da fase de diversificação produtiva, verifica-se o crescimento de ambos os cultivos. Entre 1985 e 1996, período no qual finda a fase da modernização conservadora em âmbito nacional e tem início o de transição entre padrões agrários, verifica-se a redução da produção. Tal situação é revertida em 2006 tanto na produção da soja como no trigo, aspecto que associamos às novas estratégias de acúmulo de capital que tomam forma com o padrão agrário da economia do Agronegócio, proposto por Delgado (2012). Associamos, portanto, a ampliação da quantidade produzida no último período à reprimarização da pauta de exportações nacionais e as novas configurações do espaço rural. Cabe destacar que a produtividade por hectare, especialmente dos grãos de soja, apresentou mudanças ao longo das décadas em destaque, contudo consideramos os valores pouco influentes nos acentuados movimentos da produção¹²⁰.

Gráfico 2 - Microrregião de Erechim: Série Histórica da Quantidade Produzida nas Lavouras de Soja, Trigo e Milho



Fonte: IBGE - Censo agrícola (1960); IBGE - Censo agropecuário (1970, 1980, 1985, 1995-1996, 2006).
Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

Além do movimento de transformação do que se produz, no qual a soja se torna destaque entre os estabelecimentos rurais da microrregião, cabe destacar que a modernização promove mudanças na forma como se efetiva a produção. Anteriormente apresentamos princípios que diferenciam a forma tradicional de realização da agricultura do modo moderno,

¹²⁰ Segundo Brasil (2016), a produtividade por hectares da soja no Rio Grande do Sul foi de: 1979-80, 1.595 kg/ha; 1985-85, 1.570 kg/ha; 1995-96, 1.570 kg/ha; e 2005-06, 1.960 kg/ha.

que conformam, entre outros elementos, o uso de novos insumos e equipamentos, intensificação dos processos produtivos, tempo de realização do trabalho, produção de formas espaciais distintas nas unidades de produção. Sobre o último aspecto, o formato dos cultivos passa a obedecer ordenamentos que se adequam aos insumos e equipamentos, limitando cultivos consorciados e promovendo a padronização das lavouras.

O ato de produzir passa a ser permeado também por relações com diferentes agentes, integrantes dos mesmos complexos agroindustriais. Aos pequenos produtores viabilizar a produção impõe muito mais do que inter-relações com os setores responsáveis pela circulação das mercadorias. As diferentes relações que se impõem extrapolam a escala local, sendo abrangentes e articuladas a dinâmicas nacionais e internacionais. A pesquisa desenvolvida por Marafon (1998) torna-se importante para compreensão dessas múltiplas relações para a caracterização do Complexo Agroindustrial da soja no Rio Grande do Sul.

Na pesquisa citada, publicada em 1998, identifica-se no estado do Rio Grande do Sul três grandes áreas no que se refere a distribuição espacial do Complexo: “[...] uma próxima à zona portuária de Rio Grande; a que corresponde a região metropolitana de Porto [Alegre] e o eixo industrial de Caxias do Sul; e a formada pela área produtora de Soja.” (MARAFON, 1998, p. 85). Nesses espaços se localizam os setores industriais (montante e jusante) e o produtor do grão, ambos interligados ao Complexo da Soja. Nessa regionalização a microrregião de Erechim, como boa parte do planalto gaúcho, se enquadra como área de produção de Soja.

No setor industrial montante, especialmente os ramos responsáveis pela fabricação de tratores e colheitadeiras apresentam perfil com poucas empresas atuantes, característico de um mercado oligopólico¹²¹ e altamente articulado ao capital internacional. A instalação dessas empresas está articulada à formação das plantas industriais nacionais, estando concentrada nas regiões sul e sudeste do Brasil. O Complexo da Soja conta com 8 empresas fabricantes de tratores e 3 fabricantes de colheitadeiras, sendo que, respectivamente, 3 (localizadas em Caxias do Sul, Canoas e Horizontina) e 2 (Canoas e Santa Rosa) possuem plantas industriais no Rio Grande do Sul. (MARAFON, 1998).

Seguindo as considerações deste autor, observa-se que o setor de implementos agrícolas – fornecedor de instrumentos de preparação da terra, plantio e para armazenagem – possui processos produtivos com menor complexidade, possibilitando a existência de um número maior de empresas com perfil de atuação regional e constituído por capital nacional.

¹²¹ “Juntas, [New Holland Lat. Americana Ltda., Valtra do Brasil S/A e SLC-John Deere S.A.] produziram no ano de 1995, 92,4% dos tratores e a totalidade de colheitadeiras.” (MARAFON, 1998, p. 90, **grifo do autor**)

Contudo, há de destacar-se que:

As indústrias locais de implementos agrícolas foram crescendo nos espaços deixados pelas grandes multinacionais, como a Ford e Massey Ferguson, e ficaram subordinadas a estas grandes empresas, uma vez que seus produtos são acoplados aos tratores dessas empresas. (MARAFON, 1998, p.93)

A quantidade e a localização das empresas responsáveis pelo fornecimento de implementos agrícolas apresentam o seguinte perfil:

O Rio Grande do Sul apresenta cinquenta e oito indústrias de máquinas e implementos agrícolas relacionados ao Complexo Agroindustrial Soja. Destas, dezesseis se localizam no nordeste industrializado do Rio Grande do Sul; as restantes encontram-se distribuídas pelo estado, mas com destaque para a área produtora de soja, como nos municípios de Carazinho, Passo Fundo, Não-me-Toque, Panambi, Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo e São Borja. (MARAFON, 1998, p. 94)

A produção em moldes modernos no Complexo Agroindustrial Soja exige a utilização de um conjunto de produtos oriundos da indústria química. Nesse sentido, a fabricação de fertilizantes e defensivos químicos destaca-se também no setor montante do Complexo. No Rio Grande do Sul observa-se a existência de 18 indústrias de fertilizantes, das quais nenhuma se encontra na microrregião de Erechim. Trata-se de unidades de produção que necessitam de produtos intermediários e matérias-primas para fabricação dos agroquímicos, sendo, portanto, indústrias de transformações articuladas a redes de consumo de outros produtos industriais. Cabe destacar também que o calcário, produto de origem mineral, tem especial importância para a cultura da soja, já que sua aplicação, denominada de calagem, proporciona a adequação do pH dos solos, especialmente do Planalto Gaúcho, sendo fundamental para tornar os solos aptos a cultura. As 7 indústrias de extração e comercialização do calcário no Rio Grande do Sul estão localizadas nas imediações das jazidas, especialmente na metade sul do estado. (MARAFON, 1998)

Os defensivos agrícolas, por sua vez, também estão articulados pelas indústrias de produtos químicos, que os transformam em produtos de consumo nas lavouras (fungicidas, herbicidas, inseticidas). Apresenta-se como característica a constante presença dos setores de pesquisa no sentido do desenvolvimento de novos compostos capazes de sobrepujar animais e plantas resistentes aos defensivos, demandando grandes investimentos de pesquisa e enfrentamentos quanto à poluição ambiental.

A utilização de defensivos agrícolas é elevada na lavoura de soja. Utilizam-se herbicidas para erradicar outras plantas que se desenvolvem na área plantada com

soja, inseticidas para erradicar outras plantas que se desenvolvem na área plantada com soja, inseticidas para combater insetos, como, por exemplo, o pulgão e lagarta, e os fungicidas na eliminação de doenças causadas por fungos. A larga utilização ocasionou a resistência e a multiplicação das pragas, além da contaminação dos alimentos e dos seres humanos. (MARAFON, 1998, p. 108)

A citação anterior caracteriza a necessidade de utilização dos defensivos agrícolas para viabilizar a cultura da soja em moldes modernos. De mesmo modo, demonstra o manejo desses em meio aos processos produtivos da agricultura. Segundo este autor, registram-se no Rio Grande do Sul a existência de 8 indústrias de pesticidas e produtos químicos inseridas no CAI Soja, sendo que nenhuma está localizada nas imediações de Erechim.

No que se refere à caracterização do setor industrial jusante no Rio Grande do Sul, articulado diretamente aos resultados da etapa produtiva, temos o direcionamento das matérias-primas (soja) para circuitos de comercialização, nacionais e internacionais, e como insumos agroindustriais. Como destaca Marafon (1998), “Realizada a produção agropecuária através de um padrão agrário moderno, os produtores encaminham a produção para o segmento industrial e/ou comercial que transforma e/ou comercializam a mesma.” (p. 111).

Segundo Marafon (1998), as agroindústrias que processam a soja têm como produtos básicos do processo de transformação óleo (bruto e refinado) e farelo, utilizados para produção, em um segundo momento, de margarinas e de rações. As indústrias de esmagamento, responsáveis pelo processamento de soja, no Rio Grande do Sul, totalizam 21 empresas que estão distribuídas em duas grandes áreas:

[...] uma que apresenta a distribuição de várias unidades pela área produtora de soja, em municípios como: Passo Fundo, Marau, Cruz Alta, Panambi e Guarani das Missões; e a outra que corresponde as zonas portuárias de Porto Alegre, com indústrias em Canoas, Esteio e Porto Alegre, e à zona portuária de Rio Grande, com indústrias em Pelotas e Rio Grande [...]. (MARAFON, 1998, p. 112).

Tal configuração aponta para a não existência de agroindústrias desse tipo na microrregião de Erechim. Além disso, segundo o mesmo autor, tais agroindústrias necessitam de extensas instalações de armazenamento e, de modo geral, não possuem contratos de integração com os produtores, aspectos que influenciam na dinâmica de comercialização da soja em grão. Cabe destacar, ainda, que os produtos derivados das unidades de esmagamento, em muitos casos, interligam o Complexo da soja ao Complexo Agroindustrial de carnes, sendo, portanto, unidades de apoio à produção de rações para alimentação animal. Apesar de tais informações apresentadas, registra-se na microrregião de Erechim a planta industrial da empresa Olfar – alimento e energia – produtora de biodiesel e refino de glicerina, por meio do

refino de óleos vegetais originados da soja. Essa agroindústria atinge a marca de 720 mil toneladas de esmagamento de soja/ano¹²², valor superior as 329.375 toneladas produzidas na microrregião de Erechim¹²³, aspecto que não significa a direta transferência do que é produzido nas unidades de produção próximas à agroindústria.

Destacamos também o segmento comercial da soja, que é o responsável pela circulação da matéria-prima, direcionando-a para o mercado internacional, quando ocorre a exportação dos grãos, ou negociando-a com as agroindústrias nacionais, sendo, às vezes, esses dois segmentos pertencentes ao mesmo grupo empresarial. Sobre esse tópico, no Rio Grande do Sul, temos que destacar o papel que as cooperativas exercem, já que são responsáveis pela comercialização de volumes significativos de grãos produzidos por pequenos produtores.

A trajetória das cooperativas está entrelaçada com o processo de expansão e consolidação da modernização da agricultura. Registra-se no Rio Grande do Sul a propagação do cooperativismo no início do século XX, sob forte influência de dois personagens: Pe. Teodoro Amstad e o Dr. Stefano Paternó. O primeiro esteve ligado à formação de cooperativas de crédito denominadas de caixas rurais, que tinham atuação localizada, em sintonia com as dimensões das comunidades rurais que a sediavam. Elas foram fundamentais na estruturação de comunidades rurais, inclusive algumas colônias foram estabelecidas com recursos provenientes das caixas, o que favoreceu o processo de acúmulo de capitais. Stefano Paternó esteve ligado à disseminação de cooperativas agrícolas, inicialmente nos municípios próximos a Caxias do Sul, vinculadas, entre outros setores, à vitivicultura, aos laticínios, às carnes e seus derivados. (TAMBARA, 1985).

Tambara (1985) argumenta que a adesão ao modelo cooperativista e a expansão do mesmo não se deram de forma imediata, sendo que em alguns períodos não houve significativa aderência por parte das comunidades rurais, um cenário comum no Rio Grande do Sul até 1929. Conforme destaca o autor, posteriormente há maior confiança nesse tipo de empreendimento, pois

[...] a partir de 1929, fruto das peculiares condições do *desenvolvimento capitalista na agricultura* no Brasil, e particularmente no Rio Grande do Sul, que coloca os agricultores gaúchos nas mãos dos interesses industriais ou dos intermediários, *da deterioração dos preços*, decorrente desta subordinação e *das singulares situações econômicas mundiais*, surgiu a oportunidade de os colonos, segundo os ensinamentos de Paternó, reconstruírem o sistema cooperativista. (TAMBARA, 1985, p. 56).

¹²² Conforme informação disponibilizada em OLFAR – ALIMENTO E ENERGIA (2006).

¹²³ Segundo o Censo Agropecuário (2006).

Seguindo com os argumentos do autor (1985), podemos observar que as cooperativas foram alternativas que contribuíram para a redução da dependência dos colonos e da redução dos mecanismos de espoliação. Desse modo, elas atuaram no sentido de auxiliar as pequenas propriedades, favorecendo a barganha de preço, as margens de lucro dos colonos e outras vantagens, por meio da comercialização agregada dos produtos de seus associados. Outro aspecto que contribuiu para a expansão das cooperativas foi sua agregação junto ao modelo agrícola proposto pelo governo federal, especialmente nas políticas que visavam à expansão da modernização da agricultura.

Este é, sem dúvida, um aspecto paradoxal do sistema cooperativo e que freqüentemente serve para apontar o cooperativismo no Brasil como um braço auxiliar da penetração do capitalismo no campo. Isto aconteceu na medida em que o cooperativismo viabilizava um sistema baseado na introdução de insumos agrícolas sofisticados no crédito subsidiado e na monocultura. (TAMBARA, 1985, p. 56).

Esse último aspecto atribui às cooperativas um novo elemento, e elas passam de um caminho alternativo aos comerciantes coloniais e aos intermediários nos processos de comercialização da produção para, no contexto gaúcho, tornarem-se linhas auxiliares para penetração da modernização da agricultura. Assim, como lembra Marafon (1998), as cooperativas passam a comercializar os produtos dos associados, mas também revendem os insumos industriais e contribuem logisticamente para a produção das lavouras modernas. O apoio governamental, inicialmente para produção de trigo, das lavouras empresariais, segundo Marafon (1998, p. 26), “[...] ficou evidente em 1957, com a criação da Comissão de Organização da Triticultura Nacional – COTRIN, que possuía, como um de seus objetivos centrais, o fomento e a organização de cooperativas.”

Existe consenso entre os autores que analisaram o sistema cooperativista gaúcho, que uma das características mais marcantes das cooperativas foi possibilitar a incorporação de um grande contingente de pequenos produtores ao Complexo Agroindustrial Soja, e o fizeram basicamente, através da utilização dos recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural. (MARAFON, 1998, p. 125).

As situações elencadas estão representadas na microrregião de Erechim por cooperativas que nela atuam. Atualmente, segundo dados do sistema OCERGS/ SESCOOP-RS¹²⁴, há 16 cooperativas filiadas ao sistema em municípios integrantes da microrregião de

¹²⁴ OCERGS – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul; SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.

Erechim, sendo 6 delas pertencentes ao ramo agropecuário¹²⁵. Nesse amplo conjunto de empreendimentos, apresentamos algumas peculiaridades da trajetória da Cotrel, por sua importância histórica, já que atua desde 1957, e por representar as relações entre cooperativismo e a penetração da modernização da agricultura no campo no contexto da microrregião. Cabe destacar que, além da Cotrel, a Cooperativa Tritícola de Getúlio Vargas (Cotrigo) também foi fundada em 1957 e igualmente foi atuante em municípios da microrregião, contudo atualmente não está em atividade.

No sentido de dimensionar a atuação da Cotrel apresentamos o Mapa 11, que retrata a distribuição dos 10.270 associados da cooperativa, em conformidade com os registros de agosto de 2015. Observam-se, no mínimo, 100 associados por municípios da microrregião, com exceção dos municípios de Floriano Peixoto, Estação, Ipiranga do Sul, Erebangó e Getúlio Vargas, com respectivamente, 0, 0, 24, 29 e 89 associados. Em boa medida, esses menores registros estão relacionados à atuação da Cotrigo.

A Cotrel atua, conforme destaca o IC3, em diversos ramos agropecuários: “Basicamente, os principais produtos de uma propriedade que envolve mais volume e velocidade tem, a cooperativa atende. [...]”. Nesse sentido, ela está presente, principalmente, nas cadeias de produção de trigo, soja, milho, suínos, aves e leite. Atua também no ramo madeireiro ao incentivar os associados a ocuparem áreas ociosas com o plantio do eucalipto e, em parte, adquirindo essas matérias-primas para fornalhas e “cama” para os aviários. O trigo foi o produto que motivou a formação da cooperativa.

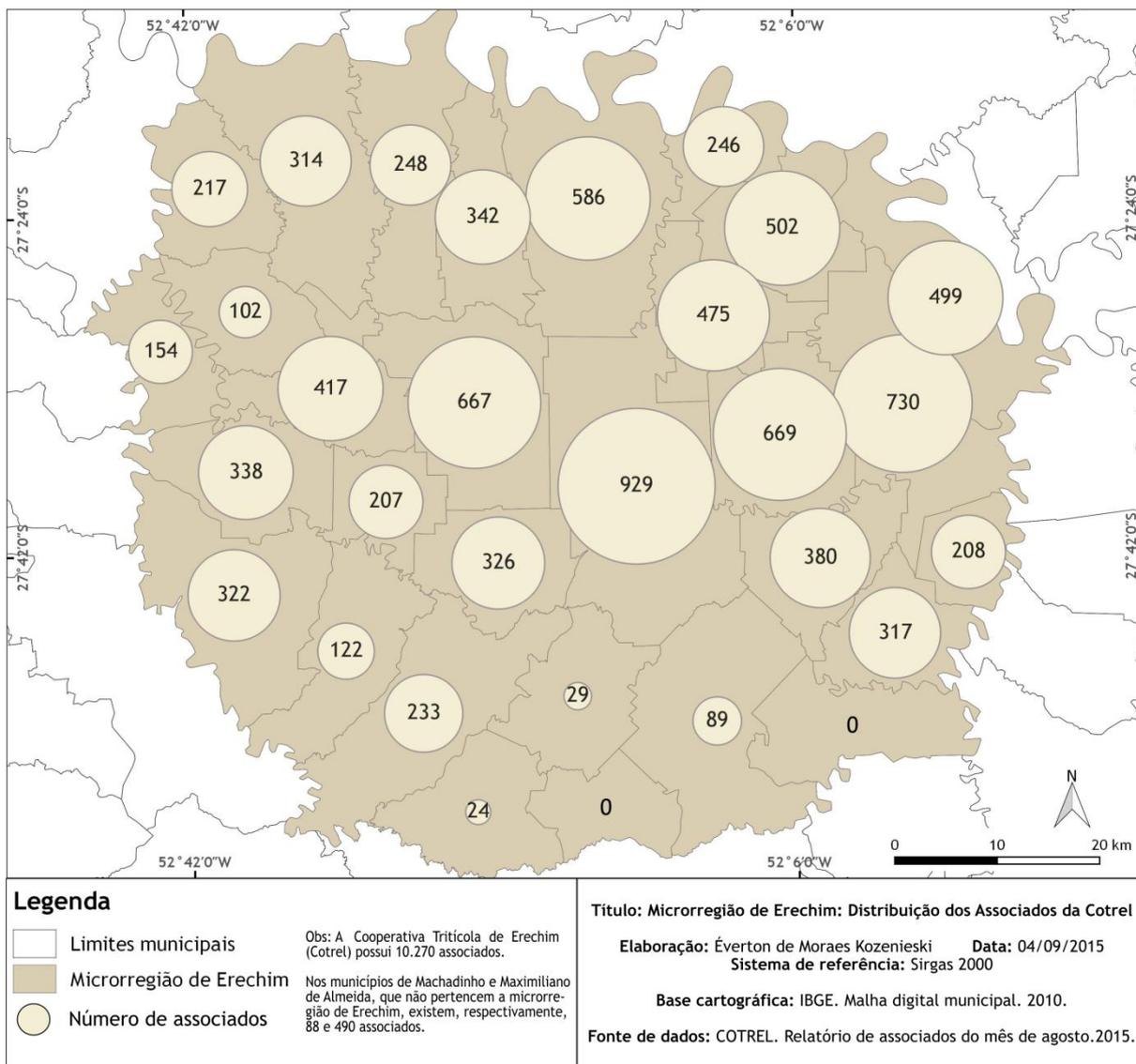
Em função da dificuldade de comercialização é que os produtores se uniram e fundaram a cooperativa, justamente com esse único objetivo de comercializar e transformar o trigo em farinha para eles próprios, tanto é que a primeira aquisição da cooperativa foi o moinho, que se encontra aqui, [...] que está em poder da cooperativa até hoje prestando o mesmo serviço ainda hoje para o produtor. Ele deposita o trigo e retira produto correspondente ao valor em farinha, né, do seu produto entregue. Passado esse período, resolvido, vamos dizer assim, momentaneamente o negócio do trigo, a cooperativa conseguiu acompanhar ou foi acompanhando a trajetória dos produtores, se adaptando aos tipos de produção. (IC3).

A partir de 1967-68, com a difusão da cultura da soja, a cooperativa passa a integrar essa cadeia produtiva. Foram “[...] anos em que a cooperativa cresceu bastante na sequência. Na construção de silos e armazéns, para quê? Exatamente para receber a produção de soja e comercializar e, ao mesmo tempo, fornecer insumos pros produtores. [...]”. (IC3). De fato, a

¹²⁵ As cooperativas listadas nessa condição são: Cotrel, Agricoop, Floracoop, Cooperativa Nossa Terra, ambas sediadas em Erechim; Coopergrão de Estação; e Coopasul de Campinas do Sul. As demais cooperativas listadas são dos ramos do crédito (5), infraestrutura (1), saúde (3) e transportes (1).

Cotrel cumpre o papel de propagação da modernização, conforme argumentamos anteriormente, e passa a articular, inicialmente, a produção de grãos na microrregião de Erechim. Assim, as cooperativas exercem importante papel nas novas relações de produção, constituindo-se, para os camponeses-colonos, como elo entre setores industriais e agroindustriais.

Mapa 11 - Microrregião de Erechim: Distribuição dos associados da Cotrel



Fonte: Relatório de associados Cotrel (2015). Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

No entanto, como destaca Marafon (1998, p. 123-124),

As cooperativas, teoricamente, possuíam o monopólio da produção de soja de seus associados, o que lhes possibilitou uma margem de manobra frente aos concorrentes. O fato de transacionarem com um grande volume de soja e dos incentivos estatais para a instalação de agroindústrias, propiciou o ingresso de cooperativas no processo

de esmagamento de soja. Contudo, com as sucessivas crises brasileiras, com reflexos no crédito estatal para o setor, as cooperativas não conseguiram competir em um setor oligopolizado como o do esmagamento de soja.

Nesse contexto podemos considerar que a produção de grãos, especialmente de soja, trigo e milho, está integrada a complexos agroindustriais. Os camponeses que adotam essa estratégia produtiva estão integrados ao setor montante, devido à necessidade de insumos para a produção, e ao setor jusante, ponto de destino das matérias-primas produzidas na etapa biológica. As cooperativas, especialmente a Cotrel, constituem-se como elos diretos entre os produtores e os setores do Complexo Agroindustrial na microrregião.

Cabe destacar que a Cotrel, assim como ocorreu com a Cotrigo, passa por significativas dificuldades. Conforme noticiado na imprensa local, atualmente, uma grande cooperativa do oeste do estado de Santa Catarina (Cooperalfa), articulada a central de cooperativas Aurora, assumiu setores da Cotrel,

Com aprovação superior a 99% nas assembleias municipais, os associados aprovaram o arrendamento de todo o complexo na área de grãos da Cooperativa Triticol Erechim (Cotrel) para a Cooperalfa, a maior cooperativa de Santa Catarina. [...] Agora restam alguns trâmites burocráticos para a assinatura final do contrato, mas a previsão é de que a Alfa comece a atuar em Erechim ainda em outubro. (LIBERMAN, 2016)

Estamos diante de um processo de incorporação da cooperativa regional por outras de outras localidades. O processo de concentração e de monopolização do setor agroindustrial também se faz presente no sistema cooperativo.

Retomando a análise do segmento comercial, cabe destacar que o avanço da produção do binômio soja-trigo se dá em detrimento da policultura da agricultura colonial, especialmente, como destaca Brum (1985), na substituição do binômio milho-mandioca, base para a alimentação e o engorde de suínos (porco-banha). Tal substituição pode ser mensurada por meio dos dados contidos na Tabela 4¹²⁶ na qual, de fato, constata-se que a quantidade produzida de mandioca na microrregião tem vertiginosa queda, cuja produção em 1960 atinge o ápice de 370.826 toneladas e reduz em 2006 ao patamar de 5.092 toneladas. O milho, por sua vez, apresenta registros que apontam para a situação inversa, pois a produção desse grão apresenta crescentes valores ao longo de toda série histórica, exceto no registro de 1996 em que há o rompimento de uma trajetória ascendente de produção em um movimento análogo a outros grãos. O milho, no contexto da modernização da agricultura, continua possuindo

¹²⁶ A tabela está localizada na página 130.

importância para alimentação humana e de animais, aspecto que diferentemente da mandioca favoreceu a continuidade e ampliação dessa cultura, como destaca Marafon (1998, p. 66):

O milho, tradicionalmente um produto colonial, teve sua produção e área reduzida na década de setenta, aumentando a sua produção na década de oitenta em função de ser um dos macronutrientes básicos na fabricação de rações, associando-se assim ao Complexo Agroindustrial Soja e de Carnes.

Ressalta-se, no entanto, que essa produção passa a atender não mais a alimentação direta de animais, sendo destinada ao mercado de grãos. A alimentação de animais, especialmente na produção de suínos e de aves interligadas ao modelo de integração, passa a ser produzida pelas agroindústrias e adquirida obrigatoriamente pelos agricultores integrados. O milho passa a ser componente essencial da produção de rações, que são a base de alimentação das aves e dos suínos. Além disso, parte das lavouras de milho é destinada à elaboração da silagem, que serve como alimentação animal no inverno, especialmente para o gado leiteiro. Essas áreas cultivadas não estão registradas nos dados de produção, uma vez que não se trata de comercialização em grãos.

Os outros produtos básicos que se destacavam na agricultura colonial apresentam tendências de redução da quantidade produzida. Apresentamos anteriormente o contexto relacionado à mandioca, porém a mesma tendência de redução pode ser observada na cultura da batata-inglesa¹²⁷, cuja produção em 1960 foi de 1.725 toneladas e em 2006 chegou a 265 toneladas. A produção de feijão também apresenta valores inferiores ao ano de 2006, uma vez que em 1960 a produção atingiu a marca de 9.964t e em 2006 chegou a 8.404 toneladas. Cabe destacar que essa cultura obteve crescimento da produção desde os dados de 1970, chegando inclusive, em 1985 e 1996, respectivamente, à marca de 14.689t e 18.530t. Contudo, na década de 2000 verifica-se que a quantidade produzida teve significativa redução. A produção dessas culturas não integra um Complexo Agroindustrial como os grãos anteriormente citados. Alguns insumos modernos, entretanto, podem ser utilizados nessas culturas, aspecto que pode refletir no aumento da produtividade ao longo da série histórica. Essa consideração reafirma o cenário de redução da produção de culturas alimentares para além da soja, do milho e do trigo, com a introdução da modernização da agricultura.

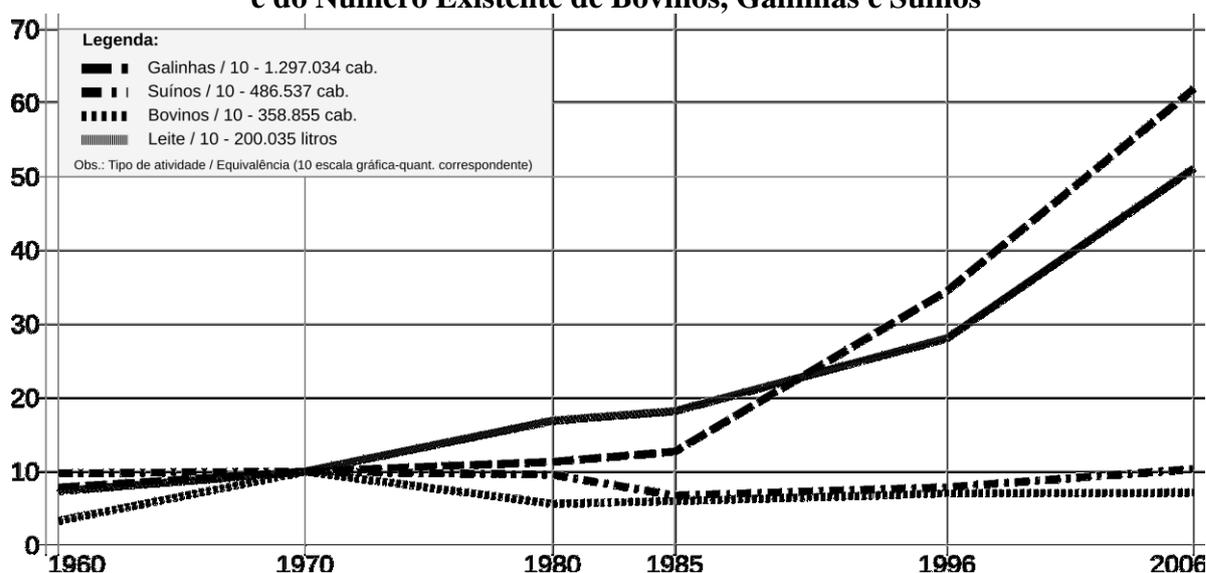
Do ponto de vista das lavouras, a modernização tende a padronizar a base de recursos necessários à produção, promovendo a especialização produtiva para *commodities* que são bases de Complexos Agroindustriais. Os camponeses que adotam essa perspectiva produtiva

¹²⁷ A Tabela 4 localizada na página 130 auxilia na comparação dos valores das culturas citadas no parágrafo.

tendem a integrar relações que perpassam interesses de um amplo espectro de atores e setores produtivos, por vezes dispersos locacionalmente, e propensos a uma maior relação com o mercado, inclusive com maior dependência dele.

Não apenas as lavouras temporárias sofreram mudanças com a modernização da agricultura, a produção animal também passou por transformações. A fim de representar tal situação apresentamos o Gráfico 3, que descreve os dados sobre a quantidade produzida de leite e o número existente de bovinos, galinhas e suínos na microrregião. Para sua construção, tomamos como ponto de referência o ano de 1970, tendo em vista a informação de Brum (1985) que caracteriza o ano de 1965, especialmente, como marco para a introdução dos colonos no processo de modernização.

Gráfico 3 - Microrregião de Erechim: Série Histórica da Quantidade Produzida de Leite e do Número Existente de Bovinos, Galinhas e Suínos



Fonte: IBGE - Censo agrícola (1960); IBGE - Censo agropecuário (1970, 1980, 1985, 1995-1996, 2006).
Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

O gráfico retrata o crescimento da produção de leite, com destaque para o período compreendido entre 1996 e 2006, e do número de galinhas, especialmente nos dados pós-1985. Na produção de leite, entre 1970 e 2006, verifica-se o crescimento na ordem de 408,79%, e com relação ao número de galinha, no mesmo período, há o crescimento de 516,13%. Os registros sobre o número de suínos apresentam valores análogos em 2006 com aqueles existentes na década de 60 e 70, mas nos registros de 1980 e 1985 verifica-se queda significativa e posteriormente gradativa recuperação dos valores atingindo o patamar citado em 2006. O número de bovinos alcança o pico máximo no período registrado pelo gráfico no ano de 1970, sendo que tal quantidade diminui no registro de 1980, mantendo-se

posteriormente com pequenas variações nos registros seguintes.

Os registros retratam um movimento de transformação da produção animal desde o período colonial até os registros mais atuais, o que realça mudanças na base produtiva da microrregião. Cabe destacar, como foi indicado por Brum (1985) e Piran (2001), que em 1979 inicia um período da modernização da agricultura que visava à diversificação produtiva frente à vulnerabilidade e aos riscos oriundos da produção da soja e do trigo. Tal busca pela diversificação inclui o aumento da produção de carnes e derivados de produtos animais e relações sob a perspectiva moderna.

No sentido de compreender as mudanças das relações de produção apresentamos algumas considerações iniciais sobre o complexo agroindustrial de carne de frango e suínos. No que se refere à microrregião de Erechim, embora não seja o único empreendimento existente, a atuação da Cotrel na estruturação desse complexo é significativa. Segundo o IC3,

Aqui na região haviam dois frigoríficos para abate de suínos, produção de banha, que era toda levada para o Rio e São Paulo, com essa produção de suínos onde o produtor criava desde o leitão até a terminação. Fazia todo o ciclo na mesma propriedade. Em 82 a cooperativa comprou esses dois frigoríficos que estava fechando as portas e começou o trabalho. Transformou um em produção de frangos e outro em produção de suínos. Daí começou a organizar essas cadeias de produção pra utilizar o milho e a soja que eram produzidos aqui na região e transformar em carne e, dentro disso, os produtores começaram a participar com essa produção, se organizar e a cooperativa foi organizando a produção.

A cooperativa, ao incorporar os frigoríficos, altera a tônica da produção, transformando o produto final da agroindústria, da produção de banha para produção de carne de suínos e frangos, e as relações de integração com os colonos, introduzindo a divisão do trabalho em meio ao processo de criação dos animais. Relacionando essa informação ao Gráfico 3 constatamos que a queda no número de suínos e a ampliação do número de galinhas na microrregião está relacionada ao período histórico de inserção da Cotrel na produção de derivados desses animais. Ou seja, nos registros de 1985 verifica-se a redução dos suínos, aspecto que relacionamos à crise em torno da produção da banha e à posterior redução da planta agroindustrial para abate de suínos, e o crescimento do número de cabeças de galinhas, aspecto articulado à organização da cadeia produtiva pela cooperativa e à transformação do frigorífico para o abate de frangos.

A (re)estruturação da cadeia da produção de aves e de suínos, como sugerimos anteriormente, contém, entre outros aspectos, a transformação dos processos produtivos nas unidades camponesas, ou seja, verificam-se mudanças da criação animal do princípio do ciclo completo, no qual o produtor era responsável pela criação dos animais e o entregava

diretamente ao frigorífico, para um outro formato centralizado na agroindústria. O relato do IC3 sobre essa perspectiva é significativo:

Inicialmente o frango em forma verticalizada, onde o produtor faz o investimento, faz trabalho todo, e a cooperativa entra com o capital de giro para produção, seja os animais, a ração, medicamentos. A produção de suínos ela demorou um pouco mais, a partir dos anos 99, 2000, ela também começou a ser verticalizada, praticamente todo produtor tinha em casa uma produção pequena, mas a partir daí, com sucessivas crises, houve a necessidade de uma ampliação da matriz produtiva de suínos, para sustentação de uma família, os números não eram mais aqueles. Houve a necessidade do produtor se adequar em termos de volume de produção. As margem começou a diminuir e começou a valer a quantidade mais do que, por que, com o advento de novas raças de animais a qualificação para trabalhar com esses animais, o ganho de peso, toda a genética embutida, ela exigiu novos conhecimentos e novos parâmetros de alimentação e coisas assim. Então tudo isso levou que tivéssemos a redução do número de produtores na atividade, contudo, nunca a cooperativa estabeleceu o limite mínimo de animais por propriedade [...]. Então, 82 começamos com frigoríficos e temos eles hoje arrendados para Aurora.

Essa passagem caracteriza situações típicas da produção sob preceitos modernos. O primeiro ponto que podemos destacar se relaciona aos momentos de introdução das mudanças no formato de divisão do trabalho e de integração¹²⁸ entre a cooperativa e os camponeses produtores de suínos e frangos. Outra situação está relacionada ao modelo de relação que passa a vigorar, no qual a cooperativa passa a gerenciar o processo produtivo, mesmo que as etapas estejam sob responsabilidade dos camponeses. A agroindústria fornece animais, rações, remédios. Além disso, passa a exigir padrões rígidos no que se refere às instalações e ao trato com os animais, introduzindo inclusive novas raças, formas de alimentação, novos conhecimentos obrigatórios para permanência dos integrados, que, às vezes, são contraditórios com relação ao modo anteriormente existente.

O relato também informa que o processo de adequação foi seguido da redução do número de produtores, ou seja, as mudanças trazidas não foram acompanhadas por todos os antigos produtores. O modelo de divisão do trabalho e da produção implementado pela Cotrel na década de 1990 indicava a concentração, como destacou Medeiros (1998, p. 75): “A tendência é a concentração da produção em um número reduzido de explorações de tamanho médio (100,37 hectares atualmente).” (Livre tradução)¹²⁹.

Por fim, as informações de IC3 referem-se à relação da cooperativa com suas estruturas agroindustriais. A passagem se refere aos frigoríficos, os quais foram arrendados

¹²⁸ Em algumas passagens o informante utiliza a denominação verticalização para expressar as relações com os associados da cooperativa através de contratos de integração.

¹²⁹ “La tendance est à la concentration de la production en un nombre réduit d'exploitations de taille moyenne (100,37 hectares actuellement).” (MEDEIROS, 1998, p. 75).

em função de crises da cooperativa conjuntamente a venda de marcas comerciais. Como pode ser observado na notícia veiculada pela imprensa que segue, elas foram negociadas em 2007 com a Coopercentral Aurora (Aurora Cooperativa Central Oeste Catarinense).

A Cooperativa Central Oeste Catarinense (Coopercentral Aurora) divulgou hoje a compra das marcas Nobre, Nobreza, Da Fazenda e Capone, que pertenciam à Cooperativa Tritícola Erechim (Cotrel), no norte gaúcho, além do arrendamento de seus frigoríficos de suínos e aves, fábrica de rações e incubatório. O presidente da Cotrel, Luiz Paraboni Filho, disse que faltam ser acertados alguns detalhes para completar o negócio, que já teve autorização das assembleias das duas cooperativas para avançar. O frigorífico de aves tem capacidade de abate de 125 mil animais por dia e o de suínos, de 1.500. A Cotrel já industrializava produtos de carne para a Aurora. O arrendamento, por dez anos, irá substituir a prestação de serviços que era realizada. (PORTAL G1, 2007).

Retomando as relações existentes entre a unidade produtiva e a agroindústria, ressalta-se a existência de dois formatos básicos de relação entre ambos. Araújo et al. (2008) apresentam essa diferenciação recorrendo a exemplos da avicultura.

Uma verifica-se principalmente no Sul do País (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), onde a integração se dá por meio de contratos. O produtor recebe o pinto de um dia, responsabilizando-se pelo manejo de engorda e, quando o frango atinge a fase adulta, entrega-o para a empresa integradora (frigorífico), que abate, processa e comercializa o produto. Este método favorece a empresa integradora, pois elimina grande parte do risco existente, sem perder o controle em todas as etapas produtivas. (ARAÚJO et al., 2008, p. 7) .

Trata-se do modelo em que a agroindústria estabelece contrato com os produtores, os quais atuam em determinada etapa de crescimento dos animais e são responsáveis por implementar as prescrições da agroindústria. O segundo modelo de integração caracteriza-se pela verticalização da empresa,

[...] ou seja, todas as atividades desenvolvem-se sob o comando da empresa integradora, com capital próprio e mão-de-obra assalariada. Nas duas formas de integração, porém, existe controle total por parte da empresa integradora (o frigorífico). Geralmente, ela atua desde a produção da ração, dos pintos, até no abate, no processamento e na comercialização. (ARAÚJO et al., 2008, p. 7-8).

A organização da cadeia produtiva da avicultura de corte em bases modernas estrutura-se através da divisão da produção animal que, de forma geral, organiza-se através de avozeiro, matrizeiro, incubatório/nascedouro, aviário, frigorífico, varejista e consumidor final. De modo auxiliar a esses circuitos estão atividades de apoio fundamentais ao processo de fabricação da carne, o que inclui pesquisa e desenvolvimento genético, medicamentos, milho,

soja, assim como insumos, equipamentos e embalagens. (ARAÚJO et al, 2008)

O processo de produção tem como ponto de partida o avozeiro, seguido do matrizeiro, como descrevem Araújo et al. (2008, p. 9):

O avozeiro é o primeiro elo da cadeia produtiva, onde ficam as galinhas avós, que são originadas a partir da importação de ovos das linhagens avós, as quais são cruzadas para produzir as matrizes que, por sua vez, vão gerar os pintos comerciais criados para o abate. O matrizeiro é o segundo elo da cadeia produtiva, pertencente normalmente ao frigorífico, onde se originam os ovos.

Esses dois primeiros elos estão relacionados diretamente com o desenvolvimento de pesquisa, especialmente com foco no melhoramento genético. Trata-se das duas primeiras etapas que produzem a linhagem desejada pela agroindústria, de forte influência na qualidade da carne que será produzida, assim como é influente nos tratos e nos manejos necessários para criação. Como descrito, normalmente o segundo elo está relacionado à agroindústria. Após a geração dos ovos no matrizeiro, eles são encaminhados para o terceiro elo da cadeia produtiva: os incubatórios e nascedouros, assim definidos por Araújo et al. (2008, p. 9): “[...] unidades pertencentes geralmente ao frigorífico, que recebemos ovos para “chocá-los” e, na seqüência do processo, passam-nos para os nascedouros, cujo objetivo é dar origem aos pintos de corte que serão encaminhados para os aviários após algumas horas de seu nascimento.” Equipamentos, rações, medicamentos, entre outras atividades de apoio, são fundamentais para a efetivação dessa etapa.

Os pintos são encaminhados do nascedouro para a quarta etapa da produção da cadeia produtiva: o aviário. Unidade “[...] caracterizada pelos contratos de integração entre frigoríficos e produtores rurais (integrados). É no aviário que se dá o crescimento e a engorda dos pintos, que ali chegam com algumas horas depois de nascidos e ficam até a época de abate, aos 43 dias, aproximadamente.” (ARAÚJO et al., 2008, p. 9). Os lotes de pintos são encaminhados para os integrados, que são responsáveis pelo acompanhamento de seu crescimento. A medicação e as rações são fornecidas pelas agroindústrias, que também gerenciam o processo. Os integrados são responsáveis por todos os tratos, seguindo as prescrições realizadas pelos técnicos das agroindústrias, e por contornar os riscos que podem comprometer a vida dos frangos ou a relação de ganho de peso dos animais.

Após o período estipulado, os frangos são transportados dos aviários dos integrados para os frigoríficos. De acordo com Araújo et al., (2008, p. 10), o frigorífico “Também chamado de unidade industrial ou abatedouro ou empresa, é o quinto elo da cadeia produtiva, onde se origina o produto final – o frango resfriado, congelado, inteiro e em cortes/pedaços.”

Essa é a etapa de transformação dos frangos em mercadorias que são encaminhadas para o consumidor final, via atuação do setor varejista das agroindústrias.

O circuito produtivo que toma forma com a produção moderna de carne de frango e derivados é composto por diversos elos. Aos camponeses é destinada, principalmente, a etapa dos aviários. Associando os elos da cadeia à microrregião de Erechim, verifica-se que a Aurora possui, além do frigorífico em Erechim, um incubatório em Aratiba. Já a empresa JBS, conforme Polli (2014), possui no município de Erebangó estabelecimentos responsáveis pela produção de ovos férteis. Trata-se de um das etapas iniciais da produção de frangos de corte. Ao final da etapa de postura os ovos são transportados para sedes de operação da empresa em outros municípios, não sendo esses integrantes da microrregião de Erechim (Passo Fundo, Nova Bassano, entre outros).

Conforme os apontamentos de Miele e Waquil (2006), verifica-se que o circuito produtivo da suinicultura é muito semelhante ao das aves, assim como os regramentos que regem a relação entre agroindústria e integrados. Há um elo inicial que está relacionado à produção de reprodutores, tanto machos, fêmeas e sêmen. Etapas que contam com investimento das agroindústrias e também por empresas do ramo da genética animal. Posteriormente, verificam-se três possíveis sistemas de criação dos suínos. O primeiro é o ciclo completo, no qual “[...] o mesmo estabelecimento desenvolve todas as etapas de produção do animal, quais sejam: cruza ou inseminação, maternidade, desmama, creche e terminação.” (MIELE; WAQUIL, 2006, p. 25-26). Outro modelo baseia-se na separação entre unidades produtoras de leitões e unidades de terminação, ou seja, na primeira “[...] desenvolvem-se as etapas de inseminação, maternidade, desmame e creche, produzindo leitões com até 22 a 28 kg, enquanto que as últimas se dedicam apenas à terminação, engordando animais dos 22 a 28 kg até o peso de abate, entre 100 e 130 kg aproximadamente.” (MIELE; WAQUIL, 2006, p. 26). O terceiro sistema constitui-se através de uma derivação do segundo modelo, no qual há separação de parte da unidade de produção de leitões. De um lado temos a produção de leitões, que permanecem com os animais até atingirem 10 ou 12 kg, e a creche, separada da etapa anterior.

Coser (2010, p. 63) resume essas etapas:

[...] o processo de produção comercial de suínos para o abate pode ser dividido em três etapas, que são realizadas no mesmo local ou em locais diferentes. Na primeira realiza-se o processo de reprodução a partir de matrizes e reprodutores geneticamente melhorados. As matrizes são acasaladas naturalmente ou inseminadas artificialmente, e após 114 dias nascem os leitões. Por volta dos 21 dias os leitões são desmamados e alojados em unidades denominadas de “creche”, onde se realiza o

processo inicial de desenvolvimento dos animais com alimentação baseada em grãos. A terceira etapa inicia-se por volta de 70 dias, e é aquela destinada à engorda dos suínos para o abate. Os suínos são abatidos entre 100 a 120 kg de peso vivo, que alcançam com 150 a 170 dias de vida.

A integração entre agroindústria e integrados ocorre, normalmente, nas etapas da maternidade, creches e terminação. No que se refere à produção, a Aurora é responsável pela maior parte das integrações na microrregião de Erechim, embora não seja a única a atuar devido à presença da empresa BRF. Além disso, apesar de o frigorífico localizar-se no município de Erechim, parte da produção da microrregião é direcionada para abatedouros nos municípios de Sarandi-RS e Joaçaba-SC.

A integração que ocorre entre agroindústrias e camponeses é regida por contratos que, entre outras questões, possuem cláusulas que garantem a exclusividade na relação de integração. Os camponeses não tem ingerência sobre a definição dos preços praticados e, de forma geral, conseguem melhores valores quando o lote em sua responsabilidade atinge uma boa classificação. Atingir esse patamar de qualidade exige intensificação do trabalho, tratos e cumprimento das normas conforme exigência da integradora. Os riscos inerentes ao processo de desenvolvimento dos animais, os insumos necessários à produção e os custos para adequação das edificações e dos instrumentais são também de responsabilidade dos camponeses.

Outro aspecto típico das integrações aos complexos de produção de carnes é a conversão alimentar como referência do processo produtivo, ou seja, a capacidade de converter a alimentação dos animais na quantidade de carne potencialmente consumível é a linguagem-base no processo de produção. Como lembra Paulino (2012, p. 124), “Na integração, há uma série de regras impostas aos produtores, o que indica que as empresas monitoram diretamente a produção das matérias-primas que alimentam a indústria, pois a taxa de lucro das integradoras depende diretamente da equação: qualidade, quantidade e preço.” Entre os insumos industriais que são empregados na produção de aves e suínos, as rações balanceadas são fundamentais para garantia de boas taxas de conversão. As rações, fornecidas aos produtores integrados de aves (frangos) e suínos, cumprem ainda outro importante papel, já que é “a partir dessa base alimentar que ocorre a integração entre os Complexos Agroindustriais da Soja, Carne (aves e suínos) e Milho.” (MARAFON, 1998, p. 122).

A situação evidenciada com relação à criação de aves e de suínos é diferente da lógica existente na criação dos bovinos. Estes animais são utilizados como força de tração, ou seja, fonte de energia para o trabalho agrícola, além da produção de carne bovina para o

consumo humano e a produção de leite. Os dados do Gráfico 3 apontam para pequenas variações na quantidade de cabeças de bovinos na microrregião, ao mesmo tempo que há significativo crescimento da produção de leite e, devido ao uso de maquinários agrícolas, a redução do uso desses animais para fins de trabalho agrícola.

A produção bovina destinada à alimentação está constituída por meio de ligações intersetoriais, assim temos: fornecedores de insumos, máquinas e equipamentos para produção agropecuária, responsável pelos insumos, medicamentos, máquinas, entre outros implementos; produção agropecuária, relacionada à reprodução, engorde e produção leiteira; agroindústrias, que são representadas por empresas ou cooperativas; distribuição, representado difusão das mercadorias produzidas, tanto no atacado como no varejo; e, por fim, o consumidor final.

Entre as possibilidades de produção a partir dos bovinos, o Complexo agroindustrial para produção de leite é o mais expressivo na microrregião. Ele se enquadra no formato no qual os camponeses estão integrados com as agroindústrias e em menor grau com a indústria montante, aspecto que possibilita maior flexibilidade em comparação com o modelo de produção de carnes de suínos e aves e também quanto aos insumos para a produção. Os contratos que se estabelecem também são distintos, já que não há o modelo de integração.

Do ponto de vista da estruturação do circuito produtivo, o IC2 destaca a importância das cooperativas no sentido do desenvolvimento da atividade na microrregião de Erechim.

O leite o agricultor, ele ainda não está no sistema de integração, né, oficial pelo menos, e tem uma concorrência bastante grande até então. Mas o leite ele vem de uma história um pouco diferente. Ele chega na região muito impulsionado pelas cooperativas, sistema de cooperativa criado nesse sentido, que se organizou também para ter a estrutura da CORLAC, que era aqui do estado, e a partir daí o que as cooperativas passam a introduzir na região? O aumento da tecnologia da produção. E que de certa forma foi muito positiva e impulsionou, eu diria que sem as cooperativas não chegaríamos na produção que existe hoje na cadeia do leite. Então, elas recolhiam o leite e investiam muito forte no fomento, toda cooperativa tinha uma equipe forte de fomento.

O impulsionar da atividade produtiva junto aos camponeses está relacionada a atuação das cooperativas, assim como o incremento da tecnologia para produção e a assistência para ao produtor para adequação aos novos princípios produtivos. Segundo destaca Teixeira (2003, p. 34), “A Cotrel começou a operar com leite a partir de 1995, quando recebia em média 30.000 litros por dia e repassava para a Parmalat e Elege.” O IC2 destaca ainda um segundo momento, no qual há entrada de empresas que passam a concorrer com as cooperativas:

Em um determinado período, passa a entrar as empresas. Eu não me recordo qual foi a primeira que entrou, mas entrou a Bom Gosto, na época muito forte na região, é aí vinha com qual proposta? Uma proposta muito leve. De passar, recolher o leite e pagar. Não tinha assistência técnica, não tinha veterinário. Alguns faziam convênios com alguns veterinários para dar suporte, o agricultor exigia muito isso. Mas com uma proposta diferenciada de preço, porque ele não tinham um custo adicional que as vezes o agricultor não enxerga.

A circunstância indica a formação de concorrência no recolhimento do leite, tanto por empresas privadas como por cooperativas, uma vez que o preço praticado de comprar do leite é um dos fatores principais na decisão dos camponeses. No que se refere à concorrência, as cooperativas e pequenas empresas têm uma atuação localizada, enquanto que grandes grupos possuem um número amplo de regiões nas quais atuam. Isso possibilita as grandes, quando há interesse em uma região específica, praticar valores acima da concorrência, reduzindo os valores praticados em outra região de atuação e transferindo esses valores para área de interesse. Nesse sentido, as considerações do IC1 são significativas:

O agricultor é muito dependente da empresa que possui a tal, que chamam, rota do leite. Então, tem a empresa compradora que estabelece uma rota de leite, embora haja as vezes um pseudodisputa entre eles, numa mesma comunidade passam mais do que um coletor de leite, mais de uma rota. O agricultor vai optar por um ou por outro e tem muitas oscilação. As vezes uma aumenta o preço para atrair mais produtores, depois rebaixa esse mesmo preço. Então, há uma certa migração entre os produtores de leite. E também está havendo uma certa exclusão desses produtores. Produtores de baixa litragem, vamos dizer assim, estão sendo deixado de lado. Há uma disputa grande pelo produtor que tem o volume mais expressivo de leite, aquele agricultor, que hoje se fala menos de 100 litros-150 litros por dia, tende a ser menos disputado e as vezes até, os agricultores de muito baixa litragem, a tendência é não ter comprador.

Na escala das comunidades e até mesmo da microrregião de Erechim verifica-se concorrência, dando certa margem de manobra para os produtores. Contudo, em outro patamar há formação de monopólios, como alerta o IC2:

No Brasil tem um processo de concorrência que acaba se definindo. A Lactalis compra a perdigão e uma série de outras empresas, boa parte da Bom Gosto, e se centra na lógica de ser uma das grandes empresas, é a maior do mundo, né, e a Nestlé, que uma das grandes empresas já estabelecida. Então, são duas grandes empresas, pois antes tinha perdigão, tinha a Bom Gosto, tinha outras que disputavam o mercado. Na nossa região, por exemplo, a Nestlé não entra, que está é a Lactalis. Então defini o mercado delas de atuação. [...]. Em tese, vamos dizer assim, elas tem o segundo piso, as cooperativas podem estar no primeiro piso, mas elas têm que jogar o leite para cima. Só joga se a empresa permitir. A capacidade industrial do Rio Grande do Sul é de 18 milhões de litros/dia. Agora, se pegar esses 18 milhões, não tenho esse dado mas, mais de 80% está na mão de duas empresas e aí a produção está pulverizada: cooperativas, outras pequenas empresas. Então, a capacidade industrial esta não mão deles. Se eles trancar, fechar a porta da indústria, não receber o leite de outras cooperativas, automaticamente quebra.

A pesquisa de Castro (1998) converge com tais afirmações, já que o autor considera a existência de “[...] uma forte concentração na recepção e processamento de leite. Atualmente as duas maiores empresas (Elegê e Parmalat) industrializam cerca de 80% do leite entregue às indústrias do Estado.” (p. 74). A Lactalis, que já era dona da Parmalat, adquiriu em 2014 a divisão de lácteos BRF, o que inclui as marcas Batavo e Elegê¹³⁰. Desse modo, embora não haja plena sincronia de datas, podemos considerar o peso desta multinacional no mercado de processamento de leite, já que possui a gerência sobre as duas maiores empresas do ramo no Rio Grande do Sul. Verifica-se concorrência para coleta do leite do produtor, contudo identifica-se um mercado monopolizado na escala do estado.

Os produtos que são destaques do ponto de vista do volume da produção na microrregião, bases do perfil produtivo atual, apresentam estreita relação com a modernização da agricultura e com a estruturação de complexos agroindustriais. É evidente que nem todas as práticas produtivas realizadas na microrregião são organizadas sob esses preceitos, contudo, tendo em vista a importância dessas práticas, reitera-se o peso das agropecuárias em bases modernas no campo.

7.1.2 Paisagens em Transformação

As considerações que apresentamos até aqui dão conta de transformações nos processos produtivos e nas relações de produção a partir da modernização da agricultura. As paisagens – como resultado das estratégias de reprodução das famílias de camponeses-colonos – passam a registrar os novos modos de apropriação da natureza. Não cabe neste momento descrever os atuais aspectos definidores das paisagens rurais na microrregião, tarefa a que nos detivemos anteriormente, e sim sublinhar as transformações ocorridas a partir desse novo paradigma.

O primeiro aspecto a destacar é a inversão do perfil de áreas valorizadas para a produção agrícola. Se nos momentos pré-modernização as áreas de encosta eram prioritariamente destinadas para este fim, devido à fertilidade natural do solo, com a introdução de insumos externos, como o calcário e os adubos químicos, as áreas de campo passam a ser valorizadas. Se antes as condições naturais eram determinantes, com a correção da acidez do solo e a introdução de adubos industriais, os insumos externos assumem o papel

¹³⁰ A imprensa veiculou amplamente a negociação. Exemplifica essa situação a matéria da Revista Exame – REVISTA EXAME (2014).

de “correção” da natureza. A “produção da natureza”, típica da industrialização da agricultura, passa a ser determinante. Desse modo, há inversão dos usos da terra na microrregião, como relata o IC4:

Aqueles vertentes do vale do rio Negro, do Turvo e tal, era tudo milho, plantação de trigo, só tinha onde tinha uma sanguinha, onde era mais pedregoso, uma tirinha de mato, perto da fonte. Hoje, é tudo mato. Só aqueles planos lá em cima do espigão, ou algum degrau. [...] Em cima do degrau estão cultivando, o resto verdejou.

Não poucas vezes problemas ecológicos estão associados à modernização, especificamente à industrialização da agricultura e intensificação do trabalho. Desse modo, a difusão desse processo está associada, entre outras possíveis constatações, à degradação dos solos, ao descontrole associado a pragas resistentes a agrotóxicos e doenças, por exemplo, à perda da diversidade biológica e redução da qualidade dos alimentos.

Outro aspecto que contribui para essa inversão no uso da terra está relacionado à introdução da tração mecânica, ou seja, a substituição da tração animal como força motriz em detrimento do trator e outros implementos. Esses novos maquinários possuem limites de uso que estão relacionados, entre outras questões, a não presença de blocos pedregosos de rochas e declividade pouco acentuadas. Assim, os campos para receberem as máquinas devem estar “limpos”¹³¹ e com declividade adequada. Especialmente este último aspecto funciona como limite para áreas de lavoura, ou seja, a produção de grãos tende a estender-se até os limites nos quais as máquinas têm possibilidade de ação. As áreas não adequadas passam a ter outros usos, “verdejando” em alguns casos quando deixam de ter usos agrícolas e floresce a mata nativa.

Os fatores de “correção” das características do solo e os limitantes da técnica passam a ser elementos centrais nas paisagens rurais. Esses elementos tornam-se ainda mais intensos se associados à conjuntura favorável para adoção de estratégias por parte dos camponeses centradas na produção de grãos, já que há consolidação dos complexos agroindustriais para produção na microrregião de Erechim e ainda uma conjuntura nacional favorável à produção de *commodities*, como soja e milho. Desse modo, as paisagens ganham novos contornos, como afirma IC6:

As áreas que permitem mecanização ou declividade menor de 15%, vamos pensar nesse sistema aí, as áreas mais de coxilha e tal, elas basicamente fazem agricultura. As áreas que são mais dobradas, no que a mecanização é mais difícil, elas geralmente fazem mais a parte da pecuária e desta, basicamente, a produção de leite

¹³¹ Denominação local que identifica campos sem blocos rochosos (“pedras”).

com um pouco da influência da suinocultura e avicultura, que é um pouco mais o perfil do oeste de Santa Catarina. Mas que tem resquícios aqui pra dentro. [...]

A conformação das paisagens rurais “terra plana” e “terra dobrada”, assim como os ritmos de introdução da modernização na microrregião, está diretamente relacionada aos preceitos que emergem do domínio da técnica em conjugação com as características naturais. A crescente capacidade de artificialização da natureza, típica da modernização da agricultura, apresenta limites na microrregião de Erechim, conformando paisagens rurais peculiares. Ressalta-se, ainda, que esses limites são constantemente tensionados, seja pelas inovações tecnológicas, seja por avanço realizado por agricultores. Diga-se de passagem, não são poucos os relatos de acidentes com tratores, normalmente capotamentos, nos quais os agricultores tentam ultrapassar os limites das máquinas para ampliar a área agricultável.

Tais considerações podem sugerir que a paisagem representa um fator de exclusão para os camponeses, já que, dependendo das condições naturais, determinadas atividades dificilmente se tornam viáveis, como no caso das lavouras de soja. Cabe destacar, no entanto, que o domínio da técnica representa uma das mais importantes barreiras, já que o acesso a ela se dá por meio do dispêndio de recursos. Considerando a recorrente alteração dos padrões de produtividade, fruto do desenvolvimento de novas tecnologias, surge a necessidade de equiparação. Essa adequação das margens de produtividade se dá por meio do dispêndio de capital e ampliação da dependência em meio a relações de produção. Dispor da técnica ao mesmo tempo que se garante a sobrevivência, pelo menos momentânea, na produção modernizada, impõe crescente dependência de fatores externos às unidades de produção.

A imobilização de capital no sentido da compatibilização técnica para o desenvolvimento de atividade agropecuária, sem dúvida, contribui para a redução das opções dos camponeses. Isso se deve à necessidade de fixação de capital em insumos e equipamentos que dificilmente podem ser revertidos. O investimento na construção de aviários, na aquisição de plantéis de vacas com boa genética ou mesmo de tratores e equipamentos agropecuários, entre outros exemplos possíveis, dificilmente é revertido em capital para investimento em outra atividade. Essa característica da agropecuária moderna sugere a redução da mobilidade entre atividades, mesmo em conjuntura desfavorável, o que promove na paisagem a persistência de formas e funções.

Esses aspectos também contribuem no sentido de produzir uma tendência nas unidades de produção para a especialização e padronização produtiva. As informações que apresentamos anteriormente evidenciam a diminuição da diversidade no que se refere às atividades produtivas, sendo mudança que evidentemente impacta na paisagem. Além disso, a

modernização amplia a padronização dos processos, seja pela aplicação do pacote tecnológico que se difunde, seja pelas necessidades de adoção de padrões normativos. O modo como cultivar as sementes disponíveis, a quantidade de entradas para aplicação de herbicidas nas lavouras, o tamanho ou mesmo as estruturas que compõem um aviário, são exemplos de práticas padronizadas e normatizadas, geralmente pelos Complexos Agroindustriais. Como lembra IC4, “A modernização está aí, dá para perceber claramente. O galinheiro virou aviário; o chiqueiro, pocilga; a estrabaria, estábulo; e o cavalo virou fuquinho ou chevette 72, ou coisa assim. Isso mudou. A tração animal virou tração mecânica, hoje está lá. [...] hoje tem que ter toda uma infraestrutura, ou tu adota ou cai fora.”.

Se no sistema de bases coloniais havia possibilidades de usos intercaladas de áreas de matas, de pastagens e de lavouras, típicas do sistema de roçado, com a modernização passa-se a valorizar a intensificação da terra, representada pelo uso da maior parte das áreas das unidades de produção ao mesmo tempo. Se antes as lavouras poderiam ser consorciadas e tomavam forma conforme as possibilidades de uso da força de trabalho, com o novo cenário adequam-se os cultivos às possibilidades das máquinas. Se na produção animal em condições tradicionais os estabelecimentos dispunham de uma variedade de animais e as estruturas respondiam aos conhecimentos produzidos pelos camponeses, com a modernização a criação de animais, no caso dos suínos e aves, exige a “esterilização” das unidades de produção com a eliminação dos animais domésticos e de consumo da família, além da aplicação dos modelos construtivos padronizados para integração.

Tais aspectos conformam transformações significativas, ocasionando inclusive a deterioração das marcas da diversidade ética na forma de grafar a paisagem em prol da homogeneização. Como ressalta IC4, “Muda toda paisagem do que era a organização do espaço rural, lá na antiga. A casa, o chiqueiro, o galinheiro, a estrebaria, o galpão do milho, o seu pomar aí por perto. Hoje não é bem assim, o galpão tem que estar lá em tal lugar. Mudou tudo isso.”.

7.2 Considerações

O processo de modernização que toma forma no Brasil, que consiste no aprofundamento das relações capitalistas no campo, constitui-se por meio de um amplo conjunto de transformações. Em meio a esse processo, acentua-se a industrialização da agricultura, aspecto que amplia a possibilidade de “produção da natureza” por meio de estreitas relações com o setor industrial. Da mesma forma, constata-se a “caisificação” das

relações de produção no campo, ou seja, o setor agropecuário assume um papel subordinado de consumidor de mercadorias industriais, de produtor de “matérias-primas” e de elo agregador de valor das mercadorias agroindustriais. Além disso, verificam-se no campo múltiplas relações entre capitais, seja na escala local com a integração dos camponeses ao capital industrial, agroindustrial, mercantil e financeiro, seja em escala global, com a conformação dos grandes conglomerados empresariais atuantes no campo.

Na microrregião de Erechim, assim como se manifesta no Planalto Gaúcho, a introdução desse modo de produção agrícola está relacionada ao binômio trigo-soja, que desde a década de 1950 começa a tomar corpo entre os granjeiros e que tem na década de 60 marco de introdução dos camponeses. Após 1979, com incentivos à diversificação produtiva, verifica-se que a modernização toma forma para além das culturas de grãos. Do ponto de vista do que se produz, verificam-se continuidades e rupturas. Há, por exemplo, continuidade da produção de milho e de suínos, ao mesmo passo que a cultura da soja passa a ser amplamente cultivada enquanto outras culturas alimentares (batata, mandioca) deixam de ser produzidas. Mesmo havendo continuidades, significativas parcelas dos processos produtivos mudam em seu conteúdo.

Os novos conteúdos que emergem alteram o quanto se produz e o como se produz. Se antes os limites impostos pela natureza eram fundamentais à sua apropriação pelos camponeses, agora o acesso à técnica passa a ser o centro e o campo de batalha das relações de produção. Os limites de intervenção das máquinas e insumos, da técnica como um todo, e a capacidade de aquisição passam a imperar como referenciais para o trabalho, para a produtividade e para a produção de renda. Antepõem-se ao aumento da produtividade a exclusão daqueles que permanecem nos complexos modernizados sem conseguir seguir os ritmos da corrida tecnológica.

As paisagens, na sua estreita relação com as dinâmicas sociais, passam por substanciais transformações. A fertilidade natural, base para produção colonial, é substituída pela capacidade de “corrigir” a natureza; das vertentes marcha-se em direção às valorizadas terras planas mecanizáveis. De fato, a artificialização da natureza encontra limites na microrregião de Erechim, conformando duas paisagens regionais típicas. Entretanto, cada vez mais elas se moldam em função dos limites impostos pelas máquinas, da capacidade de reproduzir artificialmente condições de produção, pelas definições e pelos parâmetros estipulados pelos CAIs e pelos ritmos de acumulação de capital. Os parâmetros ordenadores da produção de formas e de funções na paisagem são cada vez mais permeados por relações multiescalares, direcionando-as para o reprodutível, para os ritmos do capital, para a redução

da diversidade.

A chegada da modernização da agricultura propicia a conformação de novas “harmonias” e novas contradições na microrregião de Erechim. Ao final do capítulo 4 afirmávamos que a microrregião de Erechim constitui-se por meio de uma diversa matriz de ocupação do espaço rural sob a qual se tornam hegemônicas lógicas produtivas centradas nos camponeses-colonos, em meio a um conjunto de relações típicas. Entre outras situações, aos indígenas e aos caboclos restou pouco protagonismo, estando fadados ao confinamento e à migração. Com a modernização da agricultura, com a exceção das lavouras empresariais, houve poucos acréscimos no sentido da chegada de novos grupos sociais com fins agrícolas. Ao contrário, para boa parte dos camponeses, especialmente aqueles segmentos sociais empobrecidos, restou a migração para as cidades; e aos indígenas, suas litigiosas reservas.

As relações em torno da produção transformam-se, densificando-se, e novos atores sociais passam a pertencer a essa rede, como já mencionamos, aprofundando as relações de subordinação do setor agrícola. O movimento destacado por Silva (1998, p. 17), na qual “[...] as antigas formas de subordinação do sistema econômico ao capital mercantil vão se rompendo, dando lugar a uma vagarosa metamorfose do capital, com a indústria saltando a frente”, reflete as transformações evidenciadas na antiga colônia Erechim. Ou seja, da extrema dependência dos comerciantes coloniais, passa-se à subordinação a diversos outros setores, metamorfoseados por atores sociais de diferentes naturezas (o vendedor de insumos e implementos, as agropecuárias, as agroindústrias, o gerente do banco, os extensionistas, a cooperativa, etc.).

Não há dúvidas de que o campo é palco de transformações das redes de relação vinculadas aos processos produtivos. O espaço rural agrega novos atores sociais e estreitam-se as relações campo-cidade, entre outras tantas questões. Para produção de lavouras torna-se fundamental a compra de sementes, que construídas mediante acúmulos de pesquisa e de alterações genéticas, de fertilizantes e máquinas, produzidos em parques industriais e estreita articulação com combustíveis fósseis e vende-se para agroindústrias, preocupadas acima de tudo com o consumidor urbano e a valorização das ações no mercado financeiro. De fato, apesar da simplicidade do exemplo, o campo, sob preceitos modernos, passa a articular-se a outros segmentos da sociedade e a integrar redes com amplas ramificações.

Há tendência, nesses novos arranjos, de acentuar processos de drenagem da riqueza produzida pelos camponeses. Do mesmo modo, o ordenamento das atividades produtivas e sua centralização pelos Impérios Alimentares, como diria Ploeg (2008), ampliam a dependência dos camponeses, sujeita-os a descartabilidades perante dinâmicas globais do

capital e comprometendo o autocontrole da base de recursos, fundamental para reprodução da condição camponesa.

A microrregião de Erechim, em meio às densas relações de produção, integra alguns elos dos CAIs. Participa das etapas agrobiológicas da produção de soja, trigo, milho, carnes suínos e aves, leite, erva-mate, entre outros produtos comercializados integrados a complexos agroindustriais. Trata-se de uma região produtora de matérias-primas para o setor agroindustrial, consumidora de produtos indústrias, financiamentos, etc. Considerando que os mais diversos setores econômicos estão situados espacialmente e que o setor agropecuário é subordinado em meio à modernização da agricultura, podemos considerar que em meio às relações produtivas o espaço rural da microrregião de Erechim está subordinado. De fato, em alguns CAIs verifica-se um maior número de etapas presentes na microrregião, aspecto que mantém as relações de subordinações, contudo mantém-se um maior grau de relações internas.

Da mesma forma, em meio às articulações necessárias para a efetivação dos processos produtivos com bases modernas, há o deslocamento da renda dos camponeses para outros segmentos. Desse modo, quando há transferência da renda da terra, ela é acumulada por outros grupos, que estão localizados ou não na microrregião de Erechim. Tais situações implicam, por um lado, na manutenção do capital, quando elos dos CAIs se localizam regionalmente, e o acirramento interno entre segmentos da sociedade, tanto do campo como da cidade, em torno do acúmulo da renda da terra camponesa. Em outras escalas mais amplas, observa-se a monopolização do território, no qual grandes grupos empresariais buscam organizar os circuitos produtivos e participar da drenagem da renda.

As informações relatadas a respeito da produção, das redes de relações, das paisagens, indicam que há uma nova forma hegemônica de organização do espaço rural na microrregião de Erechim. Estamos diante, portanto, de um momento no qual o espaço é produzido, no qual imperam ritmos de apropriação da natureza cada vez mais influenciados pelo tempo da máquina, pelos fluxos de mercadorias, pela velocidade de reprodução do capital. As diferenciações sociais observadas ao final do período de predomínio das estruturas coloniais são acrescidas por outra circunstância: os camponeses integrados aos preceitos da modernização da agricultura e os camponeses não integrados. Cabe considerar ainda que entre eles há duas perspectivas elencadas com variações e diferentes intensidades, assim como admitimos, que a trajetória dos camponeses, ao longo do tempo, possa transitar entre esses dois pontos.

O espaço rural da microrregião de Erechim, apesar das novas lógicas predominantes,

possui um mosaico de tempos e forma de organização produtiva, resultado de um processo histórico articulado, contraditório e cumulativo. Desse modo, consideramos a coexistência de tempos históricos distintos, aspecto que favorece a diversidade em meio às escolhas na busca da reprodução camponesa. Não acreditamos que tais periodizações inspiradas nos ritmos da sociedade-natureza sejam etapas as quais os camponeses deverão superar, análogas a estágios sucessivos. Consideramos essas realidades como diferentes práticas espaciais moldadas, em meio às adversidades, como estratégias, formas de ação, diante das possibilidades no intuito da continuidade dos meios de vida.

8 “DE DENTRO DA PORTEIRA”: PERSPECTIVAS A PARTIR DOS AGRICULTORES

A trajetória de constatações e reflexões até aqui conduzida apresenta características do espaço da microrregião de Erechim. O caminho trilhado aponta para um perfil do rural particular, dotado de conformações peculiares e acúmulos de tempos, entre outros aspectos, que refletem transformações das dinâmicas produtivas e das formas de apropriação da natureza. As constatações verificadas até aqui indicam que este perfil do recorte espacial da pesquisa não está desarticulado de relações multiescalares, ou seja, as dinâmicas nacionais e internacionais reverberam, articularam, subordinaram a microrregião de Erechim, ao mesmo passo que o rural em foco compõe essas dinâmicas amplas escalarmente.

A perspectiva de análise que mira as transformações em escala regional e articula a outras dinâmicas pode ser confrontada por um olhar sob outro prisma. Referimo-nos a uma mudança de foco da pesquisa, que passa a mirar a escala local a partir das constatações produzidas sobre a microrregião. Portanto, para a compreensão da produção do espaço, se faz necessária uma perspectiva de análise “de dentro da porteira” das unidades de produção, essencialmente familiares neste estudo, no intento de aprofundar o entendimento de como os sujeitos do campo realizam as práticas espaciais, como moldam as paisagens, as redes de relações e compõem um perfil regional produtivo.

Nesse sentido, este capítulo busca realizar esse movimento de mudança de foco por meio de uma aproximação com as diferentes estratégias e práticas espaciais desenvolvidas pelos agricultores, responsáveis pelos processos de trabalho e de transformação da natureza, sejam eles adeptos do formato majoritário de produção ou mesmo *outsider*. Do mesmo modo, torna-se importante abordar os sentidos atribuídos por esses sujeitos aos processos nos quais estão articulados, ou seja, compreender como os agricultores significam a paisagem, a produção realizada, as redes de relação às quais estão submetidos e as transformações observadas por eles ao longo do tempo.

A realização deste movimento de pesquisa está alicerçado em trabalhos de campo, orientados por meio de procedimentos de obtenção e análise de dados. Além disso, as interlocuções realizadas foram orientadas por uma série de critérios no sentido de aproximar o pesquisador da diversidade de unidades de produção¹³². Tendo em vista essas circunstâncias, cabe inicialmente apresentar um perfil dos sujeitos entrevistados para a pesquisa.

¹³² As definições e escolhas que orientaram a pesquisa estão descritos no capítulo “Percurso investigativo”.

8.1 Perfil dos entrevistados

No sentido de caracterizar as interlocuções e a diversidade das unidades de produção, que são bases para a pesquisa, apresentamos a Tabela 11, na qual constam a indicação codificada dos entrevistados, as atividades produtivas que são destinadas à comercialização, a área da unidade de produção e a localização da unidade de produção conforme a paisagem. A apresentação de tais informações necessita de algumas notas.

Sobre a produção agropecuária cabe registrar que não estão listados os gêneros destinados ao autoconsumo da família ou mesmo às trocas com outras famílias, portanto, o trabalho agropecuário das famílias, em muitos casos, não se restringe aos itens listados. No que se refere à área das unidades de produção, a informação retrata a área do imóvel próprio acrescido ou reduzido conforme a quantidade de arrendamentos. Em todas as interlocuções encontramos agricultores que produzem em terras próprias e em 13 casos¹³³ havia algum tipo de arrendamento de terras. Ainda cabe mencionar que se verifica, entre os entrevistados, parcelamento das áreas em mais de um imóvel, por vezes não contíguo, ou seja, a área que apresentamos em alguns casos não corresponde diretamente às informações dos estabelecimentos rurais do Censo Agropecuário. Quanto à localização, tomamos como referência a posição da unidade de produção em comparação com a proposta desenvolvida na tese de unidades de paisagem¹³⁴.

Outro aspecto a destacar sobre o caminho seguido para obtenção de informações através de entrevistas diz respeito ao formato produzido e a realidade de campo encontrada. A princípio as entrevistas foram idealizadas para aplicação com um entrevistado, o responsável pela unidade de produção. Apesar da construção dos agendamentos para seguir essa orientação, no momento das entrevistas houve a participação de outros integrantes da família. Em 17 casos¹³⁵ observou-se a disposição de um ou mais membros da família para o diálogo, colocando-se como responsáveis pela unidade de produção. Mais do que um desvio do percurso previsto, tal situação constitui-se como um dado de pesquisa, ou seja, tais situações espontâneas reforçam o caráter familiar das unidades de produção. Portanto, verifica-se, nesses casos, a co-responsabilidade dos destinos da família e da unidade de produção, mesmo

¹³³ Verifica-se isso nas entrevistas: AA2, AC2, AC3, AC7, AC8, AC9, AC11, AC12, AC13, AC14, AC16, AC22 e AC24.

¹³⁴ No “Apêndice A – Roteiro utilizado nas entrevistas com agricultores” apresentamos o mapa que representa o cruzamento dessas duas informações.

¹³⁵ Verifica-se isso nas entrevistas: AA2, AA3, AC2, AC3, AC5, AC6, AC7, AC8, AC9, AC10, AC16, AC21, AC22, AC23, AC24, AC25, AC26.

havendo divisão do trabalho, diferentes tarefas e atribuições entre os integrantes da família.

Tabela 11 - Perfil dos Entrevistados

Entrevistados	Atividade Produtiva (comercialização)	Área UP (hectares)	Paisagem
AA1	Laranja; Eucalipto	12,5	Dobrado
AA2	Laranja; Batata-doce; Mandioca	13	Dobrado
AA3	Cítricos; Figo; Horticultura; Morango; Milho (convencional)	22,5	Dobrado (transição)
AA4	Agroindústria Doces (Figo, Banana, Abóbora, Pêssego e Amora) ¹	15,5	Dobrado
AC1	Bovinos (bezerros /terneiros); Ovelhas	96	Dobrado
AC2	Bovinos (leite); Olericultura (repolho, alface, cenoura, beterraba, tomate, berinjela); Feijão; Fruticultura (ameixa, pêssego); Mel	8,25	Plano
AC3	Bovinos (leite); Amendoim	16	Dobrado
AC4	Bovinos (leite); Bovinos (bezerros/terneiros, touros, vacas); Soja; Reflorestamento	45	Plano (transição)
AC5	Bovinos (leite); Bovinos (bezerros/terneiros); Soja	60	Dobrado
AC6	Bovinos (leite); Fumo	13	Dobrado
AC7	Bovinos (leite)	14	Dobrado (transição)
AC8	Bovinos (leite)	17,7	Plano (transição)
AC9	Bovinos (leite); Soja; Feijão; Milho; Trigo; Eucalipto; Laranja	60	Dobrado
AC10	Bovinos (leite); Soja; Milho	30	Dobrado
AC11	Soja; Milho; Bovinos (leite); Trigo; Cevada	375	Plano
AC12	Soja; Bovino (leite)	40	Dobrado (transição)
AC13	Soja; Milho; Bovinos (boi gordo)	50	Dobrado (transição)
AC14	Soja. Trigo; Milho	1137	Plano
AC15	Soja; Trigo	58	Plano
AC16	Soja; Trigo	19	Plano
AC17	Soja; Milho	12,5	Plano (transição)
AC18	Soja	120	Plano
AC19	Erva-mate; Soja; Mudar erva-mate; Eucalipto	25	Plano
AC20	Erva-mate; Soja; Milho	9,5	Plano
AC21	Galinhas (frangos engorda – integração); Bovinos (leite); Soja; Eucalipto; Suínos (porco gordo – não integrado)	29	Dobrado
AC22	Galinhas (ovos férteis); Soja	42,5	Plano
AC23	Suínos (terminação – integrados); Bovinos (leite); Soja	25	Dobrado (transição)
AC24	Suínos (terminação – integrados); Bovinos (leite)	9,5	Plano (transição)
AC25	Laranja; Aipim	10	Dobrado
AC26	Uva	5,1	Dobrado

¹ Em transição. Utiliza-se açúcar convencional na produção dos doces.

Fonte: Trabalho de campo (2015-2016). Elaborada por Éverton de Moraes Kozenieski.

Cabe ponderar, ainda, neste momento preliminar de apresentação das entrevistas, que

a dimensão das famílias que colaboraram com a pesquisa é variada, como pode ser observado na Tabela 12. Famílias que possuem 2 ou 3 integrantes perfazem 53,33% das entrevistas, o que reforça um perfil de unidades familiares com pequenas dimensões. As unidades familiares com as quais dialogamos são compostas, no mínimo, por um casal, ao qual geralmente são acrescentados outros integrantes com laços consanguíneos (filhos, avós, netos, etc.) e seus respectivos companheiros.

Tabela 12 - Dimensão das famílias entrevistadas

Número de integrantes da família	Quantidade de casos
2	5
3	11
4	7
5	4
6	2
11	1

Fonte: Trabalho de campo (2015-2016). Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.

Destacam-se entre os entrevistados apenas 3¹³⁶ relatos de utilização de trabalhadores permanentes nas unidades de produção. Aspecto que reforça entre as interlocuções realizadas o papel da força de trabalho familiar nas unidades de produção, aspecto que evidentemente não exclui a contratação de trabalhadores temporários para eventuais atividades produtivas.

As linhas gerais que apresentamos demonstram algumas particularidades das interlocuções produzidas, as quais, apesar de sucintas, apresentam um perfil preliminar das interlocuções realizadas. A partir de tal apresentação passamos à caracterização das relações produtivas observadas em campo.

8.2 Práticas espaciais e as diferentes estratégias desenvolvidas pelos agricultores

As ações de cunho produtivo – produção agrícola e agropecuária –, no contexto da microrregião de Erechim, têm centralidade, majoritariamente, nas práticas realizadas pelos agricultores familiares. Tendo em vista esse perfil, partimos das considerações acerca da condição camponesa, proposta por Ploeg (2008), no sentido da caracterização das práticas e estratégias dos agricultores.

O primeiro aspecto a indicar diz respeito ao ambiente hostil sob o qual os

¹³⁶ Referimo-nos aos entrevistados AC11, AC14 e AC22.

agricultores estão sujeitos, precisamente sobre o contexto de dependências, marginalização e privações que nos sugere Ploeg (2008). Nessa perspectiva chamamos a atenção para as circunstâncias elencadas ao longo da pesquisa, iniciando pela influência das ações nas unidades de produção com relação à apropriação da natureza.

Estamos diante de um ambiente hostil no que se refere às diferentes faces da natureza em conjugação com os possíveis recursos disponíveis nas unidades de produção. Contemporaneamente a conjugação de práticas espaciais, especialmente influenciada pelos limites de uso da técnica e os fatores de declividade do relevo, realçam perfis de uso que configuram duas paisagens rurais. Tais perfis sofreram transformações ao longo do tempo, sendo, portanto, historicamente produzidos. Essas transformações deixaram marcas, acúmulos e possibilitam a coexistência de temporalidades distintas, diferentes formas de como produzir e organizar a produção, aspectos que estão presentes na forma hegemônica que está orientada na perspectiva da modernização da agricultura.

O perfil da paisagem, em muito orientado pela possibilidade ou não de utilização da mecanização nas terras e a possibilidade de produzir lavouras temporárias, não está dissociado de um ambiente econômico, ou seja, o perfil hegemônico centrado na criação de animais e na produção de lavouras temporárias pressupõe redes de relações relacionadas a complexos agroindustriais. A possibilidade de transformação das condições naturais passa a ser um fator de organização dos processos produtivos e da própria paisagem. Tais redes e as trocas sociais nada têm de ingênuas, uma vez que se sustentam em uma perspectiva de subordinação do setor agrícola, de relações de sujeição da renda da terra para além das unidades de produção e, entre outras consequências, ocasionam a monopolização do território por empresas e atividades agroindustriais, apesar da aparente concorrência em alguns segmentos. A inserção em tal padrão produtivo traz consigo consequências ao campesinato, entre as quais a conformação de um cenário de dependência e a acentuação das relações entre camponeses e impérios alimentares, como define Ploeg (2008).

Além disso, cabe ressaltar que a capacidade ou não de acesso à técnica se mostra como um fator de diferenciação entre os agricultores. A capacidade de adequação aos novos padrões técnicos das integrações ou mesmo a elevação das margens de produtividade estão relacionadas à capacidade de imobilização de capital em novos animais, equipamentos, estruturas. O mantra “ou melhora, ou desiste”, amplamente difundido no campo da microrregião, representa os ritmos, os horizontes e as circunstâncias de dependências com os quais os camponeses se deparam.

Um erro teu pode comprometer um valor enorme, sabe, de recurso. [...] tu tem que

fazer, o tempo vai chover, será que não vai; passa, passa ou não passa, é um estresse que antigamente tu não tinha, ir carpi de enxada e não tinha essa pressão psicológica. [...] é uma pressão, é um passando pra cá, um pra lá, e aquela pressão de fazer aqui, de fazer lá, uma pressão contra o tempo. Que nem nós tava falando de veneno, tu tem que saber se é cedo, tal hora tu tem que parar por que vai esquentar, é tudo assim. Tu acaba ficando fora da casinha, pressão que existe. (AC5)

O contexto desenhado de dependências aponta também para um limite com relação à variedade de produtos que podem ser produzidos e comercializados no contexto regional. Ao mesmo tempo em que há redes estabelecidas que organizam, incentivam e acolhem a produção de determinados gêneros agropecuários, por outro lado, é nítida a dificuldade dos agricultores no sentido de encontrar canais para comercialização de produtos pouco comuns.

A dimensão restrita do fenômeno urbano na microrregião, a distância elevada de outros grandes centros para o deslocamento de mercadorias com maior perecibilidade e a estreita relação com o consumo do campo através de redes de parentesco (campo-cidade) representam, por exemplo, limites à produção de alimentação para o consumo direto (como é o caso da olericultura). Tal dificuldade de inserção se verifica também em determinados mercados com outras produções agropecuárias, tais como a de pêssegos, que outrora fora importante. Verificam-se, para muitos gêneros agropecuários, mercados restritos com um conjunto limitado de compradores. Nesse caminho, o argumento do AC11 é ilustrativo ao apontar os motivos pelos quais optou por um conjunto de atividades produtivas.

Na verdade são as culturas que hoje o mercado compra, né, na teoria teria que dar um retorno financeiro, muitas vezes isso não acontece, tem uma intempere, uma coisa. Mas são as culturas que nós podemos cultivar em função do clima e também tem comércio, que também tem como vender, transformar isso em dinheiro. (AC11)

Com base na racionalidade de que é necessário produzir e atingir um valor mínimo com as mercadorias para reprodução das atividades nas unidades de produção, o rol de possibilidades encontrado pelos produtores é reduzido, sendo em boa medida restrito aos grãos e à produção de animais nos formatos elencados ao longo do trabalho. Além disso, entre todas, favorecida por um cenário nacional e internacional, a soja parece ser o horizonte desejado, a escolha preferida, que oferece melhores possibilidades de remuneração.

Não há consenso com relação à quantidade mínima de área destinada para a lavoura de soja que seria suficiente para uma unidade familiar manter-se anualmente. O IC3 considera que “Para você viver só de soja, ou só de milho, ou milho e soja, você tem que ter áreas, no mínimo 100 hectares. Assim, para ter uma vida razoável, para começar.” (IC3). Por outro lado, AC18 pondera que “Se fosse só agricultores, na agricultura, ele teria que ter no mínimo

50 hectares. Mas se ele tem 25 hectares e optar por ter um chiqueirão de porco, um aviário, ele tem uma vida boa, com 25 hectares”. Destacamos outra passagem nessa perspectiva:

Com 30 tu ainda passa apertado. [...] Mas olha, como nós estamos aqui, temos que estar no 50 pra viver folgado, pra viver folgado com 50 hectares tu vive, com 3 tu vive. [...] Fazendo uma comparação que nem esse ano, da uma seca, colhe 30 sacos por hectare, não sobra dinheiro, mas estamos os dois aposentados. Na outra, com 45 sacos por hectare, que pode dá e nós já passamos em 2005. Das duas safras tu apanho, como vai viver a frente seco? (AC15)

De fato, estamos diante de unidades familiares com distintas dimensões, graus de consumo e necessidades, aspectos que refletem demandas por recursos externos à unidade de produção também diferentes. Contudo, conforme os depoimentos e as observações de campo, fica evidente que poucas famílias teriam condição de subsistir com áreas de lavouras temporárias inferiores a 20 hectares. Tomando esse fator como referência, podemos apontar para um fator de diferenciação, já que aproximadamente 60,01% dos estabelecimentos rurais possuem até 20 hectares, limites, portanto, não suficientes para reprodução familiar exclusivamente sob essa perspectiva, e que, especialmente na paisagem dobrada, poucas unidades de produção possuem áreas de lavouras mecanizáveis com essas dimensões.

Desse modo, por um lado, agricultores que possuem unidades de produção na “paisagem plana” com dimensões significativas (50 hectares¹³⁷) tendem a produzir lavouras temporárias, principalmente no contexto atual com soja e milho, centrando suas estratégias produtivas em culturas extensivas e seguindo a tendência de especialização produtiva, prerrogativa da modernização. Por outro lado, agricultores em contextos diferentes, especialmente em condições com dimensões reduzidas de terra ou mesmo com grande quantidade, mas em circunstâncias de “terra dobrada”, tendem a realizar atividades produtivas intensivas ou que não dependam da mecanização, favorecendo a diversificação da produção comercial. “Tu não tem que depender só de uma coisa. Tu tem que procurar ter várias rendas, se tu vai mal numa, a outra te segura. É o velho ditado: Tu tem que estar pendurado em cima de uma árvore e pendurado em vários galhos, se quebra um tu não cai.” (AC18)

Nessa segunda condição, a produção de leite geralmente é a principal escolha. As considerações do AC8 ajudam a compreensão das justificativas para realização desta atividade:

Na verdade pia, o cara que mora na colônia, chega o final do mês tem a luz pra pagar, tem água pra pagar, tem o supermercado, tem uma prestaçãozinha numa loja,

¹³⁷ Através dos dados obtidos torna-se difícil definir um limite preciso e definitivo.

tem uma prestaçãozinha em outra para pagar, tu tem que ter um dinheiro mensal por mês. Senão tu não consegue dar o giro e a única alternativa que nós achamos foi lidar com o leite. Mais ou menos, mas todo mês tu tem aquele dinheirinho. [...] Além do leite tu tem a carne, cria um terneiro, te sobra um terneiro para vender e entra mais um dinheirinho por fora. E tu vai dando o giro e para tu sobreviver, principalmente o pequeno agricultor, tu não consegui dar a volta, porque é muito caro o custo pra plantar uma lavoura, plantar bem, com boa técnica e muito baixo os preços. (AC8)

A produção de leite possibilita o ingresso de recursos financeiros mensalmente, fundamentais para a reprodução familiar. Assim, torna-se possível dar o “giro” e garantir as compras e o pagamento das contas imediatas, base da manutenção da família. Além disso, o investimento em animais propicia outros recursos passíveis de comercialização (venda de terneiros, venda de carne, etc.) e também possibilita o atendimento das necessidades cotidianas de alimentação familiar (leite, carne). A produção de leite, diferentemente da produção dos grãos (soja, trigo, milho, etc.) em moldes modernos, pode ser convertida em recursos imediatos para a família. Necessita, no entanto, de maior intensidade de trabalho do que os grãos, aspecto que toma forma pela quantidade de tempo dispensada à produção de alimentos para os bovinos, manejo e cuidado e o ato de coleta do leite, que é realizado diariamente. Contrastam, assim, entre práticas produtivas distintas, a remuneração, a intensidade e a regularidade do trabalho. Na passagem de AC4, a seguir, a lógica e os argumentos em prol da produção de leite.

Aqui na propriedade sempre foi trabalhado com leite, desde o tempo da minha avó, 30 anos atrás, mais. [...] Dentro de todas as atividades que tem pras pequenas propriedades, o leite é uma atividade que sustenta bastante. É uma das atividades mais rentáveis, que tu consegue ter uma produção de, sei lá, 50.000 reais numa área de 10 a 15 hectares. Se tu for plantar soja ou milho, tu não consegue chegar a isso por mês, eu digo. É uma atividade rentável. Claro, é uma das atividades que mais dá serviço, né, é uma atividade bem rentável. E tu é bastante independente, né, se a partir de hoje tu decidir não quero mais vender leite para ti, quero vender leite para ele, tu pode ir sem problema nenhum. Não tem contrato, não tem nada. [...] E lhe daqui a pouco tem outra. Ta vendendo pra uma empresa x e ela decidiu que ela vai falir e ela não vai mais pagar o leite e ela não vai te pagar o leite do mês passado, tu perdeu só um mês. Porque teus animais continuam aqui, continuam trabalhando, no outro mês tu vai ter produção suficiente, vai conseguir dar o giro. Dá uma seca numa lavoura de soja, tu tem que esperar um ano ainda. (AC4)

Em muitos casos, é possível observar a conjugação da produção de grãos com a produção de leite em uma mesma unidade de produção. Há de considerar-se que parte da produção de grãos é convertida para a alimentação dos animais (quirela¹³⁸, silagem, etc.) e, portanto, nem toda área de grãos, nessas condições, visa o mercado. Aspecto que viabiliza a

¹³⁸ Milho em grão seco com moagem grossa.

produção de grão em pequenas parcelas, inclusive em condições íngremes, com tração animal. Desse modo, processam-se atividades com retorno de curto prazo, atendendo às necessidades familiares mais imediatas, e atividades de longo prazo, em que os grãos cumprem o papel quando a colheita e os preços são favoráveis, de fonte de recursos para o pagamento de empréstimos e financiamentos, poupança e/ou capital para investimentos. É evidente que as condições da paisagem impedem que essa conjugação de processos produtivos se efetive em todas as unidades de produção.

Retomando ao debate das estratégias dos agricultores com reduzidas áreas de terra ou com grande quantidade em circunstâncias de “terra dobrada”, cabe tecer algumas considerações sobre outras atividades também escolhidas como componente das relações de produção e comercialização. Uma situação análoga à produção de leite no que se refere à intensidade de trabalho despendido é a criação de suínos e de aves, que demandam o trabalho da unidade familiar com maior frequência. Contudo, a remuneração é obtida em períodos superiores ao leite, especialmente na situação dos suínos, em que o prazo de permanência dos lotes é mais extenso (cerca de 120 dias). Não é por acaso que famílias optam por conjugar o leite com a produção de suínos no modelo de integração, sendo estratégia para algumas famílias que não querem ou podem depender dos grãos.

Outras atividades de cunho extensivo que apresentam significativa difusão entre as unidades de produção são as culturas permanentes, especialmente erva-mate e cítricos, e a silvicultura. Essas atividades demandam períodos de manejo que exigem menor intensidade de trabalho, pouca necessidade de instrumentos e de equipamentos mecânicos e ciclos de produção e remuneração longos. Trata-se de atividades destinadas às áreas íngremes, que podem demorar anos para apresentar resultados financeiros. Em muitas áreas planas, em que há lavouras permanentes, observa-se a substituição desses cultivos e a transformação dessas áreas em lavouras temporárias.

Que nem agora, se o preço não mudar, digo que daqui alguns anos a ervateira vai, vai faltar erva. Porque em terra plana eles vão arrancar, ninguém vai segurar para vender a 5, 6, reais. [...] uma que vai ter redução e outra que quem plantou nos morros vai abandonar. Ela não vai produzir. A capoeira vai fechar. [...] uma área perdida. (AC19)

Aos pequenos produtores, para os quais a diversidade da produção para o mercado é mais do que uma escolha, as estratégias que guiam suas decisões resultam de avaliações que ponderam diversas perspectivas na relação entre sociedade-natureza, desde as possibilidades de apropriação da natureza, as condições de dependência e de reprodução familiar. As

decisões no sentido de mudanças nas estratégias de produção, cada novo investimento, cada busca por novas alternativas, portanto, são ponderadas e avaliadas pelos produtores, aspecto que não significa seguir determinada racionalidade de empresarial.

Há de destacar-se, entretanto, que as trocas de atividades produtivas não são mudanças simples. O dispêndio de capital necessário para iniciar novas tarefas, os longos tempos de transição que a produção agropecuária exige (realização do investimento e início da remuneração, imobilização de capital, etc.), o conhecimento sobre determinados processos produtivos, por vezes transferidos entre gerações, são alguns dos fatores que podemos observar como empecilhos para a rápida migração de atividades produtivas nas unidades produtivas. Trata-se de um jogo no qual as más decisões, em meio a múltiplas variáveis, são praticamente irreversíveis.

Tais ponderações não descartam que agricultores com menor área disponível possam ter níveis de produção, por exemplo, de aves, extremamente elevadas para os padrões regionais. Alcançar tal patamar depende, porém, da capacidade de investimento de capital, aspecto pouco provável entre os agricultores com unidades de produção com reduzidas dimensões. No dobrado isso é mais difícil de ser observado e não é à toa que se pratica, fundamentalmente, a agroecologia nessa paisagem da microrregião de Erechim.

Hoje 95% das famílias incluídas nesse processo [agroecologia] são famílias que foram excluídas da agricultura convencional, famílias que estão saindo, que estão falidas [...] ou famílias que se empolgaram, foram iludidas pela agricultura convencional e criaram uma estrutura lá, que acabaram se endividando e não conseguiram tocar, ou famílias que moravam em áreas totalmente íngremes, difícil de fazer agricultura, com pequenas áreas, que são os excluídos do canto do município, que muitas vezes viviam do bolsa-família [...]. (IC7)

Nessa interface, entre as estratégias produtivas e as características sociais e naturais das unidades de produção, cabe ponderar que a produção orgânica e agroecológica é outra manifestação de estratégias produtivas, centrada em bases distintas. O relato do IC7 apresenta o perfil dos agricultores que optam por esse arranjo produtivo, que é composto, entre outros aspectos, por um perfil das famílias, condições de inserção na agricultura com bases modernas, condições para apropriação da natureza. IC5 reforça o perfil econômico das famílias ao considerar: “Quem vem pra agroecologia geralmente vem o quê? Vem com uma dívida muito grande, desse modelo que está aí. Então ele vem com a dívida e com a agroecologia ele quer resolver os problemas dele, saldar as dívidas. Muitos deles conseguem, nem todos.” (IC5).

Para além dos aspectos econômicos, IC7 reitera: “A agroecologia se constrói nos

morros, que é onde não se aplica o pacote tecnológico do mercado convencional, aí. São raras que tu encontra para trabalhar, tem alguns recortes enfim. As melhores experiências estão implementada em áreas dobradas, pequenas e quebradas.” (IC7). Ou seja, práticas produtivas alternativas ao modelo convencional também marcam o rural e a paisagem, sendo alternativas especialmente aos agricultores em condições de vulnerabilidade e em vias de exclusão, para as quais o dobrado se destaca como palco privilegiado.

Tal diferenciação entre as possibilidades das unidades de produção, nas relações com a paisagem e as redes de comercialização receptivas a determinados produtos agropecuários pode ser reforçada pela diferença em torno do mercado de terras. Passam a contrastar, de um lado, capoeiras e “terras” abandonadas e, de outro, terras valorizadas e um mercado intenso de imóveis rurais. Como retrata AC10, que possui unidade de produção no dobrado,

Aqui não, só que nos vizinhos em volta já tá aumentando [as capoeiras], acontecendo, pensa. Vamos dizer a verdade, aqui na nossa linha não tem nenhum jovem, só ele mesmo. Aqui morava tudo gente perto, tem pouco até. Saíram daqui, foram pra cidade, os casais tudo [...] Fica lá abandonada, ou eles alugam a terra ou vendem, mas ninguém compra, ninguém compra mais. [...] Ninguém mais se interessa em morar no interior, somente onde que é plano. [...] no chato vale bem mais, plana é mais cara, pode trabalhar com máquina. Dependendo a terra quase que o dobro que no morro. (AC10)

Tal passagem reforça os dados que apontam para processos migratórios do campo em direção à cidade, sendo os efeitos do mercado de terras distintos conforme determinados critérios, em especial pela capacidade de mecanização. Nas áreas planas, a procura pela aquisição de imóveis rurais ocorre com maior intensidade. O relato de AC2, que possui unidade de produção na paisagem plana, reforça essa ideia:

Mas é assim. Os que moravam já foram tudo embora. E aí vai entrando os grandes, né. Aqui tá assim, tá sobrando um, dois, por linha e o resto arremataram as terras. [...] esses grandes, tem dois aí que vão arrematando as terras. Nós temos enjaulados aqui no meio e já vieram atrás. Eu por enquanto não vendo, senão já tinham. [...] Na maioria, por tudo, onde tu vê em volta é assim, é dois três que tão comprando tudo. (AC2)

Cabe resgatar as considerações de Delgado (2012) para o qual no período da economia do agronegócio há ampliação da renda da terra e o favorecimento da produção de *commodities*. Esses fatores contribuem para a valorização do preço das terras, em especial das áreas planas passíveis à produção de lavouras temporárias, e a conformação de uma diferenciação em função do perfil das terras manifesto no valor dos imóveis e da procura por eles. Além disso, demonstra que famílias que têm posse de determinadas condições naturais,

em meio às redes estabelecidas, têm diferentes chances de reprodução de suas práticas convencionais.

Do ponto de vista dos principais compradores dos imóveis rurais, as observações e os relatos apontam para a concentração fundiária, em especial no plano.

Vão vender pros grandes, a maioria que tá comprando são os grandes. Tão dando o que não vale, né. Tão pagando bem, tem muita gente que vende, vão compram casa, alugam, pessoa de idade. [...] Aqui tinha uns 10, 12, pra cá. Não tem mais nenhum. Os grandes compram tudo. Mas eu quando vinha aqui era rodeado de vizinho. Um morava ali, aqui onde vocês passou ali pra cima tinha mais dois, pra cá três, cinco, só ali atrás tinha seis acho. Não tem mais nenhum. Tudo embora. Aumentou uma casa porque casou um filho. [...] Tudo os grandes compraram. [...] Parece que tem uma tentação: quanto mais tem, mais quer. (AC16)

O mercado de terras apresenta-se como um reflexo da diferenciação entre unidades de produção e das possibilidades das famílias na produção convencional. Cabe destacar que mesmo em um contexto de possibilidades restritas de comercialização de produtos de origem agropecuária que acomete a microrregião, as decisões sobre o que produzir, como produzir e as estratégias no sentido de conjugar a diversidade da produção estão relacionadas à localização das famílias e das unidades de produção. Localização esta que se dá não apenas no espaço ou de acordo com o perfil natural sob o qual se assentam as unidades de produção, se dá também socialmente, em conformidade ao segmento social do qual as famílias fazem parte e as possibilidades de acessibilidade para eles.

As estratégias em prol da reprodução das unidades familiares não se restringem à elaboração de um arranjo nas unidades de produção visando à comercialização. Esse desafio também está associado à busca por fontes de renda suplementar e ocupação da mão de obra familiar, seja em trabalhos agrícolas ou não. Ao longo das observações foi possível identificar a importância dessas rendas suplementares e do trabalho acessório, tendo em vista que das 30 interlocuções que realizamos, em 27 casos registramos algum tipo de renda extra-atividades agropecuárias nas unidades de produção. Da mesma forma, verificamos que 47 sujeitos são responsáveis por essas fontes de recursos, dentre um total de 114 membros das famílias¹³⁹. A Tabela 13 busca retratar as modalidades de trabalho acessório e de renda suplementar nas unidades familiares entrevistadas.

O primeiro aspecto que chama atenção na Tabela 13 está relacionado ao peso das aposentadorias como fonte de ingresso de renda suplementar. Cerca de 48%¹⁴⁰ dos registros

¹³⁹ Nem todos os integrantes das famílias tem capacidade para o trabalho, caso dos jovens e idosos.

¹⁴⁰ Apenas um registro de renda está relacionado a pensões.

apontam para esse formato de renda extra-agricultura, aspecto presente em 13 das entrevistas realizadas. Essa modalidade de recurso é típica da população idosa, ou seja, essa importância está associada à contribuição da população de maior idade no campo, à economia familiar e, ao mesmo tempo, retrata pouca perspectiva para os jovens nessa modalidade de aquisição de recursos. O impacto das aposentadorias, mesmo quando os beneficiários recebem valores mínimos, é importante e mais significativo às famílias pouco capitalizadas.

Tabela 13 - Modalidades de trabalho acessório e de renda suplementar

Modalidade	Membros das famílias
Aposentados e pensionistas	24
Funcionários e servidores públicos (municipais e estaduais)	9
Cargos políticos (prefeituras)	2
Trabalhos urbanos (profissionais liberais, setor de serviços)	3
Trabalhos de suporte à produção agropecuária (técnicos agrícolas, vendedores, montadores de silos)	4
Trabalhos agrícola (trabalhadores temporários, tratoristas, parceiros)	5
Total	47

Fonte: Trabalho de campo (2015-2016). Elaborada por Éverton de Moraes Kozenieski.

Outro destaque nas informações está relacionado a renda extra e a ocupação de integrantes da família em atividades relacionadas diretamente ao Estado ou a direitos sociais geridos pelo Estado. Considerando as três primeiras modalidades na Tabela 13 temos 35 membros das unidades familiares nessa condição de 47 possíveis, ou seja, as informações retratam um peso significativo dessa modalidade entre as rendas suplementares. Tal informação contrasta com a ocupação em trabalho tipicamente agrícolas, para o qual se verificam 5 situações.

Esse contraste entre a predominância de recursos oriundos do Estado e o reduzido papel de rendas de outras atividades tipicamente rurais é significativo e também distinto da descrição realizada por Santos (1978), para o qual o trabalho acessório representa a transformação periódica do camponês no sentido de trabalhar como assalariado para outros camponeses, cuja dimensão da família não é suficiente para a demanda do trabalho. Entre as famílias entrevistadas, o trabalho acessório não está voltado predominantemente para outras unidades de produção ou mesmo para o setor agropecuário, ou seja, o trabalho acessório e a renda suplementar não miram para intercâmbios da força de trabalho entre camponeses.

Outra perspectiva que retrata o intercâmbio de trabalho entre unidade de produção

está relacionada aos padrões e às atividades de cooperação. Nesse sentido, identificamos práticas de trocas de trabalho entre agricultores nas atividades de produção de lavouras, especialmente nas etapas de plantio e colheita, e de carregamento de suínos em caminhões para o transporte às agroindústrias, atividade de responsabilidade dos integrados que necessita de intenso trabalho, em particular no momento do carregamento. Além dessas práticas, a elaboração da silagem, fundamental para a alimentação do gado e a atividade leiteira, é a mais frequentemente citada como associada à cooperação entre agricultores.

Essas formas de ajuda mútua, associadas às culturas comerciais, consistem no intercâmbio da força de trabalho entre famílias e são denominadas localmente por diferentes termos (“troca de serviço”, “troca de trabalho”, “troca de dias de trabalho”, “troca de horas de trabalho”). E são realizadas sob duas perspectivas. No primeiro formato há permutas equivalentes, ou seja, um dia de trabalho para produção de silagem na unidade de produção vizinha será retribuída com um dia de trabalho da produção de silagem em outra unidade de produção. Essa modalidade é empregada em atividades que demandam intenso trabalho em um curto intervalo de tempo, como no caso da silagem e do carregamento de suínos. A segunda modalidade está relacionada à troca entre força de trabalho por máquinas e equipamentos, ou seja, refere-se à permuta entre “hora braço” de um agricultor em troca de “hora máquina”. Nessa prática são trocas com diferentes conteúdos entre agricultores com diferentes graus de tecnificação, aspecto que dificulta a construção de uma correlação exata entre atividades. Essa modalidade está associada, principalmente, às lavouras temporárias.

De todo modo, em meio às interlocuções realizadas, tais práticas de ajuda mútua nos processos produtivos comerciais estão cada vez menos presentes. Como destaca IC6, “É difícil quase. A única coisa que fizemos assim é quando trocamos algum dia um com o outro. A única coisa que fizemos é trocar dia. Quando se aperta, um chama o outro [...]. Quando faz silagem é a única coisa que mais ajuda.” (IC6). No mesmo sentido, aponta AC17:

Antes a gente se ajudava bastante entre vizinhos, hoje em dia dá um, outro. A gente se ajuda ainda com um ou outro precisa, mas não mais tanto assim. A maioria colhe a trator. A gente ajuda em outras coisas, assim. A gente sempre se ajuda entre vizinhos [...] uma vez colhia, trilhava com a trilhadeira, daí não tinha trator. A ceifa, que colhia a ceifa, ajudava o vizinho e depois o vizinho ajudava a gente. Agora tem a ceifa que colhe [...] Não tem mais assim. Em algum lugar pode ser que tenha, aonde ainda fazem, aqui em roda não. (AC17)

Os relatos, ambos de agricultores com unidades de produção com dimensões reduzidas, apontam para diminuição dessas práticas e indicam a mecanização como fator responsável pela redução das práticas de troca de trabalho. AC18, agricultor em condições

distintas, considera não ser vantajosa a realização de trocas. “Não, não porque eu tenho um caminho para levar adubo e essas coisas e trator pra passar veneno. Pra plantar e colher eu terceirizo. Porque não é vantagem.” (AC18). As práticas de cooperação não atendem as lógicas de organização da produção em moldes empresariais, não se caracterizando como ações desejadas por agricultores tecnificados e capitalizados.

A cooperação e as práticas de ajuda mútua não se restringem às trocas de trabalho entre unidades de produção em prol das culturas comerciais. Zeist (2016) destaca, em sua pesquisa no município de Barra do Rio Azul, que há intercâmbios entre vizinhos no sentido da socialização de sementes e de alimentos, em especial em torno de práticas visando ao autossustento familiar. A troca de experiências e saberes entre agricultores é permeada também por situações do cotidiano (avaliação da cotação de insumos, preço de venda, etc.) em que há trocas de conhecimentos e práticas. As dinâmicas de cooperação estão muito associadas às interações propiciadas através das comunidades rurais.

A comunidade, como destaca Tedesco (1999), “[...] sempre funcionou como construção de uma reciprocidade social, familiar e de vida religiosa, ‘um lugar de encontro’, uma forma de compensação aos desencontros, isolamentos, sofrimentos e individualizações cotidianas.” (p. 88). O autor, inspirado nas considerações de Schneider (1994)¹⁴¹, reforça a caracterização acerca dos sentidos atribuídos à comunidade:

A comunidade é um local de multissignificados e funções; é o espaço do jogo de trocas que, através de acordos e conflitos, tecem a convivência de uma lógica de integração que passa pela participação, pelo afeto, conhecimento mútuo, vizinhança, mutirões, lazer, equipes, relações de direitos e deveres, partilha, experiências coletiva na individualidade, delimitação de espaços, símbolos de identidade de gênero e de idade, etc. enfim, um espaço cultural e social, mais do que econômico, que cristaliza uma cotidianidade do colono e do meio rural. (TEDESCO, 1999, p. 90).

A passagem citada expressa as comunidade rurais que estão presentes na microrregião, suas funções e seus conteúdos sociais e culturais. Cabe destacar que, devido ao caráter multiétnico que se efetivou na constituição da colônia Erechim e ao amplo número de comunidades existentes, as características que moldam a socialização comunitária apresentam diferenciações. Assim, torna-se possível identificar particulares construções de símbolos, lógicas de convivências, etc.

Do mesmo modo, as transformações no espaço rural de cunho econômico e

¹⁴¹ A referência faz menção a seguinte obra: “SCHNEIDER, S. **Os colonos da indústria calçadista**: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no RS. Campinas, 1994. Dissertação (Mestrado), Unicamp”.

populacional afetam as dinâmicas comunitárias. Ao longo das observações e interlocuções verificamos muitos casos em que as relações das comunidades estão desestruturadas, sendo que em muitas situações estão desativadas em suas formas e em seus conteúdos.

Eu vejo assim. O povo tá muito só pra si. Não tem tempo nem pra fazer visitas e, bom, vejo por mim, tem tio que a gente não vai nem visitar. Primo, primos antigamente de visita era meu deus, aquela brincadeira em volta de casa. Correr, jogar bola. Assim, praticamente uma vez a cada trimestre, alguma coisa assim, ia visitar, né, não tinha errado. Agora já. (AC20)

Tal contexto pode ser também verificado por meio de sedes e de estruturas comunitárias que deixam de ser utilizadas, como é o exemplo registrado na Fotografia 7, ou mesmo por relatos.

Nem velho fica na colônia, 80% aqui na nossa região é aposentado. 80% é aposentado. Tu vem na comunidade, assim, só tem pessoas de idade. Eu casei a 8 anos, 8 anos que somos casado. Faz 7 anos que nós estamos na diretoria da capela. Não tem gente para trocar. (AC5)

Fotografia 7 - Estrutura comunitária abandonada no município de Carlos Gomes



Fonte: Arquivo pessoal. Trabalho de Campo, município de Carlos Gomes em 21/01/ 2016.

A diminuição das práticas de ajuda mútua, das trocas de trabalho, assim como registros empíricos, como o delineado pela fotografia apresentada, indicam, em muitos casos, redução e desagregação das lógicas e das dinâmicas comunitárias. Evidentemente, o papel atribuído à comunidade passa a ser assumido por outras figuras e outros espaços. No contexto de trocas de experiências e conhecimentos, por exemplo, ganham importância os técnicos agrícolas e vendedores, funcionários de agroindústrias e de pontos de vendas de insumos agrícolas. Das relações comunitárias, passou-se a buscar conhecimentos nos balcões de agropecuárias e no saber que “bate a porta”.

Não há dúvidas que há desconfianças com relação a essas novas interpelações, como destaca AC12: “Não dá para ir muito atrás dos vendedores porque vocês só vai trabalhar para eles.” (AC12). AC18, por sua vez, considera:

Às vezes os vendedores, os agrônomos, te dizem: vai e faz tratamento, vai e faz tratamento. Pra querer vender. Tu não pode ir só em cima disso. Por isso, tu faz esses testes, para eu saber, eu mesmo, entendeu. [...] Porque se tu vai atrás do vendedor, tu coloca até, o custo vai lá em cima, sobe muito o custo, né. Daí o risco é muito e tu não vai ter o retorno. (AC18)

Essas duas manifestações registram posturas de desconfiança com as novas relações com fins mercadológicos e refletem leituras pró-ativas com relação aos resultados dessa interação. Quando, porém, essas fontes de informação tornam-se difíceis de serem comparadas com outras experiências nas comunidades ou mesmo são as únicas capazes de apresentar soluções a problemas difíceis, poucas alternativas restam.

A presença desses novos interlocutores representa um formato de venda e ampliação de negócios do setor comercial por meio de ações no sentido da construção de relações de afinidade. Nesse sentido, as considerações de IC1 são ilustrativas.

Todas as agropecuárias elas têm um comportamento de, mesmo as cooperativas, de bom atendimento, de presteza ao agricultor. Então, o agricultor não identifica ela com uma entidade que vem ali pra, até a cooperativa identifica, mas o comprador de grão, o vendedor de sementes, o vendedor de adubos, o vendedor de venenos, ele não identifica com uma pessoa que vem para tirar uma fatia do seu lucro, né. Ele identifica como um amigo, como uma pessoa igual, um camarada. Os vendedores a maioria já tem um conhecimento técnico, são da própria comunidade, são filhos do João lá que é uma liderança, que é não sei o que. Esse pessoal, tanto no momento em que o agricultor vai na agropecuária quanto no momento que o vendedor vai na casa, estabelece uma relação de “bonachão”. Daí se efetua as vendas, vamos dizer assim. [...] esse vendedor vai na comunidade dele no dia que tem almoço, que tem janta, patrocina até na festa da igreja, colocar um banner. Então se torna uma pessoa próxima e amiga deles, vamos dizer assim. (IC1)

A mediação entre agricultores e complexos agroindústrias é, em muito, permeada pela presença dos técnicos/vendedores (“amigo vendedor”), que buscam trânsito por meio de relações pessoalizadas. Tal relação, para além de um momento de troca de experiências e de uma relação comercial, representa uma colagem entre as ações cotidianas dos agricultores com um conjunto de redes de relações integrantes de complexos agroindustriais, redes estas que extrapolam limites locais e regionais. Portanto, conforma-se uma liga entre uma realidade imediata e outras relações distantes, de cunho mais abstrato ao olhar “de dentro da porteira”, quando não cumprem o papel de obscurecer as redes nas quais os agricultores passam a integrar.

8.2.1 Relações com o Mercado e Atores nos Processos Produtivos

Ao longo das interlocuções que realizamos, questionamos os processos produtivos comerciais realizados e buscamos identificar as relações e as redes percebidas pelos entrevistados. Assim, entre o amplo rol de relações e circuito de circulação de mercadorias, buscamos registrar os aspectos tangíveis dessas redes. Nessa direção, cabe resgatar os apontamentos de Marafon (1998) a respeito do CAI no que se refere às formas de interação com o setor agrícola. Assim temos: CAI completo e integrado – no qual há vínculos específicos com indústria montante e forte integração com a agroindústria processadora, representada pelos complexos de carnes (avícola, suínos), soja; CAI incompleto – menor grau com a indústria montante e integrado com a agroindústria, no qual se caracterizam as redes da produção de milho, laticínios, laranja, erva-mate; produção não integrante de CAI com produção modernizada, como é o caso da produção de feijão; produção não integrante de CAI com produção artesanal não modernizada, como é típico da produção de mandioca, alimentos básicos.

Tomamos como ponto de partida as relações em torno da produção da soja. Do ponto de vista das intermediações entre o setor montante, a agricultura e os agricultores, um primeiro aspecto a ressaltar é o papel das agropecuárias (comerciais agrícolas, vendedoras de insumos, sementeiras, cerealistas, etc.) e das cooperativas na venda de agrotóxicos, adubos e sementes. Essas empresas representam uma corrente de transmissão dos ramos agroquímicos e agrobiológicos na escala local e regional. Atuam por meio de um complexo arranjo de pontos de venda, com sedes regionais e representantes nos pequenos municípios (em especial na paisagem plana), em um ambiente de competição local entre empresas de diferentes portes. Tais relações se estabelecem por meio do balcão do ponto comercial dessas empresas e por

meio de representantes que atuam diretamente com os agricultores. Cabe destacar que em muitos desses espaços há prestação de assistência técnica e instrução quanto à aplicação dos produtos. No que se refere aos agroquímicos e agrobiológicos, a relação com o setor jusante e as multinacionais se limita à figura das empresas “comerciais agrícolas”, aos vendedores/técnicos e às marcas de produtos, sinônimo de bons ou maus resultados.

Verifica-se um rol de marcas e produtos que prometem resultados eficientes. A linguagem que expressa esse desempenho é moldada através da combinação de produtos e da sua capacidade na produção por hectares. A produtividade (sacos de soja por hectare) é a relação que corrobora e demonstra a qualidade. No sentido da fidelização dos agricultores e da demonstração dos resultados eficientes, são realizados eventos chamados de “dias de campo”, ou seja, encontros nos quais as empresas estruturam lavouras experimentais com determinadas sementes e produtos, com elevada qualidade, convidam os clientes e interessados nos novos produtos disponíveis e elaboram visitas a esses campos, acompanhado por palestras e demonstrações. Tais eventos cumprem o papel de reiterarem as qualidades diferenciais de determinadas marcas e produtos.

Aos agricultores, ao decidirem pela efetivação da produção de soja, cabe construir um arranjo entre as sementes e os agrotóxicos disponíveis, não desassociando da capacidade de investimentos que possuem. Nesse último quesito, para agricultores sem capital de giro, em muitos casos, a solução é o endividamento e os contratos propostos aos agricultores pelas “agropecuárias” e cooperativas de adiantamentos de matérias-primas e venda garantida no momento da colheita, com preço de compra pré-fixado. Essa última modalidade é fundamental para previsão de recebimento de matéria-prima (soja), cumprimento de acordo de entrega de produtos com outras empresas (agroindústrias, exportadoras, etc) e a realização de transações e de negócios com títulos do mercado financeiro.

A construção do arranjo entre as sementes e os agrotóxicos disponíveis é pensada como um jogo que, ao mesmo tempo, considera a confiança no revendedor, nas observações, nos resultados anteriores de produtos já utilizados e testes de produtos em parcelas de lavouras. Os embates na decisão da forma como produzir também estão relacionados à aquisição de produtos de qualidade e o preço deles (potencial produtivo versus custo de produção), assim como a relação entre entradas para manejo e aplicação de produtos, quantidade necessária de produtos e custo para sua aquisição. Alguns questionamentos parecem orientar as inquietações dos agricultores: qual arranjo devo realizar para ter o melhor resultado possível? Qual é o mínimo necessário na aquisição e utilização de produtos para ter resultados? Nesse jogo, decisivo e carregado de possibilidades e imprevistos, a indústria

montante parece algo distante dos agricultores.

Cabe destacar que há uma nítida desconfiança com algumas marcas de produtos e empresas revendedoras. Além disso, a busca por sementes certificadas, com controle de qualidade, é um elemento recorrente. A soja colhida apresenta uma capacidade limitada de ser utilizada como semente e pode ser utilizada apenas em um novo ciclo, aspecto empregado como estratégia de redução dos custos de produção. No entanto, caso não haja notas de compra de sementes, como acontece com aqueles que guardam sacas para utilização posterior, não é possível solicitar o seguro agrícola em caso de intempéries.

Não se produz soja sem outro importante segmento montante, o setor agromecânico. Máquinas e implementos agrícolas são fundamentais nas etapas de plantio, entradas/aplicação de tratamentos nas lavouras e colheita. As interlocuções realizadas apontam para situações em que os produtores de soja possuem algum tipo de trator ou implementos capazes de pôr em prática as “entradas na lavoura” para aplicação de herbicidas e outros agrotóxicos. As etapas de plantio e colheita são realizadas, em muitos casos, através da prestação de serviços terceirizados, ou seja, os agricultores contratam os serviços de “hora-máquina” para o plantio, normalmente pagos por horas de trabalho, e colheita, paga com o percentual de 8 a 10% da quantidade de soja colhida.

Os equipamentos mais elementares, como tratores e equipamentos de pulverização, por exemplo, são possíveis de serem adquiridos pelos agricultores, sendo menores os registros de terceirização nas “entradas”. Os equipamentos para plantio e colheita estão menos presentes e demandam um investimento não vantajoso para alguns e proibitivo para outros, especialmente para os pequenos produtores, já que além do investimento para aquisição e manutenção desses equipamentos, há uma utilização restrita devido às dimensões das lavouras.

Os entrevistados AC11 e AC14 são aqueles que possuem colheitadeiras, pois têm unidades de produção com dimensões mais elevadas e instaladas na paisagem plana. Além disso, o entrevistado AC14 utiliza o serviço de pulverização através de aviões agrícolas, aspecto diferencial entre as interlocuções realizadas.

Na relação com o segmento agromecânico, em especial para os equipamentos de mais custo e complexidade de operação, o setor montante toma forma através das vendas de maquinários e através de serviços de assistência ao plantio, tratamentos e colheita. Possuir máquinas agrícolas representa um fator de comparação entre agricultores, status social que demonstra sucesso. Antepõem-se à tendência de aquisição deste símbolo de prosperidade os custos de aquisição, financiamentos, depreciação e manutenção, aspectos que racionalmente

inviabilizam a aquisição de muitas dessas máquinas.

Uma vez realizada a colheita, a produção é direcionada para as cooperativas, a Olfar¹⁴² e/ou para os pontos de compra de cereais¹⁴³, normalmente pontos de venda de sementes e insumos localizados nos municípios de origem ou em municípios pertencentes à microrregião de Erechim. Entre as interlocuções realizadas, verificou-se que as vendas são efetivadas na escala regional, à exceção do entrevistado AC14, que utiliza os serviços de armazenagem das cooperativas, aspecto que possibilita a estocagem das significativas quantidades produzidas e a especulação do valor da *commoditie* com as corretoras do setor, constituindo relações e redes que extrapolam a escala da regional.

A partir do imaginário dos produtores, há clareza com relação ao destino de sua produção, que é encaminhada após a venda para a agroindústria Olfar ou direcionada para o porto de Rio Grande. A relação com as agroindústrias processadoras de soja ou mesmo com as exportadoras do grão não é carregada por tensões, tendo em vista que as transações comerciais são realizadas em escala local e regional com outras empresas. Além disso, a relação de preços praticados está balizado pela cotação internacional da soja, aspecto que possibilita o estabelecimento de parâmetros para o que é considerado como preço “justo”. A possibilidade de venda para diferentes cerealistas, aliada à referência de cotação do grão, produz a sensação de justiça nos preços praticados.

Para os produtores de soja não há dúvidas a respeito do segmento que impede melhores rendimentos. Conforme os relatos, o problema está centrado na elevação dos custos de produção, ou seja, nos preços praticados nos adubos, agroquímicos e agrobiológicos. O relato que segue ilustra tal perspectiva:

Acho que o pior de tudo é que subiu bastante os insumos, as coisas que temos que comprar, os defensivos. Bastante caro, né. Pra plantar em si, tendo o maquinário não tem problema. A dificuldade é grande de hoje com antigamente. Nós começamos em 1964 lavoura, nós colocávamos 1 saco de semente e colhia 30. Tu tirava aquilo e te custava uns 3 sacos por hectare na época, ali em 64 quando começamos, não tinha nada onde colocar. Tá, nos ia lá, carpia e limpava. Hoje, nós colhia 30 né, naquela época, planta 1 saco dava 30 saco, né. Deus o livre, baita colheita. De 30 tirava 3 de despesa, 1 de semente, 1 de óleo, 1 de coisa, tá. Hoje, tá custando a lavoura 25 sacos por hectare. Tu vê quando tá subindo os custos, cada vez tem sobrado menos. (AC15)

As relações entre agricultores e os setores montante e jusante da produção são permeadas por atores locais e regionais, segmentando e invisibilizando na perspectiva “de

¹⁴² Agroindústria produtora de biodiesel através do processamento de soja.

¹⁴³ Os entrevistados indicaram, a partir das denominações cotidianas, algumas empresas atuantes na microrregião, entre elas: Argenta, Agrobento, Poletto, Oleoplan, Sementes Estrela, Vaccaro.

dentro da porteira” o conjunto do complexo agroindustrial. Cabe destacar também que a base de recursos indispensáveis à produção da soja está amplamente relacionada com a mobilização de recursos externos. Verificam-se situações no sentido da substituição da dependência com o mercado, como a estocagem dos grãos produzidos para sementes e o uso de fertilizantes biológicos, como o uso de dejetos suínos. No entanto, tais ações não são suficientes para viabilizar processos produtivos nos quais os recursos próprios sejam decisivos. A produção de soja e a base de recursos indispensáveis a este fim são dependentes do mercado e orientadas dentro os princípios da agricultura modernizada.

Se nos princípios da modernização da agricultura a produção de soja estava relacionada diretamente à produção de trigo, atualmente a alternância entre essas culturas não é mais uma realidade. Os recorrentes problemas enfrentados por intempéries, os custos de produção considerados elevados e a atual condição de baixos preços pagos ao trigo estimulam a retração dessa cultura. Atualmente, o trigo cumpre a função principal de ser cobertura do solo para realização posterior do plantio direto da soja, dividindo espaço com a experiência com outras culturas comerciais, como a cevada e a granola, ou apenas por culturas de cobertura, como a aveia.

No que se refere à cultura do trigo podemos considerá-la de forma análoga à soja no que se refere a dos agricultores com o mercado, as redes de atores locais e regionais e a base de recursos indispensáveis à produção. De fato, há diferenças entre os insumos utilizados, fertilizantes ideais, assim como os ajustes necessários à utilização dos maquinários. Porém, os consideramos como circuitos que se moldam na microrregião a partir do mesmo perfil e canais. A produção de canola e de cevada seguem essa mesma perspectiva, mas estão em condições de maior restrição com relação ao mercado e à quantidade de interlocutores possíveis para efetivação dos processos produtivos. Trata-se de culturas acessórias à soja, em mercado com custos e rentabilidade pouco atrativos.

A produção através de integrações de suínos e aves apresenta relações distintas da soja e do trigo. De fato, as unidades de produção de soja têm em comum com aquelas produtoras de suínos e de aves, o pertencimento a CAIs com perfis completos e integrados. Contudo, há significativas diferenças entre elas. Se, por um lado, a interferência nos processos produtivos da soja se dá de forma indireta, uma vez que o agricultor é o tomador de decisões em meio a limitadas possibilidades de variação. Na produção integrada, o ordenamento da unidade de produção e das rotinas de trabalho constitui-se por meio de processos invasivos e decisórios muito mais verticalizados. Nesse último contexto, as agroindústrias se projetam para dentro das unidades de produção.

“O que nós botemos é a estrutura, só. Aí vem o que a empresa põe: os suínos, a ração, medicamento e assistência técnica. Isso a empresa, ela faz. Na verdade, nós só trabalhamos e temos a estrutura. Porco, ração, não é nada nosso, é da empresa.” (AC24). A empresa “vem”, de fato, no sentido literal. Torna-se praticamente a única interlocutora com os “parceiros” durante os processos produtivos, representando, ao mesmo tempo, o setor montante e jusante. A partir das interações a domicílio, cabe ao parceiro dispor a força de trabalho da família ou assalariada e as estruturas.

Se a interação com os representantes das agroindústrias se dá em momentos específicos, esporádicos, em tempo de entrega e busca de insumos e animais ou mesmo em visitas técnicas, o padrão de remuneração por lote carrega consigo a vigilância dos procedimentos executados. No caso dos suínos, por exemplo, além da conversão entre peso do animal (quantidade de carne) em relação à quantidade de ração utilizada na alimentação, são considerados, entre outros, os seguintes critérios: taxa de ganho de peso dos animais; taxa de mortalidade de animais; qualidade da carne; adequação das instalações e do manejo, atendendo “o jeito que eles querem”. Desse modo, se por um lado não há presença do controle, aspecto que poderia ser compreendido como autonomia, este emana das tabelas de conversão e dos diversos itens que compõem a avaliação dos lotes. De fato, a ingerência toma forma em diferentes momentos: “Eles que fazer a programação [...] eles avisam: tal dia eu quero os porcos e tal horário. Aí a gente só carrega.” (AC24). Além disso, como destaca um ex-integrado: “Eles se acham meio donos do ambiente. E depois tu vende toda produção, sai daqui, vai para Erechim. É eles que pesam, é eles que qualificam, é eles que decidem quanto vão pagar. Não tem participação nenhuma, eles decidem que tu vai ganhar tanto e acabou.” (AC4)

Além da interferência “dentro da porteira”, os agricultores identificam um padrão de atuação regional das agroindústrias relacionado aos suínos, um raio de ação no qual estas aceitam integrações. A “área de atuação” das agroindústrias¹⁴⁴, ou seja, espaço de atuação que em muitos municípios é exclusivo e se configura como um monopólio do território nítido para os agricultores. Alguns fatores contribuem para uma perspectiva de pouco arrocho nessa relação de monopólio.

Os relatos dão conta da falta de instalações na microrregião para alocação de suínos, em especial no caso da atuação da Aurora. Desse modo, devido a esse fator, há pouca ociosidade dos “chiqueirões” e pressões menores na imposição de natureza técnica, preços,

¹⁴⁴ Identificamos através das interlocuções duas empresas/cooperativas atuantes na microrregião de Erechim: Aurora e BRF

etc., no sentido das agroindústrias-integrados.

Só que o problema hoje é que não encontra, não tem instalação do pessoal. Tu vê a própria Aurora tá faltando um monte de lugar de leitão. Ela tá alojando, carregando e alojando em três, quatro dias, porque não tem onde alojar leitão. E daí, todas as instalações que tem tão todas a todo vapor, praticamente parada tu não encontra nenhuma instalação. E para fazer uma instalação nova é um investimento bastante alto hoje. [...] ele custa em média 300 reais por animal alojado, um chiqueiro de 1.000 animais hoje te custa na faixa de 300 mil reais, a construção. Depois tem mais a esterqueira, vem mais silo, vem mais equipamento, escritórios, teria que ser tudo cercado [...]. Mas olha, não fecha menos de 400.000 mil reais. (AC23)

Tal situação, que demonstra reduzidos espaços para alocação de suínos, compõe condições nas quais há o favorecimento dos preços praticados em cada lote. Da mesma forma, contribui para existência de menores pressões por novos investimentos e adequações técnicas, que se traduz em menor necessidade de investimentos nas instalações e no distensionamento da relação integrado-agroindústria. Por outro lado, a redução do tempo ocioso entre lotes, sem animais nas instalações, é um aspecto que diminui o tempo de descanso dos integrados e reduz as possibilidades de férias.

Até que falte espaço para alojar animais, não vai acontecer isso [obrigação para ampliação da capacidade de alojamento] [...]. Até que tivesse esse problema de ociosidade de leitão, eles não vão exigir muita coisa não, mas depois disso pode complicar né, pode ser que queiram que aloje mais. (AC23)

As referências anteriores dos agricultores também destacam os elevados custos de investimentos necessários para iniciar parcerias. Esses custos, em especial para pequenos produtores, são elevados e tendem a reforçar a não inclusão deles na produção de suínos. Os pequenos produtores, com poucas possibilidades de investimento, estão propensos a permanecer com a capacidade produtiva atual ou a desistir, enquanto que os produtores com capacidade de investimento têm a possibilidade de ampliação das instalações e a oportunidade de aproveitar-se da conjuntura favorável que demanda maior capacidade de alojamentos. Acreditamos que estão postas condições de concentração da produção, no sentido da formação de poucos produtores com elevada capacidade de alojamento de animais, inclusive, utilizando-se crescentemente de força de trabalho assalariada.

A produção de aves e ovos férteis está organizada de forma análoga à produção de suínos. As relações “de dentro da porteira” com o mercado e os atores do complexo agroindustrial são em muito organizadas sob os mesmos princípios contratuais e de gerência (controle). Igualmente, a base de recursos necessária à produção em muito depende de

provisões externas, de um mercado intermediado quase que exclusivamente pela figura da agroindústria e de seus representantes. Como AC21 destaca, “é só o que eles trazem” que pode ser usado no processo produtivo. A mobilização de recursos externos, portanto, é fundamental à produção de suínos e também das aves.

A perspectiva do AC22, possuidor de 4 aviários, é positiva com relação à política de preços na produção de ovos férteis integrado a JBS. Da mesma forma, as determinações externas são avaliadas de forma positiva: “Melhoram o preço e tudo. Só a única coisa deles, cada um sabe né. Ou tu faz, trabalha faz como é, ou eles te cortam, tu fica fora e deu. E tu fazendo como eles mandam, de acordo, tu ganha dinheiro. Tudo que tu faz, ganhando tu trabalha com vontade.” (AC22). O entrevistado AC21, proprietário de 1 aviário para criação de frangos para o corte, não possui uma visão positiva:

Não bote, meu conselho é: não bote. [...] Se fosse fazer hoje de novo, eu não faço. Um de 100 metros custa 300 mil hoje. Em dez anos, eles financiam em 10 anos, dá 30.000 por ano. Mas não pode se basear, não fomos numa reunião, eles acham que dá 30.000 por ano, tira. Mas tem que contar o motor, lenha, luz, gás, maravalha, cal, isso aí não tá na conta deles. Então, vai a 40, 45.000 por ano. (AC21)

Os investimentos necessários e os gastos mensais são alguns dos pontos negativos na avaliação de AC21. Além disso, associa-se à perspectiva negativa as exigências, em especial sob circunstâncias que fogem do controle do produtor. É o caso de mortes que possam ocorrer em meio ao transporte, uma vez que essa etapa final não é de responsabilidade do “parceiro” embora, se houver alguma morte, este é responsabilizado e o valor é descontado do pagamento. O descontentamento com relação aos descontos em caso de morte se manifesta também em outras ocasiões.

Vai pra ficha, tem que anotar tudo lá. [...] Morreu, perdemos e paguemos o pinto e a ração que comeu. E na hora de carregar se morrer 1.000, veio 7, não vamos pagar 6.000. Tem que pagar para a equipe o que veio na nota. Nesse último lote veio 7.400, morreu quase 500. Eu paguei os 7.400, paguei o que morre. [...] [não hora de entregar] 7.355, a base que eles carregaram [...] e ganho 23 centavos cada pinto, depois de pronto. Desde pequininho custa um real e pouco. (AC21)

Seguindo na relação entre agricultores, mercado e atores nos processos produtivos, passamos para a cultura do milho. No sentido da destinação das lavouras de milho, observamos basicamente duas destinações: uma primeira mira o mercado de grãos; e uma segunda relaciona-se à produção de alimentos para animais dentro das unidades de produção. A primeira situação, assim como o trigo, é desenvolvida de forma análoga à produção da soja, no que concerne à aplicação de um pacote tecnológico. Evidentemente são utilizados

semestres distintos, adubos particulares, etc. Entretanto, o modelo produtivo apresenta os mesmos ciclos do processo do grão de soja. Nesse mesmo sentido, também evidenciamos o uso das mesmas redes de atores locais e regionais, tanto na relação com setor a montante e a jusante da etapa agrícola, ou seja, os mesmos atores que movimentam a produção da soja atuam na produção do milho. A relação com o mercado é fundamental ao formato de produção desenvolvido na microrregião, em especial pela necessidade do uso de uma base de recursos adquirida e mobilização de recursos externos às unidades de produção.

A segunda situação difere essencialmente na destinação das lavouras, uma vez que são direcionadas à produção de alimentação para os animais. Portanto, nesse contexto a cultura do milho integra internamente as unidades de produção outros circuitos produtivos, em especial garantindo a reprodução dos animais produtores de leite. Devido a tais características, a relação com atores locais e regionais é menos intenso. A interação com o mercado a jusante, por exemplo, é indireta. Da mesma forma, em alguns casos, há maior flexibilidade das interações com o setor montante, em especial nas relações com o setor agromecânico. Instrumentos e máquinas comuns em outros momentos históricos, por exemplo, podem ser utilizados no plantio do milho para silagem. Apesar da possibilidade de quantidade menor de atores envolvidos, eles são os mesmos envolvidos na produção de soja.

A produção de leite apresenta, por outro lado, características distintas daquelas dos grãos. A diversidade de práticas necessárias e atividades acessórias ao cuidado dos animais e a manutenção da regularidade da produção são significativas. O primeiro aspecto que compõe este amplo arranjo está relacionado à alimentação do plantel animal, para os quais se utilizam basicamente pastagens e alimentos à base de milho.

Do ponto de vista das pastagens utilizadas, por intermédio das interlocuções, verifica-se a utilização de culturas plantadas (braquiária, supermassa, azevém, grama) ou mesmo pastagens naturais. As pastagens plantadas dependem da aquisição e do manejo, normalmente mais meticolosos em conformidade com a estação do ano, enquanto o segundo modelo diferencia-se pela menor dependência de provimentos externos. Na perspectiva das alimentações à base de milho, temos as produções internas das propriedades, como é o caso da quirela e da silagem. Ambas as produções dependem da produção de milho em áreas das unidades de produção e a integração aos circuitos produtivos do CAI do milho. Além dessas opções, temos as rações, que tanto podem ser produzidas com recursos internos das unidades de produção e desse modo articuladas à produção interna de milho, ou, então, podem ser adquiridas no mercado, dependendo de recursos externos e da relação com atores locais e regionais. Os principais grupos responsáveis pela comercialização de rações são as

cooperativas, agropecuárias e as próprias agroindustriais do leite.

Do ponto de vista da manutenção e ampliação do plantel de vacas de leite, temos os processos reprodutivos. Para tais processos, utiliza-se a reprodução animal através de processos convencionais (cruzamentos entre vacas de perfil qualificado com touros) ou via inseminação artificial, técnica amplamente difundida e incentivada pelas políticas municipais, em alguns casos. Os veterinários e as agropecuárias especializadas são as principais fontes de sêmen com genética qualificada. Esses atores locais e regionais estão também muito presentes no receituário e no mercado de medicamentos para os animais. A ampliação do plantel através da compra de animais se dá, pelo que pode ser observado, por meio de um mercado local entre agricultores.

Uma vez que estão apresentadas as bases para manutenção dos plantéis, passamos à produção de leite. Recentemente novas determinações sanitárias promoveram mudanças das bases técnicas mínimas para retirada e conservação do leite. Em apenas um caso verificamos a coleta manual de leite e nas demais unidades de produção o processo é através de ordenhadeiras mecânicas. Além disso, em todas as interlocuções realizadas verificou-se a existência de resfriadores elétricos.

A quantidade de leite produzida entre os agricultores é variada e, igualmente, verificam-se valores praticados pelas agroindústrias diferenciados. A Tabela 14 mostra a relação de preços, quantidade produzida e empresa responsável pela coleta do leite. O volume produzido de leite, a qualidade, entre outros aspectos avaliados, são bases para o estabelecimento dos preços.

O leite produzido é direcionado para cooperativas e empresas, que são repassadoras ou agroindústrias. Em grande parte das interlocuções, verificou-se a possibilidade dos agricultores destinarem a produção para mais de uma empresa, inclusive houve um registro no qual havia a possibilidade de entrega do leite da unidade de produção para 7 “caminhões” diferentes. Em apenas uma unidade de produção foi observada a possibilidade de entrega a uma única coletora de leite. Além das empresas citadas na tabela anterior, foram mencionadas outras que atuam na microrregião de Erechim: BRF, Agrocoop, Copédia, Copasul.

Em localidades nas quais há dinâmicas comunitárias consolidadas, surgem possibilidades de articulações entre produtores para evitar o monopólio, conformando estratégias de resistências através da ampliação da capacidade de escolha dos agricultores.

O que hoje não se pode, o que não se pode ficar é só com uma empresa na região. Porque daí ela toma conta, depois paga o preço que ela quiser e você não tem a outra empresa pra recolher. Isso aconteceu com nós aqui no ano passado. Na época estava

com a empresa LBR, ali de Gaurama. Essa empresa foi pegando, foi pegando, pegou praticamente todo mundo ali. Ai depois deu uns problemas ai na empresa que tava meio pra falir, daí começaram a pressionar preço pra segurar. Daí nós no reunimos uns quantos parentes da Su, uns vizinhos. Não vamos, uns fica e uns sai, que dai fica a concorrência. Se nós ficar só na mão de uma empresa, que tira os outros de campo, daí depois você não tem como obrigar a empresa. (AC12)

Tabela 14 - Produção de leite: quantidade produzida, preço e destino do leite

Entrevistado	Média produção de leite (litros/mês)	Preço pago por litro (R\$)	Destino do leite
AC2	1.500-2.000	0,78	Aurora (Cotrel)
AC3	4.500	0,93	Lactalis
AC4	9.000	1,04	Lactalis (Elebat)
AC5	1.500	-	Aurora (Cotrel)
AC6	-	0,79	Aurora (Cotrel)
AC7	8.000-10.000	0,99	Santa Clara
AC8	3.000-3.600	-	Cooperal
AC9	4.000-4.500	0,81	Aurora (Cotrel)
AC10	3.000-4.000	0,82	Cooperal
AC11	27.000	-	-
AC12	13.200	1,00	Italac
AC21	4.600-4.800	0,89	Tirol
AC23	4.000	0,95	Santa Clara
AC24	4.000	0,82	Aurora (Cotrel)

Fonte: Trabalho de campo (jan. e fev. de 2016). Elaborada por Éverton de Moraes Kozenieski.

Os preços praticados são um ponto de constante contestação entre os entrevistados, em especial pela desvalorização recente dos valores recebidos em função das operações de combate à adulteração do leite na região e a consequente redução do consumo. Apesar de tal situação ser registrada, o leite continua sendo uma das principais alternativas para os pequenos produtores. Cabe destacar que diferentes coletoras de leite possuem políticas de remuneração por litros distintos, além de oferecer aos agricultores diferentes serviços e formas de assistências. Segundo relatos, a maioria das coletoras de leite e as agroindústrias não possuem nenhum tipo de responsabilidade com o produtor, a relação se resume ao ato da coleta e da remuneração.

Essa relação entre produtor e empresa é uma questão que a gente vem discutindo há muito tempo, só que nunca sai do chão. Eles vêm aqui, pegam o leite, trocam por moeda e acabou, por aí. Pega o leite lá, como se fosse dele e acabou. A gente fica só com o dinheiro. Mas a gente paga a assistência por fora, contrata alguém pra prestar assistência. (AC4)

Na escala local, no espaço de coleta e contato dos produtores com as empresas e cooperativas que coletam o leite, há percepção de que existem concorrência e possibilidades alternadas de destinação da produção. Nessa perspectiva, a relação com o mercado é interpretada com sendo uma escolha entre as opções disponíveis. Trata-se, porém, de uma escolha necessária e imprescindível dos agricultores com relação a uma determinada agroindústria, setor jusante.

As redes de relação com o setor montante apresentam menor grau de dependência com relação ao mercado. Os processos alimentares, as condições naturais das unidades de produção e os arranjos possíveis para manutenção dos plantéis são algumas das variáveis que, dependendo dos objetivos a serem alcançados com a produção, podem ser combinadas pelos agricultores de formas diferenciadas. A montante, verificamos possibilidades de reprodução de práticas com maior grau de recursos autocontrolados, que são menos impositivas no sentido do setor montante-agropecuária, embora reconheçamos o amplo conjunto de situações no qual o milho é escolhido como base alimentar dos animais, aspectos que reforçam relações com redes de relação do CAI milho.

Passando às considerações a respeito das lavouras permanentes com maior presença na microrregião de Erechim, em especial as de cultivo de erva-mate e de laranja, observam-se relações com outros setores não agrícolas e níveis de dependência de recursos externos em situações análogas aos registros da produção de leite. Nessas duas culturas, as relações a montante não carecem de muitas influências dos setores agromecânicos, agroquímicos e agrobiológicos, em função das características do manejo realizado.

Nos cultivares de erva-mate, por exemplo, as mudas necessárias para o plantio são elaboradas pelos próprios produtores ou então são adquiridas, em muitos casos adquiridas de outros agricultores, tais como AC19. O tempo, desde o plantio das mudas até se tornarem produtivas, é longo, sendo intermediado por ações de manejo das plantações. Cabe ressaltar que os intervalos de tempo longo para “entradas” de manejo constituem-se quantidades relativamente reduzidas, por exemplo, no sentido da “limpeza” de outras plantas entre os pés de erva-mate. Os secantes usualmente são amplamente utilizados nas culturas temporárias, sendo que em alguns casos são empregados equipamentos mecânicos para substituir a “capina” química. Os mesmos adubos são utilizados na cultura do milho e também nas lavouras de erva-mate.

As características descritas apresentam relação com insumos externos que podem ser aplicados à cultura, mas há maior liberdade dos agricultores no que se refere aos insumos e instrumentos oriundos do setor a montante da agricultura. A base de recursos utilizada,

portanto, pode ser adquirida a partir dos circuitos de comercialização com foco na soja e no milho, sendo adaptadas aos processos produtivos da erva-mate. Como ressalta AC19, ao informar sobre os insumos necessários: “O erval não exigem muito”. O mesmo pode ser feito com os tratores e roçadeiras que por ventura possam ser utilizados.

As relações a montante apresentam características distintas, uma vez que a produção deve estar articulada à agroindústria de erva-mate. Observa-se ao longo das rodovias da microrregião de Erechim pontos de comercialização de erva-mate fabricadas artesanalmente, no entanto essa fabricação pouco atinge mercados distantes da microrregião e, portanto, são pouco impactantes no destino da maior parte da produção. O processo de colheita é de responsabilidade das ervateiras, que, por intermédio dos peões da erva (trabalhadores temporários), realizam o corte das plantas.

Aos agricultores nessas relações com as agroindústrias se antepõem duas situações. De um lado, a concorrência entre as agroindústrias ¹⁴⁵e as possibilidades de distintas alocações da produção, mesmo não havendo destoante variação no preço pago aos produtores pelas ervateiras. De outro, a característica dos ciclos produtivos e dos tempos de produção da cultura, que são longos. “A erva-mate é uma coisa demorada, tem que ser planejada e continuada. Porque demora pra fazer um erval, pra começar a produzir.” (AC19). Tal perfil exige a venda da erva-mate em períodos no qual a cotação é pouco favorável, sob pena da não obtenção de recursos durante um longo período para “dar o giro”. Ou seja, não há possibilidades de estocagem da erva das unidades de produção ou mesmo retardar a extração por longos períodos, tanto pela necessidade de reprodução das unidades familiares quanto pelas características biológicas da cultura.

Tais situações impõem relações de maior dependência entre agricultores e setor jusante, o qual tem o poder de definição dos preços. Cabe destacar que o contato com o mercado se dá em escala local com o setor industrial (montante) por meio das cooperativas, revendedoras de insumos e agropecuárias, enquanto que a jusante se estabelece através das agroindústrias. Na perspectiva “de dentro da porteira” ficam evidentes apenas as relações com os atores locais e regionais do complexo agroindustrial.

A produção de laranjas apresenta um perfil muito parecido com a produção de erva-mate. A cultura apresenta tempos de produção que são longos e, portanto, os investimentos em pomares demoram a dar retorno e não há possibilidades de estocagem da produção, sendo

¹⁴⁵ Segundo informações do trabalho de campo, no município de Áurea, destaque na produção de erva-mate, há 9 ervateiras. No município de Centenário, com significativa produção da cultura, não há agroindústrias de processamento.

necessária a comercialização em períodos de safra. As relações com o setor a montante podem ser estabelecidas através de recursos externos às unidades de produção. Entretanto, mesmo assim se verifica pouca dependência com relação ao segmento industrial, quando não o estabelecimento de experiências orgânicas de produção. Os atores locais e os insumos externos utilizados estão associados às revendas locais e ao consumo de produtos de outras culturas.

As relações de comercialização da produção diferem em alguns pontos da cultura da erva-mate. Há possibilidade de destinar a produção para os atravessadores que vem adquirir a produção no mercado local, a qual é encaminhada para agroindústrias de municípios da serra gaúcha ou mesmo para outros estados. Trata-se, nesse caso, de uma relação do produtor com o atravessador, com destino à agroindústria. Outra destinação possível também está relacionada à entrega a atravessadores, porém as frutas são encaminhadas para o consumo “a mesa”. Trata-se de outra relação com atravessadores que colocam a mercadoria “in natura” em grandes praças comerciais, como a Ceasa de Porto Alegre.

O preço da laranja para suco, ou seja, a cotação paga pelas agroindústrias de suco é o balizador do mercado, que dita o padrão de comparação das mercadorias. Entre esses diferentes canais de circulação das mercadorias, a destinação para consumo “in natura” possui melhores preços ao mesmo passo que necessita melhor aparência e qualidade. Diferentemente da cultura de erva-mate, a cultura da laranja não possui um circuito agroindustrial consolidado na microrregião. A produção destina-se ao processamento em outros municípios, aspecto que também é verificado na destinação para mercados para fora da microrregião para o consumo “in natura”.

A relação com o mercado daqueles agricultores que optaram por atividades produtivas citadas de lavouras temporárias, culturas permanentes e a criação de animais encontram circuitos produtivos que integram complexos, cujas redes de relação apresentam significativa intensidade e inclusive estabelecem estreitos laços entre agricultores e outros setores produtivos não agrícolas. Por outro lado, outras culturas que pudemos observar em meio às interlocuções não possui integração à CAI específicos, mesmo que essas práticas possam ser caracterizadas como modernizadas ou artesanais (não modernizada). Nos referimos a algumas culturas e práticas de criação de animais que visam ao mercado local em relações entre agricultores ou entre eles e o mercado urbano local.

Ao longo das interlocuções e das observações tivemos contato com uma série de práticas que são alternativas a um conjunto de outras atividades predominantes. Essas alternativas, indicadas na Tabela 11, são representadas por atividades relacionadas à

horticultura, fruticultura, criação de animais para venda e abate, às mudas, etc. Identificamos tais atividades produtivas como estratégias entre agricultores, em especial entre pequenos produtores, que buscam ao mesmo tempo ocupar nichos de mercados pouco disputados e escapar das pressões e dependências dos CAI.

Nesse sentido, tais produções atendem a espaços vagos no mercado de consumo de produtos de origem agropecuária, por vezes por circuitos informais, com itens não rentáveis para o modelo de negócios estabelecidos via CAI, como os produtos alimentares com alta perecibilidade. Segundo AC3, as vendas se dão pelas redes de amizades: é “assim, picado, maioria na cidade. O J* está em Erechim e daí os colegas da Aurora, as colegas ali no posto, o dono do posto compra bastante.”¹⁴⁶ (AC3). Nesse mesmo sentido, a produção de AC26 tem como foco outros produtores: “A gente vende para os colonos que fazem vinho, como o meu aqui. Pra fazer vinho de porão, pro gasto. Aí vende 500 quilos pra um, 1.000 pra outro e vai vendendo.” (AC26).

A Figura 3 exemplifica o formato de comercialização de produtos agropecuários através das vendas diretas. Trata-se de um anúncio de venda de produtos coloniais em uma página de venda do Facebook¹⁴⁷.

Além disso, tais atividades atendem a estratégias que visam à realização de práticas que possibilitem maior autonomia aos agricultores, seja no que se refere à base de recursos necessários aos processos produtivos, isto é, atividades redução da dependência do setor montante, seja, principalmente, na independência dos agricultores em relação às agroindústrias. Nesse caminho, redes de comercialização mais curtas, aliadas ao fato dos agricultores não estarem atrelados necessariamente ao elo de processamento, contribuem para o desenvolvimento dessas práticas alternativas. “Não temo preso com ninguém, não devemos obrigação para ninguém.” (AC1)

Outro conjunto de práticas observadas que podemos considerar como alternativas ao modelo convencional de agricultura são as orgânicas e agroecológicas, como definem os agricultores entrevistados. Anteriormente consideramos tais experiências diferenciadas devido ao perfil de agricultores que aderem aos princípios, em especial pelas condições econômicas das famílias e em função das condições (técnicas e naturais) para apropriação da natureza, incompatíveis com o modelo convencional.

¹⁴⁶ Omitimos o nome para não identificação do informante e substituímos por J*.

¹⁴⁷ O anúncio foi realizado no grupo de discussão “Face brick Erechim”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/facebriquerechim/?fref=ts>>. Acesso em: 19 set.2016.

Figura 3 - Anúncio de venda de produtos coloniais

Produtos coloniais

R\$ 1

📍 Erechim

Vendemos produtos coloniais de boa qualidade. Galinha caipira, manteiga, aipim, queijo, ovos caipira, açúcar mascavo, mel puro de mirim, silvestre e europa. Entregamos na casa. Fone / zap : ██████████.



Enviar mensagem ao vendedor

Fonte: Facebook. Editado por Éverton de Moraes Kozenieski.

Essas atividades também se diferenciam na base de recursos necessária para a realização das atividades produtivas e no que se refere ao mercado e aos atores que mediam tais relações. Do ponto de vista da base de recursos necessária aos processos produtivos, em especial considerando os princípios agroecológicos, busca-se a utilização dos recursos internos das unidades de produção ou entre grupo de produtores sob essa ótica. O princípio que se estabelece tem como horizonte a consolidação de bases de recursos autossustentáveis, no maior grau possível, equilibrando trajetória de transição agroecológica e condições ambientais das unidades de produção. Evidentemente, nem todas as atividades e os recursos são encontrados nas unidades de produção, como é o caso da necessidade da utilização de adubações minerais (“pó de rocha”), biofertilizantes (supermagro, etc.), inseticidas biológicos (óleo vegetal natural de Neem), entre outros possíveis recursos externos.

As práticas agroecológicas, em torno de seus princípios, pressupõem um processo de

mudança da forma de vida das famílias que aderem a tais conceitos. Aspecto que direciona, em torno de princípios ecológicos e sociais, necessariamente à transformação dos processos produtivos. Trata-se, como já referimos, da perspectiva autocentrada nos recursos autoproduzidos. Os fundamentos das práticas orgânicas são menos rigorosos e estão relacionados, em linhas gerais, à transformação do pacote convencional (sementes geneticamente modificadas, fertilizantes e agrotóxicos sintéticos, etc.) em práticas produtivas com a eliminação desses elementos convencionais. Aspectos que não pressupõem necessariamente intenções de aquisição de recursos externos às unidades de produção. De qualquer forma, não há na microrregião de Erechim um mercado de insumos para produção orgânica em moldes de atores locais como as agropecuárias.

As relações com o mercado de insumos estão relacionadas com as cooperativas e as associações de produtores, que, por sua vez, estão organizadas em redes de certificação e comercialização. Cabe destacar que na microrregião de Erechim há atuação do CAPA e do CETAP, centros de referência que contribuem no sentido do fomento à organização de grupos agroecológicos e à prestação de assistência aos produtores. Essas duas instituições são responsáveis pelo núcleo Alto-Uruguai da rede Ecovida, entidade responsável pela certificação participativa dos produtores agroecológicos na região Sul do Brasil.

Do ponto de vista da comercialização, segundo relata IC7, foram necessárias diversas ações no sentido de construir redes para circulação de mercadoria. O primeiro caminho encontrado foi a colocação da produção agroecológica no mercado consumidor local e, em especial, do urbano do município de Erechim. Trata-se, ainda, de um importante canal de venda, baseada principalmente em relações diretas entre produtores e consumidores (feiras) ou através de políticas públicas (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Por meio de circuitos de comercialização, encontra-se concorrência com outros produtores, como destaca IC7: “Se tu parar um sábado de manhã e contar todos os fuscas, combis, Brasília, camionetes, que entra no trevo de Erechim pra vender produto em Erechim, é muito grande o número. Tem agricultores do entorno que vem fazer o processo de venda individual.” A competição e a política de estabelecimentos de preços condizentes com os custos não regulados pelo mercado são alguns aspectos que ainda hoje marcam a concorrência pelos consumidores urbanos.

Ainda segundo os apontamentos de IC7, alguns agricultores agroecológicos, através de associações, buscaram mercados para além da microrregião de Erechim, abastecendo feiras e pequenas redes de supermercado. Passo Fundo, cidade com dinâmica urbana mais intensa e menor presença da agricultura familiar nos municípios do entorno, favorece a colocação nesse

mercado. O principal percalço encontrado nessa nova lógica estabelecida se relaciona à regularidade de entregas da produção, ou seja, os agricultores passam a ser obrigados a adaptar-se a um novo planejamento da produção, que dê conta de entregas regulares. Aos agricultores agroecológicos impõe-se o abandono da lógica das safras.

A partir da experiência de venda no mercado em Passo Fundo e de negociação entre associações de produtores agroecológicos, ampliam-se as articulações entre grupos. Atualmente, boa parte dos produtores associados à Ecoterra tem possibilidade de colocação da produção em mercados da região Sul do Brasil, em especial através da parceria com associações de produtores de Curitiba, capital do estado do Paraná. As entidades articuladas via rede se apresenta como uma unidade aos consumidores (feiras, mercados, restaurantes), como no caso de Curitiba, oferecendo diversidade de produtos. Os produtos, contudo, são cultivados em diferentes “estações” (associações) produtoras, as quais estão localizadas em distintas localidades da região sul. Tal estratégia amplia o raio de ação das associações agroecológicas, ao mesmo passo que fortalece o fornecimento regular de produtos aos consumidores.

Tais considerações dão conta, portanto, da relação que visa o autocontrole da base de recursos para efetivação dos processos produtivos e um menor grau de dependência com relação ao mercado no desenvolvimento da agricultura. No que se refere às redes de relação e aos atores fundamentais para colocação da produção agrícolas, observa-se a necessidade da organização dos produtores em associações e sua articulação. Aspectos que garantem possibilidade de inserção em mercados desde o local até centros urbanos dos três estados do Sul. As organizações coletivas, por serem organizadas e controladas pelos produtores, possibilitam maior capacidade de decisão e autonomia se comparada com as relações estabelecidas entre produtores e agroindústrias, como os exemplos que observamos anteriormente. A rede de comercialização e os atores que compõem essas relações são mais perceptíveis na perspectiva “de dentro da porteira”.

As considerações que apresentamos sobre os agricultores, suas estratégias e as redes de relação que integram demonstram que diferentes arranjos de atividades produtivas visando ao mercado conformam maior ou menor autonomia com relação a recursos externos às unidades de produção e maior ou menor capacidade do desenvolvimento de práticas autossustentadas. De fato, as relações entre culturas comerciais e a base de recursos mobilizada para sua produção são importantes, mas cabe ponderar também sobre a produção que visa ao autossustento alimentar das famílias.

A pesquisa de Zeist (2016) demonstra a importância da produção para o

autossustento para um conjunto de famílias do campo no município de Barra do Rio Azul. Sendo informações elaboradas através do levantamento dos alimentos produzidos nas unidades de produção para o autossustento e o valor estimado nos mercados do município de Barra do Rio Azul e de Erechim, a autora concluiu que as famílias deixam de gastar mensalmente R\$ 1360,18 ao consumirem os alimentos caseiros. Não há dúvidas que se trata de um significativo valor que contribui para a reprodução das famílias.

Tal situação pode ser observada em diferentes localidades da microrregião de Erechim. É possível identificar um conjunto de famílias que tem no autossustento bases para alimentação familiar. Em muitas das interlocuções que realizamos, as famílias entrevistadas relataram pouco peso das compras para a alimentação básica cotidiana.

A maioria produz daqui. Começar pela carne, ovos, feijão, batata, arroz a gente compra. Mandioca, moranga de todo tipo, horta, açúcar a gente faz aquele açúcar mascavo, a gente compra do outro também, mas a maioria ocupa aquele, suco de laranja. [...] [compra fora] arroz, sal, açúcar, farinha, produtos de limpeza, [...] um tempero diferente. (AC9)

Esse relato expressa um vasto rol de produções “caseiras”, aspecto que representa a maior parte das famílias entrevistadas. Algumas delas, inclusive, conseguem elaborar nas unidades de produção um conjunto mais amplo de produtos, contemplando até mesmo produtos de limpeza.

Dá pra dizer que quase tudo daqui. Algumas coisinhas que compra que não consegue produzir aqui, né. Tipo: sal, açúcar, sal, arroz e café. Eu tava conversando com a menina hoje e o que mais a gente traz do mercado, porque o resto. Até ela ficou admirada do tanto de verdura e tudo que a gente traz da horta pro consumo. A gente produz feijão, produz muita coisa. Daí praticamente queijo, leite, ovos, tudo a gente produz aqui, produto de limpeza, sabão, tudo em casa. (AA3)

A situação oposta, famílias que não produzem seus próprios alimentos ou produzem muito pouco, foi identificada em 6 entrevistas¹⁴⁸. Cabe destacar que estão incluídas nesta lista as três famílias com as maiores unidades de produção entre os entrevistados. Além disso, essas famílias compartilham em comum o fato de serem produtoras de soja e possuem unidades de produção na paisagem plana, exceção feita a AC26, que é produtor de uva com unidade de produção em terras dobradas. Nesse último caso, verifica-se uma forte dependência de rendas extras para reprodução familiar. O dispêndio de energia na forma do trabalho está, acima de tudo, concentrado nas culturas comerciais.

¹⁴⁸ AC11, AC14, AC15, AC18, AC19 e AC26.

Além dessas famílias com pouca ou inexistência produção para o autoconsumo, um outro conjunto de agricultores tem como perfil produzir alguns itens “para o gasto”, o que acaba sendo de peso intermediário na alimentação familiar. É o caso dos entrevistados AC7, AC20, AC22 e AC24. Os demais entrevistados se enquadram no contexto em que a maioria da alimentação da família vem da produção de alimentos na unidade de produção.

A situação com a qual nos deparamos com relação à produção para o autossustento demonstra mais uma face das estratégias de reprodução das famílias do campo na microrregião de Erechim. Não há dúvidas de que a produção com vista ao mercado é um fundamental aporte de renda para as famílias, assim como modalidades de ajuda mútua, trabalho acessório e renda extra mostram-se de grande importância. Do mesmo modo, a produção “para o gasto” apresenta-se com um fator que contribui significativamente para a manutenção das famílias no espaço rural.

Nas unidades de produção observamos inclusive certas contradições entre o modelo produtivo e a base de recursos utilizada para essas diferentes formas de agriculturas (“para o gasto” e para o mercado). Nesse sentido, não são poucos os relatos que dão conta de práticas produtivas organizadas para o mercado com uma determinada base de recursos, enquanto que para as culturas destinadas ao consumo familiar são utilizados outros princípios produtivos. O pacote da produção convencional se antepõe a formas produtivas com raízes coloniais e, em muito, orgânicas. A forma hermética de produzir integrada aos CAIs não é algo “natural” entre os agricultores, pelo menos há um limite dessas práticas. Relatos de agricultores de soja que não usam agrotóxicos nas próprias hortas ou mesmo produtores integrados que se negam a consumir os próprios animais que consomem são alguns exemplos que demonstram essa situação contraditória nas unidades de produção.

As considerações que apresentamos até aqui dão conta das estratégias escolhidas pelos agricultores em meio aos processos produtivos por eles desenvolvidos, além, evidentemente, de um conjunto de outros aspectos que contribuem para a reprodução das famílias. Certas opções promovem a inserção dessas famílias em diferentes redes de relação, representam graus de autonomia com relação ao mercado e formatos típicos da base de recursos, que, às vezes, coexistem nas unidades de produção. As escolhas do que e como produzir refletem, portanto, potencialidades e restrições.

As escolhas são resultados de ações das famílias que respondem a certas lógicas, certas racionalidades que impulsionam suas decisões. Evidentemente, em muito contribui a consolidação dessas estratégias para as necessidades imediatas e demandas financeiras. Desse modo, estabelecem-se lógicas que contemplam o prisma econômico e a capacidade de

rentabilidade de cada atividade desenvolvida, em especial aquelas famílias embebidas nos horizontes da profissionalização¹⁴⁹ e da modernização da produção. Esse fator também coabita, em maior ou menor grau, com outros horizontes que remontam a certa tradição, ou seja, um conjunto de saberes e conhecimentos a respeito de determinadas atividades que são transmitidas entre gerações.

A esse respeito AC5 pondera que as escolhas realizadas pela família no que se refere ao que produzir estão relacionadas, pelo menos, a essas duas perspectivas (econômico e tradição). “Acho que já vinha de geração. A gente foi criado, não que a gente quis. O leite era mais fraco e via que começo a dar um pouco mais de renda, tu começo a pender um pouco pra aquilo.” (AC5). Segundo essa perspectiva, pondera-se entre as opções historicamente aprendidas com aquelas nas quais se pode obter um melhor retorno econômico.

8.3 Paisagem e significados

Um outro horizonte orientador das estratégias e das perspectivas de futuro das famílias está relacionado aos esquemas de percepção e de produção de significados sobre as práticas espaciais e o rural da microrregião. Referimo-nos ao entendimento dos sujeitos do campo acerca do modo como eles observam a realidade, apreendem as experiências espaciais, produzem julgamentos e orientam suas ações, projetando suas intenções e perspectivas de futuro no espaço. Entre possíveis possibilidades de interlocução com os entrevistados no sentido da apreensão do contexto citado, optamos por questionar os agricultores a respeito dos sentidos atribuídos à palavra paisagem.

Questionar nossos interlocutores sobre o entendimento deles sobre o significado da palavra paisagem e observar as experiências mobilizadas e projetadas através deste questionamento foi um tanto surpreendente, “estranho” aos entrevistados. Trata-se de um termo que não é usual e corriqueiro e que possibilitou a expressão das leituras sobre a paisagem e dos conflitos latentes entre sujeitos, sociedade e natureza. De mesmo modo, tal estranhamento promoveu uma desacomodação, produzindo respostas espontâneas e, por isso, um tanto reveladoras.

A compreensão dos entrevistados sobre o termo apresentou-se a partir de manifestações que puderam ser agrupadas em função de comuns significações atribuídas à

¹⁴⁹ IC3 sugere que há na microrregião de Erechim diferenciações entre os agricultores. Alguns estão se profissionalizando, portanto, aumentando as estruturas produtivas, a incorporação de tecnologias, investindo e compartilhando uma visão perspectiva empreendedora. Outros estão numa condição de atrasado, aquém das atuais imposições.

paisagem¹⁵⁰. Um primeiro conjunto de interlocuções produziu respostas associando o termo à natureza, ou seja, a paisagem foi interpretada como espaço natural, não produzido pelo homem. Trata-se de uma compreensão que transmite a ideia de que a paisagem é essencialmente o natural e que as ações do homem interferem nela, ampliando o natural ou reduzindo-o, recorrentemente enfatizando o segundo enfoque. Entre os entrevistados, 8¹⁵¹ encaminharam respostas que apreendemos como direcionadas nesse sentido.

Dessas manifestações, duas entrevistas com agricultores com práticas orgânicas e agroecológicas produziram respostas revelando certo saudosismo com relação ao passado e associando o espaço natural como sinônimo de belo. Antigamente “Era mais natural, mais normal. Hoje já, naquela época [...] a natureza era mais normal, hoje já.” (AA2). O tom de voz que compõe essa frase indica um tom pejorativo com relação às condições no presente. Tal conotação expõe as transformações espaciais contemporâneas como ameaças que corroem a natureza (a paisagem): “Surgiu um novo tipo de paisagem, o verde de eucalipto.” (AA4). Outras duas manifestações vão, nesse sentido, apontando para a preocupação com as condições do ambiente, qualificando a paisagem como o desejo pela “natureza sadia” (A15), sinônimo de pureza. Além disso, AC21 reconhece a diferença entre campo e cidade, sendo que considera as condições naturais do campo (animais e plantas) como sinônimo de algo “bonito” não encontrado nas cidades.

A premissa ponderada pelos agricultores orgânicos e agroecológicos justifica suas formas de ação com atividades produtivas que viabilizam a maior presença possível do natural, um resgate ao passado considerado adequado. Os produtores convencionais, nesse contexto, retratam as suas atividades como algo necessário à reprodução das famílias, mas os problemas ambientais observados e produzidos por eles são situações que geram inquietações. A perspectiva de futuro não é manifestada de forma otimista.

O segundo conjunto de significação está associado a uma leitura que também relaciona a paisagem com a natureza, porém pondera as ações do homem como delineadora do que se vê. Trata-se de uma abordagem que denota a paisagem como uma síntese entre sociedade e natureza, inclusive em algumas falas ressaltam principalmente as ações do homem. Entre as entrevistas realizadas consideramos que 20¹⁵² interlocutores encaminharam respostas que apreendemos como orientadas nesta direção. Cabe destacar ainda que entre as

¹⁵⁰ Nas entrevistas com AA1 e AC4 não foi possível identificar as leituras produzidas a cerca da paisagem.

¹⁵¹ AA2, AA4, AC3, AC8, AC15, AC16, AC17 e AC21.

¹⁵² AA3, AC1, AC2, AC5, AC6, AC7, AC9, AC10, AC11, AC12, AC13, AC14, AC18, AC19, AC20, AC22, AC23, AC24, AC25 e AC26.

respostas o termo “bonito” ou expressões que apresentam essa conotação foram amplamente utilizados como qualificadores da paisagem.

As respostas aos questionamentos realizados revelaram alguns direcionamentos, aspectos destacados como fundamentais para a compreensão do que é paisagem. Um primeiro conjunto ressalta o caráter imprevisível, imponderado, das atividades agropecuárias, em muito fruto das contribuições da natureza. Nesse sentido, o belo da paisagem toma forma a partir do trabalho empregado e da resposta positiva daquilo não controlado. Assim, “A paisagem é ver tudo verde, se não der tudo amarelo, fazer o quê!?” (AC6) ou mesmo “Gosto de ver tudo verdinho, se chover já tá bom.”(AC20). O verde remete à coloração que representa a boa produção: “Nossa paisagem tem a ver com a cultura da soja, verde dá para dizer que é beleza” (AC11). A beleza empregada ao termo paisagem está relacionada aos resultados positivos, de superação das tensões por trás das escolhas nos processos produtivos perante a imprevisibilidade da natureza.

Outros direcionamentos identificados considera a paisagem como o envolvimento entre práticas agrícolas e natureza, remetendo a uma relação de equilíbrio. Trata-se da perspectiva de AA3, produtor agroecológico, que carrega ao termo significações sobre as atividades realizadas pela família aliadas à preservação da natureza. Esse interlocutor pondera que a paisagem equivale a “Desenhos produtivos intercalados com essa vegetação, no caso. Se tem uma coisa que eu fico maravilhado é quando pegar em alguns períodos do ano, quando chega do alto do morro e olhar pra dentro do vale, aquele contraste de paisagem de vegetação nativa e lavoura se formando”. Estamos diante de uma ética ambiental disposta através do olhar que toma forma naquilo que se vê¹⁵³, refletindo os desejos e as satisfações. “Eu digo assim, é uma coisa diferente, é uma imagem que talvez tu não enxerga ela, mas eu imagino. A satisfação que eu tenho de produzir esses produtos aqui orgânicos, eu vender pra pessoas, tão comendo um produto saudável que eu sei que não vai fazer mal para elas”.

O último conjunto de sentidos mobilizados relaciona-se aos efeitos da ação do homem, destacando os frutos do trabalho, a organização das unidades de produção e as técnicas modernas. Tal contexto foi observado em um conjunto significativo de interlocuções¹⁵⁴, sendo recorrentes alguns termos (limpo, organizado e organização dos lugares, trabalho bem-feito, bem ajeitado) que reforçam os laços dos aspectos em destaque na ação produtora da paisagem.

Portanto, em muitos casos a paisagem é envolvida por compreensões relacionadas ao

¹⁵³ Como sugere Valverde (1964), o ver significa olhar associado ao ato inteligente de refletir.

¹⁵⁴ 16 entrevistas estão relacionadas a esse tópico.

belo construído, aquilo que “enche os oios” (AC5), “Olha, paisagem para mim é uma coisa bonita, um troço bonito que você olha e sente prazer de olhar. Que talvez uma coisa que você tenha feito, tenha ajudado a fazer. Mas uma coisa bonita.” (AC14). Em outras circunstâncias refere-se ao “potreiro limpo”, o “vacas no pasto, o gado gordo no potreiro, livre de carrapato” (AC5), resultados do trabalho de “Uma plantação de erva bem-feita.” (AC19) ou mesmo “Plantar soja e olhar aquela lavoura vindo, se desenvolvendo. Coisa mais linda.” (AC18). Do mesmo modo, a capacidade de compor e de criar, “Paisagem é algo bonito; Criado, bem ajeitado” (AC13).

Algumas manifestações apresentam uma definição mais restrita sobre o que é compreendido como o belo presente na paisagem. As seguintes passagens são emblemáticas: “90% foram embora, ficou a tapera, não tem paisagem nenhuma” (AC1);, “Se falar assim, uma paisagem pra álbum, coisa bonita, daí isso não tem, nossas áreas são umas áreas bastante dobradas.” (AC12); “Tem propriedade mais bonita, organizada. Outros mais relaxados.” (AC2). Essas passagens retratam que a natureza, por si, não carrega consigo signos de beleza, mas pode mudar, torna-se viva e produtiva quando mobilizada pelo cuidado do trabalho.

Destaca também que a beleza se refere ao potencial disponível, aquilo que só “serve para mato” não possui o mesmo valor. Além disso, a beleza da paisagem não se refere apenas ao trabalho, mas também à dedicação a ele. O belo repousa sobre aquilo que é bem organizado, intensamente desenvolvido. As manifestações de valorização da técnica e do moderno estão enquadradas nesse mesmo contexto, no qual as “coisas” passam a existir desde a incorporação dos novos conceitos: “Desde o aviário, olha o jeito que está hoje. Olha de longe ou aqui mesmo, tinha uma época que não tinha nada, é bonitaço.” (AC22)

Além disso, a paisagem refletiu a mobilização do sentimento de pertencimento com o lugar, representados pelas lembranças do passado, pelas alegrias vividas e a satisfação daquilo que foi criado. A paisagem é projeção daquilo que se busca, contudo também é refúgio material e imaterial das famílias. Desse modo, a paisagem “Fica na imaginação [...] uma coisa que se guarda, imagina, um paraíso. Aqui é um paraíso também.” (AC9)

As diferentes produções de significações em torno das práticas espaciais, apresentadas sob as diferentes concepções sobre a paisagem e a mobilização de esquemas de percepção, demonstram diferentes formas que os sujeitos do campo leem, julgam e a partir das quais orientam suas ações. As informações obtidas através da paisagem perceptiva revelam os horizontes, aquilo que é latente às práticas espaciais cotidianas, aquilo que se almeja. De fato, diferentes agricultores olham para uma mesma paisagem, porém eles a veem de formas distintas. As estratégias de reprodução familiar, portanto, são carregadas por

diferentes determinações, entre as quais os significados sobre o espaço e as redes não deixam de estar presentes. As diferentes formas de ver dos agricultores são orientadoras de distintas formas de produzir o espaço.

8.4 Considerações

Os apontamentos realizados ao longo do capítulo apresentam um conjunto de consideração sobre os processos produtivos realizados na microrregião de Erechim, em especial destacando o ponto de vista dos sujeitos responsáveis por tais ações: os agricultores. Buscamos compreender as estratégias de reprodução familiar e interpretar os significados atribuídos às relações dos agricultores com as práticas espaciais, as redes de relação e a paisagem. Tal movimento de pesquisa teve como base o enfoque da escala local, propiciando leituras sobre diversas interações sob a perspectiva “de dentro da porteira”.

No que concerne às estratégias de reprodução familiar, foi possível identificar a importância das rendas extras e do trabalho acessório como aporte de recursos nas unidades de produção. Essas atividades estão presentes em 27 entrevistas que realizamos, aspecto que denota a importância para o quadro de recursos das famílias de agricultores. O principal destaque a respeito desses recursos suplementares está relacionado à intensa participação do Estado, seja via contratação de trabalhadores (funcionários e servidores públicos), seja pela gerência de direitos sociais (aposentadorias, pensões). As aposentadorias, principal fonte de renda suplementar identificada, representam, sozinhas, 48,93% das atividades dessa modalidade de obtenção de recursos.

A ajuda mútua conforma-se como outra ação presente na microrregião de Erechim que compõe o quadro de interação da força de trabalho. Tais práticas de cooperação, denominadas localmente como “troca de serviço”, tomam forma principalmente nas atividades produtivas para elaboração de silagem, carregamentos de animais e nas lavouras temporárias, via troca entre “hora trator” e “hora máquina”. Tais práticas não estão presentes em todas as localidades e também em todas as unidades de produção. Elas, por exemplo, não estão no horizonte de muitos agricultores que preferem ações individualizadas, em geral famílias que compartilham de visões empresariais sendo mais tecnificados e capitalizados. Para outro conjunto de famílias, tais práticas são importantes e fundamentais. Cabe destacar que, segundo as interlocuções, verifica-se a crescente redução e desativação das ações de cooperação entre agricultores vizinhos em muitas localidades. O processo está associado à decomposição das relações comunitárias.

Outro importante pilar da reprodução das famílias está relacionado à produção para o autossustento. Tais práticas de produção de alimentos para o consumo familiar representam significativa parcela daquilo que é consumido pelas famílias, pelo menos para 20 dos entrevistados. A produção “para o gasto”, diferentemente das culturas comerciais, está associada a bases autocontroladas de recursos e à restrita dependência com relação ao mercado para sua efetivação. Essas atividades marcam áreas das unidades de produção com diversidade de produtos e de formas.

As atividades agropecuárias que visam à comercialização são outro importante elo das atividades em prol da reprodução das famílias. As culturas comerciais tomam forma por meio de diferentes atividades agropecuárias, que registramos e quantificamos em outros capítulos. Entre as possibilidades do que produzir na microrregião de Erechim, verificam-se estratégias das famílias no sentido da construção de uma composição produtiva. Essas estratégias articulam, ao mesmo tempo, as condições de dependência com relação à natureza presente nas unidades de produção e as técnicas socialmente desenvolvidas disponíveis. E também pressupõem a inserção em redes de relações, contextos de subordinação do setor agropecuário e de sujeição da renda da terra.

Portanto, as estratégias de composição do arranjo produtivo comercial das unidades de produção são perpassadas pela localização das famílias neste cenário identificado. Localização que se dá numa perspectiva situacional, presença em uma determinada porção da superfície terrestre com um quadro natural referencial, mas também socialmente, em conformidade ao segmento social das famílias e as possibilidades que lhe são acessíveis.

Especificamente sobre esse segundo aspecto, consideramos como diferenciada a situação daqueles agricultores que dispõem, por exemplo, de 20 hectares na paisagem plana de outro em mesmas condições que usufruem de 50 hectares. Para o primeiro, a aquisição de recursos necessários às demandas familiares passará necessariamente pela realização de outras atividades produtivas ou outras substanciais fontes de renda. Da mesma forma, a capacidade de investimento e incorporação de novas técnicas tende a ser discrepante entre esses distintos agricultores. As mesmas considerações podem ser atribuídas às unidades de produção localizadas na paisagem dobrada, tendo em vista as características da estrutura fundiária e a dificuldade para elaboração de culturas com altos rendimentos. Para ambas as situações a diversificação não é uma escolha, é uma necessidade.

Entre as práticas produtivas realizadas na microrregião de Erechim, as atividades integradas ao CAI são aquelas nas quais os agricultores mais se apoiam. Determinada escolha de inserção em uma atividade produtiva pressupõe diferentes formas de produzir, diferentes

relações com a base de recursos, diferente perfil de remuneração e de trabalho, diferentes relações com o mercado e, evidentemente, diferentes graus de autonomia nas práticas produtivas.

A produção via CAI é predominante, sendo carregada de maior dependência de recursos externos às unidades de produção e maior necessidade de interlocuções com o mercado. Desse modo, a reprodução familiar para grande maioria dos agricultores se estabelece por meio da participação e da “cedência” de autonomia via subordinação ao monopólio do território de poucos complexos. Todavia, tal predominância não se conforma sem ações visando maior autonomia, especialmente no caso dos pequenos agricultores em caminhos de fuga do modelo disposto pelos CAIs. Nesse contexto, verificam-se práticas produtivas alternativas, explorando nichos de mercado com menor competitividade, seja na produção convencional não integrada ou mesmo pela mudança de conceito através da adoção de princípios orgânicos e agroecológicos. Alternativas que, às vezes, não significam o rompimento completo com o modelo predominante, possibilitando o coabitar de princípios distintos na mesma unidade de produção.

Cabe destacar que as atividades produtivas promovem a constituição de redes de relação através das quais fluem mercadorias, capital, conhecimentos e informações, prestação de serviços, entre outras. A relação dos agricultores com o setor montante e jusante é efetivada na microrregião de Erechim, na maioria dos casos, através de atores locais e regionais (agroindústrias, cooperativas, agropecuárias, cerealistas, revendas de implementos agrícolas, etc.). Esses atores, principalmente no contexto de integração ao CAI, são as faces visíveis dos longos processos produtivos. A invisibilidade do amplo conjunto de relações na perspectiva “de dentro da porteira” aproxima a importância dos atuais pontos de interlocução com o mercado com a antiga figura do comerciante colonial, pelo menos no que se refere à centralidade de certos pontos de comercialização de insumos e de produtos agrícolas.

Cabe destacar ainda que as escolhas e as estratégias adotadas pelas famílias não são apenas centradas em lógicas econômicas, embora sejam importantes. Os significados atribuídos às relações dos agricultores com as práticas espaciais, as redes de relação e a paisagem também compõem o universo orientador das decisões e ações. Entre diferentes sentidos apresentados, em especial a paisagem, tornam-se significativas as diferentes perspectivas demonstradas por parte dos agricultores convencionais em comparação com os produtores orgânicos e agroecológicos. Os elementos atribuídos à paisagem, as preocupações manifestas e as projeções indicam diferentes horizontes para produção do espaço. Os agricultores olham para a mesma paisagem, mas a veem com base em outras matrizes de

significação.

O último aspecto que gostaríamos de destacar está relacionado às categorias sociais das quais as famílias entrevistadas na pesquisa fazem parte. De fato, ao longo de todo o capítulo nos referimos aos entrevistados como agricultores ou mesmo por outros termos genéricos (produtores, etc.). Trata-se de uma nomenclatura genérica utilizada no sentido de promover uma visão comum sobre o material em análise. Entretanto, após a apresentação de uma série de considerações sobre os entrevistados, fica evidente que nos deparamos com famílias, sujeitos que compõem distintas categorias.

Na busca por caracterizar as interações dos agricultores, utilizando como perspectiva os aspectos típicos que caracterizam a condição camponesa¹⁵⁵, chegamos a algumas proposições em relação às categorias e aos entrevistados. Primeiramente, consideramos como representante da agricultura capitalista o entrevistado AC14. Trata-se de um agricultor que está envolvido essencialmente na gestão das atividades, conta com trabalhadores permanentes no sentido do desenvolvimento do trabalho agrícola e não compartilha de experiências e de práticas como cooperação e agricultura de autossustento. Trata-se de um caso que destoa das demais interlocuções que realizamos. Na mesma condição, como representantes da agricultura capitalista, indicamos os agricultores AC11 e AC22, ambos devido à importância dos trabalhadores assalariados nas realizações das práticas produtivas, embora AC22 possua pouca extensão de terra e compartilhe de algumas práticas típicas camponesas.

Identificamos o modo empresarial de fazer agricultura a partir das experiências realizadas por AC15 e AC18. Trata-se de agricultores que não possuem trabalho permanente em suas atividades produtivas e a produção para o autossustento tem baixa importância, assim como as práticas de ajuda mútua. São produtores completamente integrados à produção de culturas com elevada dependência de recursos adquiridos e significativa dependência em relação ao mercado.

Do ponto de vista do modo camponês de realizar agricultura, observamos ao longo das entrevistas significativa diversidade de situações. Tal aspecto retrata a existência de diferentes graus de campesinidade. Nesse sentido, identificamos os entrevistados AA1, AA2, AA3 e AA4 como sendo aqueles que mais se aproximam de princípios como o autocontrole da base de recursos, efetivação de práticas de autossustento familiar e cooperação, na qual há maior distanciamento de mercados de insumos e o desenvolvimento de produtos diferenciados. Eles representam um grau mais elevado de campesinidade.

¹⁵⁵ Ploeg (2008) apresenta uma série de considerações.

Os demais entrevistados possuem em comum muitos desses elementos. Enquadram-se em um grau de campesinidade que se aproxima do modo empresarial de fazer agricultura. Entre eles, alguns entrevistados¹⁵⁶ compartilham ações típicas dos camponeses, utilizando-se, porém, de um modelo de agricultura direcionado aos CAIs sem a busca por quaisquer alternativas. Eles estão mais próximos da linha divisória (agricultura camponesa / agricultura empresarial). Outros camponeses¹⁵⁷ possuem atividade que depende da inter-relação com complexos agroindustriais, mas, por meio de parte de suas culturas comerciais, buscam construir alternativas para as bases de recursos e as redes de dependência com relação ao mercado.

Tal exercício de compreensão das diferentes formas de estruturação do material e do social é relevante por possibilitar a compreensão do local (social) na fala dos entrevistados. Conforme informações disponibilizadas ao longo da pesquisa, não podemos considerar, de fato, que todos os agricultores da microrregião de Erechim são/estão em uma mesma condição. Apesar de os discursos e as concepções sobre as condições sociais dos agricultores indicarem certos perfis e destinos comuns, nem todos os agricultores interagem com a realidade da mesma forma.

¹⁵⁶ São eles: AC6, AC7, AC8, AC9, AC10, AC12, AC17, AC20, AC23 e AC24.

¹⁵⁷ Referimo-nos a AC1, AC2, AC3, AC4, AC5, AC13, AC16, AC19, AC21, AC25 e AC26.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização da pesquisa, assumimos o desafio de compreender as dinâmicas de organização e de estruturação do rural da microrregião de Erechim. Partimos do entendimento de que tal contexto regional é dotado de singularidades, características particulares passíveis de serem analisadas sob a perspectiva dos estudos geográficos. A ação de pesquisa teve como quadro de orientação teórica a noção de produção do espaço. No desenvolvimento da investigação enfatizamos, entre diferentes temáticas possíveis, especialmente as transformações da agricultura e das dinâmicas produtivas, das quais partimos como fio condutor da análise.

Em meio a esse contexto, as intenções da pesquisa tomaram forma por meio do objetivo geral: “Compreender as transformações das dinâmicas produtivas e da agricultura do rural da microrregião de Erechim através da produção do espaço, destacando as contradições expressas por experiências alternativas ao modelo produtivo hegemônico”. As ações de investigação foram orientadas através da hipótese de trabalho: “O espaço rural da microrregião de Erechim é organizado e produzido por lógicas empresariais relacionadas a complexos agroindustriais, conformando paisagem e redes em função dessas relações, às quais os camponeses estão subordinados, embora um grupo pouco expressivo desses agricultores desenvolva atividades produtivas alternativas.”.

A fim de expressar com maior discernimento as considerações finais da pesquisa, optamos por dividir o capítulo em três momentos: **Resultados da pesquisa** registra um apanhado dos principais resultados obtidos na investigação em sua relação com os objetivos específicos; **Produção do espaço rural da microrregião de Erechim** apresenta uma síntese dos processos e das contradições envolvidas nas dinâmicas do rural em tela; e, por fim, em **“Dar o giro”**, sugerem-se possíveis desdobramentos da pesquisa e possibilidades para a realização de novos estudos.

9.1 Resultados da pesquisa

No sentido de apresentar uma síntese dos principais resultados obtidos na investigação, passamos a resgatar os objetivos específicos da pesquisa. O primeiro deles tem como foco **caracterizar o espaço rural da microrregião de Erechim através do reconhecimento das paisagens rurais**.

Nessa direção, sob a perspectiva de análise na escala da microrregião, constatou-se,

um conjunto de aspectos característicos do espaço rural. A matriz produtiva baseia-se na produção de grãos, em especial soja e milho, e na criação de animais e de produtos que deles derivam (leite, por exemplo). Essa matriz produtiva está aliada à estrutura fundiária centrada majoritariamente em estabelecimentos rurais de pequenas dimensões, nos quais a mão de obra familiar tem expressiva participação. Os agricultores com perfil familiar são os principais responsáveis pelo uso da terra. Tal aspecto, aliado às estratégias de apropriação da natureza através de práticas produtivas por eles realizadas, coloca esses sujeitos como protagonistas da produção de marcas nas paisagens da microrregião.

A partir dos registros das interações entre natureza e sociedade, associadas a um acontecer solidário entre unidades de produção, temos a conformação de duas paisagens rurais, denominadas “Terra Plana” e “Terra Dobrada”. A primeira é associada às áreas com declividade menos acentuada, onde, apesar da diversidade produtiva, encontramos predomínio de usos da terra com lavouras temporárias. Na segunda paisagem, temos as áreas com topografia mais movimentada. Nesses setores há diversidade de atividades agropecuárias, produzindo formas a partir de áreas nas quais há vegetação nativa, pastagens e lavouras diversificadas.

O segundo objetivo da pesquisa delineou-se como **identificar as diferentes estratégias de apropriação da natureza no campo, dentro de um contexto histórico, a partir da ocupação do espaço rural**. Nessa direção, reconhecemos como marcos iniciais da ocupação do espaço, três períodos históricos que registram distintas formas de organizações sociais, estratégias de organização da produção e modo de interação com a natureza, que contribuem para produção do espaço aos moldes das relações características dos grupos sociais e de suas possibilidades de participação histórica.

O primeiro momento está associado à ocupação da microrregião de Erechim que tem como marco inicial a presença de grupos indígenas, especialmente Guaranis e Caingangues, que se estabeleceram na região anteriormente à chegada “branca”. Período marcado pela inscrição dessas sociedades no espaço preexistente por meio das condições naturais e dos tempos da natureza. Desse modo, verifica-se uma dinâmica produtiva na qual predominava a lógica da economia de reciprocidade. As práticas sociais conduzidas por estes transformavam a natureza de forma restrita, com a inserção limitada de objetos técnicos. A inscrição dessas sociedades no espaço preexistente se dá em meio às condições naturais e aos tempos da natureza. Desse modo, se estabeleceu uma paisagem com seus traços naturais, na qual predominavam as áreas de matas e de campos pouco artificializadas.

O segundo período está conectado ao conjunto da entrada “branca” pré-colonização,

que teve início no século XVII e que se intensificou no séc. XIX. Trata-se de populações de origens bandeirantes, caboclas, posseiros, refugiados e fugitivos, que se estabeleceram na microrregião. Estamos, em especial, diante da formação de roças, conduzidas pelos pequenos agricultores de subsistência, que, além dos cultivos, realizavam o extrativismo itinerante da erva-mate e a venda de trabalho esporádico às companhias de colonização, ao estado e aos estancieiros, estando, às vezes, na condição de agregados nas fazendas.

Essa situação indica um contexto de formas de vida mais dependente da natureza do que de atividades agropecuárias, aspecto que promoveu uma transformação limitada da paisagem, a qual manteve a predominância de seus traços naturais. No entanto, os tempos da produção e, especialmente, da extração de erva-mate são integrados aos tempos das trocas mercantis e das demandas de centros comerciais. O espaço é integrado, responde e reflete, mesmo que de forma limitada, às dinâmicas mais amplas da sociedade “branca”. Em meio à diversidade de relações e modos de participação histórica estabeleceu-se a coexistência entre os dois grupos e a formação da fronteira marcada por episódios conflituos entre o “civilizado” e o “selvagem”.

A matriz social de ocupação do espaço rural na microrregião completa-se com o processo de colonização, o qual atingiu os atuais limites da microrregião de Erechim em 1904. Os migrantes, denominados colonos, foram assentados majoritariamente em pequenas propriedades rurais, as quais apresentavam dimensões que variavam de 12,5 a 250 hectares. O espaço de reprodução dos colonos é distinto daqueles organizados pelos habitantes que os antecederam, passa a ser fragmentado, apropriado e dominado a partir da lógica privada.

Não apenas a chegada de novos sujeitos inaugura esse momento. Registra-se a criação de infraestruturas de transporte e de comunicação, tendo em vista que são construídas a ferrovia, as estradas e as picadas. As atividades agropecuárias passaram, nesse contexto, da subsistência para a produção voltada ao mercado, embora as bases, os saberes e as práticas tenham sido herdados dos indígenas e dos caboclos. Há, assim, permanência do extrativismo de erva-mate, da policultura de subsistência, dos sistemas agrícolas, entre outras heranças, que são adaptadas e transformadas em conjugação à introdução de novas espécies agrícolas.

As atividades produtivas e os sistemas técnicos passam a caracterizar a produção. Desse modo, se nos períodos anteriores os objetos naturais predominavam na paisagem, a partir de então houve a produção de novas formas e funções. Passam a predominar, então, as lavouras e as pastagens, resultados das estratégias de reprodução das famílias dos camponeses-colonos. As encostas e áreas dobradas tornam-se o palco privilegiado para uso da terra com fins agrícolas, e as áreas planas, pouco valorizadas, são utilizadas como áreas de

pastagem. A agricultura tradicional praticada baseava-se nos recursos naturais disponíveis, como a fertilidade natural do solo e no uso da mão de obra familiar, aliada à utilização da força de tração de equinos e de bovinos.

Cabe ressaltar que as situações advindas com a colonização introduziram novas redes de relações e de circulação de mercadorias, que, embora tenham no camponês-colono o protagonismo das atividades produtivas, o colocam em uma relação de sujeição a outras classes sociais emergentes. A pauperização de parte dos colonos está relacionada, contraditoriamente, a atividades tipicamente urbanas, à introdução de relações capitalistas no campo e ao florescimento de indústrias.

A nova lógica estabelecida pressupunha a inserção efetiva da microrregião como espaço de produção de mercadoria, promovendo a expansão mercantil. A implementação conformou uma fronteira com características econômicas, já que, em boa medida, as novas intenções são incompatíveis com o modelo agrícola realizado pelos ocupantes preexistentes. Desse modo, antagonizavam-se os agentes que representavam a modernização e a consolidação de mercados (colonos-camponeses, madeireiros, capitalistas do campo), aqueles considerados atrasados pelas forças modernizadoras, como os indígenas e os segmentos sociais empobrecidos. Aos indígenas restou o confinamento nos toldos e nos aldeamentos promovidos pelo estado, sem deixar haver conflitos nas décadas seguintes pela posse de terras, enquanto que ao caboclo e aos agricultores pobres restou a migração para novas áreas em Santa Catarina ou incorporação nas colônias. Nesse processo estabeleceu-se, portanto, desterritorialização dos grupos anteriormente estabelecidos e alçou-se o colono como o protagonista das práticas espaciais.

O terceiro objetivo específico buscou **reconhecer as transformações ocorridas na agricultura e nas dinâmicas produtivas a partir do processo de modernização da agricultura**. Nesse caminho, apresentamos um conjunto de considerações sobre o processo de modernização que toma forma no Brasil, a partir de uma série de interlocuções com produções acadêmicas.

Esse processo está relacionado às transformações das bases técnicas da produção agrícola em direção à incorporação de inovações técnicas, novas bases energéticas, emprego de maquinários agrícolas e insumos industriais, novos métodos e técnicas em meio aos processos produtivos, etc. Do mesmo modo, se expressa através de mudanças na organização social da produção, ou seja, da introdução de novos conteúdos sociais por meio do aprofundamento das relações capitalistas no campo.

A modernização da agricultura que toma forma no Brasil conforma-se como o

desdobramento de três processos distintos e, ainda assim, integrados: industrialização da agricultura, constituição dos Complexos Agroindustriais e integração de capitais. Manifesta-se por meio de distintas fases (modernização conservadora, transição, economia do agronegócio), as quais contêm padrões agrários específicos, configurações dos sistemas de crédito público, dos ciclos de acumulação e repartição dos excedentes econômicos, dos modos de extração da renda da terra, articuladas por meios de pactos agrários entre classes sociais.

A microrregião não está desconectada das dinâmicas nacionais. O processo começa a tomar forma entre os camponeses em meados de 1960 nas culturas do binômio trigo-soja e, após 1979, com incentivos à diversificação produtiva, abrange outros circuitos, incluindo a criação de animais. A modernização da agricultura apresenta-se como solução para a crise da economia colonial, visível no contexto regional desde meados de 1950. Do ponto de vista do que se produz em comparação com anteriores momentos históricos, verifica-se a drástica redução da produção de algumas culturas (batata, mandioca, etc.) e a continuidade de outras atividades agropecuárias (milho, suínos), as quais, entretanto, mudam em seus conteúdos técnicos e nas redes de relação vinculadas aos processos produtivos.

Se antes os limites impostos pela natureza eram fundamentais à apropriação dela pelos camponeses, agora o acesso à técnica passa a ser o centro e campo de batalha das relações de produção. Os limites de intervenção das máquinas e insumos, da técnica como um todo, e a capacidade de aquisição passam a imperar como referenciais para o trabalho, para a produtividade e para a produção de renda. Antepõe-se ao aumento da produtividade a exclusão daqueles que permanecem nos complexos modernizados sem conseguir seguir os ritmos da corrida tecnológica.

Na interação entre camponeses e complexos agroindustriais aprofundam-se a subordinação do setor agrícola, em meio a relações de produção modernizadas e aos mecanismos de sujeição da renda da terra. Do contexto de extrema dependência dos comerciantes coloniais de outrora, passa-se à subordinação a outros setores, metamorfoseados por diferentes atores sociais (o vendedor de insumos e implementos, as agropecuárias, as agroindústrias, o gerente do banco, os extensionistas, a cooperativa, etc.).

As paisagens rurais da microrregião transformam-se e passam aos contornos descritos anteriormente. A fertilidade natural, base para produção colonial, é substituída pela capacidade de “corrigir” a natureza; das vertentes marcha-se em direção às valorizadas terras planas mecanizáveis. De fato, a artificialização da natureza encontra limites na microrregião de Erechim, conformando duas paisagens típicas. Contudo, cada vez mais elas se moldam em função dos limites impostos pelas máquinas, da capacidade de reproduzir artificialmente as

bases de recursos para produção, da implementação de parâmetros estipulados pelos CAIs, dos ritmos de acumulação de capital. Os parâmetros ordenadores da produção de formas e de funções pelos camponeses estão cada vez mais envolvidos por relações multiescalares, direcionando-as para reproduzível, para os ritmos do capital, para redução da diversidade.

Na sequência das sínteses dos resultados da pesquisa passamos ao quarto objetivo específico, cuja intenção se expressa através da proposição **analisar as estratégias de reprodução familiar e interpretar os significados atribuídos às relações dos agricultores com as práticas espaciais, as redes de relação e a paisagem**. Nessa direção, inicia-se pelas ponderações sobre as estratégias de reprodução familiar.

A reprodução social das famílias do campo está relacionada à constituição de um arranjo de práticas no sentido de garantir condições de subsistir aos contextos que se impõem de dependência e de marginalização. Destaca-se a importância das rendas extra e do trabalho acessório como aporte de recursos nas unidades de produção, em especial com as rendas suplementares de aposentadorias. Do mesmo modo, observa-se a existência de práticas de ajuda mútua entre os agricultores (“troca de serviço”), embora haja diminuição das dinâmicas comunitárias. Ações de cooperação mais comuns estão relacionadas às atividades de elaboração de silagem, ao carregamento de animais e às lavouras temporárias, via troca entre “hora trator” e “hora máquina”. Outro importante pilar da reprodução das famílias está relacionado à produção para o autossustento. Tais práticas de produção de alimentos para o consumo familiar – “pro gasto” – apresentam significativa importância para um conjunto de agricultores.

As atividades agropecuárias que visam à comercialização são outro importante elo das atividades em prol da reprodução das famílias. Elas buscam construir composições produtivas, articulando ao mesmo tempo as condições de dependência com relação à natureza presente nas unidades de produção e as técnicas disponíveis. As escolhas estão relacionadas à localização das famílias, tanto em uma perspectiva situacional, presença em uma determinada porção da superfície terrestre com um quadro natural referencial, mas também socialmente, em conformidade ao segmento social das famílias e às possibilidades que lhes são acessíveis.

A produção integrada a CAI é predominante, sendo carregadas de maior dependência de recursos externos as unidades de produção e maior necessidade de interlocuções com o mercado. Desse modo, a reprodução familiar para a maioria dos agricultores se estabelece por meio da participação e da “cedência” de autonomia para poucos CAIs. Tal predominância, porém, não se estabelece sem ações opositivas visando maior autonomia, especialmente no caso dos pequenos agricultores em caminhos de fuga do modelo hegemônico. Nesse contexto,

verificam-se práticas produtivas alternativas, explorando nichos de mercado com menor competitividade, seja na produção convencional não integrada ou mesmo pela mudança de conceito através da adoção de princípios orgânicos e agroecológicos. Alternativas que, às vezes, não significam o rompimento completo com o modelo predominante, possibilitando o coabitar de princípios distintos na mesma unidade de produção.

As escolhas no sentido da construção de um arranjo de práticas em prol da reprodução das famílias demonstra uma variada gama de combinações e respectivas importâncias para cada uma das atividades, aspectos que refletem a existência de diferentes categorias sociais entre os agricultores. Verifica-se, portanto, a presença da agricultura camponesa, disposta através de diferentes graus de campesinato, agricultura empresarial e agricultura capitalista.

Cabe destacar ainda que as escolhas e as estratégias adotadas pelas famílias não são apenas centradas em lógicas econômicas, embora essas sejam importante. Os significados atribuídos às relações dos agricultores com as práticas espaciais, as redes de relação e a paisagem também compõem o universo orientador das decisões e ações. Entre diferentes sentidos apresentados, em especial à paisagem, tornam-se significativas as diferentes perspectivas demonstradas por parte dos agricultores convencionais em comparação com os produtores orgânicos e agroecológicos. Os elementos atribuídos à paisagem, as preocupações manifestas e as projeções indicam diferentes horizontes para produção do espaço. Os agricultores olham para a mesma paisagem, mas as veem com base em outras matrizes de significação.

9.2 Produção do espaço rural da microrregião de Erechim

No que se refere às considerações do quinto objetivo específico, delineado como **identificar as principais contradições envolvidas na produção do espaço rural da microrregião de Erechim**, optou-se por apresentá-las de forma destacada, tendo em vista que não estiveram presentes em um capítulo exclusivo da tese, embora suas considerações estivessem presentes em várias passagens do texto.

As informações construídas acerca das dinâmicas produtivas e das transformações da agricultura, das redes de relação e das paisagens rurais indicam a existência de uma forma hegemônica de organização do espaço rural na microrregião de Erechim. A partir dos preceitos da modernização da agricultura, novos grupos sociais integrados à sociedade em escala nacional exprimem no/com o espaço as marcas de novas racionalidades, preceitos

dessas novas configurações sociais. Estamos diante, portanto, de um momento no qual o espaço é produzido, no qual imperam ritmos de apropriação da natureza cada vez mais influenciados pelo tempo da máquina, pelos fluxos de mercadorias, pela velocidade crescente de reprodução do capital.

Na mesma direção, registra-se entre as dinâmicas regionais o agregar de novos atores sociais, estreitam-se as relações campo-cidade, entre outras situações observadas. À realização das práticas produtiva no modelo hegemonicamente disposto ampara-se, por exemplo, na compra de sementes ou mesmo animais com linhagem, ambos construídos mediante acúmulos de pesquisa e de alterações genéticas. Essas intensas relações com o mercado também retratam a necessidade de aquisição de outras bases de recursos exteriores às unidades de produção, tais como fertilizantes e máquinas, produzidos em parques industriais e estreita articulação com combustíveis fósseis. Ou mesmo através da venda da produção para agroindústrias, preocupadas, acima de tudo, com o consumidor urbano e a valorização das ações das empresas no mercado financeiro. Por certo, o campo, sob preceitos modernos, passa a articular-se com outros segmentos da sociedade e a integrar redes com amplas ramificações.

A microrregião de Erechim, em meio às densas relações dos complexos agroindustriais, integra alguns dos seus elos. Nela efetivam-se essencialmente etapas agrobiológicas da produção de soja, trigo, milho, carnes de suínos e de aves, leite, erva-mate. Estamos diante de um contexto regional produtor de matérias-primas para o setor agroindustrial, que assume papéis como consumidor de produtos industriais, financiamentos, ciência e tecnologia, etc. Ao considerar que o setor agrícola é subordinado a outros setores econômicos, que são dispersos espacialmente ao longo do território, não estando em muitos casos localizados na região, podemos compreender que as relações agropecuárias que integram a microrregião de Erechim estão subordinadas a outros setores e que o espaço rural igualmente está subordinado a outros.

As manifestações espaço-tempo típicas da inserção da modernização da agricultura não estão presentes apenas nos arranjos conformados na escala regional. Estão também nas unidades de produção e nas relações entre agricultores – essencialmente produtores familiares – e o mercado. Desse modo, estão diante de processos de ordenamento das atividades e das unidades de produção, seja no que se refere ao modo como as atividades devam ser realizadas, seja como a paisagem e os recursos naturais disponíveis devam ser utilizados. Os ordenamentos externos, por vezes literalmente apresentados aos agricultores, tomam forma através do modo correto de utilização de insumos e equipamentos, pela padronização das matérias-primas produzidas, pelos critérios de uso da terra e utilização das máquinas a fim de

tornar as atividades mais intensas. Nesses contextos, a sujeição da renda da terra camponesa flui pelos elos dos complexos agroindustriais.

As interações e as respostas dos agricultores na busca pela constituição de arranjos produtivos são distintas. Ousamos considerar que famílias que dispõem de unidades de produção na paisagem plana com dimensões significativas tendem a produzir lavouras temporárias, principalmente soja e milho, centrando suas estratégias produtivas em culturas extensivas e seguindo a tendência de especialização produtiva em um grupo de atividades (lavouras temporárias, criação de animais, etc.). Por outro lado, agricultores em contextos diferentes, especialmente em condições com dimensões reduzidas de terra (menos de 20 hectares) ou mesmo com grandes extensões em circunstâncias de terra dobrada, tendem a realizar atividades produtivas intensivas ou que não dependam da mecanização, favorecendo a diversificação da produção comercial. Para estes últimos, a diversificação, mais do que uma opção, é uma necessidade.

O espaço da modernização da agricultura não toma forma apenas pelas relações econômicas que se manifestam nas unidades de produção. Está presente também no espaço dominante dos discursos e das falas, na produção de significados sobre as práticas espaciais e as relações. A medida do sucesso, que ecoa em muitas unidades familiares, aponta para o maravilhamento com a técnica, com o novo moderno. A tecnificação e a integração não são em si um problema, horizonte para estas famílias a ser superado. A construção de experiências alternativas, que se contraponham à agricultura em tais moldes, não passa apenas pela demonstração e o anúncio das novidades, mas passa pela construção de outras significações às experiências e às práticas espaciais.

De fato, existem alternativas ao modelo hegemônico de produção do espaço, seja elas expressas pela produção e comercialização de produtos diferenciados daqueles integrados aos CAI, seja via introdução de novos modelos de produção agropecuárias e novos modos de vida no campo, como no caso das experiências agroecológicas. Tais alternativas, de modo geral, são caminhos buscados por aqueles camponeses em vias de exclusão, em especial pequenos agricultores localizados nas terras dobradas. Não é por acaso que a agroecologia se faz nos morros, como sugere um de nossos informantes-chave.

O espaço rural da microrregião de Erechim, apesar das lógicas predominantes, possui um mosaico de tempos e ritmos, por vezes compartilhado na mesma unidade de produção, resultado de um processo histórico articulado, contraditório e cumulativo. Esse mosaico constitui-se: das populações indígenas em seu confinamento em reservas em luta para manutenção de sua cultura; dos camponeses pouco ou nada integrados aos processos

modernizados, resultados de processos de exclusão ou de opção consciente; dos camponeses integrados que buscam aliar ritmos modernos na produção comercial com os tempos da vida social tradicional, típicos de outros momentos; das unidades de produção altamente tecnificadas que representam a agricultura capitalista. Ainda é possível contemplar a diversidade na microrregião de Erechim.

9.3 “Dar o giro”

“Dar o giro” é um termo popular, localmente utilizado, que retrata a capacidade de reprodução das famílias de agricultores ao longo de um determinado período, normalmente um ciclo produtivo. Indica que determinada família conseguiu alcançar condições mínimas, não apenas monetárias, para dar conta das necessidades imediatas e ainda assim ter possibilidades de lançar-se para um novo ciclo, “dar a volta” pelo menos por mais uma vez. A presente pesquisa, em suas últimas linhas, também pretende “dar o giro”, ao menos no que se refere a oferecer sugestões de novos desdobramentos e caminhos de pesquisa. Assim seguem algumas sugestões/proposições.

A realidade evidenciada na microrregião de Erechim mostra-se análoga a outro conjunto de experiências existente em contextos regionais do norte do Rio Grande do Sul, oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná. Desse modo, a partir da experiência de pesquisa torna-se possível a aplicação da metodologia de análise em outros cenários e a realização de estudos comparativos com outras microrregiões.

Outro tema que se mostrou latente nas investigações realizadas está relacionado às dinâmicas do mercado de terras. Ao mesmo passo que há um processo migratório considerável, observam-se arrendamentos e venda de imóveis rurais, especialmente na paisagem plana, indicando a existência de um mercado de terras dinâmico. Desse modo, alguns questionamentos são pertinentes: Quais são as características do mercado de terras na microrregião de Erechim? Quais são as relações entre o padrão agrário da economia do agronegócio, crescimento da renda da terra e precificação dos imóveis rurais?

Ao longo da investigação, embora o fio condutor estivesse centrado na agricultura e nas dinâmicas produtivas, ficou evidente a diminuição das práticas comunitárias entre os camponeses, quando não há sua desativação. Esse ponto de convergência representado pelas comunidades rurais, outrora fundamental ponto de apoio às relações no campo (materiais e imateriais), são substituídas por outros tipos de relações comunitárias? A compreensão sobre os impactos do fim das comunidades rurais é um importante pilar na compreensão na

socialização do homem do campo.

Outra temática que se mostra relevante, não necessariamente dissociada do ponto anterior, são os processos migratórios, especialmente dos jovens rurais, que deixam o campo. Conforme dados apresentados ao longo da pesquisa, apenas entre os anos de 2000 e 2010, 22,09% população rural deixou o campo. Quais são as causas e as motivações que acometem significativo contingente populacional a abandonar o rural da microrregião de Erechim? Quais são as redes que sustentam esses movimentos permanentes e quais os destinos dos migrantes?

Por fim, como último apontamento, nos parece fundamental aprofundar o entendimento sobre os acúmulos da riqueza produzida no campo. Assim, torna-se importante compreender as estratégias do setor agroindustrial com relação à sujeição da renda da terra e à conformação de monopólios do território. Ao mesmo passo que se torna significativo desenvolver estudos no sentido da viabilização de alternativas ao modelo convencional de agricultura hoje hegemônico, como possibilidades de introdução de práticas produtivas com maior responsabilidade social e ambiental.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Geraldino C. de et al. Cadeia produtiva da avicultura de corte: Avaliação da apropriação de valor bruto nas transações econômicas dos agentes envolvidos. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 24, n. 72, p. 6-16, jul. 2008. Quadrimestral.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Ed.da Ufrgs, 2009. 120 p. (Série Estudos Rurais).
- ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras**. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- AZEVEDO, Marta et al. **Guarani Retã 2008: povos guarani na fronteira Argentina, Brasil e Paraguai**. S/local: Centro de Trabalhos Indigenistas, 2008. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/caderno_guarani_portugues.pdf>. Acesso em: 29 set. 2015.
- BRASIL. Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Ministério da Justiça. **Índios do Brasil: Terras Indígenas**. 2015a. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>>. Acesso em: 29 jan. 2015.
- _____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Estrutura fundiária: Quilombolas**. 2015b. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>>. Acesso em: 30 jan. 2015.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **IBGE cidades: Histórico de Sertão**. 2015c. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?lang=_ES&codmun=432050&search=rio-grande-do-sul|sertao>. Acesso em: 30 jan. 2015.
- _____. Companhia Nacional de Abastecimento. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Séries Históricas de Área Plantada, Produtividade e Produção, Relativas às Safras 1976/77 a 2014/15 de Grãos**. 2016. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=2>>. Acesso em: 1 abr. 2016.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e Cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 84-91.
- _____. **Médiance: de milieux em paysages**. Paris: Éditions Belin, 2000.
- BOLÓS, Maria de. (Org.). **Manual de ciencia del paisaje: teorías, métodos y aplicaciones**. Barcelona: Ed. Masson, 1992. (Colección de Geografía).
- BRUM, Argemiro J. **Modernização da Agricultura: Trigo e a soja**. Ijuí: FIDENE, 1985.
- CARON, Márcia dos S.. **Mapear, demarcar, vender...: A ação da empresa colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda no Alto Uruguai – 1915/1930**. 2009. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo. 2009.

CARINI, Joel J. **Reterritorialização de agricultores migrantes compulsórios: Racionalidades, representações e cidadania.** 2010. 233 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/36385>>. Acesso em: 09 set. 2015.

CASSOL, Ernesto. **Histórico de Erechim.** Passo Fundo: Instituto Social Padre Berthier, 1979. 280 p.

CASTRO, Cleber C. **Estudo das relações entre os elos da cadeia láctea do Rio Grande do Sul.** 1998. 197 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1998.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

CHIAPARINI, Enori J. et al. **Erechim: Retratos do passado, memórias no presente.** Erechim: Graffoluz, 2012.

CONTERATO, Marcelo A. **A mercantilização da agricultura familiar no Alto Uruguai/RS: um estudo de caso no município de Três Palmeiras.** 2004. 192 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/4549>>. Acesso em: 09 set. 2015.

CORRÊA, Roberto L.. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 15-47.

COSER, Fabiano J.. **Contrato de integração de suínos: formatos, conteúdos e deficiências da estrutura de governança predominante na suinocultura brasileira.** 2010. 160 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

COSTA, Francisco de A.; CARVALHO, Horacio M. de. Campesinato. In: CALDART, Roseli S. *et al* (org). **Dicionário de educação do campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 113-120.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

DANTAS, Marcelo E.; VIERO, Ana C.; SILVA, Diogo R. A. Origem das paisagens. In: VIERO, Ana C.; SILVA, Diogo R. A. (Org.). **Geodiversidade do estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: CPRM, 2010. Cap. 3. p. 35-50. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/Geodiversidade_RS.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2015.

DEFFONTAINES, J.-P.. Le diagnostic paysager en agriculture. **Aménagement et Nature: information, réflexion et dénat sur l'environnement,** Paris, n. 141, p. 9-23, jun. 2001.

DELGADO, Guilherme C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do**

agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teoria e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DONADIEU, Pierre; PÉRIGORD, Michel. **Clés pour le paysage.** Paris: Phrys, 2005. (Collection GéOphrys).

_____. **Le paysage: entre natures et cultures.** Paris: Armand Colin, 2007.

DORNELLES, Soraia S. **De Coroados a Kaingang:** As experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/66294>>. Acesso em: 09 set. 2015.

DUCATTI NETO, Antônio. **O grande Erechim e sua história.** Porto Alegre: Est, 1981. 376 p. (Coleção imigração italiana).

EDUARDO, Márcio F. Informações **Sobre a Agroecologia no Alto Uruguai.doc.** Erechim, 2013. Trabalho não publicado disponibilizado por meio de arquivo digital.

_____. Campesinato e ecologismo popular: uma leitura a partir das investigações das ONGS CAPA e CETAP na microrregião geográfica de Erechim/RS. In: SPINELLI, Juçara; ROSA, Kátia K. (orgs). **Geografias da Fronteira Sul:** Construindo e compartilhando experiências. Tubarão/Erechim: Ed. Copiart/UFFS, 2016

EMBRAPA. **Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos:** Súmula da X Reunião Técnica de Levantamento de Solos. Rio de Janeiro: EMBRAPA, 1979. 83p. (SNLCS. Miscelânea, 1)

ETGES, Virgínia E. **Geografia Agrária:** A Contribuição de Leo Waibel. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000. 226 p.

FALCADE, Ivanira. **A paisagem como representação espacial:** a paisagem vitícola como símbolo das indicações de procedência de vinhos das regiões Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira e Monte Belo (Brasil). 2011. 140 f. Tese (Doutorado) - UFRGS/PPGGea, Porto Alegre, 2011.

FERNANDES, Bernardo M.. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária:** o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. [s.n]. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. 2013. Disponível em: <<http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/166849>>. Acesso em: 09 set. 2015.

FERREIRA, Darlene A. O. Mundo rural e geografia: Geografia agrária no Brasil: 1930-1990. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução de Joice E. Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIARETTA, Jane G. S.. **O Grande e Velho Erechim**: ocupação e colonização do povoado de Fomigas (1908-1960). Passo Fundo: UPF, 2008

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRON, Loraine S.; CORSETTI, Berenice. As companhias de colonização: A reprodução do sistema colonial. In: DE BONI, Luis A. (Org). **A presença italiana no Brasil**: Vol. II. Torino/Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli/EST, 1990. p. 483-502.

GONÇALVES, José S.. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 4, p.7-36, abr. 2005.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia**: Crítica da modernização da agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GRITTI, Isabel R.. **Imigração judaica no Rio Grande do Sul**: A Jewish Colonization Association e a colonização de Quatro Irmãos. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1997.

_____. **Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul**: a emergência do preconceito. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2004.

GUHUR, Dominique M. P.; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 57-85.

GUSMÁN, Eduardo S.. MOLINA, Manuel G. de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GUTIÉRREZ, Emilio M.. Introducción: Ciudad, espacio y cotidianidad em el pensamiento de Henri Lefebvre. In: LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013. p. 29-50.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global**: Dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 22ª ed. São Paulo: Loyola, 2012a.

_____. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, Niterói, v. 14, n. 28, p. 8-39, jan. 2012b. Quadrimestral. Disponível em:
<<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/issue/view/30>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

HASENACK, H.; WEBER, E. (org.) **Base cartográfica vetorial contínua do Rio Grande do Sul**: escala 1:50.000. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Centro de Ecologia. 2010. 1 DVD-ROM. (Série Geoprocessamento n.3)

HEIDRICH, Álvaro L.. **Migrações Rurais e Transformações da Estrutura Agrária no**

Norte do Rio Grande do Sul: Contribuições ao estudo da evolução das oportunidades econômicas na agricultura. 1984. 190 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1984.

_____. **Além do latifúndio:** Geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (Brasil). **Topodata:** Dados geomorfométricos do Brasil. 2015. Disponível em: <<http://www.dsr.inpe.br/topodata/index.php>>. Acesso em: 1 jun. 2015.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas do Brasil:** Kaingang. 2015. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

KLIEMANN, Luiza H. S. **RS:** Terra e poder, história da questão agrária. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. (Documenta; 21)

KOZENIESKI, Éverton de M.. O rural agrícola na metrópole: o caso de Porto Alegre/RS. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRGS/PPGGea, Porto Alegre, 2010.

LANDO, Adair M.; BARROS, Eliane C. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul:** uma interpretação sociológica. Porto Alegre: Movimento, 1981.

LA SALVIA, Flávia; HANDSCHUNCH, Nilbiamater S. B. Processo de colonização no Rio Grande do Sul [PARTE 1]. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 17, p. 3-24, jan. - dez. 1974a. Semestral. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/boletim-geografico-rs/index>>. Acesso em: 1 set. 2015.

_____. Processo de colonização no Rio Grande do Sul [PARTE 2]. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 17, p. 25-43, jan. - dez. 1974b. Semestral. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/boletim-geografico-rs/index>>. Acesso em: 1 set. 2015.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. 4. ed. Barcelona: Península, 1978. (Historia, ciencia, sociedad. 79).

_____. Perspectivas da sociologia rural. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981. Cap. 5. p. 163-177.

_____. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

_____. **La producción del espacio**. Tradução de Emilio M. Guitiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013.

_____. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (Primeira versão disponível na internet: início – fev. 2006). [Sl.:s.n.], 2006. 265 p. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2014.

_____. **Espaço e política.** Belo Horizonte: UFMG, 2008a.

_____. **O direito à cidade.** 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008b.

LIBERMAN, Rosa. Aprovado arrendamento da Cotrel. **Bom Dia.** Erechim, [on-line]. 07 out. 2016. Disponível em: <<http://www.jornalbomdia.com.br/noticia/7980/aprovado-arrendamento-da-cotrel>>. Acesso em: 08 out. 2016.

LOREA, Ion M.. Prólogo: Henri Lefebvre y los espacios de lo posible. In: LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio.** Madrid: Capitán Swing, 2013. p. 9-28.

MARQUES, Marta I. M.. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

_____. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de; MARQUES, Marta I. M. **O campo no Século XXI:** Território de vida, luta e de construção de justiça social. São Paulo: Casa Amarela, Paz e Terra, 2004. p. 145-158.

_____. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 12, p. 57-67, 2008. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399/1381>>. Acesso em: 17 maio 2016.

MARAFON, Glaucio J.. **A dimensão espacial do complexo agroindustrial soja no estado do Rio Grande do Sul.** 1998. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

MARAFON, José M. et al. (Org.). **Pesquisa qualitativa em geografia:** reflexões teórico-conceituais aplicadas. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

MARTINI, Maria L. F. **Sobre o caboclo-camponês:** “um gaúcho a pé”. 1993. 362 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1993. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/109244>>. Acesso em: 09 set. 2015.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. **Lua Nova:** Revista de cultura e política, São Paulo, n. 23, p.8-37, mar. 1991.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil:** As lutas sociais no campo e seu lugar no processo política. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **O cativo da terra.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. 3. ed. 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. **Fronteira:** A degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2014.

MEDEIROS, Rosa M. V.. **De la colonisation des terres neuves a la reforme agraire Du**

Bresil: Le parcours exemplaire du Rio Grande do Sul. 1998. 271f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departement de Geographie, Universite de Poitiers, Poitiers/FRA, 1998.

_____. As formas de produção no Rio Grande do Sul e sua relação com emigração rural. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 2, p. 69-92, 2005.

MIELE, Marcelo; WAQUIL, Paulo D. **Dimensões Econômicas e Organizacionais da Cadeia Produtiva da Carne Suína**. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2006. (Documentos: Embrapa Suínos e Aves). Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/443715/dimensoes-economicas-e-organizacionais-da-cadeia-produtiva-da-carne-suina>>. Acesso em: 1 jan. 2016.

MINAYO, Maria C. S.. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MITRANY, David. **Marx contra o camponês**. Rio de Janeiro: Ipanema, 1957.

MUELLER, Viane R.. **Dinâmica populacional, indicadores econômicos e sociais da microrregião de Erechim-RS**. 2016. 161 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Campus Erechim, Universidade Federal da Fronteira Sul. 2016.

NERI, Marcelo; MELO, Luisa C. C. de; SACRAMENTO, Samanta dos R.. **Superação da Pobreza e a Nova Classe Média no Campo**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2011.

NICOLÁS, Daniel H.. Tempo, espaço e apropriação social do território: Rumo à fragmentação na mundialização? In: **Território: Globalização e fragmentação**. 4. ed. São paulo: Hucitec, 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A geografia das lutas no campo**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. A Geografia Agrária e as Transformações Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 63 – 110.

_____. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102776>>.

OLFAR – ALIMENTO E ENERGIA: Institucional. 2016. Disponível em: <<http://www.olfar.ind.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

ORTIZ, Helen S. **O Banquete dos Ausentes: A Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Passo Fundo: UPF, 2011. (Coleção malungo; 18)

PAULINO, Eliane T.. **Por uma geografia dos camponeses**. 2.ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

PÉBAYLE, Raymond. Geografia Rural das Novas Colônias do Alto Uruguai (Rio Grande Do Sul – Brasil). **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 14, p.12-19, jan.-

dez. 1971. Semestral. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/boletim-geografico-rs/index>>. Acesso em: 09 set. 2015.

PESAVENTO, Sandra J. **RS: Agropecuária colonial e industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PIRAN, Nédio. **Agricultura Familiar: Lutas e perspectivas no Alto Uruguai**. Erechim: EdiFapes, 2001. (Série pensamento acadêmico; 11).

PLOEG, Jan D. V. D.. **Camponeses e impérios alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**: Porto Alegre: UFRGS, 2008.

POLLI, Valquíria. **A territorialização da avicultura moderna no município de Erebango, Rio Grande do Sul**. 2014. 180 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Campus Erechim, Universidade Federal da Fronteira Sul. 2014.

PORTAL G1. **Aurora compra marcas e arrenda produção da Cotrel**. 2007. Economia e Negócios. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,AA1645379-9356,00-AURORA+COMPRA+MARCAS+E+ARRENDA+PRODUCAO+DA+COTREL.html>. Acesso em: 1 jan. 2016.

PUNTEL, Geovane A. A paisagem na geografia. In: VERDUM, Roberto *et al.* **Paisagens: leituras, significados e transformações**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2012. p. 23-33. (Série estudos rurais).

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Tradução de João M. Marques e Maria A. Mendes. 6.ed. Lisboa: Gradiva, 2013. (Trajectos 17).

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V.; Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática Geográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 45, n. 1, p.123-135, jan-mar. 1983

RAMIRES, Julio C. L. PESSÔA, Vera L. S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

RANGEL, Ignácio. **Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico brasileiro**. Salvador: Universidade da Bahia, 1957.

RAUPP, André K.. **Sindicalismo rural no âmbito do sistema agroindustrial leiteiro do Rio Grande do Sul – 1995-2010**. 2013. 343f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

RECLUS, Élisée. Tome premier. In: _____. **L'homme et la terre**. Paris: Librairie Universelle, 1905-1908. p. 3-580. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65596472>>. Acesso em: 09 set. 2015.

REVISTA EXAME. **BRF celebra venda da divisão de lácteos com Lactalis**. 2014. Negócios. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/brf-celebra-venda-da>>

divisao-de-lacteos-com-lactalis>. Acesso em: 12 jul. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. SEPLAG. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional. **Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul**: Edição Eletrônica. 2015. Disponível em: <<http://www1.seplag.rs.gov.br/atlas/default.asp>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

ROGERSON, Peter A. **Métodos estatísticos para geografia**: um guia para o estudante. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

RÜCKERT, Aldomar A. A trajetória da terra: **Ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul – 1827 – 1931**. Passo Fundo: UPF, 1997. (Ciência Geográfica).

_____. **Metamorfoses do território**: a agricultura de trigo/soja no Planalto Médio rio-grandense. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAQUET, Marcos A. **Colonização italiana e agricultura familiar**. Porto Alegre: EST Edições, 2002.

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre-RS: EST Edições, 2003.

SANTOS, José V. T. dos. **Colonos do vinho**: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, Hucitec, 1978.

_____. Efeitos sociais da modernização da agricultura. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Org.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec / Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica / Edusp / Imprensa Oficial, 2002. p. 251-263.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razões e Emoções. 4. ed. 1 reimpr. São Paulo: Edusp, 2004. (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma geografia crítica. 6. ed. 1 reimpr. São Paulo: Edusp, 2008. (Coleção Milton Santos; 2).

_____. **Espaço e Método**. 5. ed. 1 reimpr. São Paulo: Edusp, 2012. (Coleção Milton Santos; 12).

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6. ed 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2014. (Coleção Milton Santos; 10).

SCHMID, Christian. A Teoria Da Produção Do Espaço De Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **Geosp**: espaço e tempo, São Paulo, n. 32, p.89-109, 2012. Tradução de Marta I. M. Marques e Marcelo Barreto.

SEMINOTTI, Jonas J.. **A dinâmica sociopolítica na agricultura familiar**: os agricultores familiares e a representação política do Sutraf no Alto Uruguai gaúcho. Passo Fundo: upf, 2014. 314 p.

SHANIN, Theodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, Presidente Pudente, Ano 8, nº 7, p. 1-21, Jul/Dez 2005.

SILVA, José G. da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2.ed. Campinas: Unicamp.IE, 1998.

SILVA, José G. da; STOLCKE, Verena (org.). **A questão agrária**: Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, Sergio S.. **Valor e renda da terra**: o movimento do capital no campo. São Paulo: Polis, 1981.

SISTEMA OCERGS, SESCOOP/RS: Busca de cooperativas. **Busca de cooperativas**. 2016. Disponível em: <<http://www.sescoopr.rs.coop.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henry Lefebvre. In: SPOSITO, Maria E. B.; WHITACKER, Arthur M.. **Cidade e campo**: relações e contradições entre o urbano e o rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 53-64.

SOUZA, Marcelo L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

SUZUKI, Júlio C.. Modernização, território e relação cidade-campo: Uma outra leitura da modernização da agricultura. In: MEDEIROS, Rosa M. V.; FALCADE, Ivanira. **Tradição versus tecnologia**: As novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 241-254

SZMRECSÁNYI, Tamás; RAMOS, Pedro. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (Org.). **História econômica do Brasil contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Huvitec / Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica / Edusp / Imprensa Oficial, 2002. p. 227-249.

TAMBARA, Elomar. **RS: Modernização & crise na agricultura**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

TEDESCO, João C. **Terra, trabalho e família**: Racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

_____. **De olho na balança!**: Comerciantes coloniais do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX. Passo Fundo: Méritos; Porto Alegre: EST, 2008.

TEDESCO, João C.; CARINI, Joel J. **Conflitos agrários no norte gaúcho 1960-1980: O Master, indígenas e camponeses**. Porto Alegre: EST, 2007.

TEDESCO, João C.; SANDER, Roberto. **Madereiros, comerciantes e granjeiros: Lógica e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960)**. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2005.

TEIXEIRA, Amito J.. **Benchmarking na produção leiteira da COTREL Cooperativa Triticola Erechim – LTDA**. 2003. 78 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto N. S.. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. 1.ed 17. reimpr.. São Paulo: Atlas, 2008.

TROLL, Carl. A paisagem geográfica e sua investigação. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 4, p.1-7, 1997. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6770/4823>>. Acesso em: 5 jan. 2006.

VALVERDE, Orlando. **Geografia Agrária do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/mec, 1964.

VARGAS, Remedios L.. El espacio rural: Concepto y realidad geográfica. **Baética: Estudios de arte, geografía e história**, Málaga, n. 20, p. 77-96, jan. 1998.

VERDUM, Roberto. Perceber e conceber a paisagem. In: VERDUM, Roberto *et al.* **Paisagens: leituras, significados e transformações**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2012. p. 15-22. (Série estudos rurais).

VERDUM, Roberto; FONTOURA, Luiz F. M.. **Temáticas rurais: do local ao regional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 48 p. (Série educação a distância).

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WANDERLEY, Maria de N. B.. **O mundo rural como um espaço de vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. (Série Estudos Rurais)

_____. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600002>. Acesso em: 17 maio 2016.

ZARTH, Paulo. **História agrária do planalto gaúcho 1850-1920**. Ijuí: UNIJUÍ, 1997. (Coleção Ciências Sociais)

ZEIST, Sandra M. T.. **Produção de Alimentos de Autossustento na Agricultura Familiar: Um Estudo de Caso no Município de Barra do Rio Azul-RS** 2016. 130 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Campus Erechim, Universidade Federal da Fronteira Sul. 2016.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro utilizado nas entrevistas com agricultores

Informações importantes que devem ser esclarecidas aos participantes da pesquisa antes do início da entrevista:

- A entrevista é parte da pesquisa de **doutorado** em desenvolvimento junto a UFRGS;
- As informações serão utilizadas apenas para **pesquisas acadêmicas**;
- Será garantido o **sigilo** da identidade dos entrevistados, ou seja, os mesmos não serão nominados no texto e nas análises;
- O entrevistado, caso queira em qualquer momento, pode **não responder** as questões ou mesmo **interromper** a entrevista;
- A entrevista será **gravada** em um arquivo de áudio.

PERFIL GERAL DO ENTREVISTADO

Nome do entrevistado:

Idade do entrevistado:

Município da unidade de produção:

Localidade/Comunidade:

Latitude:

Longitude:

Data da entrevista:

UNIDADE DE PRODUÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO

- Você é proprietário do imóvel no qual produz? **Se sim**, quais são as dimensões?
- Sua família arrenda áreas de outros agricultores? **Se sim**, quais são as dimensões?
- Vocês arrendam parte de suas terras? **Se sim**, quais são as dimensões?
- Qual é a área total que você usa para produção agropecuária?
- Você reside no mesmo imóvel no qual realiza as atividades produtivas? **Se não**, onde o sr(a) reside?
- Quantas pessoas residem junto com sr.(a)? **(Caso haja mais de uma, indicar laços de parentesco)**
- Você trabalha em outras atividades, além daquelas agropecuárias em sua unidade de produção? **Se sim**, quais? **(urbano/rural)**
- **Caso haja mais de uma pessoa residindo com o entrevistado**, elas participam das atividades agrícolas/agropecuárias? Em quais? Com qual frequência? **(Sempre/Frequentemente /Raramente/ Nunca)**
- As pessoas que moram contigo possuem empregos/trabalhos fora da unidade de produção? **Se sim**, quais integrantes da famílias e em quais trabalhos/atividades?
- Você contrata trabalhadores temporários? **Se sim**, para quais atividades e por quanto tempo?
- Você contrata trabalhadores permanentes? **Se sim**, para quais atividades e por quanto tempo?
- O sr(a) participa de alguma associação, cooperativa, sindicato? **Se sim**, quais?
- O sr(a) recebe ajuda de outros agricultores ao longo da produção? **Se sim**, como funciona essas ajudas?

PRODUÇÃO

- Quais são os produtos agropecuários comerciais que você desenvolve em sua unidade de produção? Quais são mais importante para a família?

- O sr. (a) poderia descrever quais são as etapas para produção destes produtos? (**Repetir para cada produto comercial / Questionar sobre as redes de relação entre atores, circuitos espaciais da produção, técnicas, equipamentos e instrumentos**);
- Para quem o sr(a) vende seus produtos? Existe a possibilidade de vender para outros?
- O sr (a) considera justos os valores que recebe com essas vendas? Por quê?
- Por que o sr (a) optou por realizar essas atividades produtivas?
- Como vocês avalia sua participação nas cadeia produtiva?
- Se fosse possível, o sr(a) participaria de outra cadeia produtiva? Por quê?
- Os insumos e recursos necessários para a produção estão disponíveis em sua unidade de produção?
- O sr(a) recebe algum tipo orientação técnica? Se sim, de quais empresas/instituições?
- O sr(a) participa de alguma política pública?
- O sr(a) possui algum tipo de crédito ou financiamento?
- O sr(a) considera que tem autonomia para realizar os processos de produção agrícola? Por quê?
- Qual é a origem dos alimentos que sua família consome? O que costuma plantar ou criar para o consumo da família?
- Quais são as principais dificuldade que o sr(a) encontra sendo um agricultor?

Agricultores orgânicos/agroecológicos

- Como você(s) se define enquanto agricultores? (agroecológico, orgânico, alternativo, etc)
- A quanto tempo você(s) optaram pela mudanças? Por quê?
- Em que etapa do processo de conversão vocês estão? (transição agroecologia, etc)
- Quais são as dificuldades encontradas sendo um agricultor(a) diferenciado(a)?

PERCEPÇÃO SOBRE O RURAL

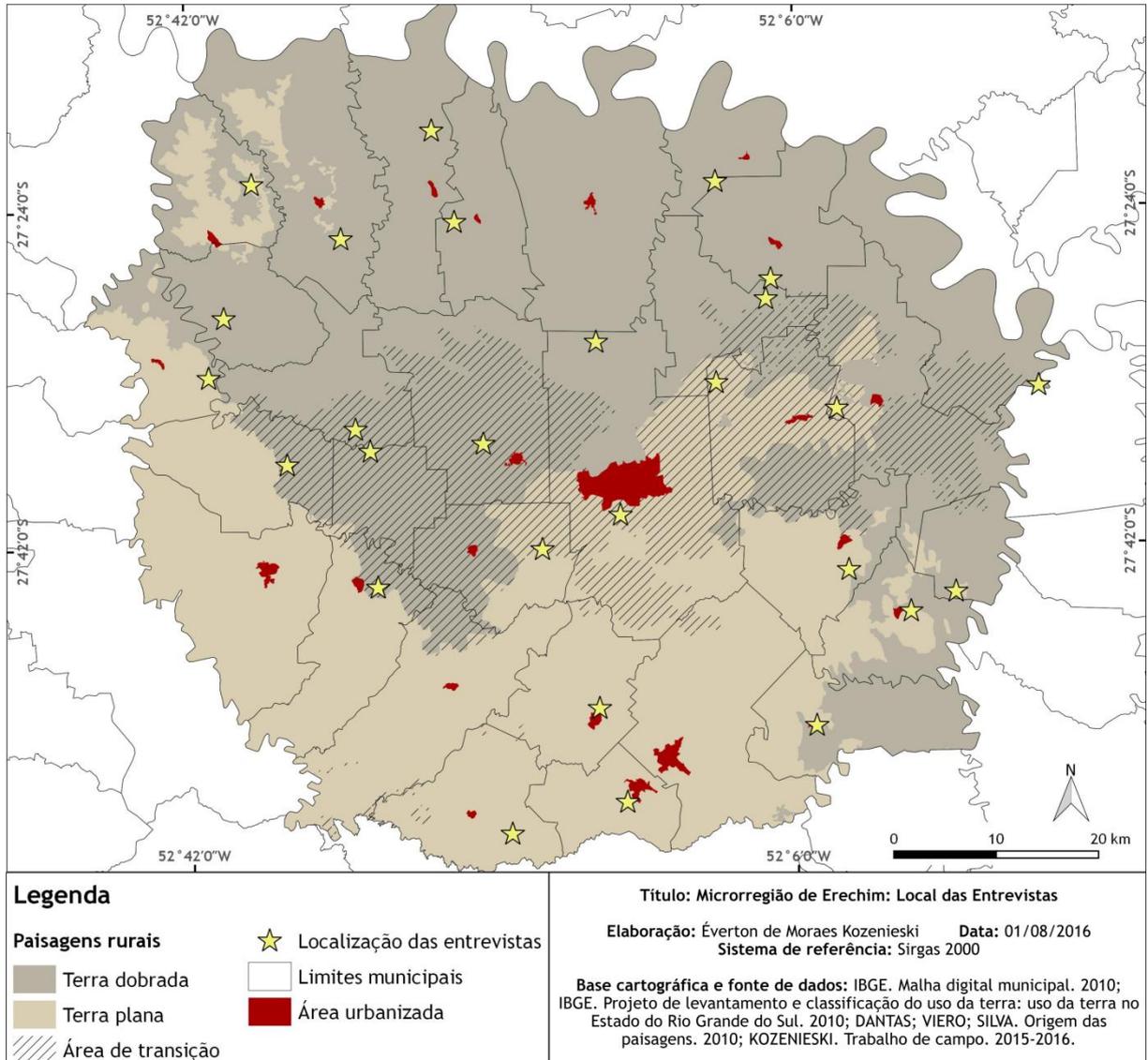
- Quais são as principais mudanças que o sr (a) percebe no rural nos últimos anos?
- Como você avalia a condição de vida dos agricultores no seu município hoje?
- quais são os agricultores, na sua avaliação, que obtiveram maior sucesso? Por quê?
- Quais são aqueles que obtiveram menos êxito? Por quê?
- Quais são as principais diferenças que os sr (a) percebe entre os agricultores do município?

PAISAGEM

- O que é paisagem para o sr(a)?
- Quais são as paisagens rurais que vc(s) identifica(m)?
- Existem diferentes paisagens rurais município?
- Imagine a seguinte situação: **Se fosse possível comparar duas fotografias do rural do município, uma do presente e outra do passado.** Haveriam muitas diferenças entre as fotografias? Quais seriam as diferenças entre as fotografias do presente e do passado?
- O sr(a) se considera dependente da natureza para realizar a produção? Por quê?

Apêndice B – Localização das unidades de produção foco de entrevistas

Mapa 12 – Microrregião de Erechim: Local das entrevistas



Fonte: IBGE – Projeto de levantamento e classificação do uso da terra: uso da terra no Estado do Rio Grande do Sul (2010), DANTAS; VIEIRO; SILVA (2010), Trabalho de Campo (2015-2016). Elaborado por Éverton de Moraes Kozenieski.